



PROJETO DE PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

SÃO LUÍS/MA
2011

DIRETORA GERAL

Profª Ma. Rita Ivana Barbosa Gomes

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Sra. Teresinha de Jesus Barbosa Gomes

DIRETORA ACADÊMICA

Prof Luis Fernando Bogea

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Alisson Linhares Lima

COORDENADOR DO CURSO DE FARMÁCIA

Prof Me. Rondineli Seba Salomão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	6
1.1 O INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA	6
1.2 INTERESSE SOCIAL DO CURSO DE FARMÁCIA EM SÃO LUÍS/MA	9
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO INSTITUCIONAL	12
2.1 O INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	12
2.2 MISSÃO INSTITUCIONAL	12
2.3 FINALIDADES INSTITUCIONAIS	13
2.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	14
2.5 GESTÃO E ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	14
2.5.1 Conselho Superior – CONSUP	15
2.5.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP	16
2.5.3 Colegiados de Cursos	17
2.5.4 Diretoria Geral	18
2.5.5 Diretoria Acadêmica	19
2.5.6 Diretoria Administrativo-Financeira	20
2.5.7 Coordenações de Cursos	20
2.5.8 Coordenação de Pós-graduação e Extensão	21
2.5.9 Organograma	23
2.6 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INTERNA	24
2.6.1 Diretoria	24
2.6.2 Secretaria Acadêmica	24
2.6.3 Recursos Humanos	25
2.6.4 Biblioteca	26
2.7 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	26
2.7.1 Comunicação Interna	26
2.7.2 Comunicação Externa	26
2.8 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	27
2.9 POLÍTICA DE PESSOAL, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS	28
2.10 CORPO DOCENTE	29
2.10.1 Diretrizes para a contratação docente	29
2.10.2 Diretrizes para a contratação de coordenador de curso	31
2.10.3 Plano de carreira docente	33
2.11 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	33
2.11.1 Plano de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo	34
2.11.2 Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo	35
2.12 IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	36
CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	37
3.1 COORDENAÇÃO DOS CURSOS	37
3.2 ADMINISTRAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	37
3.2.1 Núcleo de Apoio didático-pedagógico e Capacitação Docente	38
3.2.2 Sistema Permanente de Avaliação Docente	40
3.2.3 Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente	40
3.2.3.1 <i>Programas de Apoio Financeiro</i>	41
3.2.3.2 <i>Programas de Apoio Pedagógico e Estímulos à Permanência</i>	43
3.2.4 PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO	46
3.2.4.1 <i>Programa Institucional de Extensão</i>	47
CAPÍTULO 4 - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA	50
4.1 OBJETIVOS DO CURSO	52
4.1.1 Objetivo Geral	52
4.1.2 Objetivos Específicos	53

4.2	PERFIL DO EGRESSO	53
4.3	VAGAS, TURNOS, REGIME ACADÊMICO	54
4.3.1	Vagas	54
4.3.2	Turnos	54
4.3.3	Regime de matrícula e período de integralização	54
4.4	PROPOSTA PEDAGÓGICA	54
4.4.1	Metodologias de Ensino	55
4.5	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	58
4.5.1	Matriz Curricular do Curso de Farmácia	58
4.5.2	Ementário e Bibliografia	62
4.5.3	Coerência dos conteúdos curriculares com as DCN's	103
4.5.4	Carga horária mínima e tempo mínimo de integralização curricular	106
4.6	ATIVIDADES ACADÊMICAS	106
4.6.1	Estágio Supervisionado	106
4.6.2	Trabalho de Conclusão de Curso	107
4.6.3	Atividades Complementares	107
4.6.4	Monitoria	108
4.6.5	Participação em eventos e divulgação de trabalhos	109
4.7	SISTEMA DE AVALIAÇÃO – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL	109
4.7.1	Comissão Própria de Avaliação/CPA	109
4.7.2	Avaliação externa	111
4.8	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	111
	CAPÍTULO 5 – CORPO DOCENTE	114
5.1	TITULAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	114
5.1.1	Regime De Trabalho Do Coordenador Do Curso	114
5.2	COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	114
5.2.1	Titulação acadêmica do NDE	115
5.3	PERFIL DOS DOCENTES	117
5.3.1	Titulação	117
5.3.2	Suficiência de Docentes	120
5.4	REGIME DE TRABALHO	120
5.5	CONDIÇÕES DE TRABALHO	121
5.5.1	Número de Alunos por Docente Equivalente a Tempo Integral	121
5.5.2	Alunos por Turma em Disciplina Teórica e Atividades Práticas	121
5.5.3	Pesquisa e produção científica	122
	CAPÍTULO 6 – INSTALAÇÕES FÍSICAS	126
6.1.	SALAS DE AULA	126
6.2.	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS DE APOIO AS ATIVIDADES ACADÊMICAS	126
6.3.	INSTALAÇÕES PARA DOCENTES	126
6.4	INSTALAÇÕES PARA COORDENAÇÃO DO CURSO	127
6.5	AUDITÓRIO E SALAS DE CONFERÊNCIA	127
6.6	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	127
6.7	ÁREAS DE CONVIVÊNCIA E INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E CULTURAIS	127
6.8	INFRA-ESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO E DE OUTROS SERVIÇOS	127
6.9	INFRA-ESTRUTURA DE LABORATÓRIOS	128
6.9.1	Laboratórios Especializados	128
6.9.2	Descrição	128
6.9.3	Normas de segurança e procedimentos	149
6.10	PROTOCOLO DE EXPERIMENTOS	149
6.11	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	151

6.11.1	Política de uso e acesso	153
6.12	BIBLIOTECA	154
6.12.1	Política de atualização do acervo	155
6.12.2	Acervo Geral	155
6.12.3	Informatização da biblioteca e serviços	156
6.12.4	Serviços oferecidos	156
6.12.5	Horários de funcionamento	157
6.12.6	Pessoal Técnico-administrativo	157
6.12.7	Livros Da Bibliografia Básica e Complementar	157
6.12.8	Periódicos Especializados	193
6.12.9	Base de Dados	193
6.12.10	DVD'S E CD'S	194
6.12.11	Infraestrutura de Segurança	195
CAPÍTULO 7 - RELAÇÃO INSTITUIÇÃO E COMUNIDADE: PARCERIAS, CONVÊNIOS E AÇÕES COMUNITÁRIAS		196
7.1	Convênios e Parcerias	198
7.2	Ações Sociais, Ações Comunitárias, Projetos de Pesquisa e Extensão como estratégia de inserção do IFES na comunidade	198
ANEXOS		200
ANEXO 1: CONVÊNIOS		201
ANEXO 2: PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRA - DOCENTE		208
ANEXO 3: PLANO DE CARGOS, SALÁRIOS E CARREIRA - TÉCNICO		216
ANEXO 4: PLANO INTEGRADO DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO/PIC		222
ANEXO 5: COORDENAÇÃO DE APOIO PEDAGÓGICO AO DOCENTE E DISCENTE/CAP (Resolução 006/10 – CONSEP)		237
ANEXO 6: PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AO DOCENTE		239
ANEXO 7: PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE		246
ANEXO 8: FUNDO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO/FAPE (Resolução 005/10 – CONSEP)		255
ANEXO 9: NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO/NUPES (Resolução 004/09 – CONSEP)		260
ANEXO 10: REGIMENTO DO NUPES		266
ANEXO 11: RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO (Resolução 002/10- CONSEP)		273
ANEXO 12: RESOLUÇÃO TCC (Resolução 003/09 – CONSEP)		279
ANEXO 13: RESOLUÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Resolução 005/09 – CONSEP)		284
ANEXO 14: MONITORIA (Resolução 004/10 – CONSEP)		287
ANEXO 15: REGIMENTO DO NDE (Resolução 009/10 – CONSEP)		290
ANEXO 16: CURRÍCULO LATTES DO COORDENADOR DO CURSO		293
ANEXO 17: REGULAMENTO DA SALA DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL		311
ANEXO 18: REGIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DOS LABORÁTORIOS DE SAÚDE		314

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Para o Instituto Florence de Ensino Superior, o projeto pedagógico deve ser antes de tudo, uma ação consciente, planejada com vistas ao futuro, visando prioritariamente a formação acadêmica crítica e humanística dos seus egressos.

O presente projeto, portanto, está consubstanciado nos princípios filosóficos da instituição, assim como, atende amplamente às diretrizes pedagógicas e normativas estabelecidas pelos órgãos educacionais competentes com o intuito de oferecer um curso de Farmácia nos padrões de excelência, indispensáveis para a formação profissional e cidadã dos que atuarão nesta área profissional.

No tocante às exigências legais, o projeto atende às normas e diretrizes do MEC e ao instrumento de avaliação vigente.

Este projeto pedagógico visa a traçar ações curriculares e extracurriculares que possam desenvolver habilidades profissionais de seus alunos, levando em conta, ainda, as perspectivas e condições do mercado de trabalho regional e as demandas que a profissão de cirurgião dentista exige, sem prescindir do pleno desenvolvimento da pessoa do formando e seu preparo para o exercício efetivo da cidadania.

1.1A INSERÇÃO DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA

O Instituto Florence de Ensino Ltda., entidade mantenedora do Instituto Florence de Ensino Superior, apesar de criado há poucos anos, tem em seus fundadores uma longa e comprovada trajetória dedicada à educação.

São fundadores do Instituto de Enfermagem Florence Nightingale Ltda., empresa-escola de educação profissional da área da saúde, que se constitui hoje numa via para que jovens e adultos tenham acesso a um ensino de qualidade que permita não só a apreensão do saber, mas principalmente do saber fazer com consciência do que está sendo feito, tendo em vista que a busca de um padrão de qualidade é uma exigência que se apresenta em qualquer nível ou modalidade da educação.

O Instituto Florence Nightingale Ltda. tem se dedicado ao desenvolvimento da reflexão na área da saúde no estado do Maranhão durante a sua existência. Devido a sua intervenção social ativa e de práticas educacionais inovadoras, desenvolveu parceria com o Ministério da Saúde para o desenvolvimento do PROFAE, Projeto de Profissionalização dos trabalhadores da Área da Enfermagem, quando teve o seu projeto pedagógico classificado, em processo licitatório internacional, em segundo lugar dentre todas as escolas profissionalizantes do Maranhão e primeiro lugar na capital.

Além deste feito, vem desenvolvendo pesquisas, principalmente na área da Enfermagem técnica, apresentadas em diversos congressos de educação e saúde, tais como o V Congresso Internacional de Educação – Educare e a 64 e a 65ª Semanas Brasileira de Enfermagem, dentre outros, quando realizou a comunicação da sua produção científica sobre a prática pedagógica na área da saúde técnica.

Em 2001, cedeu parte de suas instalações para funcionamento do departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, estabelecendo desde o início a sua vocação de colaborador com os organismos sociais.

Esta trajetória de pesquisa e compromisso social trouxe ao Instituto Florence Nightingale Ltda., em 2004, uma menção honrosa concedida pela ABEN – MA, Associação Brasileira de Enfermagem, enaltecendo os serviços prestados pelo mesmo, à Enfermagem e a sociedade maranhense. Em 2006, inicia suas atividades no nível superior com a mesma responsabilidade e compromisso social que o diferenciam no cenário maranhense, como uma instituição idônea e formadora de profissionais que se destacam pela sua inserção no mercado de trabalho maranhense.

Localizada no município de São Luís, o Instituto Florence está situado na região central da cidade, circundado pelos bairros da Belira, Madre Deus, Centro e Praia Grande que concentram 100 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE realizado em 2000. Em decorrência da multiplicidade de suas atividades extensionistas, atende não só à demanda de sua área de abrangência direta, como amplia a sua atuação as regiões adjacentes.

O município de São Luís, segundo SIH/SUS, possui uma rede de serviços de saúde constituída de Estadual (8), Hospital Municipal (9), Hospital Privado (15), Hospital Universitário Público (1), Centro de Saúde (28), Unidade Mista (06), Clínica Especializada (12), Postos de Saúde (01). A expansão do Programa de Saúde da Família (PSF) e agentes comunitários de saúde (PACS) também justifica a necessidade de cursos voltados, essencialmente, para as áreas de saúde e humana, devido ao aumento de demanda por serviços especializados, preventivos e profiláticos, considerando que a ampliação do PACS e PSF dota tais profissionais de um importante papel, tanto na parte assistencial quanto na atenção básica.

No que concerne às condições educacionais do Estado do Maranhão e, em particular a capital São Luís, as matrículas no ensino médio e no ensino superior, segundo o tipo de instituição no Maranhão, Região Metropolitana e em São Luís, conforme o período de referência 2005-2007 é demonstrado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	SÃO LUÍS
Matrícula – Ensino médio – 2007	67.641
Matrícula – Ensino médio – escola pública/2007(Federal, Estadual e Municipal)	58.304
Matrícula – Ensino médio – escola privada – 2007 (1)	9.337
Matrícula – Ensino superior – 2005 (2)	39.446
Matrícula – Ensino superior – escola pública/2007(Federal, Estadual e Municipal)	15.303
Matrícula – Ensino superior – escola privada – 2005 (2)	24.153

No quadro acima, observa-se uma grande disparidade entre o número de matrículas no ensino médio e no ensino superior. Percebe-se também, que diz respeito ao ensino superior a rede particular concentra a maior parte da matrícula, cerca de 61,23%, o que confirma a demanda e a importância do oferecimento de mais vagas nesta rede de ensino. E o Instituto Florence de Ensino Superior, com o seu plano de expansão, pretende atender parte dessa demanda, localizada em sua área de influência, caracterizada neste capítulo.

No que diz respeito a necessidade de formação nas áreas da saúde e educação, esta fundamenta-se na carência de profissionais com competências e habilidades específicas, sobretudo em São Luís, cuja população demanda oferta de serviços de saúde e educação e mão-de-obra capacitada para atender as necessidades de uma localidade que se apresenta com elevado índice de doenças infecciosas e parasitárias, que alcança de 6,8% na população em geral, sendo que, em parte da população infantil, ultrapassa 22,8%; o índice de mortalidade infantil é acentuado (45,5 % em 1999, segundo a fonte: SIM).

Nesse contexto supramencionado, o Instituto Florence de Educação Superior, firmemente comprometido com a oferta de educação superior alicerçada em elevados padrões de qualidade, adota e reconhece que:

- A rápida expansão atual de disciplinas acadêmicas conduz a um crescimento exponencial do saber distribuído em especialidades fracionárias que inviabilizam a visão integral do ser humano;
- Ao mesmo tempo em que se acentua o domínio da tecnociência, decresce o valor do homem como ser e, por extensão, das formas de vida;
- A existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, é inerente à atitude transdisciplinar;
- A transdisciplinaridade faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si, oferecendo uma nova visão da natureza e da realidade. Ela não procura o domínio sobre as disciplinas, mas o caminho de abertura de todas elas aquilo que as atravessa e as ultrapassa;
- A visão transdisciplinar está decididamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual;
- O reconhecimento da Terra como pátria é um dos imperativos da transdisciplinaridade, o que remete todo habitante do planeta à cidadania transnacional; e
- A educação autêntica não deve privilegiar a abstração no conhecimento. Deve, sim, ensinar a contextualizar, concretizar e universalizar.

O Instituto Florence de Educação Superior, rompe a cristalização do ensino de disciplinas e técnicas estanques visando à formação de especialidades limitadas à compreensão de seus próprios conhecimentos, e parte para a integração de vida, universo e mente na execução de uma educação (informação mais formação) ética, fundamentada na visão interativa de estudantes, professores e pesquisadores.

Portanto, o Instituto Florence de Educação Superior pretende:

- Desenvolver o espírito crítico e científico dos discentes mediante a consolidação de um ensino articulado a pesquisa e a extensão, efetivando de maneira significativa os conhecimentos teóricos a prática do seu cotidiano.
- Formar profissionais que sejam indivíduos aptos a atuar em seu entorno, atendendo às necessidades das comunidades, com o intuito de torná-las autônomas no diagnóstico de seus problemas e no encaminhamento das soluções.
- Preparar indivíduos para pensar a complexidade da nova era do conhecimento e integrá-los a esse novo momento, oferecendo-lhes oportunidades de co-construírem novos meios de interpretação e sentido;

- Incentivar para que aprendam a aprender, procedendo a uma conquista contínua de conhecimentos e valores, entendendo que este é um processo interminável.
- Promover estudos e realizar pesquisas científicas e técnicas, bem como inventos, produtos e novos processos em todos os setores da ciência, nos domínios das atividades públicas ou privadas;
- Prover a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal, nas atividades de ensino e pesquisa, para empreendimentos públicos e privados;
- Organizar, implantar, conveniar, co-participar ou promover, por meio de outras instituições de ensino, pesquisa técnica e superiores públicas, privadas ou fundacionais e estrangeiras, cursos de educação continuada de graduação e pós-graduação, presencial ou à distância, em lato e stricu sensu, de extensão universitária, de especialização e de mestrado acadêmico e profissionalizante;

1.2 INTERESSE SOCIAL DO CURSO DE FARMÁCIA EM SÃO LUÍS/MA

A capital do Maranhão, assim como, as demais capitais do país possuem grandes oportunidades no âmbito social, econômico, cultural e educacional, como também, a convivência com problemas estruturais pertinentes às grandes metrópoles, tais como: desemprego, violência, moradia, educação, saúde.

Este cenário representa um grande desafio para o Brasil e, em particular, para a cidade de São Luís e sua região metropolitana. A baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior representam uma grande *desvantagem competitiva* para um país ou uma região. Países que competem diretamente com o Brasil têm uma proporção bem mais elevada de jovens cursando faculdades e universidades.

O perfil epidemiológico da população de São Luís, tanto aquele que gera a necessidade de serviços especializados com excelência tecnológica, quanto àquele que necessita de serviços com tecnologias mais simples exigem ampliação para que, dados como os revelados pelo IBGE – Censo/2000 e AINDA/SUS possam ser revertidos. Os quadros a seguirem, refletem a situação da saúde no Maranhão e São Luís conforme dados da DATASUS.

Número de Profissionais de Saúde por Habitante/ Por 1.000 habitantes/2008

Região e Unidade da Federação	Médicos p/1.000 hab	Odontólogos p/1.000 hab	Enfermeiros p/1.000 hab	Nutricionistas p/1.000 hab	Farmacêuticos p/1.000 hab
Região Nordeste	0,62	0,35	0,5	0,31	0,25

Fonte: Ministério da Saúde/SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais

Segundo os dados do Censo da Educação Superior/INEP, em 2009, no Brasil ingressaram no ensino superior cerca de 5.115.896 alunos, sendo 1.351.168 na rede pública e 3.764.728 na rede privada de ensino. Especificamente para o curso de

Farmácia, se matricularam 99.896 em 444 cursos, sendo 20.449 na rede pública e 79.447 na rede privada.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de instituições e vagas, segundo a rede, no Maranhão e São Luís, reafirmando a importância das instituições privadas de ensino no oferecimento de cursos na área de farmácia.

**Demonstrativo de Quantidade de Instituições de Ensino e Vagas de Farmácia
MARANHÃO/ 2010**

QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES		QUANTIDADE DE VAGAS		TOTAL DE VAGAS
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	
MARANHÃO	01	05	80	595	675
SÃO LUÍS	01	02	80	295	375

Fonte: EMEC/MEC

A criação do Curso de Farmácia do Instituto Florence de Ensino Superior (IFES) se justifica pelas condições sócio-econômicas da região, visto que o Estado do Maranhão é um dos mais pobres do Brasil, com uma população, segundo o IBGE (BRASIL 2007), de 6.118.995 habitantes, quarta posição entre os Estados com maior população da Região Nordeste e décima posição entre os Estados do Brasil.

Com o objetivo de ilustrar o cenário da atuação do farmacêutico em Farmácia Comercial, em todo o Maranhão, há mais de 4.000 farmácias. Destas, 332 funcionam em São Luís, de acordo com levantamento da Vigilância Sanitária Estadual. Uma fiscalização realizada em outubro e novembro/2009, pela Vigilância Sanitária Estadual, constatou que 63,17% dos estabelecimentos não têm um profissional farmacêutico responsável pela comercialização de medicamentos. Diante dos dados, torna-se evidente a formação de mais profissionais voltados para esta área de atuação farmacêutica, visando ao estabelecimento de uma prestação de serviço mais segura e ética para a sociedade.

O Curso de Farmácia do IFES justifica-se, portanto, em função de diferentes fatores. O mercado de trabalho em plena efervescência e competitividade exige profissionais críticos, empreendedores e que acessem o conhecimento para além do aqui e agora. Ainda neste contexto, destacam-se os crescimentos quanti e qualitativo de projetos de pesquisa no IFES, com o objetivo de despertar o senso crítico dos alunos e engajar os docentes em pesquisas relacionadas com suas áreas de atuação. A instituição conta com fundo de amparo à pesquisa e incentiva seus pesquisadores para a participação em eventos científicos. Desta forma, o egresso do curso de Farmácia poderá vislumbrar outra opção de atuação profissional, a carreira acadêmico-científica, adquirindo assim competências específicas que irão se converter prontamente em uma formação profissional diferenciada e mais competitiva.

O IFES como centro de divulgação e socialização do conhecimento humano e tendo em vista o homem como um ser integral é um espaço apropriado para a implantação de um curso de Farmácia. Além disso, tal curso representa um *loco* de formação de profissionais qualificados, produtores de conhecimento e tecnologias, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população em nível local e regional.

Desse modo, existe uma necessidade social de criação do curso pela disponibilidade de maiores oportunidades de vagas aos candidatos no sentido de preservar a democratização do ensino superior, pelo oferecimento de um curso que faça a diferença pela qualidade que imputa aos seus egressos. (Dados educacionais: egressos do EM/ relação candidato/vaga curso de farmácia).

Tendo em vista, as características de São Luís e suas possibilidades de crescimento econômico, o IFES por meio do seu plano de desenvolvimento institucional vem pleitear o curso de Farmácia, com vistas à colaboração na formação de profissionais qualificados e integrados à realidade maranhense e do país, oferecendo um ensino que conduza à cidadania e ao comprometimento com os desafios da sociedade contemporânea.

O curso de Farmácia do IFES se justifica não só pelas possibilidades de desenvolvimento presentes em São Luís, ou pela demanda existente no Brasil, mas principalmente, por ser uma das principais metas dos dirigentes do IFES e de seus objetivos institucionais em se tornarem referência no ensino na área de saúde da região e do Estado do Maranhão.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1 O INSTITUTO FLORENCE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

A mudança de paradigma no campo científico requer a formação de uma nova visão da educação, de caráter multicultural, que sirva de sustentação para a diversidade que se apresenta na base dos processos científicos.

Tal visão revolucionária, sistêmica, interativa e indeterminada exige que sejam repensados os conceitos de disciplinas, estruturas e conteúdos curriculares, bem como o papel do verdadeiro professor universitário, que jamais deve se limitar a repetir o feito e o escrito por outros na acumulação passiva de conhecimentos, e sim sempre gerar com seus alunos conhecimentos e produzir novos pensamentos, a despeito e apesar da disciplina que ministra, dentro da plena interatividade, assim, consolidando os ideais do Instituto Florence de Educação Superior.

A preocupação maior do Instituto Florence de Educação Superior reside em encontrar respostas adequadas para o século 21, notadamente do papel reservado de ser um Centro de Excelência e de Referência de ensino e iniciação científica, já que estamos na “*era do conhecimento*”, que significa a aceleração vertiginosa do avanço das fronteiras não demarcadas da ciência e do aumento da dependência da tecnologia em relação aos desenvolvimentos científicos.

Ao contrário do que vem sendo propagado por quase todos os meios eletrônicos e tradicionais da mídia, a Faculdade/Universidade, com suas escolas, é e continuará sendo o centro irradiador de resposta aos desafios do moderno e veloz processo universal de mudança socioeconômica, que parece engolfar em vértices sempre mais céleres de aparente destrutivismo caótico, a competência das mentes humanas e seu comportamento regulador no embate dualístico sobreviver/ser.

Portanto, subjacente aos conteúdos dos cursos oferecidos pelo Instituto Florence de Educação Superior está a transdisciplinaridade, uma evolução da educação. Novo processo multicompreensivo que busca entre as disciplinas, no meio delas e além delas pontos de intersecção e um vetor comum entre as diferentes áreas do conhecimento teórico e prático.

Em suma, houve uma mudança radical na maneira como o homem concebe a si mesmo, a realidade e o mundo circundante. Essas mudanças ajudam à compreensão do sentido de inter e transdisciplinaridade, que é uma atitude e um ato de vontade de superação de todas as visões fragmentadas e dicotômicas que tradicionalmente vêm se sedimentando em modelos de racionalidade científica defendidos por grandes grupos e corporações da sociedade.

2.2 MISSÃO INSTITUCIONAL

O Instituto Florence de Ensino Superior, enquanto uma instituição de cunho educacional tem por finalidade a promoção da educação superior integral, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento de forma geral.

Sua missão consiste em gerar e difundir conhecimento para formar

profissionais dotados de senso crítico, competências e habilidades e de princípios ético-humanísticos, com aptidão para atuar junto as diferentes demandas da sociedade, especialmente a maranhense, a partir de uma ambiente acadêmico que harmonize a qualificação técnico, a cidadania, a competitividade e a inovação.

Nesse sentido, o Instituto Florence de Ensino Superior tem compromisso com a qualidade de vida, o protagonismo social, a solidariedade, o bom atendimento, a competência, o respeito a si mesmo, ao outro e a toda a forma de vida. Sua prioridade é o desenvolvimento do projeto pedagógico atualizado, com professores competentes, qualificados e que fazem aprender com uma infraestrutura tecnologicamente avançada.

2.3 FINALIDADES INSTITUCIONAIS

O Instituto Florence de Ensino Superior assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, tem como finalidade responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa, gerando e difundindo conhecimento para formar profissionais dotados de senso crítico, competências e habilidades e de princípios ético-humanísticos, com aptidão para atuar junto as diferentes demandas da sociedade.

O Instituto tem o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliadas à iniciação científica e à extensão, ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento.

Busca, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com o artigo 5º do seu Regimento, o Instituto Florence de Ensino Superior tem por finalidade principal o oferecimento de ensino no nível de educação superior, em especialidades de real demanda das organizações sociais.

A educação para o desenvolvimento da capital e de todo o Estado do Maranhão, consubstanciada no pressuposto de que a educação não se resume ao ensino formal propriamente dito, mas também na extensão e na iniciação científica, além de uma forte atuação junto à comunidade, constitui o princípio que norteia a atuação do Instituto Florence de Ensino Superior não apenas nos próximos cinco anos, mas durante toda sua existência que se pretende longa.

A vocação da instituição está voltada para o atendimento do aluno residente na capital do Estado, mais especificamente na microrregião em se encontra instalada e nos municípios circunvizinhos, atuando de maneira a reforçar a política de qualificação constante e universalização do ensino superior.

Nosso modelo organizacional está balizado pela qualidade, pela organização e pela informação, expressão que permeará as nossas ações e que deverá persistir na nossa caminhada universitária, que ora se inicia.

2.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Buscando a excelência nos serviços educacionais oferecidos a população maranhense, o Instituto Florence de Ensino elencou como objetivos institucionais:

- Implantar, avaliar e aperfeiçoar um sistema de gestão empresarial e acadêmica baseado em técnicas de planejamento e controle orçamentário, considerando a valorização das pessoas de forma a proporcionar condições a todos os colaboradores do Instituto Florence de Ensino Superior, para desenvolverem suas atividades de forma eficaz.
- Empreender uma gestão participativa e democrática pautada em princípios éticos, que possibilitem a efetiva participação da comunidade acadêmica no processo decisório da instituição.
- Investir na qualificação do corpo docente, através de uma política de recursos humanos que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional.
- Oferecer cursos de graduação e pós-graduação com níveis de excelência e que tenham como foco o atendimento das necessidades reais da população do Estado.
- Empreender uma gestão institucional que tenha como foco principal a implementação de um sistema contínuo e permanente de avaliação, visando a excelência dos serviços educacionais oferecidos;
- Envolver toda comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional, aproximando cada vez mais suas expectativas aos serviços prestados.
- Formar indivíduos como cidadãos, competentes profissionalmente, com senso de responsabilidade social, cômnicos de seus deveres, éticos e que respeitem os valores de nossa sociedade.
- Formar profissionais que sejam indivíduos aptos a atuar em seu entorno, atendendo às necessidades das comunidades, com o intuito de torná-las autônomas no diagnóstico de seus problemas e no encaminhamento das soluções.
- Participar do processo de criação e divulgação de conhecimento, a partir da atuação de seus núcleos de pesquisa e estudo, da revista própria e de outros meios de comunicação disponíveis.
- Desenvolver o espírito crítico e científico dos discentes mediante a consolidação de um ensino articulado a pesquisa e a extensão, efetivando de maneira significativa os conhecimentos teóricos a prática do seu cotidiano.

2.5 GESTÃO E ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

O Instituto Florence de Ensino Superior exerce suas atividades acadêmicas sediada no município de São Luís, no Estado do Maranhão. É mantido pelo Instituto Florence de Ensino Superior Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em São Luís/MA, constituída e registrada na forma da lei.

Enquanto mantenedora de uma instituição educacional de formação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos para promoção do Ensino, da Iniciação Científica e da Extensão, dispõe-se a mantenedora do Instituto Florence de Ensino

Superior a contribuir na produção, acumulação, sistematização e disseminação de conhecimentos e cultura em áreas do conhecimento de relativa conexão, mediante o vínculo da multidisciplinaridade.

Em função dessa concepção, concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente; formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

Além destes aspectos, oferece condições favoráveis ao desenvolvimento de conhecimentos na área por meio de iniciativas inovadoras de trabalho com instituições governamentais e não governamentais, visando a constituição de grupos interdisciplinares e multifacetados em torno de Projetos de interesse social da comunidade .

Objetivando estimular setores produtivos e promover o conhecimento em programas de cursos nas diversas áreas do conhecimento, elaborou o projeto de credenciamento para regularizar o funcionamento do Instituto Florence de Ensino Superior, concorreram vários fatores, como o progresso e o desenvolvimento sempre constantes na região do Centro e principalmente no município de Maranhão e a necessidade social da região, ainda carente de programas de formação superior de alto nível e mensalidades acessíveis à população de menor poder aquisitivo, fato que tem levado a população estudantil a procurar grandes centros, distantes de sua residência e que, além dos transtornos que acarretam, ainda implicam em gastos extras, muitas vezes incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

A organização acadêmico-administrativa do Instituto Florence de Ensino Superior está estruturada de forma a proporcionar aos professores, estudantes e membros da comunidade qualidade e presteza em seus serviços.

Para tanto, o Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de órgãos administrativos e de apoio constituídos por profissionais aptos a lidar com as variadas questões suscitadas pelas atividades promovidas.

São as seguintes as estruturas e atribuições dos órgãos colegiados do Instituto Florence de Ensino Superior, de acordo com o disposto em seu Regimento, no Título II:

2.5.1 Do Conselho Superior – CONSUP

O Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo de natureza deliberativa, normativa e recursal do Instituto Florence de Ensino Superior, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Diretor Administrativo-Financeiro;
- Até 3 (três) representante da entidade mantenedora, por ela indicado(s);
- 1 (um) representante da comunidade, escolhido e designado pelo Diretor Geral;
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na

instituição, não esteja cursando dependência e apresente aproveitamento e 16 inqüenta16 satisfatórios nas disciplinas cursadas; e

- Até 5 (cinco) representantes do Corpo Docente, escolhidos por seus pares.

O mandato dos representantes é de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho Administrativo Superior funcionam com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho Administrativo Superior possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Exercer, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, a jurisdição superior da Faculdade;
- Aprovar este Regimento, suas alterações e emendas, submetendo-o à aprovação do Órgão Federal competente;
- Aprovar o Plano Anual de Trabalho;
- Deliberar, atendida a legislação em vigor, sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos ou habilitações de graduação, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, pós-graduação e cursos seqüenciais;
- Deliberar sobre a criação, desmembramento, incorporação ou extinção de Unidades Acadêmicas ou Administrativas, ouvida a Entidade Mantenedora;
- Deliberar sobre a política de recursos humanos da Faculdade, planos de carreira e salários, no âmbito de sua competência, submetendo-a à Entidade Mantenedora;
- Decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- Decidir sobre a concessão de títulos acadêmicos e honoríficos e sobre a instituição de símbolos, bandeiras e outros dísticos para uso da Faculdade e da sua comunidade acadêmico – administrativa;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor-Geral, praticados na forma “ad referendum”.

2.5.2 Do Conselho De Ensino, Pesquisa E Extensão – CONSEP

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva do Instituto Florence de Ensino Superior, em matérias de natureza acadêmica, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
 - Diretor Acadêmico;
 - Coordenadores dos Cursos Superiores;
 - Coordenador de Pós-Graduação e Extensão;
 - Até 5 (cinco) representante do Corpo Docente, escolhidos por seus pares;
- e

- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não esteja cursando dependência e apresente aproveitamento e 17inqüenta17 satisfatórios nas disciplinas cursadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho Administrativo Superior funcionam com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, cujas decisões podem ser objeto de recurso para o Conselho Superior, possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Fixar as diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade;
- Apreciar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cursos seqüenciais;
- Deliberar sobre representações relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cursos seqüenciais, em primeira instância e em grau de recurso;
- Aprovar o Calendário Escolar;
- Fixar normas complementares às deste Regimento sobre processo seletivo, diretrizes curriculares e programas, matrículas, transferências, adaptações e aproveitamento de estudos;
- Aprovar projetos de pesquisa e programas de extensão;
- Apreciar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Aprovar normas específicas para os estágios supervisionados, elaboração, apresentação e avaliação de monografias ou trabalho de conclusão de curso;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor Geral;
- Propor a concessão de prêmios destinados ao estímulo e à recompensa das atividades acadêmicas; e
- Autorizar acordos e convênios propostos pela Entidade Mantenedora, com entidades nacionais e estrangeiras, que envolvam o interesse da Faculdade.

2.5.3 Dos Colegiados De Cursos

O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, servindo para assessoramento da Diretoria para o planejamento, acompanhamento e busca de melhorias contínuas de cada curso do Instituto Florence de Ensino Superior.

O Colegiado de Curso tem, no mínimo, a seguinte composição:

- Coordenador do Curso, que o preside;
- Professores que ministram disciplinas no curso; e

- Um representante do Corpo Discente, escolhido pelos alunos do mesmo, observados os requisitos para representação discente nos órgãos colegiados, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

O Colegiado de Curso reunir-se-à, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento de 2/3 de seus membros, funcionando suas reuniões com a presença da maioria absoluta de seus membros, com tomada de decisões por maioria simples de votos.

As decisões e/ou proposições do Colegiado à Diretoria ou ao Conselho Administrativo Superior serão apresentadas na forma de Parecer, baseado na ata da Reunião do mesmo e em outros documentos apresentados, devendo ser assinado pelo Presidente.

O Colegiado de Curso possui as seguintes competências e atribuições, regimentalmente fixadas:

- Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da Faculdade e com as presentes normas regimentais;
- Quanto à organização didático-pedagógica dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;
- Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática intradisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;
- Analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;
- Inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (Provão) e avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistas aos procedimentos acadêmicos; e
- Analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

2.5.4. Da Diretoria Geral

O Instituto Florence de Ensino Superior é administrado por uma Diretoria, constituída por um Diretor Geral, um Diretor Acadêmico, um Diretor Administrativo e Financeiro e pelos Coordenadores de Cursos.

A Diretoria é o órgão que desenvolve a política educacional e administrativa da Instituição, de acordo com as diretrizes emanadas pela mantenedora e pelo Conselho Administrativo Superior.

A Diretoria da Faculdade é nomeada pela Diretoria da mantenedora por um prazo de 2 (dois) anos, permitidas reconduções.

A Diretoria Geral é o órgão executivo da administração geral da Faculdade,

exercida por um Diretor Geral, o qual será auxiliado, em suas funções, pelo Diretor Acadêmico e pelo Diretor Administrativo-Financeiro, nomeados pela mantenedora por indicação do Diretor Geral.

Nas ausências e impedimentos eventuais e legais do Diretor Geral, este será substituído pelo Diretor Acadêmico.

A Diretoria da Faculdade, nos termos de seu Regimento, possui as seguintes competências:

- Representar a Faculdade interna e externamente ou promover-lhe a representação, no âmbito de suas atribuições;
- Promover em conjunto com os Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, a integração no planejamento e harmonização na execução das atividades;
- Conferir graus, expedir diplomas e títulos honoríficos, presidir a solenidade de formatura e demais atos acadêmicos em que estiver presente;
- Convocar e presidir o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Promover a elaboração o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do CONSUP;
- Decidir sobre matéria de natureza urgente ou omissa, “ad referendum” do colegiado competente;
- Promover a elaboração do calendário escolar encaminhando-o ao CONSEP;
- Dar posse aos Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, aos Coordenadores de Curso, aos Coordenadores de Núcleos e aos Chefes de Setores;
- Autorizar, previamente, pronunciamento público e as publicações que envolvam responsabilidade da Faculdade;
- Encaminhar ao CONSUP e à Entidade Mantenedora o relatório anual das atividades;
- Constituir comissões e grupos de trabalhos, designar assessorias permanentes e temporárias, com finalidades específicas de implementação das políticas educacionais da Instituição; e
- Firmar acordos, convênios, planos de cooperação técnico-científico em cumprimento dos objetivos da Faculdade.

2.5.5 Da Diretoria Acadêmica

Ao Diretor Acadêmico estão regimentalmente atribuídas as seguintes competências:

- Assessorar o Diretor Geral no exercício das atividades acadêmicas da Faculdade;
- Gerenciar as ações de programação acadêmica, execução e avaliação dos currículos plenos dos cursos, objetivando articulação das diversas áreas do conhecimento e integração da Coordenadoria de cursos de graduação às diretrizes, políticas e objetivos educacionais da Faculdade e dos cursos;

- Estimular a participação docente e discente na programação cultural, técnico-científicas, didático-pedagógica e desportivas; e
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

2.5.6. Da Diretoria Administrativa-Financeira

A Diretoria Administrativa-Financeira, órgão executivo para assuntos de natureza administrativa-financeira, supervisiona as atividades relacionadas a:

- Recursos Humanos;
- Recursos Orçamentários e Financeiros;
- Recursos Patrimoniais e Materiais; e
- Serviços de Administração Geral.

O Regimento atribui ao Diretor Administrativo e Financeiro as seguintes competências:

- Auxiliar o Diretor Geral na formulação e execução da política administrativa-financeira da Faculdade;
- Coordenar as ações de planejamento, execução e avaliação da Administração Geral em seus aspectos de recursos humanos, orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e serviços gerais; e
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

2.5.7 Das Coordenações Dos Cursos

A Coordenação é o órgão executivo, cujo papel se concentra na gestão acadêmica do curso e na implementação das diretrizes traçadas pelo Colegiado de Curso.

O Coordenador de Curso e o seu substituto eventual são designados pelo Diretor Geral, com titulação adequada às suas funções.

São atribuições e competências do Coordenador de Curso, conforme previsto no Regimento da Faculdade:

- Assessorar a Diretoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da Faculdade e do Curso;
- Gerenciar o desenvolvimento do projeto pedagógico e propor sua revisão em face de necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo;
- Supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do e mentário e da programação didático-pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;

- Gerenciar a execução da programação acadêmica do curso zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horária das disciplinas;
- Acompanhar o desempenho docente e discente mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;
- Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;
- Elaborar e gerenciar a implantação de horários e oferta de disciplinas e alocação de professores segundo as diretrizes gerais da Faculdade;
- Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;
- Fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;
- Convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;
- Adotar “ad referendum” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do curso; e
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

2.5.8. Da Coordenação De Pós-Graduação E Extensão – Conex

A Coordenação de Pós-Graduação e Extensão/ CONEX superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades da área de pós-graduação e Extensão da Faculdade, zelando pelo seu bom desempenho e qualidade, visando à excelência de forma integrada com a Diretoria Acadêmica.

O coordenador de pós-graduação e Extensão em sua ausência ou impedimento será substituído por um coordenador de curso, que também o sucederá em caso de vacância, até novo provimento, acumulado dois cargos por designação do Diretor Geral.

Compete ao Coordenador de pós-graduação e Extensão:

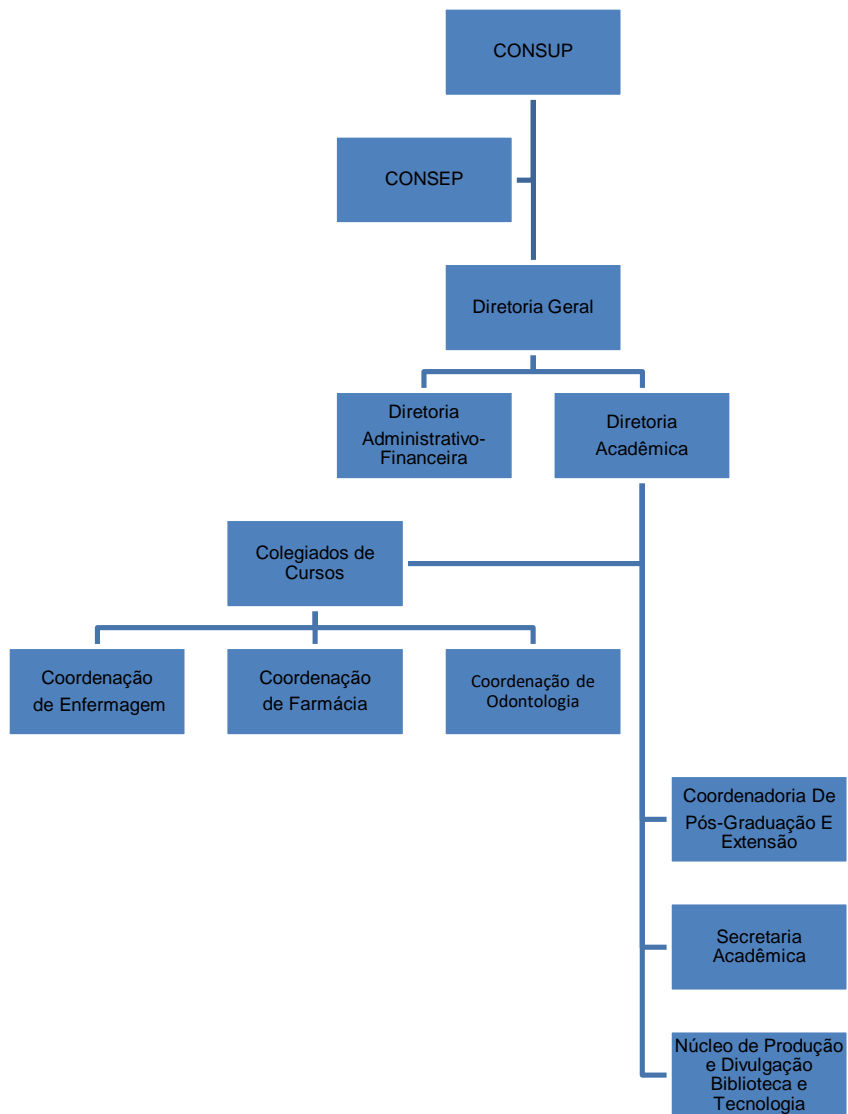
- Coordenar a vida acadêmica e as atividades didático-pedagógicas de pós-graduação e Extensão;
- Representar essas áreas da educação superior da Faculdade perante autoridades e instituições congêneres e associativas de sua categoria no âmbito da sua competência;
- Assinar diplomas e/ou certificados de conclusão de cursos e outros certificados, na área de pós-graduação e Extensão juntamente com o Diretor Geral;
- Zelar para que na área de sua jurisdição a Faculdade não fique privada ou desprovida de recurso de qualquer natureza, necessário ao desenvolvimento de suas atividades em nível de qualidade e excelência;

- Proceder à distribuição do pessoal docente nos respectivos cursos de pós-graduação e extensão;
- Promover a interligação e integração da sua área com a graduação;
- Propor a Diretoria Geral a concessão de títulos e prêmios honoríficos para o pessoal sob sua administração;
- Propor ao Diretor Geral a constituição de comissão a assessorias para resolver questões de interesse acadêmico de sua área, quando houver absoluta necessidade, ouvidos os órgãos envolvidos;
- Zelar pela fiel observância da legislação de ensino, e das normas complementares emanadas dos órgãos da Faculdade; e
- Desempenhar outras funções e atividades no âmbito de sua competência, ou que, por sua natureza lhe sejam atribuídos pelo Diretor Geral.

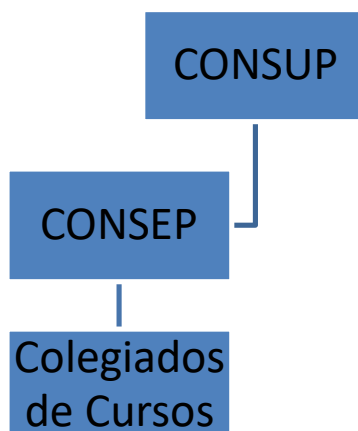
2.5.9. Organograma

A seguir, encontram-se, o organograma do Instituto Florence de Ensino Superior, demonstrando, graficamente, a hierarquia de seus órgãos e sua organização.

Organograma 1: Instituto Florence de Ensino Superior



Organograma 2 – Organograma dos órgãos deliberativos – IFES



2.6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INTERNA

2.6.1. DIRETORIA

Todos os serviços de apoio técnico-administrativo são vinculados à Diretoria do Instituto Florence de Ensino Superior, que se responsabiliza pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio, da segurança e do funcionamento dos serviços gerais.

A Diretoria é constituída por um Diretor Geral, um Diretor Acadêmico e um Diretor Administrativo-Financeiro.

À Diretoria são subordinados os chamados Serviços Administrativos, compostos pela Secretaria Acadêmica, Recursos Humanos e Biblioteca.

A constituição, composição, funcionamento e provimento dos serviços de apoio técnico-administrativo obedecem ao disposto pela Administração, com a anuência da Entidade Mantenedora.

Cada setor terá um profissional responsável, coadjuvado por tantos assistentes técnicos quantos forem necessários para o bom desempenho de suas atribuições.

2.6.2. SECRETARIA ACADÊMICA

É o departamento do Instituto Florence de Ensino Superior que tem por responsabilidade administrar todo o processo de registro das atividades acadêmicas desenvolvidas na Instituição, com as seguintes competências regimentalmente definidas:

- Responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;
- Orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;
- Autorizar e controlar o funcionamento de cópias de documentos aos interessados; e
- Expedir, por autorização do Diretor Geral, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos alunos.

A dinâmica atuação da secretaria geral adquire destaque no momento em que fornece as informações corretas, e no momento em que são necessárias, aos docentes e/ou discentes e, desta maneira, colabora com os mesmos para o planejamento e desenvolvimento de suas atividades.

Os procedimentos administrativos da secretaria geral exigem uma perfeita integração com seus dois principais agentes externos: professores e estudantes.

2.6.3. RECURSOS HUMANOS

A área de Recursos Humanos é responsável pela fiel observância da legislação trabalhista e previdenciária na elaboração e cumprimento dos contratos de trabalho, tendo assim definidas suas competências no Regimento:

- Recrutamento e Seleção de candidatos: Identificação de perfis, realização de dinâmicas de grupo, entrevistas, acompanhamento do processo até a decisão final pelo requisitante;
- Execução de atividades ligadas ao Treinamento e Desenvolvimento: Levantamento de necessidades, criação, execução e avaliação de programas de treinamento;
- Processo de Integração de novos colaboradores;
- Prepara os processos de admissão de colaboradores, efetuando registro em carteira, cadastramento no banco de dados da empresa;
- Controle das jornadas de trabalho;
- Suporte aos casos de reclamações trabalhistas junto à assessoria jurídica, providenciando a documentação necessária e agendando audiências junto ao preposto indicado;
- Manutenção do banco de dados de informações cadastrais e salariais dos colaboradores;
- Execução dos processos de desligamentos de colaboradores, elaborando rescisão contratual e dando baixa na documentação;
- Execução de atividades relacionadas ao plano de benefícios da empresa;
- Atendimento aos colaboradores em geral, esclarecendo dúvidas sobre pagamentos, Farmácia e utilização de benefícios, entre outras, atuando como interface entre a empresa e os colaboradores; e
- Elaboração de relatórios e controles inerentes à área.

2.6.4 BIBLIOTECA

A Biblioteca, tendo em vista sua importância fundamental na vida acadêmica, merecerá tópico específico adiante, neste momento valendo registrar apenas que a Biblioteca é um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do Instituto Florence de Ensino Superior e será durante toda sua existência, alvo de diligente atenção de toda a comunidade acadêmica.

A Biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior tem por finalidade proporcionar acesso ao acervo bibliográfico, para o aluno, professor, funcionário e comunidade em geral, de acordo com regulamento próprio, assim estando delimitadas suas competências no Regimento:

- Estimular o hábito da leitura;
- Facilitar o acesso ao acervo bibliográfico;
- Zelar pelo acervo bibliográfico;
- Manter o registro do acervo bibliográfico;
- Classificar a publicação segundo normas adotadas pela Instituição;
- Realizar eventos que possibilitem o estímulo e orientação à pesquisa; e
- Administrar a videoteca da faculdade.

2.7 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

2.7.1. COMUNICAÇÃO INTERNA

Com ênfase na qualidade educativa, a comunicação interna (endomarketing) tem por objetivo fortalecer as relações humanas e a imagem da Instituição, de modo a oferecer os funcionários e alunos a melhoria na prestação dos serviços.

- Além, da existência de comunicação por rede de computadores Intranet e informativos internos, a IES desenvolverá as seguintes ações:
- Divulgação, por meio da Intranet, de eventos destinados a alunos e funcionários;
- Ampliar a divulgação de datas comemorativas (aniversariantes do mês, datas pontuais do calendário acadêmico), e participação dos funcionários/alunos em congressos, cursos e eventos externos;
- Incrementar a realização de eventos culturais; e
- Promover a interação entre os departamentos visando ao favorecimento na comunicação – esta ação prevê reuniões trimestrais com os departamentos para atualizar e avaliar as ações desenvolvidas.

2.7.2. COMUNICAÇÃO EXTERNA

Com ênfase na divulgação da qualidade dos serviços educacionais prestados, a comunicação externa (exomarketing) tem por objetivo fortalecer as relações humanas e a imagem da Instituição perante a comunidade e o próprio sistema federal de ensino, de modo a apresentar os serviços prestados, sempre primando pela qualidade acima de tudo, do modo que, neste aspecto, a IES desenvolverá as seguintes ações:

- Manter permanentemente atualizada a home page da instituição, sobretudo com as informações necessárias na forma da legislação vigente;
- Padronizar logotipos para os projetos do Instituto Florence de Ensino Superior;
- Divulgar a agenda e as ações da IES, em jornais e revistas de circulação regional;
- Investir na divulgação da IES nas principais rádios do Estado; e
- Captar recursos através de apoio e parcerias em projetos e convênios.

O sistema de comunicação interna e externa está explicitado detalhadamente no documento da Faculdade denominado Mecanismos de Comunicação Institucional.

2.8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O registro e controle acadêmico do Instituto Florence de Ensino Superior é realizado mediante programa instalado na Secretaria, que funciona em rede com a diretoria, a coordenação do curso, tesouraria e biblioteca.

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de Sistema de Controle Acadêmico, Administrativo e Financeiro, possibilitando à comunidade acadêmica o acesso, acompanhamento e recuperação de informações à distância, a partir da internet. Tal sistema oferece diversas funcionalidades, tais como: controle de notas e faltas; histórico escolar; comunicados diversos; horários de aula; solicitação e acompanhamento de requerimentos; extratos financeiros; 2ª. Via do boleto bancário; matrícula on-line e calendário de aulas, dentre outros.

Também poderão ser disponibilizadas aos docentes várias informações para acesso, entre elas: turmas; horários de aulas; calendário de avaliações; lançamento de notas; consulta de notas e disponibilização de arquivos para download dos alunos.

Além disso, estará disponível para a comunidade acadêmica todo o conjunto de informações e serviços acerca da biblioteca, tais como: acervo, reserva de livros e materiais acadêmicos, pagamento de taxas, dentre outros.

Existem ainda algumas ferramentas de comunicação interna e externa disponível, possibilitando articulação entre as áreas organizacionais e toda comunidade acadêmica.

Com o uso desses sistemas, o gestor, em todas as esferas de atuação institucional, pode dispor das informações relevantes e necessárias à tomada de decisão.

O Sistema de informação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento institucional. Possibilitando acesso rápido e fácil e interagindo toda estrutura pedagógica e administrativa

A internet proporcionou o crescimento das funções e recursos de um sistema pedagógico. As verdadeiras ferramentas de integração da comunidade escolar e ensino colaborativo, permitindo que não somente o pessoal da área da secretaria, tesouraria, biblioteca e administrativo utilizem seus benefícios, mas também alunos e professores, compondo um sistema de controle acadêmico e administrativo de última geração que provê, além dos recursos habituais fornecidos por um sistema deste tipo, um universo de novos recursos, que o uso da Internet veio propiciar.

O mesmo sistema funciona através da Internet disponibilizando aos alunos informações sobre os cursos, serviços gerais como histórico escolar, boletim de resultado final, consulta de notas, consulta de programas de disciplinas, horários das aulas, solicitação de declarações e sugestões.

O site do Instituto Florence de Ensino Superior auxiliará nas pesquisas dos interessados em conhecer os cursos oferecidos e a obter informações extras, fornece ainda aos alunos a facilidade de poderem consultar suas notas e faltas e titulação do corpo docente.

Todos os setores da faculdade estão interligados através de uma rede interna de comunicação on-line, o que permite a troca e a atualização de informações de forma rápida e eficiente.

No site da faculdade, serão disponibilizadas áreas destinadas aos alunos e aos professores onde o acesso a serviços e informações são feitos de forma restrita através de login e senha. No site estará disponível material didático de apoio aos alunos.

2.9. POLÍTICAS DE PESSOAL, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS

A Faculdade e a sua Mantenedora adotarão uma política de recursos humanos objetivando valorizar os seus quadros profissionais – docentes e não-docentes, baseada nos seguintes princípios:

- Desenvolver relações harmônicas entre os membros de sua comunidade acadêmica;
- Estimular a criatividade e a participação de docentes e não-docentes em todas as atividades da instituição, formais e não-formais;
- Estimular e apoiar a produção científica dos professores e as iniciativas individuais ou de setores administrativos ou acadêmicos para a capacitação docente e/ou técnico-profissional;
- Aprimorar as condições de trabalho com a preocupação constante da atualização dos padrões salariais de sua comunidade trabalhadora; e
- Buscar, constantemente, elevados padrões éticos no desempenho profissional de docentes e não-docentes.

A Instituição têm ciência de que, mesmo tendo um Plano de Desenvolvimento Institucional adequado, concebido dando ênfase à qualidade e aliado a Projetos Pedagógicos consistentes para os cursos que pretende oferecer à sociedade, isto pouco representará se não dispuser, em seu corpo de empregados, de pessoas qualificadas para desempenhar as funções administrativas, pedagógicas e acadêmicas.

Sendo assim, estabelece como diretrizes para a contratação de recursos humanos na área administrativa:

- A qualificação técnica para o exercício da função;
- A experiência na função de, pelo menos, dois anos;
- A avaliação do perfil psicológico elaborado por profissional competente; e
- A adaptação à função após o período de experiência de 3 meses.

2.10. CORPO DOCENTE

Desde o início de suas atividades, o Instituto Florence de Ensino Superior, na seleção e contratação de professores dará preferência aos oriundos das universidades públicas e particulares mais proeminentes, observando, no caso de mestres e doutores, o credenciamento dos respectivos cursos.

O segundo critério empregado se refere à experiência no magistério e em organizações, de forma a aliar nas estratégias pedagógicas, a prática e a teoria, de forma a melhor ensinar os conteúdos de forma a garantir a aprendizagem, mas, simultaneamente, por intermédio de exemplos de participação na sociedade e de comportamento em comunidade, participar da formação do “ser”, isto é, daquele profissional declarado inicialmente na missão do Instituto Florence de Ensino Superior.

Finalmente, como terceiro critério, temos a adequação da formação do docente às disciplinas para as quais serão indicados.

Em função dos critérios acima, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que todos os professores atenderão aos requisitos necessários para o bom desempenho de suas atividades didáticas e que sua formação será plenamente adequada às disciplinas dos diversos cursos.

A política de recursos humanos do Instituto Florence de Ensino Superior tem, como instrumentos de realização, o Regimento e os planos de capacitação e de carreira docente. Dessa forma, o quadro docente é constituído por todos os professores atuantes nos cursos oferecidos pela Faculdade. Os professores são contratados pela Mantenedora, por indicação da Diretoria da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente.

A admissão de professor é feita, mediante seleção, procedida pela coordenadoria do curso a que pertença a disciplina, e homologada pela Diretoria da Faculdade, observados os critérios estabelecidos em edital.

São atribuições do professor:

- Elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Conselho de Curso, por intermédio da coordenadoria respectiva;
- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- Fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Diretoria;
- Observar o regime disciplinar da Faculdade;
- Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- Recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- Comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção da Faculdade e seus órgãos colegiados;
- Responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;
- Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- Planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- Conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação e seu desempenho acadêmico;
- Não defender idéias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem o Regimento da Faculdade e as leis;
- Comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenadoria do curso ou da direção da Faculdade;
- Elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;
- Participar da elaboração do projeto pedagógico e institucional da Faculdade;
- Exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento da Faculdade.

2.10.1 Diretrizes para Contratação Docente

Os critérios que norteiam a contratação de professores podem ser resumidos em dez aspectos para consideração:

- Titulação: mínima de especialização na área do conhecimento em que atuará;
- Aderência às Disciplinas: Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que a Instituição

30

oferece;

- Experiência Profissional: Professores com experiência docente e não docente (com especial valorização desta última nos cursos de formação tecnológica);
- Experiência Docente: Professores com experiência docente em cursos superiores de, pelo menos, 02 (dois) anos quando o mesmo estiver associado ao magistério em cursos de graduação plena (bacharelados e licenciaturas);
- Interatividade: Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- Educação Continuada: Professores comprometidos com a educação permanente, seja a sua própria e a de seus discentes;
- Potencialidade/Disponibilidade para Pesquisa e Extensão: Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão às atividades de magistério;
- Comprometimento: Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
- Didática: Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita;
- Sociabilidade: Professores com capacidade para iniciar, manter e estender relações sociais nas organizações locais, nacionais ou internacionais nas quais participa.

2.10.2 Diretrizes para a Contratação De Coordenador De Curso

A Instituição reconhece as Coordenações de Curso como liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece. Embora a região não disponha de expressivo contingente de profissionais titulados, dentro do possível sempre haverá um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os critérios indicados a seguir:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre ou doutor;
- Professores com, pelo menos, 03 (três) anos de experiência acadêmica e não-acadêmica;
- Professores com dedicação integral (40 h) ao curso e à Instituição;
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma sistematizada, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece ou, ainda, propor novas linhas de ação institucionais;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função; e
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Com as diretrizes apontadas no texto de Edson Franco, é possível agrupar as atribuições típicas do Coordenador de curso desta Instituição em quatro categorias: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional:

A) FUNÇÕES DE NATUREZA POLÍTICA:

- Ser o grande divulgador do curso que coordena tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e à sociedade.
- Negociar com os dirigentes, condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motivar estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

B) FUNÇÕES DE NATUREZA GERENCIAL:

- Contribuir para definir e cumprir os critérios estabelecidos para contratar, promover e qualificar professores e funcionários.
- Supervisão da qualidade e da suficiência das instalações típicas; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca, hemeroteca e videoteca, e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhecer e contribuir para os controles típicos de uma Secretaria: registro de faltas e de notas; matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formular fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

C) FUNÇÕES DE NATUREZA ACADÊMICA:

- Contribuir para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integrar os professores e estimular a articulação das disciplinas da estrutura curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Liderar o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos de estrangulamento e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimular os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, programa de estágio supervisionado, programa de trabalho de conclusão de curso, programas de atendimento vinculados ao Núcleo de Prática Jurídica, etc.

D) FUNÇÕES DE NATUREZA INSTITUCIONAL:

- Contribuir para a constante melhoria da imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontrar meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.

- Firmar contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da instituição junto à sociedade.
- Ser ativo em todos os processos que envolvam autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

2.10.3. Plano De Carreira Docente

O Plano de Carreira Docente, parte integrante o Plano de Cargos, Salários e Carreira/PCSC (Anexo 01), do Instituto Florence de Ensino Superior, visa precipuamente, a incentivar uma melhor qualificação dos professores, por meio da realização de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, etc.

O corpo docente da Faculdade é regido pelo Regimento e pelos planos de capacitação e de carreira, cargos e salários. O regime jurídico de trabalho dos professores do Instituto Florence de Ensino Superior é o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em consonância com os acordos e convenções coletivas de trabalhos firmados entre os representantes das categorias profissionais.

O corpo docente participa da administração da Faculdade, por intermédio de representações nos órgãos colegiados, em todos os níveis, e nos cargos de direção e de coordenação acadêmico-administrativa.

A Faculdade primará por atender aos indicadores e padrões de qualidade fixados pelo Ministério da Educação, privilegiando, no processo de seleção e admissão de professores, os de titulação mais elevada.

O Plano de Carreira Docente do Instituto Florence de Ensino Superior, têm estabelecidas as seguintes metas:

- Atualizar permanentemente o Plano de Carreira Docente;
- Manter atualizado o arquivo da documentação necessária à comprovação da titulação acadêmica e profissional; e
- Avaliar, periodicamente, de acordo com o Programa de Avaliação Institucional, o desempenho docente individual.

2.11. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os funcionários não docentes, contratados pela entidade mantenedora e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que exercem importante papel para dar suporte à atividade-fim, que é o ensino. A carga horária de todo o corpo técnico-administrativo é de 44 horas semanais de trabalho. As normas que regulam os direitos e deveres do pessoal técnico-administrativo estão reguladas no Plano de Cargos, Salários e Carreira/PCSC (Anexo 02)

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelos funcionários enquadrados nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico,

administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerências, tais como: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
- Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;
- Atividades de apoio administrativo;
- Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional.

É constituído pelas seguintes categorias:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

A admissão dos profissionais do Corpo Técnico-Administrativo é condicionada à existência de vagas e, far-se-á pela Diretoria Geral, ouvida a Diretoria Administrativo-Financeira e aprovada pela Mantenedora.

Os funcionários da Instituição devem:

- Comparecer ao ambiente de trabalho no horário contratual e em horários extraordinários, quando convocados;
- Guardar sigilo quanto aos assuntos de serviço;
- Manter com os colegas e superiores relações de participação, cooperação e solidariedade;
- Zelar pela economia do material e pela conservação do que for confiado à guarda e ao uso;
- Apresentar, dentro dos prazos previstos, relatórios da suas atividades ou documentos de sua responsabilidade;
- Cumprir e fazer cumprir, em sua área de atuação, as normas estabelecidas e orientações dos órgãos superiores;
- Manter comportamento ético em todos os momentos e não praticar atos que firam física ou moralmente qualquer pessoa dentro da Instituição;
- Participar de eventos de atualização e aperfeiçoamento dentro de sua atuação profissional.

2.11.1. Plano De Capacitação Do Corpo Técnico-Administrativo

A qualificação do corpo técnico-administrativo ficará a cargo do Programa Integrado de Gestão do Capital Humano/PIC(Anexo 03) que é o documento oficial que tem como objetivo organizar a qualificação do quadro técnico-administrativo e do corpo docente do IFES. O PIC será operacionalizado pela Direção Administrativo-financeira através do Setor de Recursos Humanos.

Está alicerçado nas políticas de gestão constante no Plano de Cargos, Salário e Carreira/PCSC que regula as formas de vínculo empregatício necessárias

ao funcionamento da Instituição incluindo normas, progressão funcional, incentivos, benefícios e outras deliberações. No tocante a política de incentivos e benefícios o IFES buscará soluções diferenciadas, como, por exemplo, salário base e variável (bônus e gratificações), remuneração total (salário nominal + variável + benefícios + incentivos), metodologias para avaliação de cargos e funções, estabelecimento das normas para admissão, plano de carreira, promoção, reajustes por desempenho, por mérito e resultados, entre outras.

Nesse sentido, a proposta é implementar uma gestão co-responsável.

Em se tratando especificamente da qualificação profissional do corpo técnico-administrativo, as ações estão explicitadas no Plano de Qualificação do Corpo Técnico/Administrativo – PEQ/TEC, que compõe o PIC (Anexo 03), que tem como princípio a qualificação e requalificação profissional dos funcionários tendo como princípio as atuais demandas profissionais requeridas na contemporaneidade.

A política e gestão da pessoa adotada neste plano parte da premissa de que qualificar vai além de oferecer vantagens ou agir de forma paternalista prestando uma assistência além do salário pago. Desta forma, a política de qualificação do IFES é formada por quatro elementos: salários, benefícios, clima de trabalho e oportunidades de aprendizagem continuada.

Nesse sentido, o PEQ/TEC tem como função primordial organizar as ações de capacitação do corpo técnico-administrativo, visando a melhoria permanente dos serviços prestados por este seguimento funcional. E estará sob a responsabilidade da Diretoria Administrativo-Financeira conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI.

2.11.2. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os empregados que exerçam atividades profissionais que viabilizem, de forma direta ou indireta, toda a infra-estrutura necessária ao bom andamento das atividades acadêmicas realizadas pela Instituição.

Os funcionários técnico-administrativos passarão por constantes treinamentos, em diversas áreas (comunicação, informática, etc), pois o bom atendimento aos usuários dos nossos serviços será parte integrante da qualidade de ensino que o Instituto Florence de Ensino Superior prega e pratica.

A carreira dos funcionários será estruturada de forma a oferecer-lhes um incentivo pela boa atuação, e será baseada no mérito. Importante dizer que tanto a mantenedora quanto a mantida têm uma preocupação muito grande em construir um bom ambiente organizacional, o que de fato vem ocorrendo.

O corpo técnico-administrativo do Instituto Florence de Ensino Superior é integrado por profissionais selecionados e admitidos na forma do Plano de Cargos, Salários e Carreira/PCSC (Anexo 02), do Regimento, da CLT e normas aprovadas pelos órgãos colegiados e executivos da instituição.

Para ser admitido o pessoal técnico-administrativo e de apoio deve preencher algumas exigências de qualificação, tais como:

- Apresentar características de liderança;

- Ter habilidades para trabalho em equipe;
- Ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- Ser empático e democrático em relação aos colegas de trabalho;
- Demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; e
- Estar predisposto à formação contínua.

O Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo do Instituto Florence de Ensino Superior tem como princípios:

- Acesso ao quadro de pessoal mediante seleção, a partir da qualificação requerida para o cargo, função ou emprego;
- Valorização profissional mediante promoção de cargo em decorrência de avaliação de desempenho individual;
- Equivalência de remuneração, considerando a função desempenhada, sua qualificação, grau ou nível de complexidade e profissionalização; e
- Enquadramento e reclassificação decorrentes das avaliações periódicas de desempenho individual.

2.12 IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Instituto Florence de Ensino Superior no seu PDI preconiza a importância de oferecer a comunidade maranhense cursos de pós-graduação articulados aos cursos de graduação. E nesse sentido inicialmente foram elencados cursos nas áreas de educação e saúde, áreas de interesse da instituição e de relevância social para o Estado do Maranhão.

Tais como:

- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Enfermagem Cardiológica;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Programa de Saúde da Família;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Nefrologia;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Farmacologia Aplicada ao PSF;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Saúde Mental;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica com Ênfase na Educação Profissional e no Ensino Superior;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Pedagogia Hospitalar;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia;
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Educacional

Dessa forma, após o terceiro ano do curso de Farmácia serão oferecidos cursos de pós-graduação na área tendo como princípio o atendimento da demanda do estado e dos egressos do curso.

CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso responde pela condução integral do processo pedagógico. Além de dirigir a Coordenação do Curso, promove a escolha e seleção de novos professores para o quadro, acompanha diuturnamente o desempenho dos docentes, quanto ao cumprimento dos programas e avaliações, bem como o desempenho didático em sala de aulas.

Exercendo a direção das assembléias da Coordenação do Curso, coordena o universo de professores e participa, com eles, da elaboração do projeto pedagógico, através dos encontros pedagógicos semestrais, liderando os debates gerais e fóruns específicos, estes por analogias e seqüências das diversas disciplinas e áreas de saber contidas na grade curricular.

As atribuições da coordenação do curso são relativas a todos os aspectos da atividade pedagógica. A começar, pela presidência da Coordenação de Curso, plenária de professores, com participação do corpo discente, onde são definidas as grades curriculares, os programas e planos de aulas, a contratação e dispensa de professores, a integração das disciplinas no plano multidisciplinar, as atividades especiais e o calendário escolar. No trato diário, a coordenação promove uma avaliação contínua do cumprimento das atividades docentes, mantendo contato com representantes dos alunos ou classes inteiras, para em tempo e hora, promover alterações e mudanças de rumos. Mantém contato permanente com a Biblioteca, para renovação e ampliação do material de consulta, sejam livros, revistas, vídeos ou fitas. Atende individualmente os alunos, encaminhando suas reivindicações. Em síntese, promove a gestão do processo pedagógico, em seu amplo espectro.

A coordenação do curso de Farmácia é competência do Professor Doutor Roberto Nicolete Curriculum Lates em anexo. (Anexo 15)

3.2. ADMINISTRAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Todas as ações de acompanhamento, qualificação e apoio didático-pedagógico ao docente e discente do Instituto Florence de Ensino Superior, ficará a cargo da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP (Anexo 06). Essa coordenação é responsável pela operacionalização do:

- Programa de Apoio Didático-Pedagógico ao Docente
- Programa de Apoio e Acompanhamento ao Discente
- Programa Integrado de Gestão de Capital Humano/PIC (Envolve o Plano de Qualificação do Corpo Docente/PQD e o Plano de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo).

3.2.1 Núcleo De Apoio Didático-Pedagógico E Capacitação Docente

Para operacionalizar as ações inerentes ao trabalho docente o Instituto criou o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/NAP(Anexo 05). O NAP é um núcleo articulado ao CAP e tem como atribuição principal atender as necessidades do corpo docente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio Didático-Pedagógico ao Docente e o Plano de Qualificação do Corpo Docente/PQD.

São ações prioritárias do NAP:

a) O Programa de Apoio Didático-Pedagógico ao Docente

Esse programa trata da infra-estrutura de apoio administrativo e acadêmico; o apoio didático-pedagógico e assessoramento pedagógico aos cursos.

O Programa tem como objetivo auxiliar e orientar os professores na condução de sua prática pedagógica a partir da sugestão de metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de oferecer todo o suporte estrutural para a operacionalização das atividades planejadas pelo docente.

O Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/NAP será coordenado por um pedagogo e terá com os seguintes objetivos:

- Acompanhar o desempenho acadêmico do professor, verificando suas dificuldades e conferindo ao mesmo o suporte necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Propor alternativas de solução para os problemas detectados e/ou apontados pela comunidade acadêmica;
- Implantar e implementar a formação inicial e continuada do professor;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas a consecução dos objetivos inerentes a academia;
- Acompanhar junto com o professor e o NUPAD o desempenho do discente, propondo soluções imediatas;

Além das atribuições constantes no Regimento Interno da instituição, são finalidades do NAP:

- Interagir criativamente em face de dificuldades pedagógicas sentidas pelos cursos;
- Apoiar as coordenações em atividades e programas que visem o bom funcionamento dos currículos;
- Selecionar, em consenso com os docentes, procedimentos didático-metodológicos para melhor atender as necessidades dos alunos e a natureza das disciplinas;
- Utilizar estratégias adequadas de ação para possibilitar o envolvimento dos docentes nos projetos pedagógicos dos cursos;

- Orientar para a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação dos novos modelos curriculares nos cursos;
- Buscar informações especializadas analisá-las, tomar e justificar decisões metodológicas;
- Avaliar a efetividade das ações curriculares desenvolvidas nos cursos;
- Participar da formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Incorporar ao trabalho docente, novas metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem;
- Fornecer suporte didático pedagógico aos docentes.

b) O Programa Integrado de Gestão de Capital Humano/PIC– Plano de Qualificação do Corpo Docente/PQD

O Programa explicita as concepções e ações para a qualificação profissional de seu quadro administrativo e docente. No que diz respeito a categoria docente as ações estão explicitadas no Plano de Qualificação do Corpo Docente/PQD.

O PQD compreenderá diversas modalidades de ações que incentivem a capacitação docente, merecendo destaque:

- Cursos de Pós-graduação e Atualização Profissional –observada a oportunidade e conveniência, estabelecida em regulamentos específicos, oferecerá aos docentes os seguintes incentivos, além dos previstos no Plano de Carreira: Concessão de auxílio para que seus professores e colaboradores participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim; Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional; Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente através do Conselho Editorial do IFES; Incentivo para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamento profissional.
- Formação Inicial – considerando o professor o seu maior patrimônio e visando meios de incentivo e fidelização, os docentes ao ingressarem no IFES receberão uma formação inicial, que tem como objetivos: Conhecer a estrutura organizacional e a missão institucional do IFES; Conhecer os cursos de graduação oferecidos pela instituição; Conhecer e analisar a organização didático-pedagógica do curso em que o docente estará desenvolvendo suas funções; Discutir a situação atual do Ensino Superior no país, assim como, conhecer a legislação e diretrizes curriculares dos cursos.
- Formação Continuada – Fundamenta-se no caráter processual e contínuo do processo de aquisição do conhecimento e será em serviço. Propõe-se a: Formar um quadro de docentes qualificados, criativos e com embasamento teórico compatível com as necessidades dos discentes e com as exigências do mundo contemporâneo; Qualificar profissionais aptos a desenvolver na Instituição a docência

comprometida com as necessidades sociais da comunidade maranhense.

3.2.2 Sistema Permanente De Avaliação Docente

A avaliação docente é um processo interno que acontece semestralmente, e estará articulado as atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação/CPA e pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, tendo como protagonistas o grupo de alunos, os professores e a coordenação do curso. A avaliação obedece as seguintes etapas:

- Participação dos alunos respondendo ao questionário de avaliação semestral, onde cada disciplina e o seu professor é avaliado, assim como a infra-estrutura física, a organização acadêmica e os serviços prestados pela faculdade;
- Auto avaliação docente, onde o próprio professor comenta a sua atuação em sala de aula, destacando os seus objetivos para o período e as suas dificuldades;
- Avaliação docente sobre as turmas, onde cada professor avalia o desempenho e destaca as características das turmas que lecionou; e
- Reunião com a coordenação do curso, onde o coordenador discute com os professores os resultados e as sugestões apontadas nas avaliações acima.

O objetivo de todo o processo do sistema permanente de avaliação docente é auxiliar o professor no seu desempenho em sala de aula. De posse de todas as avaliações e após discussão com o docente, cabe à coordenação do curso propor medidas de auxílio a atuação docente como, por exemplo, a disponibilidade de novos equipamentos de auxílio as aulas, a atualização em algum campo ou a atuação do docente em outras disciplinas compatíveis com a sua formação acadêmica.

3.2.3 Núcleo De Apoio Psicopedagógico Ao Discente

Todas as ações de apoio, acompanhamento e permanência do discente no Instituto Florence de Ensino Superior ficará a cargo do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/NUPAD, que integrará a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP.

O NUPAD operacionalizará os programas:

- Programa de Apoio e Acompanhamento ao Discente (Anexo 06)

3.2.3.1 Programas De Apoio Financeiro

a) PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E BOLSAS A ALUNOS CARENTES

Pretende ser um instrumento capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico e otimizar a qualidade de vida universitária do aluno mais necessitado.

Para tanto, o programa se propõe a oportunizar aos alunos da instituição incentivos e benefícios que possibilitem o prosseguimento de estudos, assim como, proporcionar um efetivo apoio psicossocial aos estudantes, para favorecê-los a lidar melhor com seus recursos e limites, como também compreender, superar e/ou minimizar seus problemas e dificuldades.

Como estratégias serão utilizados os seguintes procedimentos:

Financiamentos Institucionais: Externos e Internos/IFES – Visando subsidiar os estudos dos alunos mais carentes, o IFES utilizará como recurso as fontes de financiamento oferecidas pelos governos e também, financiamentos próprios implementados pela instituição, considerando previamente a sua disponibilidade financeira.

- ✓ No que diz respeito ao financiamento externo ou oferecido pelo governo serão utilizadas as estratégias do Financiamento Estudantil/FIES, desse modo, o IFES se conveniará com o Programa, visando beneficiar seus alunos com o crédito educativo federal onde o mesmo poderá financiar até 70% do valor da semestralidade; PROUNI imediatamente após seu credenciamento pelo MEC, o IFES estabelecerá convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI, visando o oferecimento de bolsas de estudo de 25% a 100%, dentro das regras definidas pelo MEC.
- ✓ No que concerne ao financiamento interno o IFES, imbuído do espírito de responsabilidade social e no fomento ao princípio constitucional da isonomia, propiciará os seguintes benefícios, sempre condicionado aos regulamentos internos e a viabilidade financeira e orçamentária da instituição. Para tanto, estabelecerá:
 - Crédito Educativo –será implantado um programa de financiamento que atingirá um percentual de até 15% do valor da mensalidade. Esse financiamento pode ser utilizado no prazo máximo equivalente à duração regular do curso em que o aluno está matriculado e apresentar aproveitamento em 100% de todas disciplinas matriculada por semestre.
 - Crédito Educativo Rotativo –Esse financiamento é destinado para alunos que têm mais um integrante do mesmo grupo familiar matriculado em curso da Graduação da instituição e cuja despesa com educação comprometa decisivamente a renda familiar. Nesse caso, será concedido desconto de até 10% para o segundo componente familiar e até 5% para o terceiro ou mais componentes do grupo familiar, não cumulativo para outros tipos de descontos percebidos em outros financiamentos.
 - Programa de Bolsas de Estudos (Bolsa Empresarial) – O Programa de Bolsas de Estudo tem por objetivo informar aos empresários os benefícios facultados pela Lei nº 9.249, de 26.12.95 (Art. 13 § 20,11), permitindo o

abatimento das doações efetuadas às instituições de utilidade pública no Imposto de Renda.

- Bolsa de Trabalho – O Programa Bolsa de Trabalho tem como objetivos: Proporcionar aos estudantes de baixo poder aquisitivo apoio financeiro para a manutenção de seus estudos, pela valorização de suas próprias potencialidades, visando descaracterizar o auxílio, como assistencialista; Propiciar uma experiência antecipada da atividade profissional, criando, assim, uma oportunidade de treinamento que possibilite o desenvolvimento de atitudes e habilidades fundamentais a um profissional dentro da sociedade. Habilita-se à Bolsa de Trabalho, o estudante regularmente matriculado no IFES que: seja comprovadamente carente de recursos financeiros e não possua vínculos empregatícios; esteja cadastrado no Programa Bolsa de Trabalho, através do preenchimento de Formulário próprio adquirido no NUPAD. Os bolsistas exercem suas atividades, sem qualquer vínculo empregatício com o IFES, em regime de 20 horas semanais, em turno inverso ao do seu horário de aula, e receberá mensalmente uma bolsa de até 10% do valor da mensalidade, abatida diretamente na mesma. A concessão das Bolsas de Trabalho leva em conta a disponibilidade de recursos liberados a cada ano para a Assistência ao Estudante. Os alunos são cadastrados no NUPAD a cada semestre letivo, devendo apresentar no ato do cadastramento comprovante de renda familiar de até três salários mínimos, declaração de isenção de Imposto de renda, comprovante de pagamento de energia elétrica, água e de telefone, comprovante de aluguel ou financiamento da casa própria.

Outros incentivos

- Isenção de Taxas –o setor diretamente envolvido com a seleção e ingresso de discentes, em conjunto com o NUPAD, oferecerá aos funcionários (filhos de funcionários/dependentes comprovados) e demais candidatos que apresentarem insuficiência de recursos sócio-econômicos, isenção de taxa de inscrição no Concurso Vestibular. Para requerer, o funcionário ou dependente deve dirigir-se ao NUPAD, na data indicada no Edital, com o Documento de identidade do candidato. Os demais candidatos devem dirigir-se ao NUPAD, preencher e entregar, também na data indicada no Edital, requerimento específico, anexando documentação referente aos dados sócio-econômicos e educacionais.
- Estágio Remunerado – O IFES estará firmando convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola/CIEE, instituição de articulação entre as empresas e escolas para o ingresso de graduandos em programas de estágio remunerado.

b) BOLSAS DE MONITORIA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

O Instituto Florence de Ensino Superior oferece bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão aos alunos, viabilizando a articulação do processo

42

ensino/aprendizagem, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela Instituição.

A bolsa de monitoria é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de monitoria, nos seus respectivos cursos de graduação. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem aptidão pela carreira acadêmica, assegurando a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades do ensino.

A bolsa de iniciação científica é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de iniciação científica, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira científica, através da participação em projetos de pesquisa.

A bolsa de extensão é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de extensão, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior.

As atividades de pesquisa e extensão do Instituto serão operacionalizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão/NUPEs, tendo como suporte financeiro para os projetos desenvolvidos nesse núcleo o Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/FAPE. (Anexo 07)

3.2.3.2 Programas De Apoio Pedagógico E Estímulos À Permanência

a) PROGRAMAS DE NIVELAMENTO ACADÊMICO

O Instituto Florence de Ensino Superior busca minimizar as deficiências de formação dos alunos entrantes na Faculdade por meio de cursos de nivelamento.

Inicialmente estes cursos de nivelamento serão em Língua Portuguesa e Fundamentos Básicos de Informática. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que apresentam dificuldades em acompanhar adequadamente o aprendizado, assim como, proporcionará ao discente a capacidade de utilizar a tecnologia como instrumento a serviço das atividades acadêmicas. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço dos conhecimentos básicos adquiridos no ensino médio.

Além disso, serão desenvolvidas turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso. De modo análogo, o Instituto Florence de Ensino Superior propiciará orientação aos alunos que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas ditas básicas.

b) NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

Com o intuito de orientar os discentes no que diz respeito à vida escolar, como notas, desempenho, trabalhos, provas e frequência; além de servir como atendimento específico para orientar o corpo discente no que diz respeito a problemas de aprendizagem, o Instituto Florence de Ensino Superior possui uma

Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP e a essa coordenação articula-se o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/NUPAD.

O NUPAD é coordenado por um profissional com formação na área de Pedagogia, que terá como suporte os Coordenadores de curso da Faculdade, assim como, dos professores do curso. O atendimento é realizado em horários disponibilizados para este fim.

c) ATENDIMENTO EXTRA-CLASSE

O atendimento extra-classe aos alunos é realizado pela Coordenadoria de Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo NUPAD.

d) ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente.

A representação estudantil tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento do Instituto Florence de Ensino Superior.

Ao Diretório Acadêmico compete indicar os representantes discentes, com Farmácia a voz e voto, junto aos órgãos colegiados do Instituto Florence de Ensino Superior, vedada a acumulação.

Aplicam-se aos representantes estudantis nos órgãos colegiados as seguintes disposições:

- São elegíveis os alunos regulares, matriculados em, pelo menos, 3 (três) disciplinas, importando a perda dessas condições em perda do mandato; e,
- O exercício da representação não exime o aluno do cumprimento de suas obrigações escolares.

e) ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Instituto Florence de Ensino Superior compreende ser de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos concluintes de seus cursos.

O aspecto mais importante dessa questão é, sem dúvida, a consciência da Instituição de que sua responsabilidade em relação aos alunos de seus cursos vai além da oferta de educação inicial. Nessa perspectiva, a Instituição manterá seu Programa de Educação Continuada, em constante sintonia com as necessidades de aperfeiçoamento e atualização encontradas na prática profissional dos egressos de seus cursos.

Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa um meio de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos

para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos.

Para a Instituição, essa interação é também importante, trazendo enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto importante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos tanto por depoimentos, como pela sua inserção profissional, desempenho em concursos, testes seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros.

O Instituto Florence de Ensino Superior busca acompanhar seus egressos estreitando o relacionamento entre a Faculdade e seus ex-alunos, desenvolvendo ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio da comunicação, incluindo um espaço *on-line*.

Dessa forma, visa avaliar o nível de satisfação dos egressos, avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos, levantar e analisar trajetórias profissionais, bem como acompanhar o interesse por estudos de educação continuada (cursos não formais e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*). Nesse sentido, o aluno egresso será informado sobre notícias da sua área de formação, informações científico-técnicas, eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), atividades de formação continuada, oportunidades, pós-graduação, perguntas a seu professor, além do contato com colegas da turma.

Entende o Instituto Florence de Ensino Superior, em concordância com o texto constitucional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), que a educação superior tem como finalidade precípua a preparação para o trabalho. Portanto, compreende como uma dimensão fundamental na avaliação da qualidade de qualquer instituição educacional, a empregabilidade de seus egressos, ou seja, a qualidade da preparação para o trabalho que lhe foi ofertada na academia.

Infelizmente, os procedimentos de avaliação atuais sequer contemplam este parâmetro avaliativo.

Apesar disto, o Instituto Florence de Ensino Superior busca manter permanente acompanhamento de seus egressos, para verificar não apenas sua empregabilidade, mas seu nível de satisfação, de modo a poder oferecer-lhes as oportunidades de acesso a educação continuada.

Tendo essa visão, a Instituição empenha esforços no sentido de manter os vínculos com todos os egressos de seus cursos, utilizando-se inclusive dos meios eletrônicos, que facilitam o diálogo a distância. Todos serão estimulados, por diversas maneiras, a continuar fazendo parte da comunidade acadêmica. Todas as suas contribuições serão valorizadas, inclusive com medidas de incentivos e apoio, como permissão de uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos e outras, vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Ressalte-se a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação nesse processo, principalmente da Internet, como elementos facilitadores da manutenção do vínculo com os alunos egressos. A Instituição pretende criar ambientes virtuais de aprendizagem e de intercâmbio de informações e de conhecimentos, como *chats*, listas de discussão e *sites* interativos.

3.2.4 Programa De Iniciação Científica E Extensão

Os projetos de iniciação científica são coordenados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão/NUPES (Anexo 09), órgão criado para fomentar, organizar e sistematizar a produção acadêmica de seus docentes e discentes, através de projetos de pesquisa e extensão.

Para o financiamento das atividades de iniciação científica, a instituição firmará convênios com organismos especializados ou agências governamentais ou não-governamentais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos iguais ou superiores a 3% (três por cento) de sua receita operacional e que será normatizado através do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/FAPE(Anexo 08).

O estímulo a essas atividades consistirá, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras IES nacionais, ou estrangeiras;
- Conceder auxílio para projetos específicos;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores;
- Implantar núcleos temáticos de estudos.

Caberá ao colegiado de cursos analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisas, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento.

Dar-se-á prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa serão coordenados pelo coordenador do curso, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercurso.

A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos. Os núcleos temáticos visarão:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão face ao desenvolvimento nacional;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;

- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa serão estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico institucional e do curso em pleito.

Os projetos serão analisados tendo presente o conteúdo e a relevância do tema e a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis. Terão prioridade os temas relacionados com a realidade local e regional, com ênfase para a área de influência de São Luís.

Serão coordenados por docentes dos cursos de graduação, por meio de projetos de pesquisa e extensão desenvolvido pelos mesmos com a participação discente, assessorado pelo coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, designado pela Direção Geral do Instituto.

As linhas de pesquisas até então desenvolvidas no Instituto Florence de Ensino Superior são as seguintes:

- Doenças Transmissíveis e Infecciosas
- Fundamentos e Práticas do Cuidar em Saúde e na Enfermagem
- Fundamentos e Práticas em Saúde Coletiva
- Atenção Farmacêutica e Legislação:
- Imunologia:
- Biologia Parasitária
- Etiopatogenia das doenças periodontais
- Análises Clínicas e Toxicológicas
- Análise e desenvolvimento de produtos naturais
- Controle de qualidade de medicamentos e cosméticos

Os projetos serão analisados tendo presente o conteúdo e a relevância do tema e a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis. Terá prioridade os temas relacionados com a realidade local e regional, com ênfase para a área de influência de São Luís e da micro-região onde se encontra instalado o Instituto Florence de Ensino Superior.

3.2.4.1 Programa Institucional De Extensão

O IFES atuará, através do Núcleo de Pesquisa e Extensão/NUPES, na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão deverão privilegiar as ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) será regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes.

Os programas de extensão podem ser coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas.

Os núcleos temáticos atuarão, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços serão realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Intervenção em situações-problema identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional
- Promoção de atividades artísticas e culturais;
- Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O IFES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserido: “**liderar o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional**”. Para atuar sobre bases sólidas, delinearam-se já, a partir de amplos debates realizados a nível regional, alguns programas que, voltados ao atendimento deste compromisso, atendem também aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como Faculdade Regional.

Os programas caracterizados como de extensão não serão restritos aos limites da instituição, mas serão também estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços serão colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

A integração Faculdade-Comunidade terá seqüência natural tomando maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade será concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração farão o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

Ao mesmo tempo, a Faculdade, por meio de seus estudantes, se deslocará para levar cultura a locais fora da sede da instituição, no sentido de

promover o conhecimento e, em conseqüência, contribuir para que o homem desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

CAPÍTULO 4 – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA

Em um país como o Brasil com baixos índices sociais em que as camadas populares tem difícil acesso aos serviços públicos e por isso recorrem a medidas alternativas para solucionar problemas de saúde, como recorrer as farmácias e drogarias, o profissional farmacêutico exerce um papel imprescindível no tocante a orientação/educação no sentido de explicitar os problemas advindos dessa cultura da automedicação. Dessa forma, com a disseminação do princípio da saúde preventiva, tem crescido sobremaneira a necessidade de profissionais cômnicos da importância de sua formação voltar-se para a ação educativa das diversas camadas da sociedade.

Outro ponto relevante que merece destaque diz respeito a abrangência e crescimento das áreas de trabalho exercidas pelo farmacêutico. O farmacêutico diversificou-se, incorporou novas atribuições, algumas delas no campo da genética, como a manipulação genética do DNA, o domínio das técnicas de biologia molecular no diagnóstico de doenças e o manejo de células-tronco, por exemplo, e evoluiu, técnica e cientificamente, em suas atividades tradicionais, como a atenção farmacêutica, conjunto de serviços prestados dentro da farmácia. Com a recomendação de organismos, como a OMS (Organização Mundial de Saúde), vem atuando também, na prevenção de doenças de grande impacto social como a diabetes, a hipertensão, a AIDS.

O profissional farmacêutico deverá contribuir uma vez que sua formação permite a análise, produção, desenvolvimento e controle de qualidades de medicamentos, o controle de qualidade de alimentos, atuação no campo das análises clínicas e toxicológicas. Poderá também atuar em instâncias governamentais de gestão de saúde pública, na vigilância sanitária estadual e federal, em Universidades e Centros de Pesquisa, nas organizações não governamentais que enfocam temas relativos às suas competências e habilidades, dentre outras.

O Ministério da Saúde e outros organismos de saúde e instituições de classe como o Conselho Federal de Farmácia (CFF) reconhecem o farmacêutico como um parceiro do enfermeiro e do médico nas equipes do Programa Saúde da Família e em toda atenção básica. O objetivo da participação do farmacêutico na atenção básica é possibilitar o paciente obter informações precisas sobre o uso do medicamento e suas variantes (interações medicamento-medicamento, medicamento-alimento, medicamento-álcool, efeitos colaterais, reações adversas, posologia, terapêutica medicamentosa, etc).

O farmacêutico tem ainda a atribuição de fazer um levantamento epidemiológico da população, com vistas a conhecer as doenças mais prevalentes, a partir de quando realiza o planejamento, aquisição e armazenamento dos medicamentos. A análise feita pelo farmacêutico tem o objetivo de otimizar as

compras de produtos farmacêuticos obtendo desta forma um benefício para o cidadão e para a sociedade em geral.

Nesse sentido, a proposta político-pedagógica do curso de Farmácia do IFES, tem sua concepção pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, a qual tem a perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular a superação das concepções antigas e herméticas das grades curriculares, muitas vezes, meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Para tanto serão desenvolvidas as seguintes competências e habilidades:

Competências e habilidades gerais:

- Estar apto a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde tanto em nível individual quanto coletivo.
- Assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos.
- Realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/ bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- Tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia, e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas.
- Avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- Ser acessível e manter a confidencialidade das informações a ele confiada, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.
- Envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de pelo menos uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- Estar aptos, em equipe multiprofissional, a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade, o que envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- Estar apto a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que deve estar apto a ser empreendedores, gestor, empregador ou liderança na equipe de saúde;
- Aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática.
- Ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre futuros profissionais e os

profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico / profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Competências e habilidades específicas:

- Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional;
- Atuar em todos os níveis de atenção a saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;
- Atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;
- Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;
- Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;
- Desenvolver assistência farmacêutica individual e coletiva;
- Atuar na pesquisa, desenvolvimento, seleção, manipulação, produção, armazenamento e controle de qualidade de insumos, fármacos, sintéticos, recombinantes e naturais, medicamentos, cosméticos, saneantes e domissanecantes e correlatos;
- Atuar na avaliação toxicológica de medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanecantes, correlatos e alimentos;
- Realizar, interpretar, emitir laudos e pareceres e responsabilizar-se tecnicamente por análises clínico-laboratoriais, incluindo os exames hematológicos, citológicos, citopatológicos e histoquímicos, biologia molecular, bem como análises toxicológicas, dentro dos padrões de qualidade e normas de segurança;
- Realizar procedimentos relacionados à coleta de material para fins de análises laboratoriais e toxicológicas;
- Avaliar a interferência de medicamentos, alimentos e outros interferentes em exames laboratoriais;
- Avaliar interações medicamento/medicamento e alimento/medicamento;
- Exercer a farmacoepidemiologia;
- Exercer a dispensação e administração de nutracêuticos e de alimentos de uso enteral e parenteral;
- Atuar no planejamento, administração e gestão de serviços farmacêuticos, incluindo registro, autorização de produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanecantes e correlatos;

- Atuar no desenvolvimento e operação de sistemas de informação farmacológica e toxicológica para pacientes, equipes de saúde, instituições e comunidades;
- Interpretar e avaliar prescrições;
- Atuar na dispensação de medicamentos e correlatos;
- Participar na formulação das políticas de medicamentos e de assistência farmacêutica;
- Formular e produzir medicamentos em qualquer escala;
- Atuar na promoção e gerenciamento do uso correto e racional de medicamentos, em todos os níveis do sistema e gerenciamento do uso correto e racional de medicamentos, em todos os níveis do sistema de saúde, tanto no âmbito do setor público como no privado;
- Desenvolver atividades de garantia da qualidade de medicamentos, cosméticos, processos e serviços onde atue o farmacêutico;
- Realizar, interpretar, avaliar, emitir laudos e pareceres e responsabilizar-se tecnicamente por análises de alimentos, de nutracêuticos, de alimentos de uso enteral e parenteral, suplementos alimentares, desde a obtenção das matérias primas até o consumo;
- Atuar na pesquisa e desenvolvimento, seleção, produção e controle de qualidade de produtos obtidos por biotecnologia;
- Realizar análises, físico-químicas e microbiológicas, de interesse para o saneamento do meio ambiente, incluídas as análises de água, ar e esgoto;
- Atuar na pesquisa e desenvolvimento, seleção, produção e controle de qualidade de hemocomponentes e hemoderivados, incluindo realização, interpretação de exames e responsabilidade técnica de serviços de hemoterapia;
- Exercer atenção farmacêutica individual e coletiva na área das análises clínicas e toxicológicas;
- Gerenciar laboratórios de análises clínicas e toxicológicas;
- Atuar na seleção, desenvolvimento e controle de qualidade de metodologias, de reativos, reagentes e equipamentos.

4.1 OBJETIVOS DO CURSO

4.1.1 Objetivo Geral

Tendo como base o Projeto de Desenvolvimento Institucional/PDI que elenca a criticidade, o humanismo, a ética, o rigor científico, a responsabilidade social como princípios educativos do IFES, o curso de Farmácia do Instituto Florence de Ensino Superior – IFES tem por objetivo geral *fornecer a população um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, tendo como princípio a busca pelo conhecimento científico, assim como, o retorno social desse conhecimento à comunidade.*

4.1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer conceitos básicos que facilitem a compreensão das relações entre Estado, saúde e sociedade, compreendendo o papel do profissional de saúde como agente educador e transformador ;
- Conhecer e compreender o processo de investigação científica, sendo capaz de proceder pesquisas no campo da Farmácia, que visem o retorno do conhecimento adquirido para a melhoria das condições de vida da comunidade local e regional;
- Trabalhar individualmente ou em equipes multiprofissionais, como autônomo ou prestador de serviço, sendo capaz de delegar funções, comunicar-se com os pacientes, com os auxiliares e com a comunidade, respeitando a individualidade e mantendo um relacionamento interpessoal adequado, reconhecendo suas limitações e flexível às mudanças circunstanciais;
- Vivenciar no âmbito da faculdade a apropriação/sistematização dos conteúdos das áreas das Ciências Biológicas e Saúde, das Ciências Exatas, das Ciências Humanas e das Ciências Farmacêuticas, com vistas a melhor compreensão do processo saúde-doença, assim como, a sua inserção competente na sua área profissional;
- Exercer com competência técnica atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas, toxicológicas, controle produção e análise de alimentos, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica de seu meio, dirigindo sua atuação para transformação da realidade em benefício da sociedade.

4.2 PERFIL DO EGRESSO

O Instituto Florence de Ensino Superior empregará esforços para que o aluno egresso do curso de Farmácia seja reconhecido no âmbito de suas atividades como um profissional humano, crítico, reflexivo, sensível, comprometido socialmente e politicamente, capaz de reconhecer em sua prática as reais necessidades da população.

Um profissional que prime pelo rigor científico, transparência, ética e que atue em seu entorno ou em qualquer ambiente com competência técnica, apresentando alternativas de solução para os problemas detectados em sua práxis.

Um farmacêutico que compreenda a importância da qualificação permanente e continuada, buscando incessantemente pelo seu aprimoramento intelectual e científico. Utilizando a ciência como instrumento e a ética como princípio profissional.

Nesse sentido, a formação do profissional farmacêutico oriundo do IFES estará alicerçada no caráter interdisciplinar no tratamento dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento – das Ciências Biológicas e Saúde, das Ciências Exatas, das Ciências Humanas e das Ciências Farmacêuticas.

4.3 VAGAS, TURNOS, REGIME ACADÊMICO

4.3.1 Vagas

- 90 vagas semestrais, atendendo a proposta pedagógica do IFES e sua infraestrutura.

4.3.2 Turnos

- Turno matutino e noturno.

4.3.3 Regime de Matrícula e Período de Integralização

- Seriado semestral, em módulos de 20 semanas, com 5.045 horas e tempo mínimo de integralização de 10 semestres letivos e o máximo de 14 semestres letivos, sendo que às horas são de 60 minutos.

4.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA

No contexto atual de mudanças vertiginosas e complexas do mundo contemporâneo, pensar a inovação pedagógica no ensino superior significa, antes de tudo, situá-la como elemento essencial na busca contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Qualidade esta que deve ser entendida como opção política por um projeto educacional plenamente comprometido com a construção de novas formas de existência social.

É preciso então que se reflita sobre o ensino de graduação compreendendo-o como um processo histórico que se constrói, se inter-relaciona e interage em um contexto socialmente determinado. É o enfoque nesse quadro referencial que garante que não haja um descompasso entre o discurso formal e a prática educativa no que diz respeito ao compromisso social e à consonância com a dinâmica das exigências da realidade social.

Exigências essas que não se restringem apenas ao atendimento específico e limitado do mercado de trabalho pela formação profissional, mas que reportam também, e, sobretudo, à premência da transformação social por meio da formação do cidadão.

Diante das inovações pedagógicas que se fazem necessárias para a mudança qualitativa do processo ensino-aprendizagem, é preciso estabelecer uma nova postura frente ao conhecimento, chegando-se a dar mais importância à ciência como criação contínua. Essa mudança no núcleo central da relação ensino-

aprendizagem – do saber pronto para o conhecer em construção – passa necessariamente pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Algumas ações serão prioritárias no que se refere à inovação pedagógica e a formação do profissional cidadão, tais como:

- Produção de uma nova lógica de organização curricular que expresse uma nova concepção de currículo como um conjunto das atividades nucleares indispensáveis ao processo de produção, transmissão, incorporação e disseminação do saber;
- Avaliação contínua dos processos curriculares, entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos objetivos da instituição com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;
- Qualificação didático-pedagógica do docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas de ensino que levem em conta as especificidades dos diversos níveis de ensino e de sua clientela, dos diferentes cursos e turnos em funcionamento;
- Resgate da unidade dos cursos pelo fortalecimento de suas instâncias coordenadoras e norteadoras, visando superar o tratamento fragmentado do conhecimento;
- Integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do aluno na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática;
- Aperfeiçoamento pedagógico do sistema de acesso e das condições de permanência do aluno na instituição, de modo a possibilitar a efetiva democratização do ensino; e
- Aluno ser o próprio agente da aprendizagem: aprender a aprender, tornando-se um investigador na busca de conhecimentos novos.

Os princípios metodológicos, delineados nas diretrizes pedagógicas, são consignados nos projetos pedagógicos dos cursos. Devem conduzir o educando a aprender a ser, a fazer, a viver em sociedade e a conhecer, para a formação de um perfil profissional universalista, mas centrado em especificidades indispensáveis à empregabilidade, tais como:

- Comportamento humano e ético;
- Criatividade e inovação;
- Aprendizagem continuada;
- Trabalho em equipes multidisciplinares;
- Domínio de comunicação e expressão; e
- Domínio de procedimentos básicos no uso de microcomputadores e navegação nas redes da tecnologia da informação.

4.4.1 Metodologias de Ensino

O Instituto Florence de Ensino Superior tem diretrizes pedagógicas fundamentais, que devem sinalizar os projetos pedagógicos dos cursos com seus programas e as ações institucionais:

- O educando como construtor do próprio conhecimento; e

- O professor como catalisador do processo da aprendizagem.

A partir dessas premissas, o professor é entendido como o profissional do ensino, com a responsabilidade de criar condições favoráveis à aprendizagem. E o aluno não é um simples receptor de informações, mas um profissional da aprendizagem que deve aproveitar as condições criadas pelo professor para a construção cada vez mais ampla e profunda de seu próprio saber.

Dentro da proposta pedagógica da IES, o processo ensino-aprendizagem se amplia para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas se articulam em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- Aulas regulares;
- Práticas investigativas em ambiente social e escolar;
- Práticas de laboratório;
- Estímulo à iniciação científica acadêmica;
- Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- Estágio supervisionado;
- Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- Ações específicas visando a Responsabilidade Social; e
- Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

Os conteúdos são apresentados partindo sempre de uma postura questionadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fornecer ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como o grau de dificuldade identificado durante o processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento possibilitará ao professor a implementação das ações que se fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas.

A abordagem metodológica tem um caráter interdisciplinar e problematizador, em que os professores privilegiam metodologias que permitam a aceleração do processo de ensino-aprendizagem, contando com o apoio de tecnologia educacional de ponta, mas fazendo exposições de conteúdo, assim como, as atividades práticas simuladas são desenvolvidas ao longo de todo o curso, utilizando como estratégias estudos de casos, seminários, painéis, simpósios, trabalhos de grupo, visitas a empresas com reconhecida competência, além do estágio supervisionado.

A iniciação científica é desenvolvida, particularmente, na fase de estágio e de elaboração do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso, com apoio de disciplina de metodologia presentes nos cursos de graduação, mais especificamente.

As atividades de extensão, sob orientação docente, também propiciam práticas em situações reais de trabalho. A metodologia adotada contribui significativamente para a identificação e desenvolvimento das potencialidades do educando e sua formação integral.

Durante todo o curso os alunos são apresentados às questões que afligem a imensa maioria da população, de forma a incentivar não apenas o aprofundamento de seu conhecimento da realidade social e o debate, mas, sobretudo, a busca de soluções para esses problemas.

Dentre as metodologias de ensino que o Instituto Florence de Ensino Superior utiliza, podemos destacar as seguintes:

- Interação total entre professor e aluno, numa relação com respeito, mas sem hierarquia e subordinações;
- Uso da informática na sala de aula, através de programas específicos, inclusive com a utilização do Data Show e da placa de supervídeo com saída para TV, instalados em salas de multimídia;

- Uso constante do retroprojeto para apresentação da matéria, tanto por parte dos professores quanto dos alunos, que serão avaliados inclusive pela participação efetiva nos grupos de trabalhos;
- Visitas a empresas e órgãos do setor público para ver de perto o seu funcionamento, sobretudo no que concerne à sua área de atuação;
- Dinâmicas de grupo onde os alunos são incentivados a interagir-se;
- Utilização de artigos técnico-científicos no ensino das disciplinas dos cursos como forma de incentivar a interdisciplinaridade;
- Utilização de vídeos técnicos, artísticos e culturais, seguido de debate após as apresentações;
- Viagens de estudos a encontros, ou eventos de natureza técnica;
- Participação efetiva em seminários, palestras e outros eventos ligados à área;
- Estágios em empresas, órgãos públicos e demais entidades ligadas à área;
- Pesquisas dos alunos na Internet, disponibilizada no Laboratório de Informática, na Biblioteca e nas Salas de Multimídia;
- Pesquisas bibliográficas dos alunos pelo sistema Comut, que permite consultar bibliotecas do país e solicitar artigos e teses publicados em periódicos;
- Trabalhar casos concretos nas disciplinas que comportem tal metodologia (estudos de casos);
- Fazer da interdisciplinaridade uma prática constante, de modo que se possam criar vasos comunicantes entre elas;
- Convênios com órgãos públicos de modo a permitir aos alunos um melhor conhecimento a respeito do funcionamento dos mesmos;
- Convênios com instituições privadas, de modo a trazer a realidade da atuação profissional para dentro da instituição;
- Trabalhar, em todas as disciplinas, incentivando a leitura por parte dos alunos, sobretudo de livros técnicos e periódicos, inclusive como recurso de avaliação dos estudantes;
- Incentivar os alunos para apresentação em sala de aula de trabalhos, atividades de iniciação científica, etc.;
- Apoio efetivo ao aluno que tenha qualquer dificuldade, sobretudo através dos órgãos institucionais respectivos;
- Programa de nivelamento dos alunos com maior dificuldade na assimilação dos conteúdos;
- Assistência aos alunos, por parte dos professores, fora dos horários das aulas, para ajudá-los a tirar dúvidas, reforço, etc;
- Cursos especiais para os alunos que foram reprovados em alguma disciplina; e
- Palestras com profissionais dentro da sala de aula, em assunto que tenha a ver com o conteúdo da disciplina ministrada.

Enfim, no IFES as estratégias e metodologias de ensino devem procurar desenvolver, no educando, a capacidade de análise crítica dos conhecimentos propostos, análise densa dos temas propostos, argumentação sólida e um acompanhamento dos avanços tecnológicos.

4.5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular idealizada pelo IFES para o curso de Farmácia é resultante, fundamentalmente, da reflexão sobre seus objetivos e do perfil profissional, bem como, da Resolução CNE/CES nº 2/2002, que trata das Diretrizes Curriculares para a área.

O currículo do curso de Farmácia está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso do IFES com a região onde está inserida. Orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades sócio-econômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão humanística e crítica da realidade social são trabalhadas ao longo de todo o curso, inserindo no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática da Farmácia de uma forma geral e com foco para instituições educacionais (IE).

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional. A estrutura curricular permite integração e inter-relação de conteúdos abordados nas disciplinas básicas e profissionalizantes, possibilitando a consolidação dos conhecimentos e progressiva autonomia intelectual do acadêmico, bem como o desenvolvimento das habilidades e competências exigidas para o exercício da Farmácia.

O Projeto Político-Pedagógico do curso de Farmácia contemplará a oferta de componentes curriculares como estágios supervisionados intra e extra-muros, estudo em práticas independentes, presenciais e/ou à distância, monitorias, programas de iniciação científica, extensões, estudos complementares e cursos realizados em outras áreas.

Em relação à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, o aluno contará com o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Conclusão de Curso, além dos programas de iniciação científica, monitoria e extensão da instituição.

Os valores maiores (filosóficos, metodológicos e éticos) deste projeto estão expressos não só nos objetivos do curso de Farmácia, mas, também, no perfil profissional a ser formado no Instituto Florence, no PPC, no PDI e no PPI desta IES.

4.5.1. Matriz curricular do curso de Farmácia

O curso de bacharelado em Farmácia proposto pelo IFES conta com 5.045 horas de carga horária, obedecendo e superando o mínimo exigido pelo MEC. O curso será integralizado em, no mínimo, 10 semestres letivos e, no máximo, 14 semestres letivos.

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA 10 SEMESTRES
Disciplinas teórico/práticas obrigatórias	3665 horas
Disciplinas optativas	100 horas
Estágio curricular supervisionado	1000 horas
Trabalho de conclusão de curso	80 horas
Atividades complementares	200 horas
Total	5045 horas
Integralização da carga horária do curso	10 semestres no mínimo 14 semestres no máximo

	DISCIPLINA	ÁREA DE CONHECIMENTO	TEORIA	PRÁTICA	TOTAL
1º SEMESTRE					
1	Português	Ciências Humanas e Sociais	40	-	40
2	Matemática aplicada a cálculos Farmacêuticos	Ciências Exatas	40	-	40
3	Introdução as Ciências Farmacêuticas	Ciências Farmacêuticas	40	-	40
4	Química Geral e Inorgânica	Ciências Exatas	60	30	90
5	Anatomia Humana	Ciências Biológicas e da Saúde	45	30	75
6	Citologia, histologia e desenvolvimento Humano	Ciências Biológicas e da Saúde	60	30	90
7	Genética	Ciências Biológicas e da Saúde	40	-	40
SUBTOTAL			325	90	415
2º SEMESTRE					
8	Biofísica aplicada a Farmácia	Ciências Exatas	45	-	45
9	Construção do conhecimento Científico e Métodos de Pesquisa	Ciências Humanas e Sociais	40	-	40
10	Química Orgânica I	Ciências Exatas	45	30	75
11	Fisiologia	Ciências Biológicas e da Saúde	45	30	75
12	Sociologia aplicada a saúde	Ciências Humanas e Sociais	60	-	60
13	Bioquímica Básica	Ciências Biológicas e da Saúde	45	30	75
14	Patologia Geral	Ciências Biológicas e da Saúde	45	30	75
SUBTOTAL			325	120	445
3º SEMESTRE					
15	Psicologia Aplicada a Saúde	Ciências Humanas e Sociais	40	-	40
16	Farmacobotânica	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
17	Química Orgânica II	Ciências Exatas	45	30	75
18	Química Analítica I - Qualitativa	Ciências Exatas	45	30	75
19	Primeiros Socorros e Injetáveis	Ciências Biológicas e da Saúde	40	20	60

20	Bioestatística	Ciências Humanas e Sociais	40	-	40
21	Físico-Química	Ciências Exatas	45	30	75
SUBTOTAL			300	140	440
4º SEMESTRE					
22	Farmacognosia	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
23	Imunologia Básica	Ciências Biológicas e da Saúde	45	-	45
24	Química Analítica II - Quantitativa	Ciências Exatas	45	30	75
25	Microbiologia Básica	Ciências Biológicas e da Saúde	45	30	75
26	Farmacologia Geral	Ciências Biológicas e da Saúde	60	30	90
27	Parasitologia Humana	Ciências Biológicas e da Saúde	45	30	75
28	Deontologia e Legislação Farmacêutica	Ciências Farmacêuticas	40	-	40
SUBTOTAL			325	150	475
5º SEMESTRE					
29	Projetos de Pesquisa e Seminários	Ciências Humanas e Sociais	60	-	60
30	Farmacologia Clínica	Ciências Farmacêuticas	40	-	40
31	Farmácia Hospitalar	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
32	Assistência e Atenção Farmacêutica	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
33	Farmacotécnica I	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
34	Estágio I - Farmácia Comunitária	Estágio	-	200	200
SUBTOTAL			235	290	525
6º SEMESTRE					
35	Farmacotécnica II	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
36	Saúde Pública aplicada a Farmácia	Ciências Humanas e Sociais	40	-	40
37	Farmacotécnica Homeopática	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
38	Controle de Qualidade - Manipulação	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
39	Economia e Administração de Empresas Farmacêuticas	Ciências Humanas e Sociais	60	-	60
40	Epidemiologia	Ciências Humanas e Sociais	40	-	40
41	Estágio II - Farmácia de Manipulação	Estágio	-	200	200
SUBTOTAL			275	290	565
7º SEMESTRE					
42	Bromatologia	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
43	Fitofármacos	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
44	Tecnologia Farmacêutica	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
45	Controle de Qualidade - Industrial	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
46	Química Farmacêutica	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
48	Estágio III - Farmácia Hospitalar	Estágio		200	200
SUBTOTAL			225	350	575
8º SEMESTRE					

49	Toxicologia	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
50	Bioquímica Clínica I	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
51	Controle de Qualidade - Análises Clínicas	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
52	Parasitologia Clínica	Ciências Farmacêuticas	60	45	105
53	Optativa		-	-	0
54	Estágio IV - Análises Clínicas I/Bromatologia	Estágio	-	200	200
SUBTOTAL			195	335	530
9º SEMESTRE					
55	Hematologia Clínica	Ciências Farmacêuticas	60	30	90
56	Citologia Clínica	Ciências Farmacêuticas	60	30	90
57	Bioquímica Clínica II	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
58	Microbiologia Clínica	Ciências Farmacêuticas	60	30	90
59	Optativa		-	-	0
60	TCC I		40	-	40
61	Estágio IV - Análises Clínicas II	Estágio	-	200	200
SUBTOTAL			265	320	585
10º SEMESTRE					
63	Biologia Molecular	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
64	Imunologia Clínica	Ciências Farmacêuticas	45	30	75
65	TCC II		-	-	40
66	Atividades Complementares		200	-	200
67	Disciplinas Optativas		100	-	100
SUBTOTAL			90	60	190
OPTATIVAS					
68	Garantia da Qualidade	8º Período	60	-	60
69	Terapias Alternativas	8º Período	60	-	60
70	LIBRAS	8º Período	50	-	50
71	Inglês Instrumental	8º Período	50	-	50
72	Cosmetologia	8º Período	45	30	75
73	Planejamento e Controle da Produção	8º Período	60	-	60
74	Informática em Saúde e Bioinformática	8º Período	60	-	60
75	Semiologia Farmacêutica	8º Período	60	-	60
76	Cosmetologia	8º Período	45	30	75
77	Micologia e Virologia	9º Período	45	30	75
78	Didática	9º Período	60	-	60
79	Inglês Instrumental II	9º Período	50	-	50
80	Nutrição Aplicada a Farmácia	9º Período	60	-	60
81	Métodos de Análises Ambientais	9º Período	45	30	75
82	Tópicos em Biotecnologia Aplicada	9º Período	45	30	75
83	Controle de Qualidade em Alimentos	9º Período	45	30	75

4.5.2 Ementário e Bibliografia

1º SEMESTRE

1. PORTUGUÊS

EMENTA

Problemas gerais da língua culta. Texto e Contexto. Texto e Textualidade. Tipologia e produção de texto. Prática de leitura e interpretação de textos. Redação dos diferentes tipos de documentos. Gramática organizacional.

Bibliografia Básica

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 15 ed. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, C. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1998

Bibliografia Complementar

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 28. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FARACO, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 18.ed. Petropolis: Vozes, 2009

FIORIN, J. ; SAVIOLI, F. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1997.

ABREU, A. S. **Curso de redação**. 10. Ed. São Paulo: Ática 1999.

NEVES, M.H. de M. **A gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes,2004.

2. MATEMÁTICA APLICADA A CÁLCULOS FARMACÊUTICOS

EMENTA

Funções: linear, quadrática, logarítmica, exponencial e trigonométrica. Limite. Derivada e noções de integral. Números, equações e inequações. Estudo de gráficos em programas de software (Excel e Origin). Transformação de Grandezas (massa, comprimento, volume, etc.). Regras de três simples e composta. Função de uma variável real: derivadas. Máximos e mínimos. Esboço de curvas. Integral. Equações diferenciais. Uso da calculadora científica para cálculos de média, desvio padrão, variância e regressão linear.

Bibliografia Básica

FLEMMING, Diva Marília. **Cálculo: funções, limites, derivação e integração**. 5. ed. São Paulo: Makron Books,2006.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC,2002. 4. v.

ARANGO, H. G. **Bioestatística: teórica e computacional, com bancos de dados reais em disco**. 2. ed.Guanabara. 2005

Bibliografia Complementar

- DOWINING, Douglas **Estatística aplicada**. São Paulo:Saraiva, 2005
- SIMMONS, George F. **Cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Makron. 1987.1v.
- MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva,2005
- CARVALHO, Sérgio. **Estatística básica: teoria e 150 questões**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística.**, Ed. Elsevier, 4 ed., 2008.

3. INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

EMENTA

Visão histórica do desenvolvimento da Farmácia. Programa dirigido para o âmbito do Profissional Farmacêutico. Símbolos da farmácia, hino e juramento. Estrutura e diretrizes curriculares. Campos de atuação profissional: Farmacêutico na Farmácia Pública e Hospitalar; Farmacêutico nas Análises Clínicas e Toxicológicas e na Pesquisa. Conceitos básicos das ciências farmacêuticas (tipos de medicamentos – alopáticos, homeopáticos, genéricos, similares, referência, vias de administração, formas farmacêuticas). Organização da profissão (conselhos regional e federal, sindicatos, associações internacionais)

Bibliografia Básica

- AIACHE, J.M. et. al. **Iniciação ao Conhecimento do Medicamento**. 2. ed. São Paulo: Andrei, 1998.
- COHN, A. **Saúde no Brasil: política e organização de serviços**. 6. ed. Cortez, 1998.
- CHALEON, J. **Farmácia terapêutica medicamentosa**. 4. ed. São Paulo: Andrei, 1988

Bibliografia Complementar

- GONÇALVES, João de Lucena. **Drogas injetáveis em emergência e terapia intensiva**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.
- ZUBIOLI, A. **Profissão farmacêutica: e agora?**. Curitiba: Lovise Ltda, 1992.
- GOMES, M. J. V. M & REIS, M. M. **Ciências Farmacêuticas**. São Paulo: Atheneu, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE DE FARMÁCIA. **A assistência farmacêutica no SUS**. 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2010.
- ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE OPAS/OMS. **A Saúde no Brasil**. Brasília: OPAS/MS, 1998.

4. QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA.

EMENTA

Introdução à Química. Introdução ao estudo da matéria. Estrutura do átomo. Propriedades periódicas dos elementos químicos. Ligações químicas. Funções da química inorgânica. Reações químicas. Estequiometria. Soluções. Cinética química e equilíbrio. Equilíbrio iônico. Eletroquímica. Funções, equações químicas. Orbitais moleculares. Elementos representativos. Elementos de transição. Complexos dos metais de transição. Termoquímica.

Bibliografia Básica

MAHAN, Bruce M. **Química: um Curso Universitário**. 4.ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1995.
RUSSEL, J.B. **Química geral**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. v. 1 e v.2.
MAIA, D.J. **Fundamentos de Química Geral**. São Paulo: P.Hall, 2007.

Bibliografia Complementar

LEE, J. D. **Química Inorgânica: não tão concisa**. São Paulo: Edgar Blucher, 1999.
FELTRE, Ricardo. **Fundamentos da química geral**. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2003.
MASTERTON, W.L. SLOWINSKI, E.J. **Princípios de Química**. Rio de Janeiro: LTC, 1990.
HEIN, M; ARENA, S. **Fundamentos de Química Geral**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
USBERCO, JOÃO. **Química**. São Paulo: Saraiva, 2005

5. ANATOMIA HUMANA

EMENTA

Conceito de Anatomia com as diversas formas de seu estudo; Conceito de Normal, Variação Anatômica, Anomalia; Fatores Gerais de Variação, Planos e Eixos e Planos Gerais de Construção do Corpo Humano. Treze Sistemas Orgânicos dando ênfase para a aplicação clínica da Anatomia. Estruturas do Corpo Humano: 1. Introdução à Anatomia - Planos e Eixos do Corpo Humano - Terminologia Anatômica e Abreviaturas. 2. Sistema Esquelético 3. Sistema Articular 4. Sistema Muscular 5. Sistema Respiratório 6. Sistema Circulatório 7. Sistema Digestório 8. Sistema Urinário 9. Sistemas Genitais Feminino e Masculino 10. Sistema Nervoso (Central, Periférico e Autônomo) 11. Sistema Endócrino 12. Sistema Sensorial 13. Sistema Tegumentar.

Bibliografia Básica

VAN DE GRAAFF, K. M. **Anatomia Humana**. 6. ed. Barueri: Manole, 2003.
DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.
KOPF MAYER, PETRA. **Atlas de Anatomia humana** (Wolf Heidegger): anatomia geral, paredes do tronco, membros superior e inferior. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar

- MOORE, Keith L. **Anatomia orientada para a clínica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- NETTER, Frank. **Atlas de Anatomia humana**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 1CD-ROM.
- ROHEN, Johannes. **Anatomia Humana: Atlasfotógrafo de Anatomia Sistêmica e Regional**. 5 ed. São Paulo: Manolé, 2002.
- JOHANES, W.R.; DRECOLL, E.W. **Anatomia humana – resumos em quadros em tabelas: vasos, nervos e músculos**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.

6. CITOLOGIA, HISTOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

EMENTA

Desenvolvimento humano: Processos de gametogênese e de fecundação. Caracterização dos períodos do desenvolvimento humano e teratologia: pré-embrionário, embrionário e fetal. Organização morfo-funcional dos anexos embrionários. Estudo das malformações e de agentes teratogênicos. Morfogênese de face e membros. Fundamentos de embriologia molecular. Desenvolvimento normal e anormal dos sistemas nervoso, cardiovascular, digestório, respiratório, urogenital, tegumentar e endócrino.

Citologia e Histologia: Estudo da célula, sua estrutura e função. Comparação entre células procarióticas e eucarióticas. Conceito básico de biologia molecular. Biomoléculas. Organização molecular, ultra-estrutural e funcional das células eucarióticas animais e vegetais. Interações metabólicas entre células animais e vegetais. Processos reprodutivos celulares. Produção de energia e mecanismos de transporte. Secreção Celular. Métodos para estudo histológico e microscopia óptica. Estudo histológico e histofisiológico dos tecidos epitelial, adiposo, cartilaginoso, ósseo, muscular, nervoso, sanguíneo e conjuntivo e propriedades especiais. Histologia dos Sistemas e órgãos.

Bibliografia Básica

- CORMACK, D.H. **Fundamentos de Histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.
- MOORE, K. L ;. PERSAUD, T. V. N. **Embriologia Básica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOLSOLVER, S. R. et al. **Biologia Celular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar

- JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- COOPER, Geoffrey. **A célula: uma abordagem molecular**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DI FIORE, M. S. **Atlas de Histologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,

2001.

MAIA, George Doyle. **Embriologia humana**. São Paulo: Atheneu, 2005.

GITIRANA, Lycia de Brito. **Histologia: conceitos básicos dos tecidos**. São Paulo: Atheneu, 2004.

SADLER, T.W. **Embriologia médica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KUHNEL, Wolfgang. **Citologia histologia e anatomia microscópica: textos**. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

7. GENÉTICA

EMENTA

Bases mendelianas da hereditariedade. Citogenética Clínica: princípios gerais e anomalias autossômicas, cromossomos sexuais e suas anomalias. Bases Moleculares e Bioquímicas dos distúrbios genéticos: as hemoglobinopatias, os EIM (Erro Inatos do Metabolismo) Imunogenética. Tipos de transmissão de caracteres genéticos. Bioquímica do material genético. Síntese protéica, recombinação e mutações gênicas. Variação da estrutura do genoma e expressão do genoma. Principais doenças genéticas humanas. Análise de cariótipo e análise genética: isolamento e análise de DNA, PCR. Farmacogenética.

Bibliografia Básica

NUSSBAUM, Robert L. **Genética médica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

OSÓRIO, Maria Regina. **Genética humana**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

OTTO, Priscila Guimarães. **Genética humana e clínica**. 2. ed. São Paulo: Roca. 2004

Bibliografia Complementar

MOORE, Keith L. **Embriologia clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THOMPSON, Margaret W. **Genética Médica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

MAIA, G.D., **Embriologia Humana e Biologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

JORDE, L. B.; CAREY, J. C.; BAMSHAD, M. J. et al. **Genética Médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MOORE, K.L. **Atlas colorido de embriologia clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

HARTH, D.L.; CLARK, A.G. **Princípios de genética das populações**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

2º SEMESTRE

8. BIOFÍSICA APLICADA À FARMÁCIA

EMENTA

Princípios físicos aplicados às ciências farmacêuticas. Óptica e geométrica. Microscopia óptica e eletrônica. Espectroscopia. Lei de Newton. Princípio de conservação de Energia. Fluidos. Biofísica da célula: transporte através da membrana. Bioeletrogênese. Potencial de membrana: potencial de ação da célula. Sinapse e contração muscular. Radioatividade.

Bibliografia Básica

NUSSENZVEIG, H.M. **Curso de física básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.1v.

NUSSENZVEIG, H.M. **Curso de física básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.2v.

NUSSENZVEIG, H.M. **Curso de física básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 1997.3v.

NUSSENZVEIG, H.M. **Curso de física básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.4v

Bibliografia Complementar

OKUNO, Emico. **Física para ciências médicas e biológicas**. São Paulo: Harper & Row do Brasil. 1982.

HENEINE, I. F. **Biofísica Básica**. São Paulo: Atheneu, 2008.

DURAN, E.R. **Biofísica: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

GARCIA, Eduardo A.C. **Biofísica**. São Paulo: Sarvier, 2002.

MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto. **Curso de Biofísica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan , 2010

9. CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E MÉTODOS DE PESQUISA

EMENTA

Universidade, biblioteca, o estudo e a produção científica. Os vários tipos de conhecimento. Método: o procedimento científico. Composição e apresentação de trabalhos científicos. Bases teóricas e filosóficas dos métodos de pesquisa. A pesquisa científica no campo da saúde. Elaboração de projeto de pesquisa. Ética em pesquisa. Elaboração de relatório: estrutura, norma, técnica, apresentação e publicação. Referências e citações bibliográficas.

Bibliografia Básica

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: atlas, 2009

Bibliografia Complementar

IDE, Pascal. **A Arte de pensar**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARKER, K. **Na bancada: manual de iniciação científica em laboratórios de**

pesquisas biomédicas. Ed. Artmed, 1 ed., 2002.
KOCH, Ingedore. **A coerência textual.** São Paulo: Contexto, 2004.
ALVES, Rubem. **Entre a ciência e sapiência: o dilema da educação.** São Paulo: Loyola, 2005.
DEMO, Pedro. **Saber pensar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
SALOMON, Delciov. **Como fazer uma monografia.** 11. ed. São Paulo: Martins, 2004.

10. QUÍMICA ORGÂNICA I

EMENTA

Química orgânica estrutural das funções orgânicas: introdução. Correlação entre reatividades e estrutura. Alcanos e cicloalcanos, alquenos, alquinos, dienos conjugados e compostos aromáticos. Reações orgânicas e seus mecanismos. Isomeria. Substituição nucleofílica e reações de eliminação. Estereoquímica. Efeitos estruturais e eletrônicos em compostos orgânicos. Reações orgânicas e seus mecanismos. Noções de espectroscopia.

Bibliografia Básica

ALLINGER, Norman L. **Química Orgânica.** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
BARBOSA, Luiz Claudio de A. **Introdução a Química orgânica.** São Paulo: Pearson, 2007.
SOLOMONS, T. W. GRANHAM ; FRYHLE, CRAIC. **Química Orgânica.** 8. ed. São Paulo: LTC, v. 1, 2006.

Bibliografia Complementar

BROWN, W.H. **Organic chemistry,** Ed. Saunders College Publishing, 1995.
VOLLHARDTH, K. Peter. **Química Orgânica: estrutura e função.** Rio de Janeiro: Artmed, 2008.
CLAYDEN, J., GREEVES, N., WARREN, S., WOTHER, P. **Organic chemistry,** ed. Oxford University Press, 1 ed., 2001.
USBERCO, João. **Química.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
MCMURRY, John. **Química orgânica.** 6.ed. São Paulo: Thompson, 2005.2v.

11. FISILOGIA

EMENTA

Estudo do funcionamento do organismo humano de todos os segmentos e sistemas. Domínio dos mecanismos fisiológicos relacionados à clínica objetivando o interesse farmacêutico. Princípios homeostáticos. Sangue e líquidos corporais. Sistema nervoso autônomo e central: neuromuscular; cardiovascular; renal; respiratório; digestivo e endócrino.

Bibliografia Básica

COSTANZO, L. S. **Fisiologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

GUYTON, Arthur. **Fisiologia Humana e mecanismo das doenças**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

GUYTON, Arthur. **Tratado de fisiologia médica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Bibliografia Complementar

AIRES, Margarida de M. **Fisiologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

DAVIES, Andrew. **Fisiologia Humana**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

CINGOIANE, Horacio. **Fisiologia humana de houssay**. 7. ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.

KOEPPEN, B.M. & STANTON, B.A. **Berne & Levy Fisiologia**. Ed. Roca, 6. ed., 2009.

SILVERTHORN, D. U. **Fisiologia Humana: abordagem integrada**. 5 ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

12. SOCIOLOGIA APLICADA À SAÚDE

EMENTA

Noções de sociologia, antropologia e política. As instituições sociais. Cultura e diversidade. A cultura em nossa sociedade. Antropologia médica. Saúde e sociedade. Relações sociais na farmácia comercial. O farmacêutico e a sociedade.

Bibliografia Básica

ADAM, P.; HERZLICH C. **Sociologia da doença e da medicina**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SANTOS, M.R.C. **Profissão Farmacêutica no Brasil: história, ideologia, e ensino**. Ribeirão Preto: Holas, 1999.

CASTRO, A.M.; DIAS, E. F. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. São Paulo: Centauro, 2001.

Bibliografia Complementar

LARAIA, R.B. **Cultura: um conceito antropológico**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GUARESCHI, P. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 50 ed., EDIPUCRS, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é cultura**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006

13. BIOQUÍMICA BÁSICA

EMENTA

Química de aminoácidos, proteínas, carboidratos, lipídios e nucleotídeos. Vitaminas e coenzimas. Vias metabólicas principais de carboidratos, lipídios, proteínas e nucleotídeos. Interrelações e regulação metabólica. Química de hormônios. Enzimologia. Bioenergética. Coleta e manipulação de amostras. Normas de Biossegurança. Controle de qualidade em bioquímica clínica. Avaliação laboratorial do equilíbrio hidroeletrolítico e doenças cardiovasculares. Avaliação laboratorial dos distúrbios ósseos e musculares. Avaliação laboratorial dos distúrbios do metabolismo do ferro e das porfirinas. Estudo dos líquidos biológicos extravasculares. Estudo dos marcadores tumorais. Automação em bioquímica clínica. Relação de estrutura e função de biomoléculas. Mecanismos de catálise biológica. Biossíntese e degradação de biomoléculas. Composição e funções dos componentes do meio interno e mecanismos físico-químico-bioquímicos e fisiológicos responsáveis pela sua constância. Fisiologia dos órgãos: ponto de vista molecular e regulação. Meios para aquisição de substâncias necessárias à nutrição do organismo.

Bibliografia Básica

CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. Porto Alegre: ARTMED, 3 ed., 2001.

LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. **Princípios de Bioquímica**. Ed. Sarvier, 4 ed., 2007.

VOET, D. & VOET, J.G. **Fundamentos de Bioquímica**. Porto Alegre: Ed. ARTMED, 3 ed., 2006.

Bibliografia Complementar

MURRAY, R.K., GRANNER, D.K., RODWELL, V.W. **Harper-Bioquímica Ilustrada**, Ed. McGraw-Hill, 27 ed., 2008.

BAYNES, J. & DOMINICZAK, M.H. **Bioquímica Médica**. Ed. Elsevier, 2 ed., 2007.

STRYER, L. BERG, J.M., DYMOCZKO, J.L. **Bioquímica**. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 6 ed., 2008.

KLAUS, J. K.; ROHN, H. Bioquímica: texto e atlas. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RIEGEL, E. R. **Bioquímica**. 4. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

14. PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE

EMENTA

A Psicologia como ciência: importância e resumo histórico. Relação da psicologia com outras ciências. Psicologia aplicada à saúde. Psicologia da personalidade: diferentes abordagens. Relações interpessoais. Interação, Dispensador — Paciente — Prescritor. O desenvolvimento biológico e sócio histórico do homem. O comportamento do homem frente à saúde e a doença.

Bibliografia Básica

ANGERAMI-CAMON, V. A. **E a Psicologia Entrou no Hospital...** São Paulo: Pioneira, 1996.

ANGERAMI-CAMOM, Valdemar Augusto (Org.). **Psicologia hospitalar: teoria e prática**.4.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

ANGERAMI-CAMON, Valderama. **A Psicologia da Saúde: Um novo significado para Prática Clínica**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Bibliografia Complementar

SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. Rio de Janeiro: Vozes,

BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia do desenvolvimento**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M. J. P. **Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde**. 2 ed. São Paulo, Gente, 1996.

VAYER E RONCIN. **Psicologia atual e desenvolvimento da criança**. Manole: São Paulo, 1998.

GUIDETTI, M. **Introdução a psicologia do desenvolvimento: do nascimento à adolescência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

3° SEMESTRE

15. PATOLOGIA GERAL

EMENTA

Conceitos fundamentais sobre os processos gerais de patologia e fisiopatologia humana. Doenças em geral. Patogenia e condições do organismo. Início e desenvolvimento dos estados mórbidos. Sintomatologia. Diagnóstico. Prognóstico. Prática de microscopia dos processos patológicos. Degenerações: hidrópica, hialina, esteatose, glicogenose, libidose, apoptose, Isquemia. Trombose. Infarto.

Bibliografia Básica

BRASILEIRO FILHO, G. **Bogliolo-Patologia Geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed., 2009.

FARIA, J.L. **Patologia Geral-fundamentos das doenças comaplicações clinicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed., 2003.

MONTENEGRO, M.R. **Patologia: processos gerais**. São Paulo: Atheneu, 2004.

Bibliografia Complementar

HANSEL, D.E.; DINTZIS, R.Z. **Fundamentos de Rubin- patologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Kogam, 2007

FARIA, J.L.P. de **Patologia Especial com Aplicações Clínicas**. 2. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2003 .

RUBIN, E. **Patologia: bases clínico-patológicas da medicina**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2006.

COTRAN, R.S. **Robbins:Patologia Estrutural e Funcional**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 6 ed., 2009.

DORETTO, D. **Fisiopatologia Clínica do Sistema Nervoso: fundamentos da semiologia** Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

16. FARMACOBOTÂNICA

EMENTA

Introdução à farmacobotânica, aplicações na atividade farmacêutica. Raiz, caule, folhas, inflorescência, flores, frutos, e sementes de plantas de interesse farmacêutico: anatomia macroscópica e microscópica. Sistemas de classificação: estudo de famílias, gêneros e espécies. Conservação do material vegetal para fins farmacêuticos, científicos e legais. Principais vegetais tóxicos que ocorrem no Brasil.

Bibliografia Básica

LORENZI, H. **Plantas Daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais**. 3.ed. São Paulo: Lorenzi, 2000.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002.

OLIVEIRA, F. ; AKISUE, G **Práticas de Morfologia Vegetal** .São Paulo: Atheneu

Bibliografia Complementar

MODESTO, Z. M. M. & SIQUEIRA, N. J. B. **Botânica**. São Paulo: EUP, 1981.

GEMMELL, A.R. **Anatomia do Vegetal em Desenvolvimento**. Trad. Heilmann, H.P. São Paulo: EPU, 1981.

CUTTER, G.C. **Anatomia Vegetal: parte II Órgãos (experimentos e interpretações)**. Trad. Catena, G. V. M. C. São Paulo: Rocca, 1987.

PANIZZA, S. **Plantas que curam: cheiro de mato**. 19. ed. São Paulo. IBRASA, 1997.

WEBERLING, F. & SCHWANTES, H.O. **Taxonomia vegetal**. São Paulo: EPU, 1 ed., 2006.

17. QUÍMICA ORGÂNICA II

EMENTA

Aldeídos, cetonas, álcoois, éteres, fenóis, ácidos carboxílicos e derivados, aminas e sais de diazônio. Compostos organometálicos. Compostos polifuncionais carbonilados. Métodos de obtenção, propriedades físicas e químicas. Reação de Diels-Alder. Substituição eletrofílica aromática. Compostos de interesse farmacêutico.

Bibliografia Básica

ALLINGER, Norman L. **Química Orgânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BARBOSA, Luiz Claudio de A. **Introdução a Química orgânica**. São Paulo: Pearson, 2007.

SOLOMONS, T. W. GRANHAM ; FRYHLE, CRAIC. **Química Orgânica**. 8. ed. São Paulo: LTC, v. 1, 2006.

Bibliografia Complementar

BROWN, W.H. **Organic chemistry**, Ed. Saunders College Publishing, 1995. Vai

chagar dia 19/04/

VOLLHARDTH, K. Peter. **Química Orgânica: estrutura e função**. Rio de Janeiro: Artmed, 2008.

CLAYDEN, J., GREEVES, N., WARREN, S., WOTHER, P. **Organic chemistry**, ed. Oxford University Press, 1 ed., 2001. Vai chagar dia 19/04/

MCMURRY, John. **Química orgânica**. 6.ed. São Paulo: Thompson, 2005.2v.

CAMPOS, Marcello de Moura. **Fundamentos de Química Orgânica**. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2004

18. QUÍMICA ANALÍTICA I - QUALITATIVA

EMENTA

Estudo de separação de misturas; determinação de propriedades físicas; análise qualitativa dos elementos químicos; análise de solubilidade; preparo de derivados e métodos espectroscópicos.

Bibliografia Básica

VOGEL A.I. **Química Analítica Qualitativa**. Tradução de Antônio Gimeno: Ed. mestre Jou., 1 ed., 1981.

VAITSMAN, D.S. & BITTENCOURT, O.A. **Ensaio Químicos Qualitativos**, Rio de Janeiro: Editora Interciência Ltda., 1995.

BACCAN, N., ALEIXO, L.M., STEIN, E., GODINHO, O.E.S. **Introdução à Semimicro Análise Qualitativa**, 7 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

Bibliografia Complementar

SHRINER, R.L., FUSON, R.C. & CURTIN, D.Y. **The systematic identification of organic compounds: a laboratory manual**. New York: Wiley, 458 pp.

William R. Robinson **General Chemistry with Qualitative Analysis, 10th Edition – Gengage Learning**

HOLME D.J. & PECK H. **Analytical Biochemistry**, 2nd. Ed. New York: John Wiley & Sons, 1993.

SKOOG, D.A., WEST, D.M., HILLER, F.J. **Fundamentos da química analítica**. Ed. Cengage Learning, 1 ed., 2005

LEITE, F. **Práticas de Química Analítica**. Ed. Alínea e átomo, 4 ed., 2010.

19. PRIMEIROS SOCORROS E INJETÁVEIS

EMENTA

Sinais vitais (temperatura, pressão arterial, pulso); noções de esterilização; curativos; administração de medicamentos; noções gerais ao socorrista; atendimento ao paciente epilético; transporte de emergência em paciente acidentado; noções de bandagem. Fármacos injetáveis: vias de administração, mecanismo de ação e incompatibilidades. Medidas de biossegurança. Testes bioquímicos de controle (glicemia), colocação de brincos e nebulização.

Bibliografia Básica

BERGERON, J. David; BIZJAK, Glória; KRAUSE, Georg W.; BAUDOUR, Cris Le, **Primeiros Socorros**. São Paulo: Atheneu, 2007.

SOUZA, G.B. **Estabilidade de medicamentos injetáveis**. Rio de Janeiro: Ed. HP Comunicação. 2007.

TRISSEL, L.A. **Guia de bolso para fármacos injetáveis**, Ed. Artmed., 1 ed., 2008.

Bibliografia Complementar

NORO, J.J. **Manual de Primeiros Socorros** Ed. Ática, São Paulo, 1996.

SWEARINGEN, P.L. & HOWARD, C. A. **Atlas Fotográfico de Procedimentos de Enfermagem**. Ed Artmed, ed. 3ª, Porto Alegre, 2001.

S.O.S cuidados emergenciais. São Paulo: Rideel, 2002

MANUAL de Primeiros Socorros: como proceder nas emergências em casa, no trabalho e no lazer. São Paulo:Ática, 2006.

PRIMEIROS Socorros: guia como se faz. São Paulo: Escala, [2000?].

20. BIOESTATÍSTICA

EMENTA

Aplicação do método estatístico em saúde. Estatística demográfica. Medidas de tendência central. Variabilidade. Indicadores de Saúde. Síntese gráfica e numérica de dados. Probabilidade. Distribuições de probabilidade. Inferência sobre uma população. Comparação de dois tratamentos. Bioestatística paramétrica: teste "t" de Student, X², ANOVA (com Newman-Keuls e Dunnet). Correlação e regressão lineares. Probabilidade. Distribuições de probabilidade. Inferência sobre uma população. Comparação de dois tratamentos. Correlação e regressão lineares.

Bibliografia Básica

PAGANO, M.; GAUVREAU, K. **Princípios de bioestatística**., Ed. Cengage Learning, 1 ed., 2003.

GALLEGARI - JACQUES, S.M.**Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003

VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística**., Ed. Elsevier, 4 ed. 2008

Bibliografia Complementar

LEVIN, J. Estatística para as ciências humanas.9.ed. São Paulo: Print Hall, 2004.

WITTE, J.S. & WITTE, R.S. **Estatística**. Ed. LTC., 7 ed., 2005

ARANGO, H.G. **Bioestatística-teórica e computacional**, Ed. Guanabara Koogan, 3 ed., 2009.

DOWNING, D.& CLARK, J. **Estatística aplicada**. Ed. Saraiva, 2.ed., 2002.

MILONE, G. **Estatística Geral e aplicada**. São Paulo: Thomson

21. FÍSICO-QUÍMICA

EMENTA

Equilíbrio químico. pH, tampões e importância bioquímica do pH. Espontaneidade e equilíbrio químico. Equilíbrio de fases em sistemas simples e binários. Propriedades coligativas das soluções. Catálise e cinética enzimática. Eletroquímica. Descrição das pilhas e baterias usuais. Cinética química: conceitos fundamentais. Estudo dos gases. Espontaneidade de reações. Fenômenos de superfície e colóides. Leis da termodinâmica. Química nuclear.

Bibliografia Básica

FLORENCE, A.T. **Princípios Físico-Químicos em Farmácia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ATKINS, P. **Físico-química Fundamentos**. Ed. LTC, 3 ed., 2003.

ATKINS, P. **Físico-química**. Ed. LTC, 8 ED., 2008

Bibliografia Complementar

CASTELAN, G. **Fundamentos de físico-química**, ed. LTC, 1 ed., 1986.

BALL, D.W. **Físico-química**, ed. Cengage Learning, 2 ed., 2005.

RANGEL, R.N. **Práticas de físico-química**, ed. Edgard Blucher, ed., 2006.

REIS, M. **Físico-química-textos e atividades complementares**. Ed., FTD, 1 ed., 2007.

NETZ, P.A.; ORTEGA, G.G. **Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para ciências farmacêuticas**. Ed. ARTEMED, 2002.

4° SEMESTRE

22. FARMACOGNOSIA

EMENTA

Reconhecimento, obtenção e controle de qualidade de drogas vegetais. Métodos de extração e preparo de drogas vegetais. Classificação farmacognóstica dos fármacos. Caracteres macroscópicos e microscópicos dos fármacos. Fármacos com princípios ativos de ácidos orgânicos. Fármacos com princípios ativos glicídios e correlatos. Fármacos com princípios ativos heterosídicos. Fármacos com princípios ativos tânicos. Fármacos com princípios ativos floroglucínolicos. Fármacos com princípios ativos lipídicos e correlatos. Fármacos com princípios ativos aromáticos.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Maria das Graças **Plantas usuais dos brasileiros** – UFMG, 2005.

LORENZI, R. **Plantas medicinais no Brasil** – Instituto Plantarum, 2008.

CUNHA, P. da. **Farmacognosia e Fitoquímica**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste, 2010.

Bibliografia Complementar

FARMACOPÉIA BRASILEIRA: IV ed. Ed. Atheneu, São Paulo, 1988.

OLIVEIRA, F. et al. **Farmacognosia**. São Paulo: Atheneu, 1998.

YUNES, Rosendo Augusto - **Química de produtos naturais novos fármacos e a moderna farmacognosia**- editora Univali Vlr. 54,00

SIMÕES, C.M.O. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 6 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HOWLAND, R. D. **Farmacologia ilustrada**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

23. IMUNOLOGIA BÁSICA

EMENTA

Introdução ao Sistema Imunológico. Células e órgãos do Sistema Imunológico. Tipos de respostas imune. Mecanismos gerais da resposta imune. Antígenos e Imunoglobulinas. Inflamação. Sistema Complemento. Reações antígeno x anticorpo. Diagnóstico imunológico das infecções. Avaliação da resposta imune humoral e celular: técnicas de Imunoensaios. Hipersensibilidades. Imunodeficiências. Doenças autoimunes e diagnóstico laboratorial. Imunologia dos transplantes. Imunologia dos tumores. Imunoprofilaxias. Novas abordagens em Imunoterapias.

Bibliografia Básica

COICO. **Imunologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 2010

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. Editora Elsevier, 6ed, 2008.

FORTE, W.C.N. **Imunologia: do básico ao aplicado**. 2. ed. Porto Alegre: Atmed, 2007

Bibliografia Complementar

MALE, D. **Imunologia: um resumo ilustrado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Manole, 1988.

PEAKMAN, M. & VERGANI, D. **Imunologia Básica e Clínica**. Editora Guanabara Koogan, 1 ed, 1999.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; et al. **Imunobiologia: O Sistema Imunológico na Saúde e na Doença**. Artmed, 6 ed., 2007.

FISCHER, G.B. SCROFERNEKER.M.L. **Imunologia básica aplicada**. 4. ed. Segmento Farma, 2007

STITES, D.P. **Imunologia Básica**, Rio de janeiro, Guanabara-Koogan, 2004.

24. QUÍMICA ANALÍTICA II - QUANTITATIVA

EMENTA

Equipamentos, erros, amostragem e tratamento dos dados analíticos, técnicas de quantificação: gravimetria, titulometria, métodos eletroanalíticos, métodos espectroanalíticos e métodos térmicos, análise instrumental. Preparo de amostras.

Bibliografia Básica

VOGEL A.I. **Química Analítica Qualitativa** 5.ed. Rio de janeiro: Guanabara-Koogan, 1992.

HARRIS, D.C. **Análise Química Quantitativa**. 7 ed. Rio de janeiro : LTC, 2008.

BACCAN, N. et al. **Química analítica quantitativa elementar**. Ed. Edgard Blucher, 3 ed., 2003.

Bibliografia Complementar

BAPTISA, J.R. **Caderno de Química Analítica Quantitativa - Teoria e Prática**, Rio Grande - RS : Editora da FURG, 1987

COLLINS, C.H., BRAGA, G.L., BONATO, P.S. **Fundamentos de cromatografia**.

Ed. Unicamp, 1 ed., 2006.

EWING, W.G. **Métodos Instrumentais de Análise Química**. Ed. Edgar Blücher, 1972.

MENDHAM, J.B. Vogel: **Análise química quantitativa**. Ed. LTC, 6 ed. 2002.

25. MICROBIOLOGIA BÁSICA

EMENTA

Bactérias, fungos e vírus de interesse médico: importância, taxonomia, aspectos morfológicos, estruturais, fisiológicos, genéticos e ecológicos. Relação micro-organismo/ hospedeiro. Metodologia para isolamento, identificação e controle. Desinfetantes e antibióticos.

Bibliografia Básica

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Arned, 2002

TRABULSI, L.R. & ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. Atheneu, 5 ed, 2008.

JAWETZ, E & LEVINSON, W. **Microbiologia Médica e Imunologia**. Artmed, 7 ed, 2009.

Bibliografia Complementar

BURTON, G.R. W.; ENGLKIRK, P. G. **Microbiologia para as Ciências da Saúde** . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005

VERMELHO, A.B.; PEREIRA, A.F.; COELHO, R.R.R.; SOUTO, P. **Práticas de microbiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006

JORGE, O.C. **Microbiologia-atividades práticas**. Ed. Santos, 2 ed., 2008.

BROOKS, G.; BUTEL, J. **Jawetz/ Microbiologia médica**. Editora Mc Graw Hill, 22 ed, 2004.

LACAZ, C. S.; PORTO, E.; MARTINS, J. E. C, et al. **Tratado de Micologia Médica**. Editora Sarvier, 9 ed, 2009.

26. FARMACOLOGIA GERAL

EMENTA

Conceitos e fundamentos da farmacologia geral. Princípios gerais de farmacodinâmica. Princípios gerais de Farmacocinética. Farmacologia do SNA e SNC. Farmacologia do sistema cardiovascular e renal. Farmacologia do sistema respiratório. Farmacologia dos processos infecciosos e inflamatórios. Antibioticoterapia. Farmacologia do aparelho gastrointestinal. Quimioterápicos, antiparasitários, antineoplásicos. Farmacologia do sistema endócrino.

Bibliografia Básica

RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. **Farmacologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: ED. Elsevier, 2009.

SILVA, P. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 8 ed., 2010.

FUCHS, F.D et al. **Farmacologia clínica-fundamentos da terapêutica racional**. Ed. Guanabara Koogan, 3 ed., 2004.

Bibliografia Complementar

RUNTON, L.L., LAZO, J.S., PARKER, K.L. **GOODMAN & GILMAN:As bases farmacológicas da terapêutica**. 11 ed. Rio de Janeiro, ED. McGraw Hill, 2006

KOROLKOVAS, A. **Dicionário Terapêutico**.14.ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007

CRAIG, C.R.; STITZEL, R.E. **Farmacologia moderna com aplicações clínicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005

DELUCIA, ROBERTO. **Farmacologia Integrada**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2007

HOWLAND, R. D.**Farmacologia ilustrada**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

27. PARASITOLOGIA HUMANA

EMENTA

Estudo da morfologia e biologia dos protozoários, helmintos e artrópodes, parasitas do homem, como fundamento para o conhecimento da patologia, do diagnóstico clínico e laboratorial, da epidemiologia, da profilaxia e da terapêutica das doenças parasitárias, causadas por parasitas animais.

Bibliografia Básica

MARKELL, **Parasitologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

NEVES, D. P. et al. **Parasitologia Humana**. Atheneu, 11 ed. Rio de Janeiro, 2005.

REY, L. **Bases da Parasitologia Médica**, Ed. Guanabara Koogan, 3 ed., 2009.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Maria Aparecida. **Manual de Infecção Hospitalar – Epidemiologia**. Porto Alegre: Médici, 2001.

SPICER, **Bacteriologia, Micologia e Parasitologia Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GASPARINI, E.A; PORTELLA, R.B.; CARVALHAL, R.C.A. **Manual de parasitoses intestinais**. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2004.

REY, L. **Parasitologia-parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais**. Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2008.

NEVES, D.P., T. **Parasitologia básica**. Ed. Atheneu, 2 ed., 2010.

28. DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA

EMENTA

Noções de direito constitucional, civil e penal direcionado a área de saúde, Conselho Federal de Farmácia e Conselho Regional de Farmácia, Entidades de Classe e Órgãos Governamentais de Saúde, Resoluções do Conselho Federal de Farmácia, Âmbito Profissional Farmacêutico, Bioética e Código de Ética Farmacêutico, Legislação Profissional e Legislação Sanitária vigente, Sistema único de Saúde, Código de Defesa do Consumidor, Registro de Produtos Relacionados à Saúde, Política Nacional de Medicamentos e Lei dos Genéricos.

Bibliografia Básica

NALINI, J.R. *Ética Geral e Profissional*. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVEIRA, S. T. **Tópicos em deontologia e legislação para farmacêuticos**. São Paulo, 2009.

VIEIRA, J. L. **Código de ética e legislação do farmacêutico**. São Paulo, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **A Organização Jurídica da Profissão Farmacêutica**. 5 ed. Brasília: 2007.

CAMARGO, MARCULINO. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 8.ed . Petrópolis: Vozes, 2009

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei 5991 de 17 de dezembro de 1973, Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/consolidada/lei_5991_73.htm>

VALLS, A.L.M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)

SANTOS, J. S.; SILVA, J. P. **Conselhos de farmácia Memória e Prospecção**. Conselho Federal de Farmácia, 2003.

5º SEMESTRE

29. PROJETOS DE PESQUISA E SEMINÁRIOS

EMENTA

Estrutura e redação do projeto de monografia/pesquisa; estrutura e redação da monografia. Critérios básicos para submissão ao comitê de ética. Como criar e desenvolver uma apresentação multimídia (PowerPoint). Apresentação sob forma de seminários dos projetos de pesquisa, abordando os seguintes aspectos: etapas, reflexão analítica sobre os dados coletados, resultados alcançados, dificuldades e soluções encontradas no desenvolvimento da pesquisa, elaboração do trabalho científico.

Bibliografia Básica

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. e LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo:Atlas, 2009.
LAKATOS, E.M. e MARCONI, M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

IDE, Pascal. **A Arte de pensar**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
KOCH, Ingedore. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto,2004.
KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto,2004.
DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 4. ed. São Paulo:Cortez, 2005.
ALVES, Rubem. **Entre a ciência e sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 2005.

30. FARMACOLOGIA CLINICA

EMENTA

Interações Medicamentosas, reações adversas a medicamentos. Ajustes de doses, sensibilidade às drogas e farmacoterapia específica. Farmacos aplicados a distúrbios menores e maiores. Indicação farmacêutica de medicamentos sem prescrição médica (MIPs). Delineamento de estudos clínicos; aplicações terapêuticas; Centro de Informação sobre Medicamentos (CIM); farmacoepidemiologia; farmacovigilância;

Bibliografia Básica

RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. **Farmacologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: ED. Elsevier, 2009.
KATZUNG, B.G. **Farmacologia básica e clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

SILVA, P. **Farmacologia**. 8º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010

Bibliografia Complementar

GOMES, M. J. V. M & REIS, M. M. **Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar**. São Paulo: Atheneu, 2003.
BRUNTON, L.L., LAZO, J.S., PARKER, K.L. **GOODMAN & GILMAN:As bases farmacológicas da terapêutica**. 11 ed. Rio de Janeiro, ED. McGraw Hill, 2006.
WILLIAMS, LIPPINCOTT. **Farmacologia Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010
HOWLAND, R. D.**Farmacologia ilustrada**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007
CRAIG, C.R.; STITZEL, R.E. **Farmacologia moderna com aplicações clínicas**. 6º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005

31. FARMÁCIA HOSPITALAR E CLÍNICA

EMENTA

História, conceito, objetivo, estrutura e organização hospitalar; história, conceito, atribuições, estrutura e organização da farmácia hospitalar; padronização de medicamentos: a comissão de Farmácia e Terapêutica; dose unitária e padronização

de materiais médico-hospitalares; aquisição, armazenamento e controle qualitativo e quantitativo de estoque de produtos farmacêuticos; dispensação farmacêutica; o laboratório de Farmacotécnica (alopática, fitoterápica e homeopática); cálculo de fracionamentos e diluições; nutrição parenteral; antimicrobianos; infecções hospitalares: conceitos, epidemiologia, custos, prevenção e atribuições da Farmácia Hospitalar; informatização; administração e relações humanas. Controle farmacêutico de produtos tóxicos e similares. Farmácia clínica e acompanhamento do paciente.

Bibliografia Básica

SANTOS, Andrade dos Santos.- **Gestão de farmácia hospitalar**. São Paulo: SENAC, 2006.,
FUCHS, F. D & WANNMACHER, L. **Farmacologia Clínica – Fundamento daTerapêutica Racional**. 2Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
CAVALINI, M. E. ; BISSON, M.P. **Farmácia Hospitalar**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2010.

Bibliografia Complementar

TAVARES, W. **Antibióticos e quimioterápicos antinfeciosos**. 3ª edição. São Paulo. Ed. Atheneu. 2000.
FERRO, H.C; DE AZEVEDO, J.R.A; LOSS,H.S. **Nutrição parenteral e enteral em UTI**. São Paulo: Atheneu. 2002.
MAGNONI, Daniel **Manual pratico em terapia nutricional** –editora Sarvier
GOMES, M. J. V. M & REIS, M. M. **Ciências Farmacêuticas: uma abordagem emfarmácia hospitalar**. São Paulo: Atheneu, 2000.
GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Nutrição**. São Paulo: Ática, 2005

32. ASSISTÊNCIA E ATENÇÃO FARMACÊUTICA

EMENTA

Histórico e evolução dos conceitos (etapa tradicional, transição e cuidado). Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica. Ciclo de assistência farmacêutica: Produção, Planejamentos, Aquisição, Armazenamentos, Distribuição. RENAME e medicamentos excepcionais. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Centro de Informações de medicamentos. Conceitos de Atenção farmacêutica. Dispensação responsável e uso racional de medicamentos. Problemas Relacionados a Medicamentos (classificação, detecção e prevenção de PRMs e RNM). Intervenção farmacêutica. Registros em Atenção farmacêutica (Dader). Comunicação verbal e não verbal. Interação Farmacêutica, Paciente, Dispensador e prescritos. Atenção Farmacêutica aplicada (diabéticos, hipertensos, gestantes e etc.)

ROVERS, J. P, CURRIE, J. D: **Guia prático da atenção farmacêutica**. São Paulo, 2010.
DADER, M. J. F: **Atenção farmacêutica conceitos, processos e casos**. Ed RCN, São Paulo, 2008.

BISSON, M. P. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica.** Ed. Manole, São Paulo, 2006.

Bibliografia Complementar

MARQUES, L. A.M: **Atenção farmacêutica em distúrbios maiores** 1ª Ed. 2009

MARQUES, L. A.M: **Atenção farmacêutica em distúrbios menores** 2ª Ed. 2008

OLIVEIRA , Dejenane R.; De. **Atenção Farmacêutica: Da Filosofia ao Gerenciamento Da Terapia Medicamentosa**– Editora Rcn

CONSELHO FEDERAL DE DE FARMÁCIA **A assistência farmacêutica no sus.** 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Farmacia, 2010

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. Departamento de atenção básica. Incentivo à assistência farmacêutica básica: o que é e como funciona. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40p. Disponível em: <http://www.opas.org.br/medicamentos/docs/iafb.pdf>.

33. FARMACOTÉCNICA I

EMENTA

Considerações biofarmacêuticas sobre formas e fórmulas farmacêuticas e posologia. Adjuvantes, farmacotécnicos e excipientes: formas farmacêuticas, composição geral de um medicamento, farmacógeno, veículo, corante, flavorizante, edulcorante, conservante e antioxidante, acondicionamento, embalagem e identificação. Boas práticas de manipulação. Cálculos farmacêuticos. Formas farmacêuticas sólidas obtidas em escala magistral: pós e granulados, cápsulas e outras formas farmacêuticas sólidas;

Bibliografia Básica

DESTRUTI, A. B. C. B. **Noções Básicas de Farmacotécnica.** São Paulo: Senac, 1999.

FERREIRA, A.O. **Guia prático de Farmácia Magistral:** São Paulo, 2000.

ANSEL,H.C.; **Farmacotécnica – Formas farmacêuticas & Sistemas de Liberação de Fármacos;** 6. ed. Baltimore, EUA, 2000.

Bibliografia Complementar

LACHMA, Leon; LIEBERMAN,H. A.; KANG, J. L.. **Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica.** Vol.I e II. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.

LACERDA, P. **Manual prático de farmacotécnica contemporânea em homeopatia.** Andrei, 1994.

STORPIRTS, S. **Ciências farmacêuticas:** biofarmacotecnica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

LE HIR, A. **Noções de Farmácia Galênica.** São Paulo: Andrei Editora, 1997.

CONRADO, Maria Filomena R. **Gestão Farmacotécnicamagistral.** São Paulo: Basse, 2008. (4 volumes)

6º SEMESTRE

35. FARMACOTÉCNICA II

EMENTA

Formas farmacêuticas semi-sólidas obtidas em escala magistral: emulsões, géis e géis-creme. Formas farmacêuticas líquidas: soluções simples; soluções extrativas; tinturas; alcoólaturas; extratos; hidrolatos e alcoólatos. Sacaróleos líquidos e elixires. Estabilidade de medicamentos; Operações farmacêuticas e aviamento de receitas: tipos, cálculos e orientação ao paciente.

Bibliografia Básica

ANSEL, H.C.; Farmacotécnica – Formas farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos; 6. ed. Baltimore, EUA, 2000.

DESTRUTI, A. B. C. B. **Noções Básicas de Farmacotécnica**. São Paulo: Senac, 1999.

FERREIRA, A.O. **Guia prático de Farmácia Magistral**: São Paulo, 2000.

Bibliografia Complementar

LACHMA, Leon; LIEBERMAN, H. A.; KANG, J. L.. **Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica**. Vol.I e II. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.

LACERDA, P. **Manual prático de farmacotécnica contemporânea em homeopatia**. Andrei, 1994.

STORPIRTS, S. **Ciências farmacêuticas**: biofarmacotecnia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

LE HIR, A. **Noções de Farmácia Galênica**. Andrei Editora.

CONRADO, Maria Filomena R. **Gestão Farmacotécnicamagistral**. São Paulo: Basse, 2008. (4 volumes)

36. SAÚDE PÚBLICA APLICADA A FARMACIA

EMENTA

A evolução e o campo da saúde pública na organização da atenção à saúde. Conceito, quantificação e instrumentos de saúde pública. Usos dos indicadores de saúde. Estudo da constituição da Saúde Pública e do sistema de saúde, considerando o contexto social e político brasileiro. Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Medicamentos, Política Nacional de Assistência Farmacêutica, Programa de Saúde da Família. Evolução histórica e organização dos serviços de saúde com ênfase à inserção do farmacêutico. Aspectos relacionados a organização de Serviços de Saúde Pública como Laboratórios de Saúde Pública, Farmácias e Unidades Básicas de Saúde. Saúde coletiva de interesse farmacêutico: questões atuais: água, leite e outros alimentos, resíduos (domésticos e hospitalares).

Bibliografia Básica

ALMEIDA FILHO, Naomar de, / ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Introdução àEpidemiologia**. Porto Alegre: Médici, 2002.

PERILLO, E.; AMORIM, M.A. **Para entender a saúde no Brasil**. São Paulo: LCTE, 2010. V. 3

PEREIRA, Maurício G. **Epidemiologia** — Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Bibliografia Complementar

ROUGUAYROL, Zélia. **Epidemiologia e Saúde**. Rio de Janeiro, Medisi.1988.
ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. **Saúde pública: bases conceituais**. São Paulo: Atheneu, 2008..
PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da Integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SILVEIRA, M. M. **Política Nacional de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. Revan. 2005.
BENSENOR, I.M.; LOTUFO, P.A. **Epidemiologia: abordagem prática**. São Paulo: Sarvier, 2005.

37. FARMACOTÉCNICA HOMEOPÁTICA

EMENTA

Histórico da Homeopatia. Princípios da Homeopatia. Origem dos medicamentos. Formas Básicas. Formas Derivadas. Escalas e Métodos. Receituário Homeopático. Normas e técnicas de fábrica e preparação de formulas homeopáticas. Controle de Qualidade do produto. Legislação homeopática. Farmacopeia homeopática.

Bibliografia Básica

FARMACOPÉIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA. 2 ed. São Paulo: Atheneu 1997.
FONTES, O.L. Farmacopéia Homeopática. Barueri: Manole, 2001.
SOARES, A. A. D. Farmácia Homeopática. São Paulo: Andrei, 1997.

Bibliografia Complementar

Griffith, Colin – **Manual prático de homeopatia** – Edit CultriX vlr. R\$48,00
TETAU, M. **Tratamento homeopático moderno de eczemas e micoses**. São Paulo: Andrei, 1994.
BERGERET, Claude – **Homeopatia E Dermatologia** – Eitor AndreiVlr
ABRAHAO, Samuel Hahnema. **Organon Del Arte De Curar**
SAREMBAUD **Homeopatia - Conceitos Basicos**

38. CONTROLE DE QUALIDADE - MANIPULAÇÃO

EMENTA

Panorama e evolução das legislações aplicadas na manipulação magistral. Boas praticas de manipulação. Estrutura física, materiais e equipamentos. Documentação da qualidade: Check-List Farmacêuticos, especificações, boletins de análises e POPs. Controle de qualidade de água grau farmacêutico. Armazenamento e estabilidade. Monitoramento do processo magistral. Controle de qualidade de medicamentos manipulados (sólidos, líquidos e semi-sólidos). Contaminação cruzada. Controle microbiológico de produtos e ambientes.

Bibliografia Básica

- GIL, E. S. **Controle físico químico de qualidade de medicamentos** 3.ed. São Paulo, 2010. Ed: Pharmabooks
- CARDOSO, C. M. Z. **Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais**. São Paulo, 2009. Ed. Pharmabooks.
- KANEKO, T. M, ADREOLI, T. J. P. **Controle biológico de qualidade produtos farmacêuticos, correlatos**. Ed Atheneu. Sao Paulo, 2010

Bibliografia Complementar

- REMINGTON, G: **A ciência e a prática da farmácia**. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- RDC 67/07 – Boas Práticas de Manipulação. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>
- FARMACOPÉIA Brasileira. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 1996-2004. pt.2. fascículos 1, 2, 3, 4 e 5.
- THOMPSON, J. Prática farmacêutica na manipulação de medicamento. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FERREIRA, Sila Mary Rodrigues. Controle da qualidade em sistema de alimentação. São Paulo: Varela, 2002.

39. ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS FARMACÊUTICAS

EMENTA

Economia de empresas: origem e aplicação do capital. Custo de produção. Distribuição e outros. Eficiência econômica. Administração econômica. Administração de empresas farmacêuticas (farmácias, drogarias, distribuidoras, indústria de medicamentos e alimentos, laboratório clínico e bromatológico). Direção e produtividade. Organização de empresas farmacêuticas. Relações humanas. Administração de pessoal. Administração de produção. Administração financeira, de vendas e de distribuição. Marketing em auto-serviço.

Bibliografia Básica

- TADEU, Hugo Ferreira B. **Gestão de estoques**. Santa Catarina: Cengage, 2010.
- Ching, Hong. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. São Paulo: Atlas, 2010
- ROSSETI, J. Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo. Atlas. 2000.

Bibliografia Complementar

- MOTTA, Fernando C. P. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- GIANESI, I. G. N.; CORREA, H.L. **Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G.de. **Teoria Geral da Administração**. 3.ed. São Paulo: C. Learning, 2008.
- KANAANE, Roberto. Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 194p

40. EPIDEMIOLOGIA

EMENTA

Saúde e doença (conceituações). História Natural das Doenças. Níveis de prevenção. Imunidade (conceituações). Medidas profiláticas. Metodologia Epidemiológica. Vigilância Epidemiológica e Sanitária. Notificações das doenças. Farmacovigilância e Farmacoepidemiologia.

Bibliografia Básica

ALMEIDA FILHO, Naomar de, / ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Introdução àEpidemiologia**. Porto Alegre: Médici, 2002.

PEREIRA, Maurício G. **Epidemiologia** — Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

MEDRONHO, R.A.; BLOCK, K.V.; LUIZ, R.R.; WERNECK, G.L. **Epidemiologia**. 2º ed. São Paulo: Atheneu, 2008

Bibliografia Complementar

ROUGUAYROL, Zélia. **Epidemiologia e Saúde**. Rio de Janeiro, Medisi.1988.

TEIXEIRA, S.F. (org.). **Reforma sanitária: em busca de uma teoria**.3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FLETCHER,R.H.;FLETCHER,S.W.; WAGNER,E.H. **Epidemiologia clínica: elementos essenciais**.3.ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2006.

COUTO,R.C.; PEDROSA, T.M.G.; AMARAL.B.A. **Infecção hospitalar e outras complicações não infecciosas da doença- epidemiologia, controle e tratamento**. Rio de janeiro: Guanabara –koogan, 2009

JEKEL, J.F.;KATZ, D.L.;ELMORE, J.G.**Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva**. 2.ed. Porto: Alegre: Artmed.

7º SEMESTRE

42. BROMATOLOGIA

EMENTA

Conceito de alimentos e produtos alimentícios e seu valor nutritivo. Digestão dos Alimentos. Composição básica dos produtos alimentícios Alimentos glicídios e seu papel na alimentação. Alimentos lipídios de origem vegetal e animal. Alimentos protéicos e seu papel na alimentação. Reações químicas e enzimáticas de interesse para tecnologia de alimentos, e legislação bromatológica. Bebidas alcoólicas, fermento destiladas e Bebidas não alcoólicas ou estimulantes. Análise físico-química e legislação. Estudo Sanitário de Alimento. Análise dos produtos alimentícios, especiarias, conservas vegetais, vitaminas e aditivos.

Bibliografia Básica

RIBEIRO, Eliana Paula. **Química de alimentos**. São Paulo: Edgar Blucher, 2007.
BOBBIO, FLORINDA O. e BOBBIO, PAULO A. **Manual de Laboratório de Químicas de Alimentos**. São Paulo: 1995.
GAVA, Altamir, Jr. **Princípios da Tecnologia de alimentos**, Editora Nobel. 1998

Bibliografia Complementar
Edira Castelo Branco de A. Gonçalves -**Química dos alimentos a base da nutrição** – editora Varela
SILVA JUNIOR, Enio Alves. **Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação**. São Paulo: Varela.
Silva, Neusely da. **Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água** São Paulo: Varela, 2006.
ORDONEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos e processos**: componentes dos alimentos e processos. V. 1 Rio de Janeiro: Artmed, 2004.
SALINAS, R. D. **Alimentos e Nutrição**: introdução à bromatologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

43 - FITOFÁRMACOS

EMENTA

Introdução a química de produtos naturais. Biossíntese dos metabólicos secundários de origem vegetal da região norte e nordeste. Constituintes esteróides. Pesquisa fitoquímica e etapas de fracionamento. Preparo, produção e controle de qualidade de espécies vegetais.

Bibliografia Básica

CUNHA, A. P. **Farmacognosia e Fitoquímica**. São Paulo, 2005. Ed. Pharmabooks.
YUNES, Rosendo Augusto Yunes. **Química de produtos naturais novos fármacos e a moderna farmacognosia**. São Paulo: Univali Vlr, 2000.
FERRO, Degmar. **Fitoterapia Conceitos Clínicos** .São Paulo: Atheneu, 2005

Bibliografia Complementar

LORENZI, H. **Plantas Daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais**. 2 ed. Nova Odessa, SP: Plantarum, 1991.
PANIZZA, S. **Plantas que curam: cheiro de mato**. São Paulo. IBRASA (Instituto Brasileiro de Difusão Cultural), 1997.
SIMÕES, C. M. O. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
Saad, Glaucia A. **Fitoterapia contemporânea**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2009
BRANDÃO, M. das G. **Plantas úteis**. Belo Horizonte: Código de Comunicação, 2010.

44. TECNOLOGIA FARMACÊUTICA

EMENTA

Aspectos gerais da Tecnologia Farmacêutica; Indústria Farmacêutica e Normas de Produção; Boas Práticas de Fabricação; Desenvolvimento e Produção Industrial de: Formas Farmacêuticas Líquidas; Formas Farmacêuticas Semi-Sólidas; Formas Farmacêuticas Sólidas; Formas Farmacêuticas Estéreis; Novas formas farmacêuticas e novos sistemas de liberação de fármacos.

Bibliografia Básica

PRISTA, L. Nogueira. **Tecnologia farmacêutica**. Colaboração de A. Correia Alves Rui Morgado.v. 1.5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.1.
PRISTA, L. Nogueira. **Tecnologia farmacêutica**. Colaboração de A. Correia Alves Rui Morgado.v.2. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
PRISTA, L. Nogueira. **Tecnologia farmacêutica**. Colaboração de A. Correia Alves Rui Morgado. v.3. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Bibliografia Complementar

LE HIR, A. **Noções de Farmácia Galênica**. Andrei Editora.
ANSEL. **Farmacotécnica** - Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos. 6° ed. Editora Premier. 2003
FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 4 ed.. São Paulo. Atheneu. V. 2. 1996.
LCHMAN, LEON. **Teoria e Prática na indústria farmacêutica**. Fundação Calouste. Gulbenkian: Lisboa.
BRASIL, RDC 17/10 – Boas Práticas de Fabricação. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>

45. CONTROLE DE QUALIDADE - INDUSTRIAL

EMENTA

Boas práticas de fabricação e controle. Aspectos legais da indústria de medicamentos. Conceitos de validação e qualificação. Estabilidade de medicamentos. Controle em processo. Controle Físico-químico de embalagens, matérias-primas, produtos intermediários e produto acabado. Controle microbiológico de produtos e ambientes. Controle de qualidade de água industrial. Métodos estatísticos aplicados ao controle de qualidade.

Bibliografia Básica

GIL, E. S. **Controle físico químico de qualidade de medicamentos** 3ª ED. São Paulo, 2010. Ed: Pharmabooks
CARDOSO, C. M. Z. **Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais**. São Paulo, 2009. Ed. Pharmabooks.
KANEKO, T. M, ADREOLI, T. J. P. **Controle biológico de qualidade produtos farmacêuticos, correlatos**. Ed Atheneu. Sao Paulo, 2010.

Bibliografia Complementar

REMYINGTON, G: **A ciência e a prática da farmácia**, 20ª ED.
FARMACOPÉIA Brasileira. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 1996-2004. pt.2. fascículos 1, 2, 3, 4 e 5.

THOMPSON, Judith. **A prática farmacêutica na manipulação de medicamento**. São Paulo: Artmed, 2006

MARTINS, R. A. **Conceitos básicos de controle estatístico de qualidade**. São Paulo: EdUfscar, 2010.

FERREIRA, Sila Mary Rodrigues. **Controle de qualidade em sistema de alimentação coletiva I**. São Paulo: Varela, 2002.

46. QUÍMICA FARMACÊUTICA

EMENTA

Estudo químico farmacêutico dos compostos utilizados na terapêutica, considerando as várias classes de fármacos, sob os vários aspectos. Descoberta, desenvolvimento, identificação e a interpretação do modo de ação dos compostos biologicamente ativos nas moléculas; Síntese dos produtos metabólicos de fármacos e produtos relacionados. Fármacos com ações sobre o sistema nervoso central e autônomo, dos autotrópicos, cardiovasculares, anti-histamínicos, diuréticos e saluréticos, desinfetantes e anti-sépticos, modificadores da pressão arterial do quadro hematológico, das funções gastrintestinais, quimioterápicos, antibacterianos, contra microbactérias, antiprotozoários, anti-helmínticos, antivirais, antineoplásicos e antimaláricos, fármacos de uso dermatológicos e meios de contraste.

Bibliografia Básica

BARREIRO, E.J; FRAGA, C.A .M. **Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos**. Porto Alegre: Artmed, 2001

HARMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. GOODMAN & GILMAN. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 10.ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2001.

KOROLKOVAS, A ; BURCKHALTER, J.H. **Química Farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

Bibliografia Complementar

STEFANI, Helio A. **Ciências Farmacêuticas: Introdução à Química de Compostos Heterocíclicos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MOTTA, Valter T. **Bioquímica Clínica para o laboratório: princípios e interpretações**. 5.ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2009.

SILVA, P. **Farmacologia**. 5. ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

ALMEIDA, Maria Fátima. **Boas práticas de laboratório**. São Paulo: Difusão, 2009

CAETANO, Norival. **Guia de remédios: 2008/2009**. 9.ed. São Paulo: Escala, 2008.

8º SEMESTRE

49. TOXICOLOGIA

EMENTA

Propriedades gerais, usos e fontes de exposição; Toxicocinética e Toxicodinâmica de gases e solventes asfixiantes e irritantes, metais e agrotóxicos; Toxicologia Social: tabagismo, alcoolismo, psicotrópicos. Doping e Dopagem. Introdução a análise toxicológica em Toxicologia Ambiental (metais e agrotóxicos), Toxicologia Ocupacional (metais e agrotóxicos), Toxicologia Social (drogas de abuso) e Toxicologia de Medicamentos (plantas e medicamentos). Análises toxicológicas: métodos analíticos da identificação e quantificação de agentes tóxicos. Diagnóstico das intoxicações. Métodos especiais para pesquisa de agente tóxicos. Métodos especiais para diagnóstico, prevenção ou tratamento das intoxicações.

Bibliografia Básica

HACHET, Jean Charles. **Toxicologia de Urgência**. São Paulo: Andrei, 2005.
PASSAGLI, M. **Toxicologia Forense: Teoria e prática**. Campinas: Millennium, 2007
OGA, S. **Fundamentos de Toxicologia**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2008

Bibliografia Complementar

MOREAU, R. L. de M. **Ciências farmacêuticas e toxicologia analítica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
CHEREGATTI, A.L. **As principais drogas utilizadas em UTI**. São Paulo: Martinari, 2008.
Gfeller, R. W. **Manual de Toxicologia e envenenamento**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2006
PALHANO, R. **Consumo de drogas e outros comportamentos relacionados**. São Luís, 2009.
ANDRADE FILHO, A. de. **Toxicologia na prática clínica**. Belo Horizonte: Folium, 2001.

46. BIOQUÍMICA CLÍNICA I

EMENTA

Introdução à bioquímica clínica: coleta de material, cuidados com a amostra, interferentes, erros pré-analíticos, analíticos e pós-analíticos. Avaliação laboratorial: do metabolismo de carboidratos; do metabolismo dos lipídeos; das proteínas plasmáticas de fase aguda. Provas de função hepática. Enzimologia clínica. Provas de função renal. Avaliação laboratorial dos intermediários metabólicos e dos íons inorgânicos em líquidos biológicos. Equilíbrio hidrosalino e ácido-básico. Análise química da urina e suas correlações clínicas. Análise laboratorial do líquido cefalorraquidiano.

Bibliografia Básica

MOTTA, V. T. – **Bioquímica Clínica para o laboratório** – Princípios e Interpretações. Editora Educ, 1 ed, 2002.

HENRY, J.B. **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais**. Editora Manole, 19 ed, 1999.

DEVLIN, T.M. **Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas**. Edgard Blucher, 6ed, 2007.

Bibliografia Complementar

BAYNES, J.& DOMINICZAK, M.H. **Bioquímica Médica**. Ed. Elsevier, 2 ed., 2007.

LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. **Princípios de Bioquímica**. Ed. Sarvier, 4 ed., 2007.

SALWAY. **Compêndio de Bioquímica Médica**. São Paulo: Piaget, 2006.

MARIA, Carlos Alberto Bastos. **Bioquímica básica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008

KANAAN, Salim et al. **Bioquímica clínica**. São Paulo: Atheneu, 2008

51. CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS

EMENTA

Aspectos legais para a instalação de laboratórios clínicos. Boas Práticas de Laboratório em Análises Clínicas. Controle de Qualidade Interna e Externa. Validação em Análises Clínicas. Processo Estatístico de Controle. Métodos para registro e emissão de resultados. Noções gerais das causas de erro diagnóstico. Noções de Gestão de Qualidade. Programas de Calibração Intralaboratorial.

Bibliografia Básica

CHAMPE, P. C.; HARVEY, R.A **Bioquímica Ilustrada**. 2. Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006

OLIVEIRA, L.A. *et al.* **Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

Edna Maria Vissoci Reiche et al. **Abordagem Interdisciplinar em Análises Clínicas**. Londrina: EDUEL, 2006.

Bibliografia Complementar

EXAMES diagnósticos: finalidade, procedimento e interpretação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

COSTA, Antonio Fernando Branco. **Controle estatístico de qualidade**. São Paulo: Atlas, 2005

WEIL, M. **Gestão da qualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2005

MARTINS, R. A. **Conceitos básicos de controle estatístico de qualidade**. São Paulo: EdUfscar, 2010 .

SILVA, G. **Glossário das boas práticas de laboratório clínico**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

52. PARASITOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Etiopatologia, clínica e diagnóstico dos principais parasitas humanos . Utilização de métodos de diagnóstico clínico-laboratoriais de uso corrente em parasitologia. Resistência e imunidade. Tratamento. Epidemiologia. Medidas de controle e prevenção.

Bibliografia Básica

FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S.L.M. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes**. 2ed.,Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 2001.

DE CARLI, G.A. **Parasitologia Clínica**. São Paulo: ed. Atheneu, 2 ed. 2006.

REY, Luis. **Parasitologia**: Parasitos e doenças parasitárias do homem nas Américas e na África. 34 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Bibliografia Complementar

GASPARINI, E.A; PORTELLA, R.B.; CARVALHAL, R.C.A. **Manual de parasitoses intestinais**. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2004.

NEVES, D. P. **Parasitologia Humana**. Ed. Atheneu, 11 ed. Rio de Janeiro, 2005.

MARKELL, **Parasitologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

LEVENTHAL, R. **Parasitologia médica. Texto e atlas**. São Paulo. Premier. 2001.

CIMERMAN, B.; CIMERMAN,S. **Parasitologia Humana e seus fundamentos gerais**. Atheneu, São Paulo, 2005.

9º SEMESTRE

54. HEMATOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

O sangue e seus constituintes. Considerações gerais sobre fisiologia de células hematopoiéticas. Fisiopatologia de eritrócitos e leucócitos. O hemograma. Patologias eritrocitárias Técnicas laboratoriais de diagnóstico em hematologia. Fisiologia e fisiopatologia da coagulação. Coagulopatias congênitas e adquiridas. Imunohematologia e leucemias. Diagnóstico laboratorial das leucemias Correlações com patologias.

Bibliografia Básica

CARVALHO, W F. **Técnicas Médicas de Hematologia e Imuno-Hematologia**. Coopmed, 7 ed, 1999.

ZAGO, M. A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. **Hematologia: fundamentos e prática**. Editora Atheneu, 1 ed, 2001.

LORENZI, N. **Manual de hematologia**. Editora Manole, 1 ed, 2009.

Bibliografia Complementar

DEL GIGLIO, A. & KALIKS, R. **Princípios de Hematologia Clínica**, Editora Manole, 2007.

SILVA, P. H. **Hematologia laboratorial**. São Paulo: Revinter, 2008

HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA: fundamentos de Morfologia. São Paulo: Atheneu, 2005.

OLIVEIRA, R. A. G. **Hemograma**: como fazer e interpretar. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2007.

OLIVEIRA, R.A.G.;POLI NETO,A. **Anemias e Leucemias**. São Paulo: Rocca, 2004.

55. CITOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Citologia cérvicovaginal. Componentes do esfregaço cérvicovaginal. Alterações celulares do processo inflamatório. Citologia das displasias cervicais. Análise citológica: líquido cefalorraquidiano, secreção vaginal, transudato e exsudatos, líquido amniótico, líquido sinovial, fezes, citograma nasal. Cromatina sexual. Citopatologia dos líquidos e secreções corporais. Citopatologia mamária. Citopatologia dos líquidos espermáticos.

Bibliografia Básica

KUHNEL, W. **Atlas de Citologia, Histologia e Anatomia microscópica – Texto e Atlas**. Artmed, 11 ed, 2009.

SOLOMON, D. **Sistema Bethesda para citopatologia cervicovaginal**: definições, critérios e notas explicativas. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

SOBOTTA, Johannes. **Histologia – Atlas Colorido Citologia, Histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, G. **Citologia do trato genital feminino**. Editora Revinter. 5 ed. 2008.

CARVALHO, G. **Atla de citologia**. São Paulo:Atheneu 1993.

HENRY, J. B. **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais**. Editora Manole 19 ed., 1999.

MORAES, Galba E. S. **Espermocitologia**: espermocitograma em sentido estrito. 2ed. Editora EDUCS, 2007.

STRASINGER, Susan King. **Uroanálise e fluidos biológicos**. 3ed. São Paulo: Editora Premier, 1996.

56. BIOQUÍMICA CLÍNICA II

EMENTA

Avaliação laboratorial das funções endócrinas, disfunções hormonais, suas consequências e endocrinologia clínica. Avaliação das Síndromes e deficiências na absorção intestinal. Oncologia clínica e marcadores tumorais. Erros inatos do metabolismo. Automação e informatização.

Bibliografia Básica

MOTTA, V. T. – **Bioquímica Clínica para o laboratório – Princípios e**

Interpretações. Editora Educ, 1 ed, 2002.

HENRY, J.B. **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais**. Editora Manole, 19 ed, 1999.

DEVLIN, T.M. **Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas**. Edgard Blucher, 6ed, 2007.

Bibliografia Complementar

BAYNES, J.& DOMINICZAK, M.H. **Bioquímica Médica**. Ed. Elsevier, 2 ed., 2007.

LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. **Princípios de Bioquímica**. Ed. Sarvier, 4 ed., 2007.

PRATT, Charlotte W. **Bioquímica essencial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006

MOTTA, V.T. **Bioquímica**. Caxias do Sul: Educ, 2005.

MAZZOCO, A; TORRES, B.B. **Bioquímica Básica** 1º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.

57. MICROBIOLOGIA CLINICA

EMENTA

Métodos de coleta de material. Processamento de amostras biológicas em microbiologia: transporte e conservação. Técnicas microscópicas aplicadas à microbiologia. Estudo sobre os agentes infecciosos bacterianos, emergentes e oportunistas humanos, etiopatogenia e, métodos de isolamento e ou detecção, identificação e caracterização destes principais grupos bacterianos de importância médica, avaliação da susceptibilidade a drogas antimicrobianas. Bacteriologia clínica: infecções pulmonares, orofaringe, trato gastrintestinal, urogenital, pele e anexos, sangue. Cultura de bactérias. Teste de sensibilidade e antimicrobios. Cultura de fluídos biológicos. Morfologia macroscópica e microscópica dos principais fungos causadores de micoses humanas.

Bibliografia Básica

FERREIRA, A.W., ÁVILA, S. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

JAWETZ, Ernest & LEVINSON, Warren. **Microbiologia Médica e Imunologia**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TRABULSI, L. **Microbiologia**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 1999.

Bibliografia Complementar

MINS, C. et al. **Microbiologia médica**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2000.

OPLUSTIL, Carmem P. **Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica**. São Paulo: Sarvier, 2000.

TORTORA, G. J. **Microbiologia**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PELKZAR, M. J. **Microbiologia: conceitos e aplicações** 2ª Edição São Paulo:

Makon Books, 1997.

MURRAY, P. et al. **Microbiologia Médica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 5. ed. 2006.

10º SEMESTRE

61. DIDÁTICA

EMENTA

A história da didática, as tendências pedagógicas contemporâneas: o profissional da saúde no século XXI e o papel da didática: o processo ensino-aprendizagem: caracterização e enfoque metodológico com ênfase na apresentação de seminários e relatórios técnicos, com os recursos tecnológicos atuais. Planejamento de aulas e preparo de planos de Ensino.

Bibliografia Básica

MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2006

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIBANEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2005

Bibliografia Complementar

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

ITUASSU, A.; ALMEIDA de, R. **Múltiplas faces do educar – processos de aprendizagem, educação e saúde – formação docente**. UFPR, 2007

DEMO, P. **Educação e qualidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BOOTH, Wayne c. **A arte da pesquisa**, São Paulo, Martins Fonte, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). **Currículo**: Questões Atuais. São Paulo: Papirus, 1997.

62. BIOLOGIA MOLECULAR

EMENTA

As moléculas da hereditariedade; os ácidos ribonucléicos e os ácidos desoxirribonucléicos; o código genético. Replicação do DNA; transcrição; processos pós-transcricionais; RNAs regulatórios; tradução de proteínas. Noções de controle da expressão gênica; tecnologia do DNA recombinante; noções de Biotecnologia; Sistemas de diagnóstico molecular para doenças metabólicas de origem genética;

95

Doenças infecto-contagiosas e neoplasias; Aplicações de na avaliação de genes associados com a resistência a farmacoterápicos; Aplicações de testes moleculares na medicina forense.

Bibliografia Básica

FARAH, B. S. **DNA** Segredo e mistérios. São Paulo, Sarvier, 2ª edição 2007

De Robertis, E. M. F. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 3.ed. e 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001

ALBERTS, B.; BRAY, D.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WATSON, J.D. **Biologia molecular da célula**. 5ª edição, Editora ARTMED, 2009.

Bibliografia Complementar

THOMPSON, M.W. **Genética Médica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

OTTO, P G. **Genética humana e clinica**. 2. ed. São Paulo:Roca. 2004.

JONH,R. **Genética básica**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan,2005

Brow, T. A. **Genética: um enfoque molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009

Norman, Robert. I. **Biologia Celular**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

63 - IMUNOLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Estudo dos anticorpos monoclonais e policlonais e suas aplicações no diagnóstico imunológico laboratorial. Estudo dos haptenos, antígenos e imunógenos no laboratório clínico. Reações de aglutinação e inibição da aglutinação; hemaglutinação e inibição da hemaglutinação e métodos imunoenzimáticos. Provas imunológicas para diagnóstico de doenças. Técnicas de titulação de antígenos e anticorpos. Semi-quantificação de antígenos e anticorpos. Reações de neutralização de toxinas. Técnicas de intradermo-reação. Técnicas de imuno-difusão-radial semi-quantitativa. Fatores interferentes nas reações imunológicas. Radioimunoensaio.

Bibliografia Básica

FERREIRA, A. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes**. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

MALE, David. **Imunologia: um resumo ilustrado**. 3 ed. São Paulo: Manole, 1988.

FORTE, W.C.N. **Imunologia: do básico ao aplicado**. 2. ed. Porto Alegre: Atmed, 2007

Bibliografia Complementar

PEAKMAN, M.&VERGANI, D. **Imunologia: Básica e Clínica**. Editora Guanabara Kogan, 1 ed, 1999.

BIER, D.S. et. al. **Imunologia Básica e Aplicada**.: Guanabara Koogan, 5 ed, 2003.

JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; et al. **Imunobiologia: O Sistema Imunológico na Saúde e na Doença**. Artmed, 6 ed, , 2007.

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. Editora Elsevier, 6ed, 2008.

VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. et al. **Imunologia Clínica na Prática Médica**. Editora Atheneu, 1 ed, 2008.

SHARON, J. **Imunologia Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.

64. MICOLOGIA E VIROLOGIA CLÍNICA

EMENTA

Conceitos básicos de virologia. Principais vírus de interesse médico. Diagnóstico laboratorial, prevenção e tratamento das infecções virais. Introdução a Micologia Médica; Aspectos clínicos, epidemiológicos e laboratoriais das principais micoses de interesse médico: Pitiríases versicolor, Dermatofitoses; Candidíase; Criptococose; Cromoblastomicose; Esporotricose; Micetomas; Aspergilose; Paracoccidioidomicose; Histoplasmoses.

Bibliografia Básica

LACAZ, C. S.; PORTO, E.; MARTINS, J. E. C, et al. **Tratado de Micologia Médica**. Editora Sarvier, 9 ed, 2009.

MINAMI, P.S. **Métodos laboratoriais de Diagnóstico das Micoses**. Editora Manole, 1 ed, 2002

SANTOS, N.S.O; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. **Introdução à Virologia Humana**. Editora Guanabara Koogan, 2 ed, 2008.

Bibliografia Complementar

OPLUSTIL, C. P et al. **Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica**. Sarvier, 3 ed, 2010.

SIDRIM, J.J.C. & ROCHA, M.F.G. **Micologia médica à luz de autores contemporâneos**. Editora Guanabara Koogan, 1 ed, 2004.

FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes**. Guanabara Koogan, 2.ed, 2001.

JAWERTZ, E. **Microbiologia Médica**. 22. ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda, 2001

MIMS, C. **Microbiologia médica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

INGLÊS INSTRUMENTAL I e II

EMENTA

Aprimoramento da leitura compreensiva e interpretativa de textos informativos e técnicos em inglês na área farmacêutica, tendo em vista a importância do inglês como língua estrangeira e instrumento de veiculação e divulgação de pesquisas da área médico-científica e de outras naturezas.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura, módulo I. São

97

Paulo: Textonovo, 2003.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura, módulo II. São Paulo: Textonovo, 2003.

KLEIMAN, Angela. **Leitura**: ensino e pesquisa. 2.ed. Campinas: Pontes, 2004.

COOPER, Gordon. **Guia de Conversação Comercial**: Inglês. 1. ed. São Paulo: Editora, 2000.

MARTINEX, Ron. **Como Dizer Tudo em Inglês**. 14. ed. Editora Campus, 2000.

LONGMAN. **Dicionário Escolar Inglês-Português**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2009.

SIQUEIRA, Rute. **Context**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ENGLISH. São Paulo, miniano, 2011.

NUTRIÇÃO APLICADA À FARMÁCIA

EMENTA

Nutrição clínica: necessidades e recomendações de nutrientes nas diferentes fases da vida. Cuidado nutricional: planejamento dietético, interações droga nutrientes, nutrição enteral, avaliação nutricional. Terapia clínica nutricional: dietas progressivas hospitalares, dietas modificadas quanto aos componentes. Dietoterapia aplicada às principais patologias.

PROENÇA, R. P. C. et al. **Qualidade nutricional e sensorial da produção de refeições**. Florianópolis: UFSC, 2005.

FERRO, H.C. Nutrição Parenteral e enteral em UTI. São Paulo: Atheneu, 2001.

DUTRA-OLIVEIRA, J. E.; MARCHINI, J. S. **Ciências nutricionais**. São Paulo: Sarvier, 1998.

MAGNONI, D.; CUKIER, C.; GARITA, F. S. **Manual Prático em Terapia Nutricional**. São Paulo: SARVIER, 2010.

MAHAN, L. K.; ARLIN, M. T. **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 9. ed. - São Paulo: Roca, 1998.

WAITZBERG, D.L. **Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica**. 3. ed. - São Paulo: Atheneu, 2000.

MAHAN, L. K.; ARLIN, M. T. **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 9. ed. - São Paulo: Roca, 1998.

ESCOTT-STUMP, S. **Nutrição Relacionada ao Diagnóstico e Tratamento**. 4. ed - Manole, 1999.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO

EMENTA

Organograma; planejamento; organização e métodos, direção e controle da produção, controle de estoques, fluxograma; execução de formulários, manuais e

relatórios técnicos da produção; normas, infra-estrutura e educação para segurança no trabalho.

HARDING, Hamish Alan. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1981.
BRITO, Rodrigo G.F. & PAROLIN, J.E. **Planejamento, Programação e Controle de Produção**. São Paulo:IMAM.
CAMPOS, Vicente Falconi. **TCQ_Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-Dia**. Belo-Horizonte:Fundação Christiano Ottoni, 1994

MAYER, Raymond R **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1986.
MIRANDA, Mac-Domel dos Passos. **Organização e Métodos** São Paulo: Atlas, 1986.
SALIBA, Messias T. **Insalubridade e periculosidade**. São Paulo: LTR, 1994.
MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.
ZÓCCHIO, Álvaro. **Prática da Prevenção de Acidentes, ABC da Segurança do Trabalho**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

COSMETOLOGIA

EMENTA

. Introdução à cosmetologia. Divisão da cosmética pele, artigos de maquiagem, talcos, xampus, condicionadores, dentríficos, sabões e detergentes, produtos anti-actínicos. Manipulação em escala semi-industrial de fórmulas farmacêuticas. Influência de vidro, plástico, borracha nas preparações farmacêuticas. Esterilização do ambiente. Estabilidade de formulações cosméticas;

BARATA, E.A.F.; **A Cosmetologia – princípios básicos**. São Paulo: Tecnopress, 2000.
FARMACOPÉIA BRASILEIRA. Atheneu, 1997.
FERREIRA, A.O.; **Guia Prático de Farmácia Magistral**, 2000.
HERNANDEZ, M.; Mercier-Fresnel, M.M.; **Manual de Cosmetologia**; 3º Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1999.
CAMPOS, P.M.B.G.M.; GONÇALVES, E.M.B.; **Formulário Dermocosmético**; v. 1 e 2; São Paulo: Tecnopress, 2000.
LCHMAN, LEON. **Teoria e Prática na indústria farmacêutica**. Fundação Calouste. Gulbenkinan: Lisboa.
FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 4 ed.. São Paulo. Atheneu. V. 2. 1996.

GARANTIA DA QUALIDADE

EMENTA

Filosofia das Boas práticas de Fabricação. Conceitos e definições de qualidade e controle de qualidade, garantia de qualidade. Diretrizes para implementação das boas práticas de fabricação. Sistema de documentações da qualidade (POPs,

99

Especificações, Certificados de Análises). Estudos de Estabilidade. Qualificação de fornecedores. Legislação vigente relacionados a qualidade.

CARDOSO, C. M. Z. **Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais**. São Paulo, 2009. Ed. Pharmabooks.

KANEKO, T. M, ADREOLI, T. J. P. **Controle biológico de qualidade produtos farmacêuticos, correlatos**. Ed Atheneu. São Paulo, 2010.

REMYNGTON, G: **A ciência e a prática da farmácia**, 20ª ED.

http://www.anvisa.gov.br/cosmeticos/material/guia_cosmetico.pdf

RDC 67/07 – Boas Praticas de Manipulação. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>

RDC 17/10 – Boas Praticas de Fabricação. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Guias Relacionados À Garantia De Qualidade**. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/inspecao/guias_qualidade.pdf

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacopeia Brasileira 5ª Ed. Vol I**. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia /pdf/Volume%201.pdf

LIBRAS

EMENTA

História, língua, identidade e cultura surda. Linguagem corporal e expressão. Aspectos lingüísticos de libras. Tradução e interpretação em libras

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: Sinais de M-Z**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

QUADROS, R. Língua de Sinais brasileira. Porto alegre: Artmed, 2004.

BERBERIAN, Ana Paula. **Letramento: referências em saúde e educação**-Plexus, 2006.

CURSO DE LIBRAS, V.1. São Paulo: LSB, 2008.

CURSO DE LIBRAS, V.2. São Paulo: LSB, 2008.

TERAPIAS ALTERNATIVAS

EMENTA

Conceitos gerais de Fitoterapia e outras terapias alternativas, tais como: aromaterapia, acupuntura e massoterapia. A inserção das terapias alternativas no sistema de saúde pública e no meio científico.

BOTSARIS, A. S.; MEKLER, T. Medicina complementar: vantagens e

questionamentos sobre as terapias não convencionais. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 2004.

PANIZZA, S. Plantas que curam: cheiro de mato. São Paulo: IBRASA, 1997.

KALY, L. Aromaterapia: a magia dos perfumes. São Paulo: Madras, 2004.

MATOS, F. J. A. Farmácias Vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projetados para pequenas comunidades. Fortaleza: UFC, 2002.

TESKE, M.; TRENTINI, A. M. M. Compêndio de Fitoterapia. Curitiba: Herbarium, 1995.

WEN, T. S. Acupuntura clássica chinesa. São Paulo: Cultrix, 1985

SEMILOGIA FARMACÊUTICA

EMENTA

Semiologia para o farmacêutico. Dispensação, critérios para não dispensação, utilização correta das formas farmacêuticas, comunicação em dispensação ativa. Consequências da interação medicamento-alimento. Avaliação de distúrbios menores. Interpretação de exames laboratoriais e associação ao uso de medicamentos.

ROVERS, J. P, CURRIE, J. D: **Guia pratico da atenção farmacêutica**. São Paulo, 2010.

DADER, M. J. F: **Atenção farmacêutica conceitos, processos e casos**. Ed RCN, São Paulo, 2008.

BISSON, M. P. **Farmácia clínica & atenção farmacêutica**. Ed. Manole, São Paulo, 2006.

MARQUES, L. A.M: **Atenção farmacêutica em distúrbios maiores** 1ª Ed. 2009

MARQUES, L. A.M: **Atenção farmacêutica em distúrbios menores** 2ª Ed. 2008

Guia Dader de Atenção Farmacêutica, versão 2009.

ANÁLISE AMBIENTAL

EMENTA

Conceitos básicos de ecologia que permitam o entendimento dos processos ambientais. Análises ambientais e sua aplicação à qualidade de vida de populações urbanas e de

ambientes rurais. Programas de gerenciamentos de resíduos. Análises de água, ar e solo. Legislação aplicada a análise ambiental.

ROVERS, J. P, CURRIE, J. D: **Guia pratico da atenção farmacêutica**. São Paulo, 2010.

DADER, M. J. F: **Atenção farmacêutica conceitos, processos e casos**. Ed RCN, São Paulo, 2008.

BISSON, M. P. **Farmácia clínica & atenção farmacêutica.** Ed. Manole, São Paulo, 2006.

MARQUES, L. A.M: **Atenção farmacêutica em distúrbios maiores** 1ª Ed. 2009

MARQUES, L. A.M: **Atenção farmacêutica em distúrbios menores** 2ª Ed. 2008

CONTROLE DE QUALIDADE DE ALIMENTOS

EMENTA

Análise de alimentos na vida profissional. Amostragem. Preparo e preservação de amostras. Confiabilidade de resultados. Determinação dos constituintes principais dos alimentos umidade e sólidos totais, cinza e conteúdo mineral proteína total, lipídeos totais, fibras e açúcares.

BARUFFALDI, Renato. Fundamentos de Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.

BOBBIO, FLORINDA O. e BOBBIO, PAULO A. Introdução à Química de Alimentos. 2 ed. São Paulo: 1995.

BOBBIO, FLORINDA O. e BOBBIO, PAULO A. Manual de Laboratório de Química de Alimentos. São Paulo: 1995.

GAVA, Altamir, Jr. Princípios da Tecnologia de alimentos, Editora Nobel. 1998.

JOSLYN, MAYARD A. Métodos de Análises Bromatológicas. V. I, Rio de Janeiro: Instituto Adolfo Lutz, 1995.

SILVA, J. A. Tópicos de Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Varela, 2000.

NORMAS ANALÍTICAS DO INSTITUTO ADOLF LUTZ, Instituto Adolf Lutz. 3ª ed. São Paulo, 1985

INFORMÁTICA EM SAÚDE E BIOINFORMÁTICA

EMENTA

Estudo dos conceitos de tecnologia da informação e dos princípios básicos sobre hardware e software. Domínio de gerenciamento de arquivos, dos processadores de texto (Word), dos recursos multimídia (PowerPoint), de planilha eletrônica (Excel) que permitam a realização de trabalho acadêmico apresentado sob a forma escrita ou oral. Internet, Intranet. Pesquisa em banco de dados e periódicos.

MARÇULA, Marcelo, Fernando de C. **Informática: conceitos básicos.** Editora Érica: São Paulo, 2005.

NORTON, P. **Introdução à Informática.** São Paulo: Pearson makron Books, 2005.

LAUDON, K.C. **Sistemas de Informações Gerenciais.** 7.ed. São Paulos: Pearson, 2007.

DATE, C. J. – **Introdução a sistemas de banco de dados.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

SANTANA FILHO, Ozeas Vieira. **Introdução à internet: Tudo que você precisa saber para navegar bem na rede.** 6ª. Ed. São Paulo: Senac, 2005.334p.

KRAYNAC, J. **Microsoft Office 2000**: para leigos passo a passo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 1999.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação**: e as decisões gerenciais na era da internet. 2. Ed. São Paulo: Saraiva: 2004.

TURBAN, E. **Comercio Eletrônico**: estratégia e gestão. São Paulo: P. Hall, 2004.

TÓPICOS EM BIOTECNOLOGIA APLICADA

EMENTA

Contextualização da biotecnologia na indústria farmacêutica e de alimentos. Enzimologia. Tecnologia das fermentações e microrganismos de interesse industrial. Produção de kits para dosagens bioquímicas e determinação de atividade enzimática.

CORVO, FERRARA, BOM. **Enzimas em biotecnologia - produção, aplicações e mercado**. São Paulo. 2008. Ed. Interciência.

BORZANI, W, SCHMIDELL, W. **Biotecnologia industrial – fundamentos**. São Paulo, 2001. Vol. 1

BERGEY'S MANUAL OF DETERMINATIVE BACTERIOLOGY. 8 ed. Baltimore: Williams & -Wilkins, 5. V. 1974, 1268 p.-

METZLER, D. E. Biochemistry: the Chemical Reactions of living Cells. New York: Academic Press.

MURRAY, P.R., *et al* (ED). *Manual of Clinical microbiology*. 7 ed. Washington: ASM. PRESS, 1999.

4.5.3 Coerência Dos Conteúdos Curriculares Com As Dcn's

O currículo do Curso de Farmácia, do IFES foi estruturado para atender a Resolução CNE/CES nº 2/2002, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Farmácia, levando em consideração à educação multidisciplinar e humanista, qualificando o aluno para o exercício profissional.

O currículo do curso abrange uma seqüência de disciplinas e atividades ordenadas por matrículas semestrais, em uma seriação adequada aos componentes do plano do curso, constituído por conteúdos que favorecem os conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais que caracterizam a modalidade.

As disciplinas são hierarquizadas em períodos semestrais, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do bacharel em Farmácia.

Contudo, para um melhor entendimento do cumprimento das diretrizes curriculares, o quadro seguinte relaciona as disciplinas da matriz curricular proposta para o curso de graduação em Farmácia com o conteúdo exigido pelas diretrizes curriculares fixadas pela resolução da Câmara de Educação Superior do CNE e as áreas do conhecimento.

CONTEÚDOS CURRICULARES ATIVIDADES DE ENSINO	TEORIA	PRÁTICA	ESTÁGIO	TOTAL
Ciências Biológicas e da Saúde	515	260	0	775
Ciências Exatas	370	180	0	550
Ciências Humanas Sociais	420	0	0	420
Ciências da Farmácia	1215	705	1000	2920
Disciplinas Optativas	100	--	--	100
Trabalho de Conclusão de Curso	--	80	--	80
Atividades Complementares		200		200
TOTAL	2520	1145	1000	5045

Ciências biológicas e da saúde:

Contempla os conteúdos de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, discriminados conforme o quadro a seguir.

CONTEÚDOS Ciências biológicas e da saúde	CH		
	T	P	Total
Anatomia Humana	45	30	75
Citologia, histologia e desenvolvimento Humano	60	30	90
Genética	40	-	40
Fisiologia	45	30	75
Bioquímica Básica	45	30	75
Patologia Geral	45	30	75
Primeiros Socorros e Injetáveis	40	20	60
Imunologia Básica	45	-	45
Microbiologia Básica	45	30	75
Farmacologia Geral	60	30	90
Parasitologia Humana	45	30	75
Total	515	260	775

Ciências Exatas

Comtempla os conteúdos básicos da área exatas e as especificidades da área farmacêuticas.

CONTEÚDOS Ciências biológicas e da saúde	CH		
	T	P	Total
Matemática aplicada a cálculos Farmacêuticos	40	-	40

104

Química Geral e Inorgânica	60	30	90
Biofísica aplicada a Farmácia	45	-	45
Química Orgânica I	45	30	75
Química Orgânica II	45	30	75
Química Analítica I – Qualitativa	45	30	75
Físico-Química	45	30	75
Química Analítica II - Quantitativa	45	30	75
Total	370	180	550

Ciências humanas e sociais:

Contempla os conteúdos referentes às dimensões da relação indivíduo e sociedade, conforme demonstrado no quadro seguinte.

CONTEÚDOS Ciências humanas e sociais	CH		
	T	P	Total
Português	40	-	40
Construção do conhecimento Científico e Métodos de Pesquisa	40	-	40
Sociologia aplicada à Saúde	60	-	60
Psicologia aplicada à Saúde	40	-	40
Bioestatística	40	-	40
Projetos de Pesquisa e Seminários	60	-	60
Saúde Pública aplicada à Farmácia	40	-	40
Economia e Administração de Empresas Farmacêuticas	60	-	60
Epidemiologia	40	-	40
Total	420	-	420

Ciências Farmacêuticas:

Incluem-se os conteúdos técnicos, metodológicos e pedagógicos que compõem os meios e os instrumentos inerentes ao trabalho do profissional de farmácia como demonstra o quadro abaixo.

CONTEÚDOS Ciências Farmacêuticas	CH		
	T	P	Total
Introdução as Ciências Farmacêuticas	40	-	40
Farmacobotânica	45	30	75
Farmacognosia	45	30	75
Deontologia e Legislação Farmacêutica	40	-	40
Farmacologia Clínica	40	-	40

Farmácia Hospitalar	45	30	75
Assistência e Atenção Farmacêutica	45	30	75
Farmacotécnica I	45	30	75
Farmacotécnica II	45	30	75
Farmacotécnica Homeopática	45	30	75
Controle de Qualidade - Manipulação	45	30	75
Bromatologia	45	30	75
Fitofármacos	45	30	75
Tecnologia Farmacêutica	45	30	75
Controle de Qualidade - Industrial	45	30	75
Química Farmacêutica	45	30	75
Toxicologia	45	30	75
Bioquímica Clínica I	45	30	75
Controle de Qualidade - Análises Clínicas	45	30	75
Parasitologia Clínica	60	45	105
Hematologia Clínica	60	30	90
Citologia Clínica	60	30	90
Bioquímica Clínica II	45	30	75
Microbiologia Clínica	60	30	90
Biologia Molecular	45	30	75
Imunologia Clínica	45	30	75
Total	1215	705	2920

4.5.4 Carga Horária Mínima E Tempo Mínimo De Integralização Curricular

O curso de bacharelado em Farmácia proposto pelo IFES conta com 5.045 horas de carga horária, contabilizada em hora-relógio (60 minutos), obedecendo e superando o mínimo estabelecido na Resolução CES/CNE nº 2/2002. Será integralizado em, no mínimo, 10 semestres letivos e, no máximo, 14 semestres letivos, tendo como turno de funcionamento o período matutino e noturno.

4.6 ATIVIDADES ACADÊMICAS

4.6.1 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado (Anexo 10) é entendido como um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o aluno desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente. Propicia a aproximação do futuro profissional com a realidade em que irá atuar, permitindo-lhe

aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

Neste sentido, o estágio supervisionado constitui-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário podem ser aproveitadas em objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem trabalhados em projetos científicos e nos trabalhos de conclusão do curso.

No curso de Farmácia do Instituto Florence de Ensino Superior, o estágio deverá ser feito a partir do 5º semestre até o 9º semestre. Além das atividades de estágio, são previstas práticas supervisionadas a partir de disciplinas específicas. Essas práticas supervisionadas, constituirão momento de observação e intervenção supervisionada, onde o aluno poderá aplicar os conhecimentos adquiridos através das disciplinas básicas do curso.

4.6.2 Trabalho De Conclusão De Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 11) constitui instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirida e os conhecimentos assimilados durante o curso.

Na medida em que o processo de formação educacional leva o aluno a prover seu próprio desenvolvimento, o Instituto Florence de Ensino Superior deve proporcionar-lhe condições e requisitos essenciais para que direcione seus projetos de vida, sólida formação teórico-prática para a compreensão do mundo jurídico e social e atuação e liderança na sociedade.

A formação baseada em aspectos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, integração entre teoria e prática, traduz também qualificação e dedicação do corpo docente às atividades acadêmicas e à produção científica.

O Instituto Florence de Ensino Superior disponibilizará um professor-orientador para cada grupo de 6 (seis) a dez (10) alunos, nas atividades de orientação do trabalho de conclusão de curso.

O TCC será em forma de monografia, conforme disciplinado pelo colegiado competente, na forma regimental.

4.6.3 Atividades Complementares

O presente projeto se compromete com o aproveitamento de estudos, adquiridos pelo estudante, em atividades extraclasse, intra ou extra muro, acordados entre o aluno e a Coordenação do Curso, previamente, de acordo com a regulamentação aprovada pelo Conselho de ensino, pesquisa e extensão.

Esses estudos podem ser realizados em qualquer área do conhecimento humano, na própria instituição ou em outra ou em qualquer organização não-educacional, presenciais ou a distância.

O currículo contempla Atividades Complementares (Anexo 12), sob a forma de atividades acadêmico-científico-culturais informais, com 200 (duzentas) horas, possibilitando a devida flexibilidade ao currículo, podendo o aluno buscar, mesmo fora da instituição, em horários disponíveis, formas de aperfeiçoamento pessoal e profissional na área em que estuda ou em outras áreas.

A descrição da forma de aproveitamento das atividades complementares, bem como suas normas, encontram-se disciplinadas nas seguintes normas: Projeto Pedagógico do Curso, Plano de Desenvolvimento Institucional da IES e nos termos da Resolução 002/2002 – CES/CNS.

Estas normas disciplinam a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico dos Estudos Independentes ou Atividades Complementares, quando compuserem currículo de curso de graduação, ministrado pelo Instituto Florence de Ensino Superior, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente.

As Atividades Complementares devem criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extracurriculares e de interesse para sua formação pessoal e profissional.

4.6.4 Monitoria

O Instituto Florence de Ensino Superior, no intuito de promover a melhoria de qualidade de ensino e o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à formação docente, manterá, de forma institucionalizada e sistemática, um Programa de Monitoria (Anexo 13).

Este é fundamentado numa concepção de Monitoria como atividade formativa que deve trazer benefícios tanto para os acadêmicos, como para os docentes, estabelecendo situações facilitadoras e enriquecedoras para a relação pedagógica.

A monitoria não implica vínculo empregatício e é exercida sob orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas, correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

A Faculdade pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada pelo Conselho Superior.

A importância dos trabalhos de monitoria que os alunos realizarão, sob a supervisão de seus professores, faz com que a instituição apresente o regulamento conforme consta abaixo, para formalização desta atividade.

A Faculdade pode instituir programa de monitoria, nele admitindo o ingresso de alunos regulares, selecionados pelos Coordenadores de Cursos e designados pelo Diretor Geral, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área afim, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino e iniciação científica.

4.6.5 Participação Em Eventos E Divulgação De Trabalhos

O Instituto Florence de Ensino Superior trabalha com um calendário semestral de eventos, elaborado por cada coordenador em conjunto com o colegiado do seu curso que define no início de cada semestre, os eventos externos que o corpo discente vai participar. Tal calendário após ser aprovado pelo Conselho Superior recebe verba da mantenedora para a sua execução.

Assim como cada curso elabora o seu calendário de eventos para o semestre, a Mantenedora fixa anualmente uma verba destinada a viabilizar a participação de alunos e professores nos eventos programados.

Assim como são programadas atividades externas, é elaborado um calendário de atividades internas que contemplam palestras, workshops, encontros e feiras acadêmicas.

4.7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

O processo de avaliação institucional a ser implementado através da CPA, tem como objetivos avaliar a instituição em termos da qualidade dos projetos pedagógicos e dos demais itens que compõem os padrões de qualidade, internos e externos, dos diversos cursos, bem como a satisfação dos alunos em relação ao processo ensino-aprendizagem.

Como meta anual a instituição pretende manter-se acima dos níveis mínimos exigidos em cada item avaliado, bem como, situar-se em patamares mais elevados que as congêneres estabelecidas no mesmo município.

4.7.1 Comissão Própria de Avaliação/CPA

A auto-avaliação é o componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve na IES, integrando todos os demais componentes da avaliação institucional.

A avaliação dos cursos deve conter, em seu roteiro, elementos próprios da avaliação da instituição. A avaliação da instituição buscará fornecer uma visão global sob uma dupla perspectiva:

(a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro.

(b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativo e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados.

A auto-avaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou a instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para

analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. Tem, como eixo central, dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais:

(1) avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; e

(2) privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Em termos práticos, a construção da informação e sua análise serão feitas, com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica, à luz da missão ou projeto da instituição. Concluída esta, avança-se para a outra fase: o exame da coerência do projeto institucional e sua realização, na qual, a instituição avalia seus níveis de pertinência e qualidade, suas fortalezas e fragilidades, a partir das quais construirá uma agenda futura articulando objetivos, recursos, práticas e resultados.

O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades. Entende-se a auto-avaliação como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição.

O seu caráter diagnóstico e formativo de auto-conhecimento deve permitir a re-análise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

A prática da auto-avaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa.

O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e auto-consciência institucional.

A CPA, portanto, no desempenho de suas atribuições, será responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”.

Daí decorre a papel crucial da CPA na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de auto-avaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição.

A CPA deve contar na sua composição, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, ficando a critério dos órgãos colegiados superiores da instituição as definições quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento.

Uma vez constituída a CPA, seu funcionamento específico deverá prever estratégias que levem em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências anteriores de avaliação, incluindo a auto-

avaliação, avaliações externas, avaliação dos docentes pelos alunos, avaliação da pós-graduação e outros.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA – é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional da Faculdade, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

- Profª Ildoana Paz Oliveira – Presidente
- Prof Luis Fernando Pereira Bógea – Representante Administrativo
- ProfMsc Rômulo Rezzo Pires – Representante Docente
- Profª Esp. Mônica Andréa Miranda Aragão – Representante Docente
- Profª Esp. Alexandra Gomes Barros – Representante Docente
- Sra. Claucia Rivana Sousa da Cruz – Representante pessoal técnico-Administrativo
- Geraldo Mendes de Oliveira Costa Neto e Joilson Alves Silva – Representantes do Corpo Discente
- Maria Rita Louzeiro – representante da Sociedade Civil

O mandato dos membros da CPA é de um ano, podendo haver recondução.

A CPA funciona junto à Diretoria, responsável por providenciar a infraestrutura física e tecnológica e os recursos humanos e financeiros necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

4.7.2 Avaliação externa

Os resultados da auto-avaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas.

As ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plena liberdade de expressão e busca de rigor e de justiça. A instituição deve fazer um grande esforço para motivar a comunidade e para envolver vários setores da comunidade externa a participarem dos processos avaliativos.

O exame “de fora para dentro” pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pela dos agentes internos, muitas vezes acostumados, acriticamente, às rotinas e, mesmo, aos interesses corporativos.

A avaliação externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC. Ela exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas, além de juízos de valor sobre a qualidade das práticas e da produção teórica de toda a instituição.

Por isso, a integração da avaliação interna e externa faz parte de um importante processo de discussão e reflexão relativo aos grandes temas de política pedagógica, científica e tecnológica, bem como às tomadas de decisão buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações e de políticas.

O processo de avaliação externa é composto por duas etapas:

- (1) a visita dos avaliadores à instituição e
- (2) a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de auto-avaliação (antecipadamente disponibilizado), os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES.

A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de auto-avaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo auto-avaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país.

4.8 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem do discente é regulamentada pelo Regimento Interno que define as etapas e a distribuição de pontos em cada uma delas, os instrumentos de verificação do rendimento escolar (provas, trabalhos, projetos, etc.), a forma de recuperação (prova substitutiva) e avaliação final.

A avaliação da aprendizagem está pautada nos princípios da aprendizagem e no compromisso com o desenvolvimento pleno dos formandos nas dimensões humana, cognitiva, política, ética e filosófica. O conhecimento será avaliado na observação das habilidades e competências, em simulações de situações reais ou em vivências efetivas.

Assim, a avaliação tem uma perspectiva processual, problematizadora e contextualizada, com acompanhamento dos avanços do acadêmico durante a realização do curso, levando-se em conta critérios em relação às atitudes (pontualidade e frequência, leitura prévia dos textos, atividades de troca e respeito para com o grupo, pontualidade na entrega dos trabalhos), em relação à produção em grupo (contribuição nos debates e sínteses realizadas durante as aulas, atitude reflexiva diante dos diferentes pontos de vista teórico-práticos, participação nas discussões em sala de aula, apontando soluções para os casos apresentados) e às habilidades e competências individuais, oral e escrita: clareza e coerência na

apresentação de idéias; compreensão da teoria discutida; capacidade de analisar situações-problema e apresentar soluções criativas.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar encontra-se previsto no Regimento do Instituto Florence de Ensino Superior, estabelecendo-se duas avaliações semestrais, que podem ser compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente construirão a avaliação bimestral.

Impõe-se registrar que, na forma da legislação em vigor, a frequência é obrigatória para aprovação, exigindo-se, neste caso, 75% (setenta e cinco por cento) de comparecimento às atividades de cada disciplina para aprovação.

CAPÍTULO 5 – CORPO DOCENTE

5.1 TITULAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

O Curso de Farmácia do IFES será coordenado pelo professor Rondineli Seba Salomão, que possui a seguinte titulação e experiência docente:

a) Titulação de Pós-graduação *Stricto Sensu*:

Mestrado e Química Analíticas pela Universidade Federal do Maranhão

b) Titulação de Graduação:

c) pela Universidade Federal do Maranhão

d) Experiência de Magistério Superior e Profissional:

O Professor possui 05 anos em docência superior e 09 ano de experiência profissional.

5.1.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O curso de Farmácia será coordenado pelo professor RONDINELI SEBA SALOMÃO, contratado sob o regime de Tempo integral destinadas 15 horas para a docência, reuniões de planejamento e atividades didáticas e 25 horas semanais para administração e condução do curso.

5.2 COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE, do IFES atende plenamente os requisitos exigidos de titulação e regime de trabalho, além disso, também são os responsáveis pela criação, implementação e consolidação do projeto do curso de Farmácia pleiteado pela instituição, conforme previsto no Regimento Interno do NDE (Anexo 14).

O núcleo é composto pelos professores indicados no quadro abaixo:

NOME DO PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO
Patrícia de Maria Silva Figueiredo	TP	Doutora
Liana Linhares Lima	TI	Doutora
Marcos Augusto Grigolin Grisotto	TP	Doutor
Roberto Nicolete (coordenador)	TP	Doutor
Anna Paula Ferrario Gonçalves	TI	Doutora
Heliana Trindade Marinho	TI	Mestre

5.2.1 Titulação acadêmica do NDE

A titulação dos membros que compõem o NDE do IFES é composta de 100,0% de docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e com formação nas áreas de Farmácia, Biologia, Enfermagem e Odontologia.

5.2 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído dos seguintes membros:

- Coordenador de Curso,
- Professores que ministram disciplinas no Curso,
- Um (1) representante do corpo discente do curso, escolhido pelos alunos do curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período, além disso, deve estar regularmente matriculado, não estar em dependência, ter freqüência e desempenho satisfatórios nas disciplinas cursadas

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros que o constituem.

Compete ao Colegiado de Curso:

- pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos do Instituto e com as presentes normas regimentais;
- quanto à organização didático-pedagógica dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;
- apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática intradisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;
- analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;
- inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (Provão) e avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistos aos procedimentos acadêmicos;
- analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

5.3 PERFIL DOS DOCENTES

5.3.1 Titulação

O corpo docente proposto para os dois primeiros anos do curso de bacharelado em Farmácia será composto de profissionais da região, com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados.

PROFESSOR	TUTULAÇÃO	DISCIPLINAS	CARGA-HORÁRIA	REGIME DE TRABALHO
ÂNGELA MARIA CORREA MOUZINHO	MESTRE	QUÍMICA ORGÂNICA QUÍMICA ANALÍTICA QUALITATIVA QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA (1º MAT/ 1º NOT) FÍSICO-QUÍMICA	20 HORAS	TEMPO PARCIAL
BRENO MONT'ALVERNE HAADADE SILVA	DOUTOR	ANATOMIA (MAT)	15 HORAS	HORISTA
CARLOS CÉSAR CORREA CASTRO	ESPECIALISTA	MATEMÁTICA	4 HORAS	HORISTA
CRISTINA MONTEIRO	DOUTORA	GENÉTICA BIOQUÍMICA	10 HORAS	HORISTA
ERIDY CRISTINA CARVALHO RIBEIRO	ESPECIALISTA	PARASITOLOGIA MICROBIOLOGIA BÁSICA	40 HORAS	TEMPO INTEGRAL
ÉRIKA MONT' ALVERNE PEREIRA SILVA	DOUTORA	PATOLOGIA	21,25 HORAS	TEMPO PARCIAL
LIANA LINHARES LIMA	DOUTORA	ANATOMIA (NOT)	40 HORAS	TEMPO INTEGRAL
FABRÍCIO DRUMMOND	ESPECIALISTA	GENÉTICA HUMANA (1º NOT; 2º NOT) EMBRIOLOGIA BOTÂNICA APLICADA A FARMÁCIA	20 HORAS	TEMPO PARCIAL

GIZELLI SANTOS LOURENÇO	ESPECIALISTA	FARMACOGNOSIA BROMATOLOGIA TECNOLOGIA E COSMETO FARMACOTÉCNICA NUTRIÇÃO CLÍNICA	25,5	HORISTA
HELIANA TRINDADE MARINHO	MESTRE	FARMACOTÉCNICA FAR-NOT BIOQUÍMICA CLÍNICA I BIOQUÍMICA CLÍNICA I FITOFARMACOS	40 HORAS	TEMPO INTEGRAL
ILDOANA O. PAZ	ESPECIALISTA	DIDÁTICA	12 HORAS	TEMPO PARCIAL
JOÃO MARCELO O. MACENA	MESTRE	SOCIOLOGIA FUNDAMENTOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS	15 HORAS	TEMPO PARCIAL
JOSÉ DE JESUS RODRIGUES MARQUES	MESTRE	HEMATOLOGIA CLÍNICA CITOLOGIA E HISTOLOGIA (MAT e NOT) FISIOLOGIA	20 HORAS	HORISTA
JOSENILDO CAMPOS BRUSSIO	MESTRE	LINGUA PORTUGUESA (1º MAT/ 1º NOT)	4 HORAS	HORISTA
LUCIANA SALLES BRANCO DE ALMEIDA	DOCTORA	FARMACOLOGIA	25 HORAS	TEMPO PARCIAL
LUIZ HENRIQUE BASTOS GONÇALVES	MESTRE	MICOLOGIA E VIROLOGIA	6 HORAS	HORISTA
LUCAS MARTINS FRANÇA	MESTRE	PARASITOLOGIA CLÍNICA/BIOQUÍMICA INDUSTRIAL ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	13,25	TEMPO PARCIAL

LUCIANA MOTA	ESPECIALISTA	PSICOLOGIA	12 HORAS	TEMPO PARCIAL
LUCIANO MAMEDE DE FREITAS JUNIOR	ESPECIALISTA	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FARMÁCIA (1º MAT) SAÚDE PÚBLICA CONTROLE DE QUALIDADE INDUSTRIAL	12,5	HORISTA
LUIZ MÁRIO SILVA SILVEIRA	MESTRE	QUÍMICA FARMACÊUTICA CITOLOGIA CLÍNICA CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS	14,25	HORISTA
MARCOS GRISOTTO	DOUTOR	IMUNOLOGIA BÁSICA IMUNOLOGIA CLÍNICA	12 HORAS	TEMPO PARCIAL
NIVÂNIA CAMELO LISBOA	ESPECIALISTA	GENÉTICA MOLECULAR EM ANÁLISES CLÍNICAS	5,25	HORISTA
PATRICIA DE MARIA SILVA FIGUEIREDO	DOUTORA	MICROBIOLOGIA CLINICA	12 HORAS	TEMPO PARCIAL
ROBERTO NICOLETE	PÓS-DOC.	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FARMÁCIA	20 HORAS	TEMPO PARCIAL
RÔMULO CÉSAR REZZO PIRES	MESTRE	BIOESTATÍSTICA EPIDEMIOLOGIA	20 HORAS	TEMPO PARCIAL
RONDINELI SEBA SALOMÃO	ESPECIALISTA	DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA CONTRTOLE DE QUALIDADE QUÍMICA ANALITICA QUANTITATIVA	40 HORAS	TEMPO INTEGRAL
ANA PAULA FERRARIO GONÇALVES	DOUTORA	PRIMEIROS SOCORROS	3 HORAS	TEMPO INTEGRAL
WANDERLY BARBOSA	ESPECIALISTA	TOXICOLOGIA FARMACIA HOSPITALAR E CLÍNICA	14 HORAS	HORISTA

5.3.2 Suficiência de Docentes

O quadro de docente para o curso de Farmácia do IFES é composto, por 28 professores, apresentando o seguinte perfil: 9 Mestres, 9 Doutores e 10 Especialistas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

TITULAÇÃO	QTDE	%
Doutor	9	32,1
Mestre	9	32,1
Especialista	10	35,7
TOTAIS	28	100

5.4 REGIME DE TRABALHO

O regime de contratação, sempre sob a égide da legislação trabalhista, obedecerá aos critérios definidos pela instituição, que privilegia os docentes com melhor qualificação acadêmica na contratação pelos regimes de Tempo Integral (TI), Tempo Parcial (TP) e Horista (H), de modo a assumirem responsabilidades de atividades de ensino e pesquisa.

Na carga de horas-atividades distribuídas aos docentes, para desenvolvimento de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, quanto maior for à qualificação do professor, maior será o percentual de horas/atividades.

Na distribuição da jornada horária dos professores estão incluídas, além das tarefas de ministração de aulas; preparação, aplicação e correção de provas; testes ou exames; tempo para orientação discente; participação em projetos de pesquisa e extensão, em atividades culturais, em gestão acadêmica; orientação de trabalho de conclusão de curso, de estagiários e participação em programas de capacitação docente.

O regime de trabalho do corpo docente do curso é composto por: 5(17,8%) professores em regime de Tempo Integral, 12 (42,8%) professores em regime de Tempo Parcial e 11(39,3%) professores horistas, conforme se verifica no quadro a seguir.

REGIME	QTDE
Docentes em tempo integral	5

Tempo integral: o regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). Observação: Nas IES nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que, pelo menos,

	50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.	
Docentes em tempo parcial	Tempo parcial: docentes contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.	12
Docentes horistas	Horistas: docentes contratados pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho acima definidos	11

5.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO

5.5.1 Número de Alunos por Docente Equivalente a Tempo Integral

Dos 28 professores indicados para o curso, 05 foram contratados em Tempo Integral, 12 em Tempo Parcial e 11 como Horistas. O somatório de horas de todos os docentes atinge horas 496 h, que divididos por 40 horas, alcança 12,4 docentes equivalentes em tempo integral.

5.5.2 Alunos por Turma em Disciplina Teórica e Atividades Práticas

O IFES ofertará 90 vagas semestrais para o Curso de Farmácia e as turmas serão divididas conforme segue:

- 50 alunos nas aulas teórico-expositivas.
- Nas atividades práticas realizadas nos laboratórios da Instituição, as turmas tem as dimensões recomendadas, com aprovação do colegiado de curso, não ultrapassando o máximo de 12 alunos por turma.
- Nas atividades práticas e de estágio realizados nas unidades de saúde, as turmas são divididas em grupos de no máximo 6 alunos por grupo.

Relação Aluno/Docente por Atividade

Atividades	Distribuição dos alunos
Aulas teóricas	50 alunos/docente
Aulas práticas em laboratório	Até 12 alunos/docente
Ensino prático assistencial	Até 06 alunos/docente
Estágio supervisionado	Até 06 alunos/docente

5.5.3 Pesquisa E Produção Científica

O Instituto incentiva e apóia a iniciação científica, diretamente ou por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos e seminários, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance. Estimula e apóia, por outro lado, a participação de alunos dos cursos de graduação em atividades de iniciação científica, podendo conceder bolsas específicas.

As atividades de extensão são definidas mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação. Essas atividades são coordenadas por um grupo de professores designados pelo Diretor.

Os projetos de iniciação científica são coordenados pelo coordenador do curso a que esteja afeta sua execução, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercurros.

Cabe ao Conselho Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP e aos respectivos Colegiados de Curso e ao Comitê Gestor do FAPE – Fundo de amparo a Pesquisa e Extensão regulamentar as atividades de práticas investigativas, iniciação científica e extensão, nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

As linhas gerais para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica devem estar consignadas no projeto pedagógico do curso.

O programa de iniciação científica possui os seguintes objetivos:

- Incentivar e desenvolver projetos científicos criando novos produtos e conhecimentos, envolvendo o corpo discente, o corpo docente e empresas locais;
- Aumentar a oferta de cursos de complementação voltados para o corpo discente;
- Promover o Instituto Florence de Ensino Superior como agente de transformação e contribuinte para o desenvolvimento do progresso local.

Para atingimento dos objetivos propostos, serão implementadas as seguintes ações:

- Aumentar a oferta de cursos abertos a comunidade, integrando o corpo discente e o corpo docente na concepção e apresentação dos cursos;
- Desenvolver projetos científicos e produtos que contribuam para o desenvolvimento local e pessoal dos agentes envolvidos; e
- Integrar os corpos docente e discente na criação e implementação de novos projetos.

O Instituto Florence de Ensino Superior desenvolve a iniciação científica com o fim de ampliar o acervo de conhecimentos ministrados no curso pleiteado e nos demais cursos a serem implantados.

O estímulo às atividades de iniciação científica consistirá, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras nacionais, ou estrangeiras;

- Conceder auxílio para projetos específicos;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à atividade de investigação científica;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando a alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;
- Divulgar os resultados das atividades de iniciação científica realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores; e
- Implantar núcleos temáticos de estudos.

Caberá aos Colegiados de cursos analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de iniciação científica, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Projeto Pedagógico do Curso.

Dar-se-á prioridade à iniciação científica vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Para o financiamento das atividades de iniciação científica, a instituição firmará convênios com organismos especializados ou agências governamentais ou não-governamentais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos iguais ou superiores a 3%(três por cento) de sua receita operacional, conforme regulamentado pelo Fundo de Apoio a Pesquisa e Extensão – FAPE (RESOLUÇÃO CONSEP Nº05/2010).

Os projetos de iniciação científica serão coordenados pelo coordenador do curso, docente ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercurso.

A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos. Os núcleos temáticos visarão a:

- Estimular o desenvolvimento da iniciação científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão em face do desenvolvimento nacional;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integram o núcleo;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo; e
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de trabalho na iniciação científica serão estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico institucional e do curso em pleito.

Os projetos serão analisados tendo presente o conteúdo e a relevância do tema e a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis. Terão prioridade os temas relacionados com a realidade local e regional, com ênfase para a área de influência de São Luís e da micro-região onde se encontra instalado o Instituto Florence de Ensino Superior.

CAPÍTULO 6 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de uma área com cerca de, 6.756,45 m², localizado no endereço Rua Rio Branco 216 - Centro – São Luís – MA.

Atendendo às exigências da PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que revoga a Portaria nº 1.679/99, e dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e, de credenciamento de instituições, o Instituto Florence de Ensino Superior tem como uma de suas prioridades, a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços que oferece à comunidade.

Preocupada em garantir aos alunos portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a Instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída, está adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para permitir o acesso do estudante com necessidades especiais aos espaços de uso coletivo da Faculdade;
- Vagas em estacionamentos nas proximidades da Faculdade e em estacionamento próprio;
- Banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

Além disso, a instituição se compromete em prover infra-estrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa portadora de deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência.

Todas as dependências do IFES estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas curriculares dos cursos da instituição. As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção.

A infra-estrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

Os ambientes atendem as exigências específicas do ensino superior, são amplos e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades dos cursos oferecidos pelo Instituto. No que diz respeito à dimensão providenciou-se espaço físico adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividades desenvolvidas na instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se equipamentos, sempre que necessário.

O Instituto prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira e móveis sem poeira.

Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso a instituição mantém pessoal adequado e material de limpeza disponível.

As plantas das instalações encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais.

6.1 SALAS DE AULA

A infra-estrutura da Faculdade formatada para atividades de ensino, dispõe de 43 salas de aula com área média de 54m² cada, devidamente climatizadas, com iluminação adequada e com quadros brancos. Os alunos dispõem de carteiras individuais, reservado o espaço de 1m² por aluno, dispondo também de acesso à Internet banda-larga via rede Wireless, além do acesso à intranet da escola, aos bancos de dados, artigos eletrônicos e ao acervo da biblioteca.

Ao professor reserva-se uma mesa de trabalho, cadeira acolchoada, e recursos como quadro branco, pinceis atômicos e recurso multimídia.

6.2. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS DE APOIO AS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Para realizar o atendimento de alunos e visitantes são destinadas uma sala de Secretaria Geral com cerca de 36.70m², uma Secretaria de apoio com 18,00m² e outra sala contígua, mas de acesso restrito, com cerca de 23m², para arquivamento de notas e documentos administrativos e pedagógicos.

São disponibilizadas salas com cerca de 10,20m² cada, disponíveis para atendimentos psicopedagógicos, reuniões com a Comissão Própria de Avaliação – conforme exigência do INEP -, sala do Núcleo Docente Estruturante – NDE, sala do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão – NUPES, sala da coordenação de Monografia e sala do CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.

6.3. INSTALAÇÕES PARA DOCENTES

Visando proporcionar um ambiente de trabalho favorável e confortável, o quadro docente dispõe de uma sala reservada, com cerca de 30m², devidamente climatizada, e equipada com computador de última geração com acesso a Internet banda larga (*Wireless*), sofás de apoio, 02 (duas) mesas para reuniões em grupo e

01 (uma) sala menor para atendimentos individuais e gabinetes de trabalho. São destinados também 02 (dois) banheiros para uso exclusivo dos professores.

6.4 INSTALAÇÕES PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

São destinadas salas específicas para coordenador do curso, diretor geral e diretor acadêmico, cada uma dispendo de uma área com cerca de 10m², devidamente instalada e equipada de forma a subsidiar as atividades administrativas e o atendimento a docentes, discentes e visitantes da instituição de ensino, seja individualmente, ou em reuniões.

6.5 AUDITÓRIO E SALAS DE CONFERÊNCIA

Para a realização de palestras, seminários e conferências, a Faculdade irá dispor de um auditório de 200 lugares, com cerca de 140m² de área climatizada, devidamente equipado com cadeiras acolchoadas, acesso à Internet banda larga (*Wireless*), tela de projeção e projetor *Data-Show*, som ambiente com microfone e demais recursos audiovisuais necessários.

6.6 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Reserva-se banheiros para alunos (07 conjuntos femininos com 8.5m² cada, e 07 masculino, com 8.5m² cada), além de 02 vestiários masculino com 04 cabines de 22.50m² e feminino com 05 cabines de 22.50m² e lavatórios para o pessoal de apoio e serviços gerais.

6.7 ÁREAS DE CONVIVÊNCIA E INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS

A Faculdade conta com área de convivência, com cerca de 200m², arejada e decorada de forma a proporcionar um ambiente de descontração e sociabilização por parte de alunos, professores e funcionários da instituição.

6.8 INFRA-ESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO E DE OUTROS SERVIÇOS

A Faculdade conta com serviços de reprografia (com respeito às leis de propriedade intelectual), áreas para depósitos, estoques/almojarifado, lanchonete e telefones públicos.

6.9 INFRA-ESTRUTURA DE LABORATÓRIOS

6.9.1 Instalações

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
SALA DE APOIO LABORATORIAL	20,48
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I	60,00
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II	63,50
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR V	56,70
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR VI	47,28
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR VII	29,60
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR VIII	73,39
LABORATÓRIO DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL	26,64
LABORATÓRIO COSMETOLOGIA	29,50
LABORATÓRIO CONTROLE DE QUALIDADE	25,95
LABORATÓRIO FITOFARMACOS –FARMACOGNOSIA	24,75
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR IX -PARASITOLOGIA CLINICA	35,60
LABORATÓRIO DE CUIDAR EM CLINICA CIRÚRGICA	35,50

6.9.2 Descrição

a) LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I(Química Geral, Físico- química, Química Analítica, Química Organica, Química Farmaceutica e Bioquímica Básica)

- **Área física:**60 m²
- **Capacidade de atendimento:** 22 alunos;
- **01 bancada central de 7,65m;**
- **01 bancada lateral de 12,42m;**
- **15 armários.**

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com uma bancada central e uma lateral para a realização das aulas práticas;
- Duas capelas de exaustão de gases;
- Um chuveiro lava olhos;
- Um quadro para explanação da aula ;
- Bancadas laterais com uma pia para lavagem de mãos e equipamentos;
- Conexão de rede.



Figura 1 – Laboratório Multidisciplina I
Equipamentos

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Aparelho para eletroforese	1
2.	Agitador magnético	1
3.	Balança	1
4.	Balança analítica eletrônica	1
5.	Banho-Maria	1
6.	Bomba a vácuo	2
7.	Capela de exaustão de gases	2
8.	Cronômetros	1
9.	Estufa de esterilização	1
10.	Fotocolorímetro	1
11.	Geladeira	1
12.	Lupas	5
13.	Magneto (para homogeneização de soluções)	5
14.	Peagâmetro de Bancada	1
15.	Peagâmetro de Vidro (portátil)	5
16.	Placa de agitação e aquecimento	1
17.	Suporte para Bureta	1
18.	Termômetro graduado até 200°C	1

Vidrarias e Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medidas	Qtde.
19.	Bureta de 25 ml	25ml	3
20.	Lâminas		2 cx
21.	Lamínulas		2 cx

22.	Lava olhos de bancada		1
23.	Pipeta	10ml	6
24.	Pipeta	25ml	6
25.	Pipeta	5ml	6
26.	Pisseta ou franco lavador		6
27.	tubo de ensaio		33

Reagentes

Cód.	Especificações	Qtde.
1	Ácido nítrico	01 FR
2	Ácido clorídrico	01 FR
3	Ácido sulfúrico	01 FR
4	Ácido acético	01 FR
5	Ácido orto – fosfórico	01 FR
6.	Ácido esteárico	01 FR
7	Ácido salicílico	01 FR
8	Ácido oxálico cristalizado	01 FR
9	Ácido bórico	01 FR
10	Ácido ascórbico	01 FR
11	Ácido silicantúrgstico	01 FR
12	Ácido benzóico	01 FR
13	Anirido acético	01 FR
14	ÁLCOOL n – BÚTILICO	01 FR
15	ÁLCOOL turc – BÚTILICO	01 FR
16	Álcool etílico	02 FR
17	Álcool metílico	01 FR
18	Ciclohexano	01 FR
19	Éter etílico	01 FR
20	Éter sulfúrico	01 FR
21	Éter de petróleo	01 FR
22	Glicerina	01 FR
23	Nitrobenzeno	01 FR
24	Hidróxido de amônia	01 FR
	ARMÁRIO II	
25	Acetato de chumbo	01 FR
26	Acetato de sódio	01 FR
27	Acetato de cobre	01 FR
28	Acetona	01 FR
29	Acetanilida	01 FR
30	Azul de bromofenol	01 FR
31	Azul de metileno	01 FR
32	Azul de metila	01 FR
33	Azul de timol	01 FR
34	Amido solúvel	01 FR
35	Anilina	01 FR
36	Bioxido de manganês	01 FR
37	Bifalato de potássio	01 FR
38	Benzeno	01 FR

39	Bromato de potássio	01 FR
40	Carbonato de sódio	01 FR
41	Cromato de potássio	01 FR
42	Carbonato de cálcio	01 FR
43	Carvão ativo	01 FR
44	Carbopol	01 FR
45	Citrato de sódio	01 FR
46	4- dmetilaminobenaldeído	01 FR
47	Dicromato de potássio	01 FR
48	Fenol	01 FR
49	Ferro reduzido	01 FR
50	Fenilalanina	01 FR
51	Fenolftaleína	01 FR
52	Fenanitralna monohidratada	01 FR
53	Iodo ressublimado	01 FR
54	Iodo metálico	01 FR
55	Iodeto de potássio	01 FR
56	Maltose	01 FR
57	Nitrato de ferro	01 FR
58	Nitrato de sódio	01 FR
59	Ninhadrina	01 FR
60	Nitato de bismuto	01 FR
61	Nitrato de chumbo	01 FR
62	Oxalato de amônia	01 FR
63	Oxido de zinco	01 FR
64	Preto de ericromo	01 FR
65	Sulfato de potássio	01 FR
66	Sulfato de zinco	01 FR
67	Sulfato de cobre	01 FR
68	Sulfato de cobre ii	01 FR
69	Sulfato de magnésio	01 FR
70	Sulfato de ferro	01 FR
71	Sulfato de amônio	
72	Tricloreto de antimônio	01 FR
73	Tuluol P.A	02 FR
	ARMÁRIO III	
74	Hidróxido de potássio	01 FR
75	Hidróxido de sódio	01 FR
76	Hidróxido de bário	01 FR
77	Hexano P.A. CH ₃ (CH ₂) ₄ CH ₃	01 FR
78	Hidróxido de cálcio P.A -	01 FR
79	Cloreto de Potássio P.A. kCl	01 FR
80	Sulfato de sódio anidro P.A./ACS – Na ₂ SO ₄	01 FR
81	Verde de bromocresol P.A. – C ₂ H ₁₄ Br ₄ O ₅ S	01 FR
82	Bicarbonato de sódio P.A. – NaHCO ₃	01 FR
83	Goma arábico pó	01 FR
84	Sacarose P.A	01 FR
85	Vaselina Líquida P.A.	01 FR
86	Cloreto de Sódio P.A.	01 FR

87	Cloreto de cálcio	02 FR
88	Cloreto de magnésio	01 FR
89	Cloreto de estrôncio	01 FR
90	Cloreto de ferro III	01 FR
91	Cloreto de bário	01 FR
92	Cloreto de zinco	02 FR
93	Cloreto de amônio	01 FR
94	Cloreto de ferro	01 FR
95	Cloreto de chumbo II	01 FR
96	Cloreto de cobre	01 FR
97	Cloreto de lítio	01 FR
98	Cloreto de mercúrio	01 FR
99	Sol. De lugol	02 FR
100	Triatalonamina	01 FR
101	Benzoato de benzila	01 FR
102	Bórax	01 FR
103	Carbonato de sódio	01 FR
104	Dextrose	01 FR
105	Úreia	03 FR
106	Bicarbonato de sódio	01 FR
107	Permanganato de potássio	01 FR

b) LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II (Anatomia e Fisiologia)

- **Área física:**63,50 m²
- **Capacidade de atendimento:** 20 alunos;
- **02 bancadas de com 7,42 m;**
- **01 bancada de 2,5 m;**
- **04 armários com 2,6 m;**
- **01 armario de 2,1 m;**

Disposição do Laboratório:

- Laboratório principal para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula;
- Bancada lateral com uma pia para lavagem de mãos e lavagem dos materiais.
- Conexão de rede.
- Uma tela de projeção.



Figura 2- Laboratório Multidisciplinar II.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	Anatomytreiner	S001	1
2.	Aparelho para medir pressão Arterial		10
3.	Braço	Luxo para injeções iv. Marca 3b, procedência alemã, ref. P-50.	1
4.	Braço	Para punção arterial. Marca 3b, procedência alemã, ref. W-44022.	1
5.	Braço	Com músculo M-10	2
6.	Cabeça	Com pescoço em 4 partes. Marca 3b, procedência alemã, ref. C-07.	1
7.	Cerebro	C-15	2
8.	Cérebro	C18	1
9.	Cérebro com artérias 9 partes.	Marca 3b, procedência alemã, ref. C-20.	1
10.	Cérebro neuro anatômico, 8 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. C-22.	1
11.	Cérebro, em 8 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. C-17.	2
12.	Circulação Sanguínea	Painel 84x118 mm	1
13.	Coluna vertebral	A18/21	1
14.	Coluna vertebral	A58/1	1
15.	Coluna vertebral	A58/2	1
16.	Coluna vertebral	A58/8	1
17.	Coração	G10	1
18.	Coração	G04	1
19.	Coração	G05	1
20.	Coração	Painel 84x118 mm	1
21.	Coração	G-08-1	1
22.	Coração com diafragma	3 vezes tamanho natural, 10 partes. Marca 3b, procedência alemã, ref. Vd-251.	1

23.	Coração funcional e sistema circulatório	Marca 3b, procedência alemã, ref. W-16001.	1
24.	Crânio	A23	1
25.	Crânio com encaixe versão anatômica	22 partes.marca 3b, procedência alemã, ref. A-290.	1
26.	Crânio com encéfalo, 8 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-20/9	2
27.	Esqueleto clássico	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-10.	2
28.	Esqueleto da perna	A-35/L	2
29.	Esqueleto desarticulado	A-05/2	1
30.	Esqueleto do braço	A-45 L	2
31.	Esqueleto Humano	frontal V2001	1
32.	Esqueleto Humano	dorsal V2002	1
33.	Estetoscópio		10
34.	Estômago, 2 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. K-15.	4
35.	Estrutura do Osso	Painel 84x118 mm	1
36.	Estrutura óssea	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-79.	1
37.	Estrutura óssea do crânio, 6 peças	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-281	1
38.	Fígado	K-25	3
39.	Fígado com vesícula biliar, pâncreas e duodeno	Marca 3b, procedência alemã, ref. Ve-315.	1
40.	Figura muscular com sexo dual, 45 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. B-50.	1
41.	Glândulas Endócrinas	V2046 Painel 84x118 mm	1
42.	Kit com 42 vértebras	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-793	1
43.	Kit com 5 vértebras	Cervicais A-790	1
44.	Kit com 5 vértebras	Lombares A-792	1
45.	Laringe	G-20	1
46.	Laringe, 2 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. G-22.	5
47.	Meio esqueleto desarticulado, 52 peças	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-04.	2
48.	Mini torso em 12 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. B-22.	1
49.	Muscletrainer	S002	1
50.	Musculatura humana dorsal	Painel 2005	1
51.	Musculatura humana frontal	Painel 2003	1
52.	Nariz e órgão olfativo	Marca 3b, procedência alemã, ref. W-42506.	1
53.	Neurotraine	S003	1
54.	Olho	Painel 84x118 mm	1
55.	Olho	F15	2
56.	Olho cinco vezes o tamanho natural, 11 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. Vj-500 ^a .	1

57.	Olho funcional	Marca 3b, procedência alemã, ref. W-16002.	1
58.	Olho, 6 vezes o tamanho natural, 6 partes.	Marca 3b, procedência alemã, ref. T-12006.	3
59.	Órgãos da Fala	Painel 84x118 mm	1
60.	Órgãos Internos	Painel 84x118 mm	1
61.	Órgãos Pelvicos Feminino	V2020	1
62.	Órgãos pélvicos masculino	Painel 84x118 mm	1
63.	Órgãos respiratórios	Painel 2036 84-118	1
64.	Órgãos Respiratórios	Painel 84x118 mm	1
65.	Ouvido	3 vezes tamanho natural, 4 partes. Marca 3b, procedência alemã, ref. E-10.	2
66.	Ouvido	E-12	2
67.	Ouvido	Painel 84x118 mm	1
68.	Ouvido	E10	2
69.	Pele modelo em bloco	Marca 3b, procedência alemã, ref. J-13.	1
70.	Pélvico Feminino	cód. V2021	1
71.	Pélvis feminina	H10	2
72.	Pélvis feminina, duas partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. J-13.	1
73.	Pélvis masculina	H-12	1
74.	Pélvis masculina, 2 partes.	Marca 3b, procedência alemã, ref. H-11.	4
75.	Pulmão	VC-243	1
76.	Pulmão, 7 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. G-15.	2
77.	Rim	K10	1
78.	Rim	K 12	03
79.	Rins	Painel 84x118 mm	1
80.	Rins, néfrons, vasos sanguíneos e corpúsculo renal	Marca 3b, procedência alemã, ref. K-11.	1
81.	Sangue Composição	Painel 84x118 mm	1
82.	Seção lateral da cabeça com 4 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. C-12.	1
83.	Série mini juntas	Marca 3b, procedência alemã, ref. A-84/1; a-85/1; 86/1; 87/1	1
84.	Sistema Digestivo	Painel 84x118 mm	1
85.	Sistema digestivo	K-20	2
86.	Sistema digestivo 3 vezes, 3 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. K-21.	1
87.	Sistema Linfático	Painel 84x118 mm	1
88.	Sistema Muscular	Frontal 2003	1
89.	Sistema Muscular	Dorsal 2005	1
90.	Sistema Nervoso	Frontal V2037	1
91.	Sistema Nervoso	Dorsal V2038	1
92.	Sistema nervoso ½ do tamanho natural	. Marca 3b, procedência alemã, ref. C-30.	1

93.	Sistema Nervoso Central	Painel 84x118 mm	1
94.	Sistema Nervoso Frontal	Painel 2037	1
95.	Sistema Nervoso Posterior	Painel	1
96.	Sistema Nervoso Vegetativo	Painel 84x118 mm	1
97.	Sistema urinário	Com sexo dual	1
98.	Sistema Vascular	V2004	1
99.	Tecido Muscular	Painel	1
100.	Torso	Painel 84x118 mm	1
101.	Torso clássico aberto, 18 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. B-19.	1
102.	Torso muscular em tamanho natural, 27 partes	Marca 3b, procedência alemã, ref. Va-16.	1
103.	Articulação Joelho	Marca 3b, procedência alemã	01
104.	Articulação Escapula	Marca 3b, procedência alemã	01
105.	Articulação Mão direita	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	01
106.	Articulação pé direito	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	01
107.	Articulação Ombro	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	01
108.	Cabeça com nervos autônomos	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	04
109.	Cabeça e pescoço com musculatura	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	04
110.	Dentição criança	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	04
111.	Dentição permanente adulto	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	04
112.	Mandíbula inferior em 6 partes	Marca 3b, procedência alemã Marca 3b	02

c) LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR V (Microbiologia, Microbiologia Clínica, Genética Molecular, Parasitologia Básica, Micologia e Virologia Clínica)

- Área física: 56,7 m²
- 01 bancada de 6,52m;
- 13 armários;
- 01 mesaninho

Equipamentos

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Alça de platina	05
2.	Autoclave de 40 litros	1
3.	Balança	1

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

4.	Banho Maria	1
5.	Lamparina	2
6.	Centrífuga até 4000 rpm	1
7.	Cronômetros	2
8.	Estufa bacteriológica	2
9.	Cabina de Fluxo Laminar	1
10.	Geladeira	1
11.	Microscópio Binocular	15
12.	Chuveiro lava-olhos	1

Vidrarias e Materiais Diversos

Cód.	Especificações		Qtde.
1.	Balão Volumétrico	1000ml	5
2.	Balão Volumétrico	de 500ml	5
3.	Bastão de Vidro		5
4.	Becker	1000ml	5
5.	Becker	100ml	5
6.	Becker	250ml	5
7.	Becker	600ml	5
8.	Becker	50ml	5
9.	Cronometro		2
10.	Cronometro	Timer 60'	1
11.	Erlenmeyer	1000ml	5
12.	Erlenmeyer	250ml	7
13.	Erlenmeyer	500ml	5
14.	Espátula de madeira		100
15.	Espátulas de aço inox		10
16.	Fitas de pH	MERCK	2cx
17.	Funil de haste longa		10
18.	Gaze		1 pc
19.	Laminas		3Cx
20.	Lamínulas		3Cx
21.	Lava olhos de bancada		1
22.	Lupas		5
23.	Papel de filtro		200
24.	Pinças		2
25.	Pipeta Pasteur de Vidro		350
26.	Pipetas volumétricas	100ml	5
27.	Pipetas	10ml	6
28.	Pipetas	25ml	6
29.	Pipetas	5 ml	6
30.	Pisseta ou frasco lavador		6
31.	Placa de Petri		25
32.	Provetas	100ml	2
33.	Provetas	25ml	2

34.	Provetas	500ml	2
35.	Provetas	50ml	2
36.	Solução fisiol. de cloreto de sódio 0,9%		2fr
37.	Termometro		5
38.	Tubos de ensaio		33
39.	Tubos para cultura grande		25
40.	Tubos para cultura pequenos		25
41.	Vidro de relógio		5
42.	Solução de Lugol Forte		2L

Lâminas de parasitologia

Cód.	Especificações	Qtde. Qtde.
1	ASCARIS OVOS W. M	01
2	ASCARIS(FÊMEA) W.M	01
3	ASCARIS (MACHO) W.M	01
4	CORTE DE FÍGADO INF.ESQUITOSSOMO	01
5	CORTE DE PULMÃO INF. POR ESQUITOSSOMO	01
6	FASCIOLOPSI BUSKI, CS	01
7	OVO DE TAENIA W.M	01
8	TÊNIA PROGLOTTID W.M	01
9	TÊNIA SEC.	01
10	TÊNIA GRÁVIDA PROGLOTTID WM	01
11	CISTICERCO W.M	01
12	CISTICERCO SCOLEX W.M	01
13	ESQUISTOSSOMOSE W.M	01
14	ESQUISTOSSOMOSE (FÊMEA) W.M	01
15	ESQUISTOSSOMOSE (MALE) W.M	01
16	ESQUISTOSSOMOSE (FÊMEA E MACHO COPULANDO)WM	01
17	ESQUISTOSSOMOSE-MIRACIDI W.M	01
18	ESQUISTOSSOMOSE-CERCARIA WM	01
19	CULEX MACHO (MOSQUITO) WM	01
20	CULEX(FÊMEA MOSQUITO)	01
21	BOCA DE CULUX FÊMEA (MOSQUITO)	01
22	OVO CULEX W.M	01
23	CULEX PUPA(MOSQUITO)	01
24	CULEX LARVA (MOSQUITO) W.M	01
25	AMOEBA PROTEUS	01
26	AMEBA TROPHOZOIT WM	01
27	FÍGADO FLUKE WM	01
28	AMOEBA CYST WM	01
29	CLONORCHIS SUNEMSIS SEC WM	01
30	HIRUDO NPPONIA WM	01

d) LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR VI (Imunologia Basica, Botânica Aplicada a Farmácia, Citologia e Histologia, Bioquímica Clínica I, Bioquímica Clínica II)

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

- **Área física:** 47,28 m²
- **01 bancada de 5,55 m;**
- **07 armários com 08 gaveteiros**

Equipamentos

Cód.	Especificações	Qtde.
1	Célula	1
2	Microscopio Nikon com Câmera	1
4	Tv LCD 42 ‘	1
5	Microscópios	15
6	Autoclave	1
7	Agitador magnético	1

Vidrarias e Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medida	Qtde.
1	Cadinhos	500ml	04
2	Becker	1000 ml	03
3	Erlenmeyer	250 ml	03
4	Erlenmeyer	500 ml	03
5	Balão	500 ml	03
6	Proveta	25 ml	04
7	Becker	250 ml	02
8	Becker	100 ml	02
9	Becker	50 ml	02

Reagentes

Especificações	Qtde
Xilol	01
Corante para citologia esfoliativa EA36	01
Conjunto de coloração diferencial rápida em hematologia	01
Hematoxilina	01
Orange G6	01
Azul de metileno	01
Eosina	01
Iodo	01

e) LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR VII (Biofísica, Bromatologia, Farmacologia, Toxicologia)

- **Área física:** 29,60 m²
- **01 bancada de 8,60 m;**
- **06 armários com 08 gaveteiros**

Equipamentos

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Cód.	Especificações	Qtde.
1	Balança analítica eletrônica	2
2	Banho-Maria	1
3	Capela de exaustão de gases	1
4	Forno mufla	1
5	Microscópio	2

Vidrarias e Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medida	Qtde.
1	Cadinhos	500ml	04
2	Becker	1000 ml	03
3	Erlenmeyer	250 ml	03
4	Erlenmeyer	500 ml	03
5	Balão	500 ml	03
6	Proveta	25 ml	04
7	Becker	250 ml	02
8	Becker	100 ml	02
9	Becker	50 ml	02

f) LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR VIII (Patologia, Citologia Clínica, Hematologia Clínica, Imunologia Clínica)

- Área física: 73,39 m²
- 01 bancada lateral de 13,59m;
- 01 bancada central 1,8 m;
- 02 bancada de central de 2,8 m;

Equipamentos

Cód.	Especificações	Qtde
01	Microscópio	15
02	Microscópio Nikon com Câmera	1
03	TV LCD 42	01
04	Banho Maria	1
05	Contador diferencial de células Marca CELM	1
06	Deionizador	1
07	Diluidor Marca CELM	1
08	Centrífuga	1
09	Analizador Bioquímico CELM- SB – 190	1
10	Braço para punção venosa	1
11	Contador Manuel de células	04

LÂMINAS PATOLOGIA

Cód.	Especificações	Qtde.
1	Abscesso_hepático : 1	01
2	Adenocarcinoma_adrenal_on: 1	01

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

3	Adenocarcinoma_gl_salivar_on: 1	01
4	Ameloblastoma_on: 1	01
5	Apoptose: 1	01
6	Arteriosclerose_on: 1	01
7	Aterosclerose_on: 1	01
8	Atrofia_de_testiculo_on: 1	01
9	Atrofia_muscular_on: 1	01
10	Avc_on: 1	01
11	Calcificacao_distrofica_on: 1	01
12	Calcificacao_metastatica_pulmao_on: 1	01
13	Carcinoma_de_bexiga_on: 1	01
14	Carcinoma_de_prostata_on: 1	01
15	Cirrose_biliar_on: 1	01
16	Cirrose_hepatica_on: 1	01
17	Cisto_ovariano_on: 1	01
18	Condrossarcoma_on: 1	01
19	Congestao_esplênica_on: 1	01
20	Congestao_hepatica_on: 1	01
21	Degeneracao_hialina_musculo_on: 1	01
22	Degeneracao_testicular: 1	01
23	Distrofia_muscular: 1	01
24	Edema_pulmonar_on: 1	01
25	Enfizema_pulmonar: 1	01
26	Esteatonecrose_on: 1	01
27	Esteatose_hepática: 1	01
28	Glicogenose_hepática_on: 1	01
29	Hemangioma_on: 1	01
30	Hemorragia_on: 1	01
31	Hepatite_cronica_granulomatosa_on: 1	01
32	Hepatite_cronica_on: 1	01
33	Hepatite_necrótica_on: 1	01
34	Hepatite_viral_on: 1	01
34	Hipertrofia_cardíaca-chagas_on: 1	01
35	Infarto_miocardio_agudo_on: 1	01
36	Infarto_miocardio_reparacao_on: 1	01
37	Infarto_miocárdio-masson_on: 1	01
38	Infarto_renal_on: 1	01
39	Melanoma_on: 1	01
40	Metaplasia_pulmonar: 1	01
41	Metástase de tumor de mama no fígado : 1	01
42	Metástase_de_carcinoma_de_mama_no_baço: 1	01
43	Necrose_de_coagulacao_on: 1	01
44	Necrose_de_liquefacao_on: 1	01
45	Osteomielite_on: 1	01
46	Osteossarcoma_on: 1	01
47	Tecido_de_granulacao_on: 1	01
48	Teratoma_ovario_on: 1	01
49	Trombo celular: 1	01
50	Trombo_arterial: 1	01
51	Trombo_em_organizacao_on: 1	01

52	Trombo_venoso: 1	01
53	Tbscesso_hepático : 1	01
54	Adenocarcinoma_adrenal_on: 1	01

BIOTÉRIO

Tipo:	Laboratório comum da área de Saúde
Finalidade:	Desenvolver atividades prático-acadêmicas oriundas das disciplinas de Parasitologia, Microbiologia, Fisiologia, Farmacologia, Imunologia, Histologia e Patologia Geral.
Área Total (em m²):	26,64
Principais Recursos:	<p>Animais: Camundongos .</p> <p>Equipamentos, Materiais e Mobiliários da área de Criação de Animais: 8 Gaiolas para Camundongos; 8 Bebedouro para animais; 4 suportes para ração; 1 relógio temporizador; 1 controlador de umidade; 1 Estante de aço com prateleira para gaiolas; 2 Exaustores; 1 Carrinho para transporte de gaiolas.</p> <p>Equipamentos, Materiais e Mobiliários da área de Alimentos e Medicamentos: Rações; Remédios; 1 Armário para medicamentos; 1 Balcão para ração, 1 Bebedouro para animais.</p> <p>Equipamentos, Materiais e Mobiliários da área de Lavagem e Preparo de Materiais: 1 Máquina Específica para Lavagem de Caixas; 1 Aparelho de Ultra-som para limpeza; 1 Carrinho para transporte de gaiolas; 2 Tanques com chuveiro elétrico adaptado.</p> <p>Equipamentos, Materiais e Mobiliários da área do Laboratório: 1 Pinça; 6 Pissetas; 3 Cânulas de Gavagem; 1 Autoclave; 2 Cubas de Inox 60 cm; 15 Mamadeiras especiais; 1 Balança; 1 Estufa; 1 Lavatório com porta papel e porta sabonete; 2 Armários; 1 quadro branco; 1 mesa com cadeira; 1 Balcão de granito; 20 Bancos; Instalação hidráulica e elétrica; Ar condicionado.</p>
Acesso a Internet:	Não
Capacidade:	20 Alunos
Técnico Responsável:	Profissional com formação qualificada
Auxiliar Técnico	Profissional com formação qualificada

g) SALA DE APOIO LABORATORIAL

- Área física: 20,48 m²
- 01 bancada laterais de 3,45m;
- 01 bancada de 2,05m;

Disposição da sala

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

- Sala com duas bancadas;
- Armários para guardar vidrarias e materiais diversos;
- Bancadas laterais com uma pia para lavagem de mãos e equipamentos;
- Conexão de rede.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	Lavador automático de Pipetas	ORG 100	1
2.	Destilador	Modelo DL-DA 2 a 5 L	1
3.	Estufa de esterelização	BIOPAR	1

h) LABORATÓRIO TECNOLOGIA (Tecnologia, Cosmetologia e homeopatia)

- **Área física:** 29,50 m²
- **Capacidade de atendimento:** 20 alunos
- **01 Bancada Lateral com 4,30m;**
- **01 bancada lateral com 4 m.**

Disposição do Laboratório:

- Laboratório principal com duas bancadas para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula ;
- Bancada lateral com 01 pias para lavagem de mãos;
- Conexão de rede;

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	Seladora Blister Compact	Compact 220 v Tepron	01
2.	M120 Capsulas ciclo A00/01/2/3/04	Tepron	01
3.	Dosador para Pellets Sendo 10% Omeprazol e 8,5% Omezaprol	Tepron	01
4.	Forma Ovoplus para 12 óvulos peq.	Tepron	01
5.	Forma para Suppplus 12 supositórios Adulto	Tepron	01
6.	Folhas de alumínio	Tepron	1000
7.	Blister 00/0-1/2-3/4 10 cps triplo	Tepron	1000
8.	Balança Analítica	AY -220 Shimadzu	01
9.	Balança semi-Analítica	BL-320 Shimadzu	02
10.	Agitador Magnético com aquecimento	78HW-1 Biosystems	01
11.	Phmetro de bancada	PHS 3BS- Phatek	01
12.	Balança semi- Analítica Marca TOLEDO AR 3130	AR 3130	04
13.	Exaustor de Pó	NT	01

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medidas	Qtde.
1.	Calice de 2000 ml	2000	01
2.	Calice de 500 ml	500	05
3.	Cálices de 125 ml	125	20
4.	Becker de 100 ml	100	10
5.	Becker de 50 ml	50	10
6.	Potes de 50 ml para creme	50	50

i) **LABORATÓRIO CONTROLE DE QUALIDADE (Controle de Qualidade em Manipulação e Industrial)**

- **Área física:** 25,95 m²
 - **Capacidade de atendimento:** 20 alunos;
 - **01 bancada 3,96 m;**
 - **01 bancada de 3,88**
- ✓ **Disposição do Laboratório:**
- Laboratório principal para a realização das aulas práticas;
 - Um quadro para explanação da aula;
 - Bancada lateral medindo 3,96 m
 - Pia para lavagens de mão e vidraria;
 - Conexão de rede;

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	Aparelho para determinação de ponto de Fusão 03 provas	Q-340523	01
2.	Polarímetro Rotacional Circular (02 escalas)	WXG-42 POLAX	01
3.	Refratômetro de bancada tipo ABB 0-95% BRIX	2 WAJ BIOBRIX	01
4.	Viscosímetro Tipo Cup FORD em Alumínio	7118	01
5.	Espectrofotômetro Uv-Visível	Modelo SSP220 –Biospectro	01
6.	Aparelho para teste de Friabilidade	300-1 220 v Nova Etica	01
7.	Desintegrador de Comprimidos	DES-301 220v Nova Etica	01
8.	Dissolutor de comprimidos 299-1	DIS-299-01 220v Nova Etica	01
9.	Dessecador a Vacuo	J.Prolab	01
10.	Durometro para	DUR- 298- Nova Etica	01

	comprimidos Manual Portatil		
11.	Balança Analítica	Ay-220 Shimadzu	01
12.	Balança Semi Analítica	BL-320H	02
13.	Estufa para esterilização	Odontobras MOd: EL-11	01
14.	Câmara UV		01
15.	Osmose reversa	ELGA 40 LTS	01
16.	Phmetro Portátil	PM PA2Bp	03

Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medidas	Qtde.
1.	Balão 100 ml	100ml	10
2.	Balão 250 ml	100 ml	05
3.	Becker 50 ml	50 ml	15
4.	Pipeta de 5 ml	5 ml	10
5.	Pipetas de 10 ml	10 ml	10
6.	Pipetas de 20 ml	20 ml	10
7.	Becker 100 ml	100 ml	20
8.	Becker de 250 ml	250 ml	15
9.	Becker de 500 ml	500 ml	05
10.	Espatulas de aço		20
11.	Bastão de Vidro		20
12.	Proveta de 10 ml	10 ml	05
13.	Proveta de 50 ml	50 ml	05
14.	Proveta de 100 ml	100 ml	05
15.	Vidro de relógio	70 mm	05
16.	Vidro de relógio	100 mm	10
17.	Estante de plástico	100	02

j) **LABORATÓRIO FITOFARMACOS – (farmacognosia, farmacotécnica e fitofarmacos)**

- **Área física:** 24,75 m²
- **Capacidade de atendimento:** 20 alunos;
- **01 bancadas laterais de 2,65 m;**
- **01 bancada lateral de 4,05 m;**
- **01 bancada laterla de 3,45 m.**

✓ **Disposição do Laboratório:**

- Laboratório com bancadas para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula
- Bancadas laterais;
- Pia para lavagem de mãos e materiais de 1,5 m;
- Conexão de rede.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Qtde.
1	Banho Maria Hemoquímica	01

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

2	Balança Analíticas Shimadzu	01
3	Agitador magnetico Fisiotorm	01

Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medidas	Qtde.
1.	Balão fundo chato de 100 ml	100 ml	10
2.	Balão fundo chato de 250 ml	250ml	10
3.	Balão fundo chato de 500 ml	500 ml	05
4.	Balão fundo chato de 1000 ml	1000 ml	02
5.	Becker de 50 ml	50 ml	20
6.	Becker de 100 ml	100 ml	10
7.	Becker de 250 ml	250 ml	05
8.	Becker de 500 ml	500 ml	05
9.	Erlenmayer de 50 ml	50 ml	15
10.	Erlenmayer de 100 ml	100 ml	10
11.	Erlenmayer de 250 ml	250 ml	10
12.	Erlenmayer de 500 ml	500 ml	10
13.	Funil de Separação 125 ml	125 ml	10
14.	Funil de Separação 250 ml	250 ML	05
15.	Funil de Separação 500 ml	500 ML	05
16.	Funil analítico	15 ml	10
17.	Funil analítico	50 ml	10
18.	Funil de Buchner	50 ml	05
19.	Gral e pistilo 150	150 ml	05
20.	Gral e pistilo 180 ml	180 ml	05
21.	Gral e pistilo 500 ml	500 ml	01
22.	Proveta de 10 ml	10 ml	05
23.	Proveta de 25 ml	25 ml	05
24.	Proveta de 50 ml	50 ml	05
25.	Suporte Universal		05
26.	Vidro de Relógio	70 mm	05
27.	Vidro de Relógio	100 mm	10
28.	Pêra de Borracha		05
29.	Pipetas de 5 ml	5 ml	10
30.	Pipetas de 10 ml	10 ML	10
31.	Pipetas de 20 ml	20 ml	20

k) **LABORATÓRIO Multidisciplinar IX** (Parasitologia Clínica e Bioquímica Industrial)

- **Área física:** 35,60 m²
- **Capacidade de atendimento:** 20 alunos.
- **Bancada Central** 4 m.

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
 www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

✓ **Disposição do Laboratório:**

- Laboratório com uma bancada central para a realização das aulas práticas;
- Bancadas laterais medindo 6,52 m;
- Conexão de rede.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Centrifuga Centrobio 802b	01
2.	Microscopios Binocular Bioval L2000A	15
3.	Atlas Parasitologico	04
4.	Capela Exautão de Gases QUIMIS PEQUENA	01

Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medidas	Qtde.
1.	Becker de 50 ml	50 ml	10
2.	Becker de 100 ml	100 ml	10
3.	Becker de 250 ml	250 ml	05
4.	Becker de 500 ml	500 ml	05
5.	Becker de 50 ml	50 ml	20
6.	Becker de 100 ml	100 ml	10
7.	Funil analítico	15 ml	10
8.	Funil analítico	50 ml	10
9.	Funil analítico	15 ml	10
10.	Cálice de 60 ml	60 ml	05
11.	Calice de 125 ml	125 ml	15
12.	Cálice de 250 ml	250 ml	05
13.	Calice de 2000 ml	2000 ml	01
14.	Pipetas de 5 ml	5 ml	10
15.	Pipetas de 10 ml	10 ml	10
16.	Pipetas de 20 ml	20 ml	10
17.	Bastão de vidro	200mm	20
18.	Helm Test –Método KATO & KATZO	01 CX	500
19.	PARATESTES PPS	01 CX	200

LABORATÓRIO CLÍNICA CIRÚRGICA – (PRIMEIROS SOCORROS E ENFERMAGEM BÁSICA)

- **Área física:** 35,50 m²
- **Capacidade de atendimento:** 20 alunos
- **01 Bancada Lateral com 2,45m**

Disposição do Laboratório:

- Laboratório principal com uma bancadas para a realização das aulas práticas;
- Um quadro para explanação da aula ;

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

- Bancada lateral com 02 pias para lavagem de mãos;
- Conexão de rede de oxigênio, ar comprimido e vácuo.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	Leito completo automático motorizada	Cama Fowler	01
2.	Mesa para curativo		01
3.	Colchão		01
4.	Hamper		01
5.	Biombo 03 faces		01
6.	Suporte para soro		01
7.	Maca		01
8.	Boneco para procedimentos bissexual com órgãos internos	Simule Care COD:52A	01
9.	Mesa para Consultório		01
10.	Simulador de Ausculta e ruídos cardíacos e respiratórios	W49400	01
11.	Simulador de nádega para injeção intramuscular	W44004	01
12.	Braço para treinamento punção arterial	W44022	01
13.	Simulador Avançado de acidentes e ferimentos	W44521	01

Materiais Diversos

Cód.	Especificações	Medidas	Qtde.
1.	Almatolia de Álcool a 70%	500ml	3
2.	Almatolia de Degermante	500 ml	02
3.	Mesa Auxiliar		01
4.	Comadre	1000 ml	01
5.	Bacia Inox		01
6.	Depositos para algodão		01
7.	Aspirador Portatil		01
8.	Colar Cervical para resgate	P	01
9.	Colar Cervical para resgate	M	01
10.	Colar Cervical para resgate	G	01
11.	Ambu de silicone Adulto com reservatório	G	01
12.	A Ambu de silicone infantil com reservatório	M	01
13.	Ambu de silicone infantil com reservatório	P	01
14.	Talas para resgate dversas	NT	05

6.9.3. Normas De Segurança E Procedimentos

As instalações e laboratórios específicos para o Curso de Farmácia atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT, especialmente, nos seguintes aspectos:

- ✓ Almojarifado com área reservada a líquidos inflamáveis, controle de material e estocagem adequados;
- ✓ espaço físico adequado com, no mínimo, um metro quadrado por aluno;
- ✓ salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;
- ✓ Instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e outras adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionários;
- ✓ microcomputadores nos laboratórios que se fizerem necessário, ligados em rede e com acesso à internet, e com recursos multimídia para projeções;
- ✓ política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática;
- ✓ plano de atualização tecnológica, além de serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob a supervisão dos técnicos responsáveis pelos laboratórios;
- ✓ equipamentos de biossegurança como: os EPI (equipamentos de proteção individual): luvas, gorro, máscaras, protetor facial, jaleco, óculos protetores, sapatilhas, entre outros. Além dos EPC (equipamentos de proteção complementar): chuveiro de emergência, lava-olhos, descarte de material perfuro-cortante, material para primeiros socorros, ventiladores, exaustores, extintores de incêndio, emblemas educativos de segurança e elementos de proteção de rede elétrica.

6.10. PROTOCOLOS DE EXPERIMENTOS

As normas para protocolos de experimentos do IFES se baseiam nas orientações dos pesquisadores da instituição e devem seguir as normas para o uso de protocolos e registros de experimentos. Essas normas foram elaboradas com base em normas internacionais.

A instituição baseou-se em protocolos e registros organizados e completos, além de servir para análises futuras de patentes, podendo também ajudar na condução de projetos de pesquisas, possibilitando a repetição do experimento por outra pessoa e mesmo facilitando a continuidade do trabalho.

▪ Normas Gerais

1. Uso de caderno (tipo protocolo) resistente, preferencialmente de capa dura, para evitar danos físicos e perda de informações.
2. As páginas devem ser enumeradas para que as folhas não sejam destacadas. Não será permitido uso de caderno espiral e nem fichário.
3. Todos os cadernos devem ser enumerados, e o controle destes deve ficar sob a responsabilidade da chefia dos laboratórios.
4. Cada projeto deve ter seu próprio caderno ou conjunto de cadernos.
5. Na primeira folha em branco do caderno devem constar: nome do

pesquisador, data de início, nome do projeto e resumo breve do mesmo, nome da instituição/agência financiadora e número do processo.

6. 3 páginas enumeradas iniciais reservadas para o índice.

7. Todas as anotações devem ser registradas somente nas páginas da direita, as páginas da esquerda devem ser usadas para os cálculos.

8. As anotações devem ser feitas de forma legível e à caneta esferográfica (preta ou azul) e assinadas.

9. Escreva:

- diretamente no caderno (não se deve fazer rascunho);
- imediatamente (os dados devem ser registrados durante a realização do experimento e não após o seu término – não se pode confiar na memória);
- com acurácia (a descrição do experimento deve ser feita de forma precisa);
- de forma legível (as anotações difíceis de serem lidas levantam dúvidas que reduzem a credibilidade dos dados);

10. Nunca um dado deve ser apagado ou uma página rasgada, isso tira toda a autenticidade e validade do caderno;

11. Correções devem ser feitas traçando-se uma linha por cima de forma que permaneça legível, não rasure, nem apague com liquid paper; devem ser assinadas, datadas e justificadas.

12. Não deixe espaços em branco. Inutilize com um traço o espaço em branco entre os dados registrados e a assinatura.

13. Os registros de cada novo experimento devem ser feitos em uma nova página.

14. Seja consistente com as abreviaturas utilizadas.

15. Os cadernos devem sempre permanecer no laboratório. Só poderão sair com autorização escrita do orientador ou coordenador do laboratório.

▪ Conteúdo

Os dados registrados no caderno devem indicar claramente:

- O que foi feito;
- Como foi feito;
- Quando o trabalho foi realizado;
- Quem fez o experimento.

Os registros de seus experimentos devem ser feitos da seguinte maneira:

- Nome e endereço do local onde o experimento está sendo realizado, Caso o experimento tenha sido realizado em outro local;
- Datas de início e término do trabalho;
- Nome do(s) experimentador(150i);
- Objetivos;
- Protocolo utilizado, que deverá seguir um procedimento operacional padrão (POP) e conter todas as informações pertinentes ao experimento e seguir as normas do caderno padrão. Explicitar o POP utilizado. Qualquer mudança no seguimento do POP deverá ser registrada no protocolo de experimento;
- Dados sobre reagentes, produtos, solventes, identificando-os pelo nome do composto, fórmula, marca e número do lote. Dados sobre os aparelhos e equipamentos utilizados, como marca, nome do fabricante e origem. Registre os números usados para pedidos de materiais;

- Coloque data em todos os dados gerados em aparelhos (por exemplo: obtidos em aparelhos acoplados a computadores como contador β , leitora de Elisa, citômetro de fluxo, gel de agarose, fotografias, etc) e anexe os mesmos ao caderno de protocolo de forma segura. Como o volume de dados gerados nestes experimentos normalmente é muito grande, sugere-se arquivar os dados brutos em uma pasta, e explicitar no caderno o local onde o dado se encontra;
- Os resultados de cada experimento devem ser claramente colocados com suas conclusões e interpretações sobre cada passo. Se possível e aplicável, incluir a análise estatística;
- Bibliografia consultada quando pertinente;
- Outro pesquisador do grupo deverá checar o caderno, assinar e datar, procurando observar se as informações estão legíveis e organizadas.
- O caderno é propriedade do laboratório e deve sempre ser mantido no mesmo. O aluno poderá fazer cópia do caderno desde que sua chefia autorize, caso haja a necessidade de retirá-lo do laboratório, a chefia deverá autorizar e uma cópia do mesmo deve ser deixada em seu lugar.

- Procedimentos e Protocolos

POP: Procedimento Operacional Padrão; etapas e especificações para realização de cada técnica estabelecida no laboratório. O POP só poderá ser modificado com autorização das pessoas responsáveis pela sua validação.

Protocolo: É o que se preenche a cada vez que se executa um POP. O protocolo deverá conter todas as informações necessárias para validação e reprodução do experimento. O protocolo deve ser padronizado e impresso para ser preenchido pelos usuários e deverá ser anexado no caderno de protocolos.

6.11 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Política Institucional que define a quantidade e as condições apropriadas de acesso dos professores, técnicos e alunos aos equipamentos de informática e aos recursos audiovisuais e multimídia é orientada por um processo de avaliação constante. Os dirigentes do Instituto Florence de Ensino Superior receberão dos responsáveis, pelas diversas áreas, as informações necessárias para o planejamento de manutenção, reposição, atualização e expansão dos equipamentos e materiais pertinentes a cada setor.

Os professores, por sua vez, terão sempre a oportunidade de solicitar a aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento das aulas práticas e teóricas. Para tanto, deverão sempre se reportar aos coordenadores dos cursos que tomarão as providências necessárias para atender as solicitações.

Os equipamentos do Instituto são disponibilizados no laboratório e demais instalações da instituição a todos os alunos e professores, sempre que os mesmos estiverem liberados (sem aulas). Além deles, a biblioteca possui 10 computadores destinados aos alunos, a serem utilizados para pesquisa à internet e a banco de dados “on-line”. Os professores, em sua sala, contam com três computadores e uma

impressora, ligados em rede e com acesso a intranet e internet.

Os laboratórios abaixo discriminado estão em condições de uso pelos alunos do Curso de Farmácia. Além disto, existe previsão para expansão de mais quatro laboratórios de informática que serão implantados ao longo da implementação dos demais cursos previstos no PDI do Instituto Florence de Ensino Superior, o qual já prevê um plano de expansão nessa área.

Além dos Laboratórios de Informática, a faculdade disponibiliza terminais de consulta ao acervo na biblioteca e acesso a periódicos on-line. O IFES dispõe de recursos audiovisuais destinados a dar suporte nas atividades desenvolvidas pela instituição. Tais recursos, abrangendo diversas áreas do conhecimento, apoiarão às metodologias de ensino adotadas, propiciando à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea. Eis a relação dos recursos disponíveis:

Descrição das Instalações, Equipamentos de Informática e outros recursos

LABORATÓRIO 1 (PRINCIPAL) (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	
COMPUTADORES	33
LICENÇAS WIN VISTA HOME	27
LICENÇAS WIN SEVEN HOME	6
OFFICE 2007 HOME STUDENT	27
OFFICE 2010 HOME STUDENT	6
LABORATÓRIO 2 (1º ANDAR) (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	
COMPUTADORES	15
LICENÇAS WIN SEVEN HOME	15
OFFICE 2007 HOME STUDENT	15
LABORATÓRIO 3 (BIBLIOTECA) (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	
COMPUTADORES	10
O.S. LINUX – UBUNTU	6
LICENÇAS WIN SEVEN HOME	4
BR OFFICE	6
OFFICE 2010 HOME STUDENT	4
TERMINAL CONSULTA BIBLIOTECA	
COMPUTADORES	3
O.S. LINUX – UBUNTU	3
BIBLIOTECA ATENDIMENTO AO ALUNO	
COMPUTADORES	3
LICENÇA WINXP	1
OFFICE 2007 HOME STUDENT	1
BR OFFICE	2
O.S. LINUX – UBUNTU	2
OUTROS RECURSOS	
PONTOS DE REDE WIFI	4
DATASHOW (comp/tc/ms/som/DVD-RW)	20

TELEVISÕES 29"	3
TELEVISÕES 42"	1
CAIXA DE SOM AMPLIFICADA/MICROFONE	2
APARELHO DE DVD	2
SERVIDOR SISTEMA ACADÊMICO	1
SERVIDOR DE E-MAIL	1
SERVIDOR DE ARQUIVO/DHCP	1
CFTV	1
LINK FAULT 4MB	1
LINK FAULT 1MB (administrativo)	1
COMPUTADORES ADMINISTRATIVO	44
IMPRESSORAS COLOR	6
IMPRESSORA LASER	11
PARQUE TOTAL DE COMPUTADORES EM REDE	111

6.11.1 Política de Uso e Acesso

A política de acesso e utilização dos Laboratórios de Informática do Instituto Florence de Ensino Superior aplica-se a toda comunidade acadêmica, ou seja:

- Coordenadores de curso;
- Docentes;
- Discentes;
- Colaboradores técnico-administrativos.

Esta regulamenta detalhadamente as particularidades de funcionamento e organização destes laboratórios e, conseqüentemente, se constitui como documento complementar ao Regimento da Instituição.

Os Laboratórios de Informática do Instituto Florence de Ensino Superior contarão, sempre, com computadores e periféricos criteriosamente selecionados e dimensionados para o desenvolvimento/atendimento das atividades a que se destinam especificamente:

- Execução de aulas práticas das disciplinas que formam o matriz curricular dos cursos ofertados pela Instituição;
- Apoio às atividades de pesquisa docente e/ou discente;
- Execução de cursos de extensão;
- Apoio aos trabalhos de conclusão de curso;
- Apoio às atividades de estágio supervisionado; e
- Proporcionar suporte a quaisquer outras atividades acadêmicas que deles necessitem.

Nos Laboratórios de Informática, a comunidade acadêmica terá acesso à Internet, o que proporcionará facilidade e comodidade de acesso para a efetivação de pesquisas e troca de informações científicas, técnicas, artísticas ou culturais em todo o mundo.

Em especial, o setor responsável pelos Programas de Extensão promoverá cursos que utilizarão os Laboratórios de Informática como ferramenta para que se

atinga, de maneira eficiente e eficaz, os objetivos de qualidade propostos. Tais cursos serão abertos à comunidade estudantil e, em alguns casos, à sociedade em geral.

A regulamentação detalhará:

- As normas e procedimentos gerais para o funcionamento dos laboratórios;
- A estrutura administrativa, considerando a descrição dos cargos e responsabilidades funcionais, os horários de atendimento aos usuários;
- A estrutura operacional, onde são explicitados pormenores sobre a oferta de equipamentos, cadastramento de usuários e respectivas reservas para uso;
- A estrutura de configuração de cada laboratório, tendo em vista as finalidades para as quais foi concebido e o público-alvo em questão; e
- Os serviços que são oferecidos aos usuários e regras para utilização.

6.12 BIBLIOTECA

Para armazenar e disponibilizar o acervo bibliográfico da instituição, reserva-se uma área de biblioteca apropriada à pesquisa, à reunião de grupos de estudo e à realização de estudos individuais, com cerca de 320m², dispendo internamente de uma área (balcão fechado) para atendimento técnico-administrativo referente à recepção e entrega de livros, devidamente catalogados e cadastrados em sistema gerencial específico com código de barras. Serão disponibilizados 03 computadores para a consulta à base de dados do acervo da biblioteca, que disponibiliza cerca de 7.900 exemplares de livros, 30 títulos de periódicos científicos e 140 CD's/DVD's.

Reserva-se também, aos usuários da biblioteca, 01 sala de vídeo/DVD, 12 cabines para estudo individual, 07 salas fechadas para estudo em grupo, 18 mesas de quatro lugares para estudo em grupo na área comum da biblioteca. A expansão do acervo será feita na proporção de pelo menos 01 (um) livro da bibliografia básica para cada 8 (oito) alunos e a atualização será feita anualmente, de acordo com solicitação formal do corpo docente e sugestão dos usuários.

INFRA-ESTRUTURA	Área	Capacidade
Disponibilização do Acervo	43.54 m ²	-
Leitura	152 m ²	-
Estudo individual	15 m ²	15 alunos
Estudo em grupo	42 m ²	6 alunos/sala
Sala de vídeo	16.38 m ²	15 alunos
Administração e processamento técnico do acervo	10.80 m ²	-
Recepção e atendimento ao usuário	6 m ²	-
Banheiro Masculino	9m ²	-
Banheiro Feminino	9m ²	-
Acesso a Internet	10m ²	10 alunos
Circulação	9m ²	-

O acervo da biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior é totalmente disponibilizado ao usuário, sendo esta uma política da instituição para a maior

integração deste com o que a Biblioteca oferece.

A biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior conta com ambiente adequado ao estudo individual, num total de 15 unidades, instalações específicas adequadas para estudos em grupo, num total de 06 salas.

6.12.1 Política de Atualização do Acervo

A ampliação e atualização do acervo de livros e periódicos integram o orçamento anual da Política Financeira Institucional, o que possibilita a sua contínua renovação.

O aspecto qualitativo dos acervos deve ser avaliado pelos especialistas das áreas integrantes dos cursos regularmente ofertados, com o acompanhamento da literatura especializada produzida, adaptando-se às características do curso.

A política de seleção das coleções é determinada pelos aspectos qualitativos e quantitativos, possibilitando acesso à bibliografia básica do curso, em número e conteúdo.

A ampliação do acervo ocorrerá gradativamente de acordo com o crescimento do número de alunos e a necessidade de atualização do acervo da área, com planejamento de expansão anual, em títulos novos, edições novas e número de exemplares complementares.

Com a política de aquisição, o número de exemplares define-se a partir dos parâmetros estabelecidos pelo MEC para cada curso de graduação, além de livros mais especializados para os professores e para os alunos de pós-graduação, quando houver.

O acervo bibliográfico será constantemente atualizado, por indicação dos professores, por indicação usuários, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos das disciplinas que compõem as diretrizes curriculares dos cursos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de extensão e de iniciação científica.

6.12.2 Acervo Geral

Os quadros abaixo apresentam o acervo do Instituto Florence para os seus cursos que se encontram em funcionamento.

ACERVO						
Área do Conhecimento	Livros		DVD		CD Roms	
	Títulos	Exemp.	Títulos	Exemp.	Títulos	Exemp.
Ciências Exatas e da Terra	71	491				
Ciências Biológicas	190	1205	10	10		
Engenharias e Tecnologia	0	0				
Ciências da Saúde	320	5.016	30	30	35	140
Ciências Humanas	290	1.013	5	5		
Ciências Sociais Aplicadas	123	408				
Linguística, Letras e Artes	24	104				

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120

www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Multidisciplinar	4	43				
TOTAL	1022	8341	45	45	35	140

ACERVO DE PERIÓDICOS				
Área do Conhecimento	Nacionais		Estrangeiros	
	Tít.	Fasc.	Tít.	Fasc.
Engenharias e Tecnologia				
Ciências da Saúde	23	520	2	38
Ciências Sociais Aplicadas				
Ciências Humanas	7	40		
TOTAL	30	486	2	38

Em relação ao acervo específico do Curso de Farmácia, o Instituto Florence seguiu o cronograma abaixo:

TIPO DE ACERVO	ANO/QUANTIDADE^(*)					
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	TOTAIS
Livros:						
Títulos	152	-	106	115	113	486
Exemplares	560		680	960	1200	3400
Periódicos científicos	4	--	4	-	2	10
Jornais e revistas	4	--	-	-	-	4
Base de dados e periódicos <i>on line</i>	8	--	7	7	9	33
Multímida (DVD/CD)	15	--	10	5	5	35

(*) Quantidade a ser adquirida, em cada ano. O Ano 2 não tem previsão, pois conforme as exigências do MEC as instituições devem apresentar condições de funcionamento para os dois primeiros anos, portanto, os materiais do Ano 2 já foram adquiridos.

6.12.3 Informatização da Biblioteca

A biblioteca encontra-se informatizada, integrada com o sistema de processamento de dados da instituição, dispondo aos usuários, três equipamentos para consulta ao acervo. Oferece, ainda, bases de dados e periódicos on-line de acesso livre.

Para ter acesso aos produtos e serviços da Biblioteca, os usuários (discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo vinculados ao Florence Superior), deverão apresentar um documento de identificação oficial com foto.

6.12.4 Serviços Oferecidos

- **SERVIÇO DE REFERÊNCIA** – Atendimento direto ao usuário: orientação no uso do sistema de bibliotecas, disseminação seletiva da informação, orientação na elaboração de referências bibliográficas e na apresentação normativa de trabalhos acadêmicos, produção de ficha catalográfica para trabalhos de

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

conclusão de curso.

- EMPRÉSTIMO – local e domiciliar
- SERVIÇO DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA – Possibilita o fornecimento de cópias de artigos de periódicos existentes em outras Bibliotecas do território nacional.

- ACESSO A INTERNET
- SALA DE VÍDEO – Sala equipada com televisão e aparelho de DVD.
- ACESSO A BASE DE DADOS

Para consulta, pesquisa ou empréstimo, o usuário deverá utilizar-se dos terminais de consulta e solicitar o material no setor de atendimento da biblioteca. O usuário poderá solicitar renovação do empréstimo, caso não haja reserva do material.

A Biblioteca é de livre acesso. O acervo de livros está agrupado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Os periódicos estão agrupados em ordem alfabética de título.

6.12.5 Horários de Funcionamento

A Biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior funcionará de segunda a sexta-feira em horário integral, das 08:00h às 22:00h, e aos sábados, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, quando necessário.

6.12.6 Pessoal Técnico-Administrativo

A biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior conta com uma bibliotecária contratada em regime de tempo integral, 02 estagiários do Curso de Biblioteconomia e 02 auxiliares de biblioteca. Compete a bibliotecária-chefe, a administração da biblioteca e atualização de seu acervo, bem como a integração da unidade com os seus usuários, discentes, docentes e/ou pessoal técnico e administrativo.

6.12.7 Livros da Bibliografia Básica e complementar

Todo o acervo encontra-se na biblioteca da IES, podendo ser observado detalhadamente, em disponibilidade e quantidade nos quadros que se segue.

O acervo de livros da bibliografia básica e complementar do curso atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas unidades curriculares, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

UNIDADE CURRICULAR	TÍTULO	Nº DE EXEMPLARES
1º SEMESTRE		
PORTUGUÊS	Bibliografia Básica	
	CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão . 15 ed. São Paulo: Ática, 2000.	12
	CUNHA, C. Nova Gramática do Português Contemporâneo . 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001	12
	GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna . Rio de Janeiro: FGV, 1998	12
	Bibliografia Complementar	
	FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa . 28. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.	9
	FARACO, C. Prática de texto para estudantes universitários . 18.ed. Petópolis: Vozes, 2009	2
	FIORIN, J. ; SAVIOLI, F. Para entender o texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 1997.	2
	ABREU, A. S. Curso de redação . 10. Ed. São Paulo: Ática 1999.	11
	NEVES, M.H. de M. A gramática Funcional . São Paulo: Martins Fontes,2004.	2
MATEMÁTICA APLICADA A CÁLCULOS FARMACÊUTICOS	Bibliografia Básica	
	FLEMMING, Diva Marília. Cálculo: funções, limites, derivação e integração . 5. ed. São Paulo: Makron Books,2006.	12
	GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC,2002. 4. v.	12
	ARANGO, H. G. Bioestatística: teórica e computacional, com bancos de dados reais em disco . 2. ed.Guanabara. 2005	12
	Bibliografia Complementar	
	DOWINING, Douglas Estatística aplicada . São Paulo: Saraiva, 2005	2
	SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica . São Paulo: Makron. 1987.1v.	2
	MORETTIN, Pedro A. Estatística básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva,2005	2
	CARVALHO, Sérgio. Estatística básica: teoria e 150 questões . 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005	2
	VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística. , Ed. Elsevier, 4 ed., 2008.	10

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	Bibliografia Básica	
	AIACHE, J.M. et. al. Iniciação ao Conhecimento do Medicamento . 2. ed. São Paulo: Andrei, 1998.	12
	COHN, A. Saúde no Brasil: política e organização de serviços . 6. ed. Cortez, 1998.	12
	CHALEON, J. Farmácia terapêutica medicamentosa . 4. ed. São Paulo: Andrei, 1988	11
	Bibliografia Complementar	
	GONÇALVES, João de Lucena. Drogas injetáveis em emergência e terapia intensiva . Rio de Janeiro: Revinter, 1996.	2
	ZUBIOLI, A. Profissão farmacêutica: e agora? . Curitiba: Lovise Ltda, 1992.	2
	GOMES, M. J. V. M & REIS, M. M. Ciências Farmacêuticas . São Paulo: Atheneu, 2000.	2
	CONSELHO FEDERAL DE DE FARMÁCIA. A assistência farmacêutica no SUS . 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2010.	2
	ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE OPAS/OMS. A Saúde no Brasil . Brasília: OPAS/MS, 1998.	2
QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA	Bibliografia Básica	
	MAHAN, Bruce M. Química: um Curso Universitário . 4. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1995.	12
	RUSSEL, J.B. Química geral . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. v. 1 e v.2.	12
	MAIA, D.J. Fundamentos de Química Geral . São Paulo: P.Hall, 2007.	12
	Bibliografia Complementar	
	LEE, J. D. Química Inorgânica: não tão concisa . São Paulo: Edgar Blucher, 1999.	2
	FELTRE, Ricardo. Fundamentos da química geral . 4.ed. São Paulo: Moderna,2003.	2
	MASTERTON, W.L. SLOWINSKI, E.J. Princípios de Química . Rio de Janeiro: LTC, 1990.	2

	HEIN, M; ARENA, S. Fundamentos de Química Geral . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.	2
	USBERCO, JOÃO. Química . São Paulo:Saraiva, 2005	2
ANATOMIA	Bibliografia Básica	
	VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia Humana . 6. ed. Barueri: Manole, 2003.	12
	DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.	12
	KOPF MAYER, PETRA. Atlas de Anatomia humana (Wolf Heidegger): anatomia geral, paredes do tronco, membros superior e inferior. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	12
	Bibliografia Complementar	
	MOORE, Keith L. Anatomia orientada para a clínica . 4. ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	2
	NETTER, Frank. Atlas de Anatomia humana . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 1CD-ROM.	2
	ROHEN, Johannes. Anatomia Humana : Atlasfotógrafo de Anatomia Sistêmica e Regional. 5 ed. São Paulo: Manolé, 2002.	2
	JOHANES, W.R.; DRECOLL, E.W. Anatomia humana – resumos em quadros em tabelas: vasos, nervos e músculos . 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.	2
CITOLOGIA, HISTOLOGIA, DESENVOLVIMENTO HUMANO	Bibliografia Básica	
	CORMACK, D.H. Fundamentos de Histologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.	12
	MOORE, K. L ;. PERSAUD, T. V. N. Embriologia Básica . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	12
	BOLSOLVER, S. R. et al. Biologia Celular . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	12
	Bibliografia Complementar	
	JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular . 8.ed. Rio de Janeiro:	2

	Guanabara Koogan, 2005.	
	COOPER, Geoffrey. A célula: uma abordagem molecular. Porto Alegre: Artmed, 2001.	2
	DI FIORE, M. S. Atlas de Histologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	2
	MAIA, George Doyle. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2005.	2
	GITIRANA, Lycia de Brito. Histologia: conceitos básicos dos tecidos. São Paulo: Atheneu, 2004.	2
	SADLER, T.W. Embriologia médica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	2
	KUHNEL, Wolfgang. Citologia histologia e anatomia microscópica: textos . 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.	2
GENÉTICA	Bibliografia Básica	
	NUSSBAUM, Robert L. Genética médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	12
	OSÓRIO, Maria Regina. Genética humana. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.	10
	OTTO, Priscila Guimarães. Genética humana e clínica. 2. ed. São Paulo: Roca. 2004	14
	Bibliografia Complementar	
	MOORE, Keith L. Embriologia clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	4
	THOMPSON, Margaret W. Genética Médica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.	2
	MAIA, G.D., Embriologia Humana e Biologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.	2
	JORDE, L. B.; CAREY, J. C.; BAMSHAD, M. J. et al.. Genética Médica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	2
	MOORE, K.L. Atlas colorido de embriologia clínica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.	2
	HARTH, D.L.; CLARK, A.G. Princípios de genética das populações. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.	2

BIOFÍSICA APLICADA FARMÁCIA	À	Bibliografia Básica	
		NUSSENZVEIG, H.M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.1v.	12
		NUSSENZVEIG, H.M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.2v.	12
		NUSSENZVEIG, H.M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blucher, 1997.3v.	12
		NUSSENZVEIG, H.M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.4v	12
		Bibliografia Complementar	
		OKUNO, Emico. Física para ciências médicas e biológicas. São Paulo: Harper & Row do Brasil. 1982.	11
		HENEINE, I. F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu, 2008.	3
		DURAN, E.R. Biofísica: fundamentos e aplicações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.	6
		GARCIA, Eduardo A.C. Biofísica. São Paulo: Sarvier, 2002.	6
MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto. Curso de Biofísica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan , 2010	6		
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	E	Bibliografia Básica	
		SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.	12
		ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.	12
		GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: atlas, 2009	12
		Bibliografia Complementar	
		IDE, Pascal. A Arte de pensar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	2
		BARKER, K. Na bancada: manual de iniciação científica em laboratórios de pesquisas biomédicas. Ed. Artmed, 1 ed., 2002.	2

MÉTODOS PESQUISA	DE	KOCH, Ingedore. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 2004.	2
		ALVES, Rubem. Entre a ciência e sapiência: o dilema da educação . São Paulo: Loyola, 2005.	2
		DEMO, Pedro. Saber pensar . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	5
		SALOMON, Delciov. Como fazer uma monografia . 11. ed. São Paulo: Martins, 2004.	4
QUÍMICA ORGÂNICA		Bibliografia Básica	
		ALLINGER, Norman L. Química Orgânica . 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.	12
		BARBOSA, Luiz Claudio de A. Introdução a Química orgânica . São Paulo: Pearson, 2007.	12
		SOLOMONS, T. W. GRANHAM ; FRYHLE, CRAIC. Química Orgânica . 8. ed. São Paulo: LTC, v. 1, 2006.	12
		Bibliografia Complementar	
		BROWN, W.H. Organic chemistry , Ed. Saunders College Publishing, 1995.	2
		VOLLHARDTH, K. Peter. Química Orgânica: estrutura e função . Rio de Janeiro: Artmed, 2008.	2
		CLAYDEN, J., GREEVES, N., WARREN, S., WOTHER, P. Organic chemistry , ed. Oxford University Press, 1 ed., 2001.	2
		USBERCO, João. Química . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.	2
		MCMURRY, John. Química orgânica . 6.ed. São Paulo: Thompson, 2005.2v.	2
FISIOLOGIA		Bibliografia Básica	
		COSTANZO, L. S. Fisiologia . 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.	12
		GUYTON, Arthur. Fisiologia Humana e mecanismo das doenças . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.	12

	GUYTON, Arthur. Tratado de fisiologia médica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	12
	Bibliografia Complementar	
	AIRES, Margarida de M. Fisiologia . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.	2
	DAVIES, Andrew. Fisiologia Humana . Porto Alegre: Artemed, 2002.	2
	CINGOIANE, Horacio. Fisiologia humana de houssay . 7. ed. Porto Alegre: Artemed, 2004.	2
	KOEPPEN, B.M. & STANTON, B.A. Berne & Levy Fisiologia . Ed. Roca, 6. ed., 2009.	2
	SILVERTHORN, D. U. Fisiologia Humana: abordagem integrada . 5 ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.	2
	Bibliografia Básica	
SOCIOLOGIA APLICADA À SAÚDE	ADAM, P.; HERZLICH C. Sociologia da doença e da medicina . São Paulo: EDUSC, 2001.	12
	SANTOS, M.R.C. Profissão Farmacêutica no Brasil: história, ideologia, e ensino . Ribeirão Preto: Holas, 1999.	12
	CASTRO, A.M.; DIAS, E. F. Introdução ao Pensamento Sociológico . São Paulo: Centauro, 2001.	12
	Bibliografia Complementar	
	LARAIA, R.B. Cultura: um conceito antropológico . 18ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.	2
	LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2000.	2
	LAPLANTINE, F. Antropologia da doença . São Paulo: Brasiliense, 2001.	2
	GUARESCHI, P. Sociologia crítica: alternativas de mudança . 50 ed., EDIPUCRS, 2004.	2
	SANTOS, José Luiz dos. O Que é cultura . 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006	2
	Bibliografia Básica	

BIOQUÍMICA BÁSICA	CAMPBELL, M. K. Bioquímica . Porto Alegre: ARTMED, 3 ed., 2001.	12
	LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. Princípios deBioquímica . Ed. Sarvier, 4 ed., 2007.	12
	VOET, D. & VOET, J.G. Fundamentos deBioquímica . Porto Alegre: Ed. ARTMED, 3 ed., 2006.	12
	Bibliografia Complementar	
	MURRAY, R.K., GRANNER, D.K., RODWELL, V.W. Harper-Bioquímica Ilustrada , Ed. McGraw-Hill, 27 ed., 2008.	2
	BAYNES, J.& DOMINICZAK, M.H. Bioquímica Médica . Ed. Elsevier, 2 ed., 2007.	2
	STRYER, L. BERG, J.M, DYMOCZKO, J.L. Bioquímica .Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 6 ed., 2008.	2
	KLAUS, J. K.; ROHN, H. Bioquímica: texto e atlas. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.	2
	RIEGEL, E. R. Bioquímica . 4. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.	2
PSICOLOGIA	Bibliografia Básica	
	ANGERAMI-CAMON, V. A. E a Psicologia Entrou no Hospital... São Paulo: Pioneira, 1996.	12
	ANGERAMI-CAMOM, Valdemar Augusto (Org.). Psicologia hospitalar: teoria e prática . 4.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.	12
	ANGERAMI-CAMON, Valderama. A Psicologia da Saúde: Um novo significado para Prática Clínica . São Paulo: Pioneira, 2000.	12
	Bibliografia Complementar	
	SPINK, M. J. P. Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos . Rio de Janeiro: Vozes,	2
	BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do desenvolvimento . 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.	2
	SILVA, M. J. P. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde . 2 ed. São Paulo, Gente, 1996.	2

	VAYER E RONCIN. Psicologia atual e desenvolvimento da criança . Manole: São Paulo, 1998.	2
	GUIDETTI, M. Introdução a psicologia do desenvolvimento : do nascimento à adolescência. Rio de Janeiro: Vozes, 2009	2
PATOLOGIA GERAL	Bibliografia Básica	
	BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo-Patologia Geral . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed., 2009.	12
	FARIA, J.L. Patologia Geral-fundamentos das doenças complicações clínicas . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed., 2003.	12
	MONTENEGRO, M.R. Patologia : processos gerais. São Paulo: Atheneu, 2004.	12
	Bibliografia Complementar	
	HANSEL, D.E.; DINTZIS, R.Z. Fundamentos de Rubin- patologia . Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007	2
	FARIA, J.L.P. de Patologia Especial com Aplicações Clínicas . 2. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2003 .	2
	RUBIN, E. Patologia: bases clínico-patológicas da medicina . Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2006.	2
	COTRAN, R.S. Robbins:Patologia Estrutural e Funcional . Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 6 ed., 2009.	2
	DORETTO, D. Fisiopatologia Clínica do Sistema Nervoso : fundamentos da semiologia Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.	2
FARMACOBOTÂNICA	Bibliografia Básica	
	LORENZI, H. Plantas Daninhas do Brasil : terrestres, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais. 3. ed. São Paulo: Lorenzi, 2000.	12
	LORENZI, H. Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas. Arbóreas Nativas do Brasil . 4. ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002.	12
	OLIVEIRA, F. ; AKISUE, G Práticas de Morfologia Vegetal .São Paulo: Atheneu	12
	Bibliografia Complementar	

	MODESTO, Z. M. M. & SIQUEIRA, N. J. B. Botânica . São Paulo: EUP, 1981.	2
	GEMMELL, A.R. Anatomia do Vegetal em Desenvolvimento . Trad. Heilmann, H.P. São Paulo: EPU, 1981.	2
	CUTTER, G.C. Anatomia Vegetal : parte II Órgãos (experimentos e interpretações). Trad. Catena, G. V. M. C. São Paulo: Rocca, 1987.	2
	PANIZZA, S. Plantas que curam : cheiro de mato. 19. ed. São Paulo. IBRASA, 1997.	2
	WEBERLING, F. & SCHWANTES, H.O. Taxonomia vegetal . São Paulo: EPU, 1 ed., 2006.	2
QUÍMICA ORGÂNICA II	Bibliografia Básica	
	ALLINGER, Norman L. Química Orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.	12
	BARBOSA, Luiz Claudio de A. Introdução a Química orgânica . São Paulo: Pearson, 2007.	11
	SOLOMONS, T. W. GRANHAM ; FRYHLE, CRAIC. Química Orgânica . 8. ed. São Paulo: LTC, v. 1, 2006.	12
	Bibliografia Complementar	
	BROWN, W.H. Organic chemistry , Ed. Saunders College Publishing, 1995. Vai chagar dia 19/04/	2
	VOLLHARDTH, K. Peter. Química Orgânica : estrutura e função. Rio de Janeiro: Artmed, 2008.	2
	CLAYDEN, J., GREEVES, N.,WARREN, S., WOTHER, P. Organic chemistry , ed. Oxford University Press, 1 ed., 2001. Vai chagar dia 19/04/	2
	MCMURRY, John. Química orgânica . 6.ed. São Paulo: Thompson, 2005.2v.	2
	CAMPOS, Marcello de Moura. Fundamentos de Química Orgânica . São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2004	2
QUÍMICA ANALÍTICA I QUALITATIVA	Bibliografia Básica	
	VOGEL A.I. Química Analítica Qualitativa . Tradução de Antônio Gimeno: Ed. mestre Jou., 1 ed., 1981.	12

	VAITSMAN, D.S. & BITTENCOURT, O.A. Ensaios Químicos Qualitativos , Rio de Janeiro: Editora Interciência Ltda., 1995.	12
	BACCAN, N., ALEIXO, L.M., STEIN, E., GODINHO, O.E.S. Introdução à Semimicro Análise Qualitativa , 7 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.	10
	Bibliografia Complementar	
	SHRINER, R.L., FUSON, R.C. & CURTIN, D.Y. The systematic identification of organic compounds: a laboratory manual . New York: Wiley, 458 pp.	2
	William R. Robinson General Chemistry with Qualitative Analysis, 10th Edition – Gengage Learning	2
	HOLME D.J. & PECK H. Analytical Biochemistry , 2nd. Ed. New York: John Wiley & Sons, 1993.	2
	SKOOG, D.A., WEST, D.M., HILLER, F.J. Fundamentos da química analítica . Ed. Cengage Learning, 1 ed., 2005	2
	LEITE, F. Práticas de Química Analítica . Ed. Alínea e átomo, 4 ed., 2010.	2
PRIMEIROS SOCORROS E INJETÁVEIS	Bibliografia Básica	
	BERGERON, J. David; BIZJAK, Glória; KRAUSE, Georg W.; BAUDOUR, Cris Le, Primeiros Socorros . São Paulo: Atheneu, 2007.	14
	SOUZA, G.B. Estabilidade de medicamentos injetáveis . Rio de Janeiro: Ed. HP Comunicação. 2007.	12
	TRISSEL, L.A. Guia de bolso para fármacos injetáveis , Ed. Artmed., 1 ed., 2008.	12
	Bibliografia Complementar	
	NORO, J.J. Manual de Primeiros Socorros Ed. Ática, São Paulo, 1996.	2
	SWEARINGEN, P.L. & HOWARD, C. A. Atlas Fotográfico de Procedimentos de	2
	Enfermagem . Ed Artmed, ed. 3ª, Porto Alegre, 2001.	2

	S.O.S cuidados emergenciais. São Paulo: Rideel, 2002	2
	MANUAL de Primeiros Socorros: como proceder nas emergências em casa, no trabalho e no lazer. São Paulo: Ática, 2006.	2
	PRIMEIROS Socorros: guia como se faz. São Paulo: Escala, [2000?].	2
BIOESTATÍSTICA	Bibliografia Básica	
	PAGANO, M.; GAUVREAU, K. Princípios de bioestatística. , Ed. Cengage Learning, 1 ed., 2003.	12
	GALLEGARI - JACQUES, S.M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003	10
	VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística. , Ed. Elsevier, 4 ed. 2008	11
	Bibliografia Complementar	
	LEVIN, J. Estatística para as ciências humanas. 9.ed. São Paulo: Print Hall, 2004.	2
	WITTE, J.S. & WITTE, R.S. Estatística. Ed. LTC., 7 ed., 2005	2
	ARANGO, H.G. Bioestatística-teórica e computacional , Ed. Guanabara Koogan, 3 ed., 2009.	6
	DOWNING, D. & CLARK, J. Estatística aplicada. Ed. Saraiva, 2.ed., 2002.	2
	MILONE, G. Estatística Geral e aplicada. São Paulo: Thomson	2
FÍSICO-QUÍMICA	Bibliografia Básica	
	FLORENCE, A.T. Princípios Físico-Químicos em Farmácia. São Paulo: EDUSP, 2003.	11
	ATKINS, P. Físico-química Fundamentos. Ed. LTC, 3 ed., 2003.	10
	ATKINS, P. Físico-química. Ed. LTC, 8 ED., 2008	10
	Bibliografia Complementar	
	CASTELAN, G. Fundamentos de físico-química. , ed. LTC, 1 ed., 1986.	2
	BALL, D.W. Físico-química , ed. Cengage Learning, 2 ed., 2005.	2

	RANGEL, R.N. Práticas de físico-química. , ed. Edgard Blucher, ed., 2006.	2
	REIS, M. Físico-química-textos e atividades complementares. Ed., FTD, 1 ed., 2007.	2
	NETZ, P.A.; ORTEGA, G.G. Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para ciências farmacêuticas. Ed. ARTEMED, 2002.	2
FARMACOGNOSIA	Bibliografia Básica	
	BRANDÃO, Maria das Graças Plantas usuais dos brasileiros – UFMG, 2005.	12
	LORENZI, R. Plantas medicinais no Brasil – Instituto Plantarum, 2008.	10
	CUNHA, P. da. Farmacognosia e Fitoquímica. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste, 2010.	12
	Bibliografia Complementar	
	FARMACOPÉIA BRASILEIRA: IV ed. Ed. Atheneu, São Paulo, 1988.	2
	OLIVEIRA, F. et al. Farmacognosia. São Paulo: Atheneu, 1998.	2
	YUNES, Rosendo Augusto - Química de produtos naturais novos fármacos e a moderna farmacognosia- editora Univali Vlr. 54,00	2
	SIMÕES, C.M.O. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.	2
	HOWLAND, R. D. Farmacologia ilustrada. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007	2
IMUNOLOGIA BÁSICA	Bibliografia Básica	
	COICO. Imunologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 2010	12
	ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S.. Imunologia celular e molecular. Editora Elsevier, 6ed, 2008.	12
	FORTE, W.C.N. Imunologia: do básico ao aplicado. 2. ed. Porto Alegre: Atmed, 2007	12
	Bibliografia Complementar	
	MALE, D. Imunologia: um resumo ilustrado. 3 ed. Rio de Janeiro: Manole, 1988.	2

	PEAKMAN, M. & VERGANI, D. Imunologia Básica e Clínica . Editora Guanabara Koogan, 1 ed, 1999.	2
	JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; et al. Imunobiologia: O Sistema Imunológico na Saúde e na Doença . Artmed, 6 ed., 2007.	2
	FISCHER, G.B. SCROFERNEKER.M.L. Imunologia básica aplicada . 4. ed. Segmento Farma, 2007	2
	STITES, D.P. Imunologia Básica , Rio de janeiro, Guanabara-Koogan, 2004.	2
QUÍMICA ANALÍTICA II QUANTITATIVA	Bibliografia Básica	
	VOGEL A.I. Química Analítica Qualitativa 5.ed. Rio de janeiro: Guanabara-Koogan, 1992.	10
	HARRIS, D.C. Análise Química Quantitativa . 7 ed. Rio de janeiro : LTC, 2008.	12
	BACCAN, N. et al. Química analítica quantitativa elementar . Ed. Edgard Blucher, 3 ed., 2003.	12
	Bibliografia Complementar	
	BAPTISA, J.R. Caderno de Química Analítica Quantitativa - Teoria e Prática , Rio Grande - RS : Editora da FURG, 1987	2
	COLLINS, C.H., BRAGA, G.L., BONATO, P.S. Fundamentos de cromatografia . Ed. Unicamp, 1 ed., 2006.	2
	EWING, W.G. Métodos Instrumentais de Análise Química . Ed. Edgar Blücher, 1972.	2
MENDHAM, J.B. Vogel: Análise química quantitativa . Ed. LTC, 6 ed. 2002.	2	
MICROBIOLOGIA BÁSICA	Bibliografia Básica	
	TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia . 6ª ed. Porto Alegre: Arned, 2002	12
	TRABULSI, L.R. & ALTERTHUM, F. Microbiologia . Atheneu, 5 ed, 2008.	12
	JAWETZ, E & LEVINSON, W. Microbiologia Médica e Imunologia . Artmed, 7 ed, 2009.	12
	Bibliografia Complementar	

	BURTON, G.R. W.; ENGLKIRK, P. G. Microbiologia para as Ciências da Saúde . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005	2
	VERMELHO, A.B.; PEREIRA, A.F.; COELHO, R.R.R.; SOUTO,P. Práticas de microbiologia . Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006	2
	JORGE, O.C. Microbiologia-atividades práticas . Ed. Santos, 2 ed., 2008.	2
	BROOKS, G.; BUTEL, J. Jawetz/ Microbiologia médica . Editora Mc Graw Hill, 22 ed, 2004.	2
	LACAZ, C. S.; PORTO, E.; MARTINS, J. E. C, et al. Tratado de Micologia Médica . Editora Sarvier, 9 ed, 2009.	2
	Bibliografia Básica	
FARMACOLOGIA GERAL	RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. Farmacologia . 6.ed. Rio de Janeiro: ED. Elsevier, 2009.	12
	SILVA, P. Farmacologia . Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 8 ed., 2010.	12
	FUCHS, F.D et al. Farmacologia clínica-fundamentos da terapêutica racional . Ed. Guanabara Koogan, 3 ed., 2004.	12
	Bibliografia Complementar	
	RUNTON, L.L., LAZO, J.S., PARKER, K.L. GOODMAN & GILMAN:As bases farmacológicasda terapêutica . 11 ed. Rio de Janeiro, ED. McGraw Hill, 2006	2
	KOROLKOVAS, A . Dicionário Terapêutico . 14.ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007	2
	CRAIG, C.R.; STITZEL, R.E. Farmacologia moderna com aplicações clínicas . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005	2
	DELUCIA, ROBERTO. Farmacologia Integrada . 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2007	2
	HOWLAND, R. D. Farmacologia ilustrada . 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007	2
	Bibliografia Básica	
PARASITOLOGIA HUMANA	MARKELL, Parasitologia Médica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.	12
	NEVES, D. P. et al. Parasitologia Humana . Atheneu, 11 ed. Rio de Janeiro, 2005.	12
	REY, L. Bases da Parasitologia Médica , Ed. Guanabara Koogan, 3 ed., 2009.	12
	Bibliografia Complementar	

	MARTINS, Maria Aparecida. Manual de Infecção Hospitalar – Epidemiologia . Porto Alegre: Médici, 2001.	2
	SPICER, Bacteriologia, Micologia e Parasitologia Clínica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	2
	GASPARINI, E.A; PORTELLA, R.B.; CARVALHAL, R.C.A. Manual de parasitoses intestinais . Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2004.	2
	REY, L. Parasitologia-parasitos e doenças parasitárias do homennos trópicos ocidentais . Ed. Guanabara Koogan, 4 ed., 2008.	2
	NEVES, D.P., T. Parasitologia básica . Ed. Atheneu, 2 ed., 2010.	2
DEONTOLOGIA LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA	Bibliografia Básica	
	NALINI, J.R. Ética Geral e Profissional . 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.	12
	OLIVEIRA , S. T. Tópicos em deontologia e legislação para farmacêuticos . .São Paulo, 2009.	12
	VIEIRA, J. L. Codigo de etica e legislação do farmacêutico . São Paulo, 2008.	12
	Bibliografia Complementar	
	BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A Organização Jurídica da Profissão Farmacêutica . 5 ed. Brasília: 2007.	5
	CAMARGO, MARCULINO. Fundamentos de ética geral e profissional . 8.ed . Petrópolis: Vozes, 2009	5
	BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei 5991 de 17 de dezembro de 1973, Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.anvisa.gov.br/legis/consolidada/lei_5991_73.htm >	-
	VALLS, A.L.M. O que é ética . São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)	2
	SANTOS, J. S.; SILVA, J. P. Conselhos de farmácia Memória e Prospecção . Conselho Federal de Farmácia, 2003.	2
PROJETOS DE PESQUISA E SEMINÁRIOS	Bibliografia Básica	
	GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.	12
	MARCONI, M. e LAKATOS, E.M. Técnicas de Pesquisa . São Paulo:Atlas, 2009.	
	LAKATOS, E.M. e MARCONI, M. Metodologia Científica . São Paulo: Atlas, 2009.	12

	Bibliografia Complementar	
	IDE, Pascal. A Arte de pensar . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	2
	KOCH, Ingedore. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 2004.	2
	KOCH, Ingedore. A coesão textual . São Paulo: Contexto, 2004.	2
	DEMO, Pedro. Saber pensar . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	2
	ALVES, Rubem. Entre a ciência e sapiência: o dilema da educação . São Paulo: Loyola, 2005.	2
FARMACOLOGIA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. Farmacologia . 6.ed. Rio de Janeiro: ED. Elsevier, 2009.	11
	KATZUNG, B.G. Farmacologia básica e clínica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.	12
	SILVA, P. Farmacologia . 8º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010	12
	Bibliografia Complementar	
	GOMES, M. J. V. M & REIS, M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar . São Paulo: Atheneu, 2003.	2
	BRUNTON, L.L., LAZO, J.S., PARKER, K.L. GOODMAN & GILMAN: As bases farmacológicas da terapêutica . 11 ed. Rio de Janeiro, ED. McGraw Hill, 2006.	2
	WILLIAMS, LIPPINCOTT. Farmacologia Clínica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010	2
	HOWLAND, R. D. Farmacologia ilustrada . 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007	2
	CRAIG, C.R.; STITZEL, R.E. Farmacologia moderna com aplicações clínicas . 6º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005	2
FARMÁCIA HOSPITALAR E CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	SANTOS, Andrade dos Santos.- Gestão de farmácia hospitalar . São Paulo: SENAC, 2006.,	12
	FUCHS, F. D & WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica – Fundamento da Terapêutica Racional . 2Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.	12
	CAVALINI, M. E. ; BISSON, M.P. Farmácia Hospitalar . 2 ed. Rio de Janeiro, 2010.	12
	Bibliografia Complementar	

	TAVARES, W. Antibióticos e quimioterápicos antifúngicos . 3ª edição. São Paulo. Ed. Atheneu. 2000.	2
	FERRO, H.C; DE AZEVEDO, J.R.A; LOSS,H.S. Nutrição parenteral e enteral em UTI . São Paulo: Atheneu. 2002.	2
	MAGNONI, Daniel Manual pratico em terapia nutricional –editora Sarvier	2
	GOMES, M. J. V. M & REIS, M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem emfarmácia hospitalar . São Paulo: Atheneu, 2000.	2
	GEWANDSZNAJDER, Fernando. Nutrição . São Paulo: Ática, 2005	2
ASSISTÊNCIA E ATENÇÃO FARMACÊUTICA	Bibliografia Básica	
	ROVERS, J. P, CURRIE, J. D: Guia prático da atenção farmacêutica . São Paulo, 2010.	12
	DADER, M. J. F: Atenção farmacêutica conceitos, processos e casos . Ed RCN, São Paulo, 2008.	10
	BISSON, M. P. Farmácia clínica e atenção farmacêutica . Ed. Manole, São Paulo, 2006.	12
	Bibliografia Complementar	
	MARQUES, L. A.M: Atenção farmacêutica em distúrbios maiores 1ª Ed. 2009	2
	MARQUES, L. A.M: Atenção farmacêutica em distúrbios menores 2ª Ed. 2008	2
	OLIVEIRA , Dejenane R.; De. Atenção Farmacêutica: Da Filosofia ao Gerenciamento Da Terapia Medicamentosa – Editora Rcn	2
	CONSELHO FEDERAL DE DE FARMÁCIA A assistência farmaceutica no sus . 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Farmacia, 2010	2
	BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. Departamento de atenção básica. Incentivo à assistência farmacêutica básica: o que é e como funciona. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40p. Disponível em: http://www.opas.org.br/medicamentos/docs/iafb.pdf .	-
FARMACOTECNICA I	Bibliografia Básica	
	DESTRUTI, A. B. C. B. Noções Básicas de Farmacotécnica . São Paulo: Senac, 1999.	12
	FERREIRA, A.O. Guia prático de Farmácia Magistral : São Paulo, 2000.	12
	ANSEL,H.C.; Farmacotécnica – Formas farmacêuticas & Sistemas de Liberação de Fármacos ; 6. ed. Baltimore, EUA, 2000.	10
	Bibliografia Complementar	

	LACHMA, Leon; LIEBERMAN, H. A.; KANG, J. L.. Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica . Vol. I e II. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.	2
	LACERDA, P. Manual prático de farmacotécnica contemporânea em homeopatia . Andrei, 1994.	2
	STORPIRTS, S. Ciências farmacêuticas: biofarmacotécnica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.	2
	LE HIR, A. Noções de Farmácia Galênica . São Paulo: Andrei Editora, 1997.	2
	CONRADO, Maria Filomena R. Gestão Farmacotécnicamagistral . São Paulo: Basse, 2008. (4 volumes)	2
FARMACOTÉCNICA II	Bibliografia Básica	
	ANSEL, H.C.; Farmacotécnica – Formas farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos; 6. ed. Baltimore, EUA, 2000.	10
	DESTRUTI, A. B. C. B. Noções Básicas de Farmacotécnica . São Paulo: Senac, 1999.	12
	FERREIRA, A.O. Guia prático de Farmácia Magistral : São Paulo, 2000.	12
	Bibliografia Complementar	
	LACHMA, Leon; LIEBERMAN, H. A.; KANG, J. L.. Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica . Vol. I e II. 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.	2
	LACERDA, P. Manual prático de farmacotécnica contemporânea em homeopatia . Andrei, 1994.	2
	STORPIRTS, S. Ciências farmacêuticas: biofarmacotécnica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.	2
	LE HIR, A. Noções de Farmácia Galênica . Andrei Editora.	2
CONRADO, Maria Filomena R. Gestão Farmacotécnicamagistral . São Paulo: Basse, 2008. (4 volumes)	2	
SAÚDE PÚBLICA APLICADA A FARMACIA	Bibliografia Básica	
	ALMEIDA FILHO, Naomar de, / ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução à Epidemiologia . Porto Alegre: Médici, 2002.	12
	PERILLO, E.; AMORIM, M.A. Para entender a saúde no Brasil . São Paulo: LCTE, 2010. V. 3	12
	PEREIRA, Maurício G. Epidemiologia — Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	12
	Bibliografia Complementar	
	ROUGUAYROL, Zélia. Epidemiologia e Saúde . Rio de Janeiro, Medisi. 1988.	2

	ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. Saúde pública: bases conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008..	2
	PINHEIRO, R.; MATTOS, R A. Os sentidos da Integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.	2
	SILVEIRA, M. M. Política Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro. Revan. 2005.	2
	BENSENOR, I.M.; LOTUFO, P.A. Epidemiologia: abordagem prática. São Paulo: Sarvier, 2005.	2
FARMACOTÉCNICA HOMEOPÁTICA	Bibliografia Básica	
	FARMACOPÉIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA. 2 ed. São Paulo: Atheneu 1997.	12
	FONTES, O.L. Farmacopéia Homeopática. Barueri: Manole, 2001.	12
	SOARES, A. A. D. Farmácia Homeopática. São Paulo: Andrei, 1997.	12
	Bibliografia Complementar	
	Griffith, Colin – Manual prático de homeopatia – Edit CultriX vlr. R\$48,00	2
	TETAU, M. Tratamento homeopático moderno de eczemas e micoses. São Paulo: Andrei, 1994.	2
	BERGERET, Claude – Homeopatia E Dermatologia – Eitor Andrei Vlr	2
	ABRAHAO, Samuel Hahnema. Organon Del Arte De Curar	2
	SAREMBAUD Homeopatia - Conceitos Basicos	2
CONTROLE DE QUALIDADE-MANIPULAÇÃO	Bibliografia Básica	
	GIL, E. S. Controle físico químico de qualidade de medicamentos 3.ed. São Paulo, 2010. Ed: Pharmabooks	12
	CARDOSO, C. M. Z . Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais. São Paulo, 2009. Ed. Pharmabooks.	12
	KANEKO, T. M, ADREOLI, T. J. P. Controle biológico de qualidade produtos farmacêuticos, correlatos. Ed Atheneu. Sao Paulo, 2010	12
	Bibliografia Complementar	
	REMINGTON, G: A ciência e a prática da farmácia. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.	2
	RDC 67/07 – Boas Praticas de Manipulação. Disponvel em: http://www.anvisa.gov.br	-
	FARMACOPÉIA Brasileira. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 1996-2004. pt.2. fascículos 1, 2, 3, 4 e 5.	2

	THOMPSON, J. Prática farmacêutica na manipulação de medicamento. Porto Alegre: Artmed, 2006.	2
	FERREIRA, Sila Mary Rodrigues. Controle da qualidade em sistema de alimentação. São Paulo: Varela, 2002.	2
ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	Bibliografia Básica	
	TADEU, Hugo Ferreira B. Gestão de estoques . Santa Catarina: Cengage, 2010.	12
	Ching, Hong. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada . São Paulo: Atlas, 2010	12
	ROSSETI, J. Paschoal. Introdução à Economia . São Paulo. Atlas. 2000.	12
	Bibliografia Complementar	
	MOTTA, Fernando C. P. Teoria Geral da Administração . São Paulo: Pioneira, 1996.	2
	GIANESI, I. G. N.; CORREA, H.L. Administração estratégica de serviços : operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2008.	2
	MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G.de. Teoria Geral da Administração . 3.ed. São Paulo: C.Learning, 2008.	2
	KANAANE, Roberto. Comportamento humano nas organizações : o homem rumo ao século XXI. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008	2
	CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos . 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 194p	2
EPIDEMIOLOGIA	Bibliografia Básica	
	ALMEIDA FILHO, Naomar de, / ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução à Epidemiologia . Porto Alegre: Médici, 2002.	12
	PEREIRA, Maurício G. Epidemiologia — Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	12
	MEDRONHO, R.A.; BLOCK, K.V.; LUIZ, R.R.; WERNECK, G.L. Epidemiologia . 2º ed. São Paulo: Atheneu, 2008	12
	Bibliografia Complementar	
	ROUGUAYROL, Zélia. Epidemiologia e Saúde . Rio de Janeiro, Medisi. 1988.	2
	TEIXEIRA, S.F. (org.). Reforma sanitária : em busca de uma teoria. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.	2

	FLETCHER,R.H.;FLETCHER,S.W.; WAGNER,E.H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 3.ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2006.	2
	COUTO,R.C.; PEDROSA, T.M.G.; AMARAL.B.A. Infecção hospitalar e outras complicações não infecciosas da doença- epidemiologia, controle e tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara –koogan, 2009	2
	JEKEL, J.F.;KATZ, D.L.;ELMORE, J.G. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2.ed. Porto Alegre: Artmed.	2
BROMATOLOGIA	Bibliografia Básica	
	RIBEIRO, Eliana Paula. Química de alimentos. São Paulo: Edgar Blucher, 2007.	12
	BOBBIO, FLORINDA O. e BOBBIO, PAULO A. Manual de Laboratório de Química de Alimentos. São Paulo: 1995.	12
	GAVA, Altamir, Jr. Princípios da Tecnologia de alimentos, Editora Nobel. 1998	9
	Bibliografia Complementar	
	Edira Castelo Branco de A. Gonçalves - Química dos alimentos a base da nutrição – editora Varela	2
	SILVA JUNIOR, Enio Alves. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. São Paulo: Varela.	
	Silva, Neusely da. Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água São Paulo: Varela, 2006.	2
	ORDONEZ, J. A. Tecnologia de alimentos e processos: componentes dos alimentos e processos. V. 1 Rio de Janeiro: Artmed, 2004.	2
SALINAS, R. D. Alimentos e Nutrição: introdução à bromatologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.	2	
FITOFÁRMACOS	Bibliografia Básica	
	CUNHA, A. P. Farmacognosia e Fitoquímica. São Paulo, 2005. Ed. Pharmabooks.	12
	YUNES, Rosendo Augusto Yunes. Química de produtos naturais novos fármacos e a moderna farmacognosia. São Paulo: Univali Vlr, 2000.	12
	FERRO, Degmar. Fitoterapia Conceitos Clínicos . São Paulo:Atheneu, 2005	12

	Bibliografia Complementar	
	LORENZI, H. Plantas Daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais. 2 ed. Nova Odessa, SP: Plantarum, 1991.	2
	PANIZZA, S. Plantas que curam: cheiro de mato. São Paulo. IBRASA (Instituto Brasileiro de Difusão Cultural), 1997.	2
	SIMÕES, C. M. O. Farmacognosia: da planta ao medicamento. Porto Alegre: UFRGS, 2003.	2
	Saad, Glauca A. Fitoterapia contemporânea. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2009	2
	BRANDÃO, M.das G. Plantas úteis. Belo Horizonte: Código de Comunicação, 2010.	2
	Bibliografia Básica	
TECNOLOGIA FARMACÊUTICA	PRISTA, L. Nogueira. Tecnologia farmacêutica. Colaboração de A. Correia Alves Rui Morgado.v. 1.5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.1.	12
	PRISTA, L. Nogueira. Tecnologia farmacêutica. Colaboração de A. Correia Alves Rui Morgado.v.2. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.	12
	PRISTA, L. Nogueira. Tecnologia farmacêutica. Colaboração de A. Correia Alves Rui Morgado. v.3. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.	12
	Bibliografia Complementar	
	LE HIR, A. Noções de Farmácia Galênica. Andrei Editora.	2
	ANSEL. Farmacotécnica - Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos. 6º ed. Editora Premier. 2003	2
	FARMACOPEIA BRASILEIRA. 4 ed.. São Paulo. Atheneu. V. 2. 1996.	2
	LCHMAN, LEON. Teoria e Prática na indústria farmacêutica. Fundação Calouste. Gulbenkinan: Lisboa.	2
	BRASIL, RDC 17/10 – Boas Práticas de Fabricação. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br	2
		Bibliografia Básica
CONTROLE DE QUALIDADE INDUSTRIAL	GIL, E. S. Controle físico químico de qualidade de medicamentos 3ª ED. São Paulo, 2010. Ed: Pharmabooks	12

	CARDOSO, C. M. Z. Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais. São Paulo, 2009. Ed. Pharmabooks.	12
	KANEKO, T. M, ADREOLI, T. J. P. Controle biológico de qualidade produtos farmacêuticos, correlatos. Ed Atheneu. Sao Paulo, 2010.	12
	Bibliografia Complementar	
	REMYINGTON, G: A ciência e a prática da farmácia, 20ª ED.	2
	FARMACOPÉIA Brasileira. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 1996-2004. pt.2. fascículos 1, 2, 3, 4 e 5.	2
	THOMPSON, Judith. A prática farmacêutica na manipulação de medicamento. São Paulo: Artmed, 2006	2
	MARTINS, R. A. Conceitos básicos de controle estatístico de qualidade. São Paulo: EdUfscar, 2010.	2
	FERREIRA, Sila Mary Rodrigues. Controle de qualidade em sistema de alimentação coletiva I. São Paulo: Varela, 2002.	2
	Bibliografia Básica	
QUÍMICA FARMACÊUTICA	BARREIRO, E.J; FRAGA, C.A .M. Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. Porto Alegre: Artmed, 2001	12
	HARMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. GOODMAN & GILMAN. As bases farmacológicas da terapêutica. 10.ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2001.	12
	KOROLKOVAS, A ; BURCKHALTER, J.H. Química Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.	12
	Bibliografia Complementar	
	STEFANI, Helio A. Ciências Farmacêuticas: Introdução à Química de Compostos Heterocíclicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.	2
	MOTTA, Valter T. Bioquímica Clínica para o laboratório: princípios e interpretações. 5.ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2009.	2
	SILVA, P. Farmacologia. 5. ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.	2
	ALMEIDA, Maria Fátima. Boas práticas de laboratório. São Paulo: Difusão, 2009	2
	CAETANO, Norival. Guia de remédios: 2008/2009. 9.ed. São Paulo: Escala, 2008.	2
	Bibliografia Básica	

TOXICOLOGIA	HACHET, Jean Charles. Toxicologia de Urgência . São Paulo: Andrei, 2005.	12
	PASSAGLI, M. Toxicologia Forense: Teoria e prática . Campinas: Millennium, 2007	12
	OGA, S. Fundamentos de Toxicologia . 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2008	12
	Bibliografia Complementar	
	MOREAU, R. L. de M. Ciências farmacêuticas e toxicologia analítica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.	2
	CHEREGATTI, A.L. As principais drogas utilizadas em UTI . São Paulo: Martinari, 2008.	2
	Gfeller, R. W. Manual de Toxicologia e envenenamento . 2.ed. São Paulo: Roca, 2006	2
	PALHANO, R. Consumo de drogas e outros comportamentos relacionados . São Luís, 2009.	2
	ANDRADE FILHO, A. de. Toxicologia na prática clínica . Belo Horizonte: Folium, 2001.	2
BIOQUÍMICA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	MOTTA, V. T. – Bioquímica Clínica para o laboratório – Princípios e Interpretações. Editora Educ, 1 ed, 2002.	12
	HENRY, J.B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais . Editora Manole, 19 ed, 1999.	12
	DEVLIN, T.M. Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas . Edgard Blucher, 6ed, 2007.	12
	Bibliografia Complementar	
	BAYNES, J.& DOMINICZAK, M.H. Bioquímica Médica . Ed. Elsevier, 2 ed., 2007.	2
	LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. Princípios de Bioquímica . Ed. Sarvier, 4 ed., 2007.	2
	SALWAY. Compêndio de Bioquímica Médica . São Paulo: Piaget, 2006	2
	MARIA, Carlos Alberto Bastos. Bioquímica básica . Rio de Janeiro: Interciência, 2008	2
	KANAAN, Salim et al. Bioquímica clínica . São Paulo: Atheneu, 2008	2
CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS	Bibliografia Básica	
	CHAMPE, P. C.; HARVEY, R.A Bioquímica Ilustrada . 2. Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006	12
	OLIVEIRA, L.A. <i>et al.</i> Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica . 5ª Ed. Rio de Janeiro:	12

	Guanabara Koogan, 1992.	
	Edna Maria Vissoci Reiche et al. Abordagem Interdisciplinar em Análises Clínicas . Londrina: EDUEL, 2006.	12
	Bibliografia Complementar	
	EXAMES diagnósticos: finalidade, procedimento e interpretação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.	2
	COSTA, Antonio Fernando Branco. Controle estatístico de qualidade . São Paulo: Atlas, 2005	2
	WEIL, M. Gestão da qualidade . São Paulo: Edições Loyola, 2005	2
	MARTINS, R. A. Conceitos básicos de controle estatístico de qualidade . São Paulo: EdUfscar, 2010 .	2
	SILVA, G. Glossário das boas práticas de laboratório clínico . Rio de Janeiro: Interciência, 2001.	2
PARASITOLOGIA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S.L.M. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes . 2ed.,Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 2001.	12
	DE CARLI, G.A. Parasitologia Clínica . São Paulo: ed. Atheneu, 2 ed. 2006.	12
	REY, Luis. Parasitologia: Parasitos e doenças parasitárias do homem nas Américas e na África . 34 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	12
	Bibliografia Complementar	
	GASPARINI, E.A; PORTELLA, R.B.; CARVALHAL, R.C.A. Manual de parasitoses intestinais . Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2004.	2
	NEVES, D. P. Parasitologia Humana . Ed. Atheneu, 11 ed. Rio de Janeiro, 2005.	2
	MARKELL, Parasitologia Médica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.	2
	LEVENTHAL, R. Parasitologia médica. Texto e atlas . São Paulo. Premier. 2001.	2
	CIMERMAN, B.; CIMERMAN,S. Parasitologia Humana e seus fundamentos gerais . Atheneu, São Paulo, 2005.	2
	Bibliografia Básica	
	CARVALHO, W F. Técnicas Médicas de Hematologia e Imuno-Hematologia . Coopmed, 7 ed, 1999.	12

HEMATOLOGIA CLÍNICA	ZAGO, M. A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. Hematologia: fundamentos e prática . Editora Atheneu, 1 ed, 2001.	12
	LORENZI, N. Manual de hematologia . Editora Manole, 1 ed, 2009.	12
	Bibliografia Complementar	
	DEL GIGLIO, A. & KALIKS, R. Princípios de Hematologia Clínica , Editora Manole, 2007.	2
	SILVA, P. H. Hematologia laboratorial . São Paulo: Revinter, 2008	2
	HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA: fundamentos de Morfologia. São Paulo: Atheneu, 2005.	2
	OLIVEIRA, R. A. G. Hemograma: como fazer e interpretar . São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2007.	2
	OLIVEIRA, R.A.G.;POLI NETO,A. Anemias e Leucemias . São Paulo: Rocca, 2004.	2
CITOLOGIA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	KUHNEL, W. Atlas de Citologia, Histologia e Anatomia microscópica – Texto e Atlas . Artmed, 11 ed, 2009.	12
	SOLOMON, D. Sistema Bethesda para citopatologia cervicovaginal: definições, critérios e notas explicativas . 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.	11
	SOBOTTA, Johannes. Histologia – Atlas Colorido Citologia, Histologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.	12
	Bibliografia Complementar	
	CARVALHO, G. Citologia do trato genital feminino . Editora Revinter. 5 ed. 2008.	2
	CARVALHO, G. Atla de citologia . São Paulo:Atheneu 1993.	2
	HENRY, J. B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais . Editora Manole 19 ed., 1999.	2
	MORAES, Galba E. S. Espermocitologia: espermocitograma em sentido estrito . 2ed. Editora EDUCS, 2007.	2
	STRASINGER, Susan King. Uroanálise e fluidos biológicos . 3ed. São Paulo: Editora Premier, 1996.	2
BIOQUÍMICA	Bibliografia Básica	
	MOTTA, V. T. – Bioquímica Clínica para o laboratório – Princípios e Interpretações . Editora EducS, 1 ed, 2002.	12

CLÍNICA II	HENRY, J.B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais . Editora Manole, 19 ed, 1999.	12
	DEVLIN, T.M. Manual de Bioquímica com Correlações Clínicas . Edgard Blucher, 6ed, 2007.	12
	Bibliografia Complementar	
	BAYNES, J.& DOMINICZAK, M.H. Bioquímica Médica . Ed. Elsevier, 2 ed., 2007.	2
	LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. Princípios de Bioquímica . Ed. Sarvier, 4 ed., 2007.	2
	PRATT, Charlotte W. Bioquímica essencial . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006	2
	MOTTA, V.T. Bioquímica . Caxias do Sul: Educ, 2005.	2
	MAZZOCO, A; TORRES, B.B. Bioquímica Básica 1º ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.	2
MICROBIOLOGIA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	FERREIRA, A.W., ÁVILA, S. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	12
	JAWETZ, Ernest & LEVINSON, Warren. Microbiologia Médica e Imunologia . Porto Alegre: Artmed, 1999.	11
	TRABULSI, L. Microbiologia . 3.ed. São Paulo: Atheneu, 1999.	11
	Bibliografia Complementar	
	MINS, C. et al. Microbiologia médica . 2.ed. São Paulo: Manole, 2000.	2
	OPLUSTIL, Carmem P. Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica . São Paulo: Sarvier, 2000.	2
	TORTORA, G. J. Microbiologia . 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.	2
	PELKZAR, M. J. Microbiologia: conceitos e aplicações 2ª Edição São Paulo: Makon Books, 1997.	2
	MURRAY, P. et al. Microbiologia Médica . Rio de Janeiro: Elsevier, 5. ed. 2006.	2
DIDÁTICA	Bibliografia Básica	
	MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo . São Paulo: EPU, 2006	12
	CANDAU, Vera Maria. A didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2004.	12

	LIBANEO.J.C. Didática . São Paulo: Cortez, 2005	12
	Bibliografia Complementar	
	FACCI, M. G. D. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor . São Paulo: Autores Associados, 2004.	2
	ITUASSU, A.; ALMEIDA de, R. Multiplas faces do educar – processos de aprendizagem, educação e saúde – formação docente . UFPR, 2007	2
	DEMO, P. Educação e qualidade . São Paulo: Papyrus, 1994.	2
	BOOTH, Wayne c. A arte da pesquisa , São Paulo, Martins Fonte, 2005.	2
	MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). Currículo: Questões Atuais . São Paulo: Papyrus, 1997.	2
BIOLOGIA MOLECULAR	Bibliografia Básica	
	FARAH, B. S. DNA Segredo e mistérios. São Paulo, Sarvier, 2ª edição 2007	12
	De Robertis, E. M. F. Bases da Biologia Celular e Molecular . 3.ed. e 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001	12
	ALBERTS, B.; BRAY, D.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WATSON, J.D. Biologia molecular da célula . 5ª edição, Editora ARTMED, 2009.	12
	Bibliografia Complementar	
	THOMPSON, M.W. Genética Médica . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008	2
	OTTO, P G. Genética humana e clinica . 2. ed. São Paulo:Roca. 2004.	2
	JONH,R. Genética básica . Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan,2005	2
	Brow, T. A. Genética: um enfoque molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009	2
	Norman, Robert. I. Biologia Celular . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	2
IMUNOLOGIA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	FERREIRA, A. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes . 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	12

	MALE, David. Imunologia : um resumo ilustrado. 3 ed. São Paulo: Manole, 1988	12
	FORTE, W.C.N. Imunologia: do básico ao aplicado . 2. ed. Porto Alegre: Atmed, 2007	12
	Bibliografia Complementar	
	PEAKMAN, M.&VERGANI, D. Imunologia: Básica e Clínica . Editora Guanabara Kogan, 1 ed, 1999.	2
	BIER, D.S. et. al. Imunologia Básica e Aplicada .: Guanabara Koogan, 5 ed, 2003 .	2
	JANEWAY, C. A.; TRAVERS, P.; WALPORT, M.; et al. Imunobiologia: O Sistema Imunológico na Saúde e na Doença . Artmed, 6 ed, , 2007.	2
	ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S.. Imunologia celular e molecular . Editora Elsevier, 6ed, 2008.	2
	VOLTARELLI, J.C.; DONADI, E.A. et al. Imunologia Clínica na Prática Médica . Editora Atheneu, 1 ed, 2008.	2
	SHARON, J Imunologia Básica . Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.	2
MICOLOGIA E VIROLOGIA CLÍNICA	Bibliografia Básica	
	LACAZ, C. S.; PORTO, E.; MARTINS, J. E. C, et al. Tratado de Micologia Médica . Editora Sarvier, 9 ed, 2009.	10
	MINAMI, P.S. Métodos laboratoriais de Diagnóstico das Micoses . Editora Manole, 1 ed, 2002	12
	SANTOS, N.S.O; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. Introdução à Virologia Humana . Editora Guanabara Koogan, 2 ed, 2008.	12
	Bibliografia Complementar	
	OPLUSTIL, C. P et al. Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica . Sarvier, 3 ed, 2010.	2
	SIDRIM, J.J.C. & ROCHA, M.F.G. Micologia médica à luz de autores contemporâneos . Editora Guanabara Koogan, 1 ed, 2004.	2
	FERREIRA, A.W.; ÁVILA, S. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes . Guanabara Koogan, 2.ed, 2001.	2
	JAWERTZ, E. Microbiologia Médica . 22. ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda, 2001	2
	MIMS, C. Microbiologia médica . 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	2

DISCIPLINAS OPTATIVAS

UNIDADE CURRICULAR	TÍTULO	Nº DE EXEMPLARES
1º SEMESTRE		
INGLÊS INSTRUMENTAL I / II	Bibliografia Básica	
	MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura, módulo I. São Paulo: Textonovo, 2003.	12
	MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura, módulo II. São Paulo: Textonovo, 2003.	12
	KLEIMAN, Angela. Leitura: ensino e pesquisa. 2.ed. Campinas: Pontes, 2004.	12
	Bibliografia Complementar	
	COOPER, Gordon. Guia de Conversação Comercial: Inglês. 1. ed. São Paulo: Editora, 2000.	2
	MARTINEX, Ron. Como Dizer Tudo em Inglês. 14. ed. Editora Campus, 2000.	2
	LONGMAN. Dicionário Escolar Inglês-Portugues. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2009.	2
	SIQUEIRA, Rute. Context. São Paulo: Saraiva, 2000.	2
	ENGLISH. São Paulo, minuano, 2011.	2
	Bibliografia Básica	
NUTRIÇÃO APLICADA À FARMÁCIA	PROENÇA, R. P. C. et al. Qualidade nutricional e sensorial da produção de refeições. Florianópolis: UFSC, 2005.	12
	FERRO, H.C. Nutrição Parenteral e enteral em UTI. São Paulo: Atheneu, 2001.	11
	DUTRA-OLIVEIRA, J. E.; MARCHINI, J. S. Ciências nutricionais. São Paulo: Sarvier, 1998.	12
	Bibliografia Complementar	
	MAGNONI, D.; CUKIER, C.; GARITA, F. S. Manual Prático em Terapia Nutricional. São Paulo: SARVIER, 2010.	2
	MAHAN, L. K.; ARLIN, M. T. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 9. ed. - São Paulo: Roca, 1998.	2
	WAITZBERG, D.L. Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. 3. ed. - São Paulo: Atheneu, 2000.	2
	MAHAN, L. K.; ARLIN, M. T. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 9. ed. - São Paulo: Roca, 1998.	2
	ESCOTT-STUMP, S. Nutrição Relacionada ao Diagnóstico e Tratamento. 4. ed - Manole, 1999.	2
		Bibliografia Básica
PLANEJAMENTO	HARDING, Hamish Alan. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 1981.	-

CONTROLE DA PRODUÇÃO	BRITO, Rodrigo G.F. & PAROLIN, J.E. Planejamento, Programação e Controle de Produção . São Paulo:IMAM.	-
	CAMPOS, Vicente Falconi. TCQ_Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-Dia . Belo-Horizonte:Fundação Christiano Ottoni, 1994	-
	Bibliografia Complementar	
	MAYER, Raymond R Administração da Produção . São Paulo: Atlas, 1986.	-
	MIRANDA, Mac-Domel dos Passos. Organização e Métodos São Paulo: Atlas, 1986.	-
	SALIBA, Messias T. Insalubridade e periculosidade . São Paulo: LTR, 1994.	-
	MENDES, René. Patologia do Trabalho . Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.	-
	ZÓCCHIO, Álvaro. Prática da Prevenção de Acidentes, ABC da Segurança do Trabalho . 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996.	-
	Bibliografia Básica	
COSMETOLOGIA	BARATA, E.A.F.; A Cosmetologia – princípios básicos . São Paulo: Tecnopress, 2000.	-
	FARMACOPÉIA BRASILEIRA. Atheneu, 1997.	-
	FERREIRA, A.O.; Guia Prático de Farmácia Magistral , 2000.	-
	HERNANDEZ, M.; Mercier-Fresnel, M.M.; Manual de Cosmetologia ; 3º Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1999.	-
	CAMPOS, P.M.B.G.M.; GONÇALVES, E.M.B.; Formulário Dermocosmético ; v. 1 e 2; São Paulo: Tecnopress, 2000.	-
	Bibliografia Complementar	
	LCHMAN, LEON. Teoria e Prática na indústria farmacêutica . Fundação Calouste. Gulbenkinan: Lisboa.	-
	FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 4 ed.. São Paulo. Atheneu. V. 2. 1996.	-
	Bibliografia Básica	
	GIL, E. S. Controle físico químico de qualidade de medicamentos 3ª ED. São Paulo, 2010. Ed: Pharmabooks	
GARANTIA DE QUALIDADE	CARDOSO, C. M. Z. Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais . São Paulo, 2009. Ed. Pharmabooks.	
	KANEKO, T. M, ADREOLI, T. J. P. Controle biológico de qualidade produtos farmacêuticos, correlatos . Ed Atheneu. São Paulo, 2010.	
	Bibliografia Complementar	
	REMYNGTON, G: A ciência e a prática da farmácia , 20ª ED.	

	http://www.anvisa.gov.br/cosmeticos/material/guia_cosmetico.pdf	
	RDC 67/07 – Boas Praticas de Manipulação. Disponvel em: http://www.anvisa.gov.br	
	RDC 17/10 – Boas Praticas de Fabricação. Disponvel em: http://www.anvisa.gov.br	
	BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Guias Relacionados À Garantia De Qualidade. Disponvel em: http://www.anvisa.gov.br/inspecao/guias_qualidade.pdf	
	BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Farmacopeia Brasileira 5ª Ed. Vol I. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia/pdf/Volume%201.pdf	
	Bibliografia Básica	
LIBRAS	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.	12
	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: Sinais de M-Z. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.	12
	QUADROS, R. <i>Lingua de Sinais brasileira.</i> Porto alegre: Artmed, 2004.	12
	Bibliografia Complementar	
	BERBERIAN, Ana Paula. Letramento: referências em saúde e educação -Plexus, 2006.	2
	CURSO DE LIBRAS, V.1. São Paulo: LSB, 2008.	2
	CURSO DE LIBRAS, V.2. São Paulo: LSB, 2008.	2
	Bibliografia Básica	
TERAPIAS ALTERNATIVAS	BOTSARIS, A. S.; MEKLER, T. <i>Medicina complementar: vantagens e questionamentos sobre as terapias não convencionais.</i> Rio de Janeiro: Record Nova Era, 2004.	-
	PANIZZA, S. <i>Plantas que curam: cheiro de mato.</i> São Paulo: IBRASA, 1997.	-
	Bibliografia Complementar	
	KALY, L. <i>Aromaterapia: a magia dos perfumes.</i> São Paulo: Madras, 2004.	-
	MATOS, F. J. A. <i>Farmácias Vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projetados para pequenas comunidades.</i> Fortaleza: UFC, 2002.	-

	TESKE, M.; TRENTINI, A. M. M. Compêndio de Fitoterapia. Curitiba: Herbarium, 1995.	-
	WEN, T. S. Acupuntura clássica chinesa. São Paulo: Cultrix, 1985	-
	Bibliografia Básica	
SEMIOLOGIA FARMACEUTICA A	ROVERS, J. P, CURRIE, J. D: Guia pratico da atenção farmacêutica. São Paulo, 2010.	-
	DADER, M. J. F: Atenção farmacêutica conceitos, processos e casos. Ed RCN, São Paulo, 2008.	-
	BISSON, M. P. Farmácia clínica & atenção farmacêutica. Ed. Manole, São Paulo, 2006.	-
	Bibliografia Complementar	
	MARQUES, L. A.M: Atenção farmacêutica em distúrbios maiores 1ª Ed. 2009	-
	MARQUES, L. A.M: Atenção farmacêutica em distúrbios menores 2ª Ed. 2008	-
	Guia Dader de Atenção Farmacêutica, versão 2009.	-
	Bibliografia Básica	
ANÁLISE AMBIENTAL	ROVERS, J. P, CURRIE, J. D: Guia pratico da atenção farmacêutica. São Paulo, 2010.	-
	DADER, M. J. F: Atenção farmacêutica conceitos, processos e casos. Ed RCN, São Paulo, 2008.	-
	BISSON, M. P. Farmácia clínica & atenção farmacêutica. Ed. Manole, São Paulo, 2006.	-
	Bibliografia Complementar	
	MARQUES, L. A.M: Atenção farmacêutica em distúrbios maiores 1ª Ed. 2009	-
	MARQUES, L. A.M: Atenção farmacêutica em distúrbios menores 2ª Ed. 2008	-
	Bibliografia Básica	
CONTROLE DE QUALIDADE DE MEDICAMENTOS	BARUFFALDI, Renato. Fundamentos de Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.	-
	BOBBIO, FLORINDA O. e BOBBIO, PAULO A. Introdução à Química de Alimentos. 2 ed. São Paulo: 1995.	-
	BOBBIO, FLORINDA O. e BOBBIO, PAULO A. Manual de Laboratório de Química de Alimentos. São Paulo: 1995.	-
	GAVA, Altamir, Jr. Princípios da Tecnologia de alimentos, Editora Nobel. 1998.	-
	JOSLYN, MAYARD A. Métodos de Análises Bromatológicas. V. I, Rio de Janeiro: Instituto Adolfo Lutz, 1995.	-

	Bibliografia Complementar	
	SILVA, J. A. Tópicos de Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Varela, 2000.	-
	NORMAS ANALÍTICAS DO INSTITUTO ADOLF LUTZ, Instituto Adolf Lutz. 3ª ed. São Paulo, 1985	-
	Bibliografia Básica	
INFORMÁTICA EM SAÚDE	MARÇULA. Marcelo, Fernando de C. Informática: conceitos básicos. Editora Érica: São Paulo, 2005.	12
	NORTON, P. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson makron Books, 2005.	12
	LAUDON, K.C. Sistemas de Informações Gerenciais. 7.ed. São Paulos: Pearson, 2007.	12
	Bibliografia Complementar	
	DATE, C. J. – Introdução a sistemas de banco de dados. Rio de Janeiro: Campus, 2004.	2
	SANTANA FILHO, Ozeas Vieira. Introdução à internet: Tudo que você precisa saber para navegar bem na rede. 6ª. Ed. São Paulo: Senac, 2005.334p.	2
	KRAYNAC, J. Microsoft Office 2000: para leigos passo a passo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 1999.	2
	O'BRIEN, James A. Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet. 2. Ed. São Paulo: Saraiva: 2004.	2
TURBAN, E. Comercio Eletrônico: estratégia e gestão. São Paulo: P. Hall, 2004.	2	
	Bibliografia Básica	
TÓPICOS EM BIOTECNOLOGIA APLICADA	CORVO, FERRARA, BOM. Enzimas em biotecnologia - produção, aplicações e mercado. São Paulo. 2008. Ed. Interciência.	-
	BORZANI, W, SCHMIDELL, W. Biotecnologia industrial – fundamentos. São Paulo, 2001. Vol. 1	-
	Bibliografia Complementar	
	BERGEY'S MANUAL OF DETERMINATIVE BACTERIOLOGY. 8 ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 5. V. 1974, 1268 p.-	-
	METZLER, D. E. Biochemistry: the Chemical Reactions of living Cells. New York: Academic Press.	-
	MURRAY, P.R., <i>et al</i> (ED). <i>Manual of Clinical microbiology.</i> 7 ed. Washington: ASM. PRESS, 1999.	-

6.12.8 Periódicos Especializados

Dentre o rol dos periódicos especializados assinados, destacam-se os seguintes, para o atendimento das atividades acadêmicas relacionadas ao Curso de Farmácia:

- Pharmaceutical Tchnology
- Revista Racine
- Boletim FCM
- Pharmacia Brasileira
- Fármacos & Medicamentos
- Revista Higiene Alimentar
- Emergência clínica
- Saúde Coletiva
- Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia
- Revista Brasileira de Farmacognosia
- Revista Brasileira de Análises Clínicas
- Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences

A Biblioteca disponibiliza bases de dados e periódicos on- line de acesso livre que possibilita à comunidade acadêmica acesso a ampla informação sobre todas as áreas do conhecimento humano, com especial atenção aos cursos oferecidos pelo IFES, bem como especificamente para a área de Farmácia, conforme relação a seguir:

6.12.9 Base de Dados e Periódicos on line

- **Revista Acta Botânica Brasílica**
<http://acta.botanica.org.br/>
- **Revista Brasileira de Botânica**
http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/Ing_pt/pid_0100-8404/nrm_iso
- **Revista Ciência e Saúde Coletiva**
http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/Ing_pt/pid_1413-8123/nrm_iso
- **Revista Australian Prescriber**
<http://www.australianprescriber.com/>
- **Brazilian Journa**
http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/Ing_pt/pid_0100-879X/nrm_iso
- **Florence em Revista**
- **Revista Científica da Saúde**
<http://www.saude.rio.rj.gov.br/revistaacademus/>
- **ACIMED**
http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_serial&Ing=pt&pid=1024-9435&nrm=iso
- **Acta Biochimica Polonica**
<http://www.actabp.pl/>
- **Revista Brasileira de Cancerologia**

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

- <http://www.inca.gov.br/rbc/>
- **Revista Brasileira de Saúde da Família**
<http://bvsms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=44&item=99>
 - **Epidemiologia e Serviços de Saúde**
<http://bvsms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=44&item=95>
 - **Revista Políticas Públicas**
http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/ver_revista.php?id=20
 - **Cadernos de Saúde Coletiva**
<http://www.iesc.ufrj.br/cadernos.html>

6.12.10 DVD's/CD's

O Instituto Florence de Ensino Superior disponibiliza a seguinte relação de DVD's/CD's para o Curso de Farmácia, conforme relação abaixo:

- A CÉLULA
- ANATOMIA HUMANA
- ANUÁRIO DE VACINAS
- AQUECIMENTO GLOBAL
- ATLAS INTERATIVO DE ANATOMIA HUMANA
- BIOESTATÍSTICA: TEÓRICA E COMPUTACIONAL
- BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR
- BIOQUÍMICA
- COLEÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA
- CONCEITOS E HABILIDADES FUNDAMENTAIS NO ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM
- DICIONÁRIO AURÉLIO
- ENTENDENDO OS SONS PULMONARES
- ENFERMAGEM CIRÚRGICA
- FISILOGIA HUMANA
- FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA
- FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA
- HISTOLOGIA
- HISTOLOGIA BÁSICA
- IMUNOBIOLOGIA
- INTRODUÇÃO A INTERNET
- MANUAL DE ESTÁGIO
- MEDICINA E SAÚDE
- MEIO AMBIENTE – O DESAFIO DO LIXO
- MICROBIOLOGIA
- O CORPO HUMANO: A INCRÍVEL JORNADA DO HOMEM
- O CORPO HUMANO: SISTEMA VASCULAR APARELHO DIGESTIVO
- PARASITOLOGIA MÉDICA
- PATOLOGIA

- POLÍTICAS E SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL
- SEMANA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM
- TRABALHANDO COM PROJETOS
- TRANSFORMANDO INFORMAÇÃO EM CONHECIMENTO
- TRATADO DE INFECTOLOGIA

6.13 INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA

O Instituto Florence de Ensino Superior conta com toda a infra-estrutura de segurança, tanto para a segurança patrimonial quanto dos usuários de suas instalações, contratada através de empresa especializada terceirizada. O Instituto também dispõe de controle de acesso por meio de catracas eletrônicas.

CAPÍTULO 7 – RELAÇÃO INSTITUIÇÃO E COMUNIDADE: PARCERIAS, CONVÊNIOS E AÇÕES COMUNITÁRIAS

É meta do Instituto Florence de Ensino Superior contribuir significativamente para o processo de crescimento da região, em sintonia com os diferentes padrões de desenvolvimento oriundos da evolução natural da sociedade e de seus avanços estruturais e tecnológicos, e pautada pela afirmação e valorização da cultura local perante as circunstâncias decorrentes da globalização da economia.

Para tanto, a parceria com a comunidade é elemento fundamental e indissociável dos objetivos e finalidades do Instituto, esse princípio é explicitado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI que afirma:

As parcerias com instituições que empregam profissionais nas áreas dos cursos oferecidos pelo Instituto Florence de Ensino Superior será uma das ações empreendidas desde logo, por acreditarmos que a qualidade de uma Instituição de Ensino Superior está, diretamente, ligada à sua capacidade de compreender e atender as necessidades de seu entorno. Esta ação será, definitivamente, aderente à missão e aos objetivos da instituição.

No esforço de contribuir adequadamente para a ampliação da qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, o Instituto Florence de Ensino Superior se empenha em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas. Para isso:

- Estabelece convênios com empresas interessadas em oferecer oportunidades de estágio para os estudantes do Instituto Florence de Ensino Superior;
- Estabelece contratos de parcerias com instituições comprometidas com o bem-estar social da população, oportunizando atividades de trabalho voluntário e de extensão;

As parcerias com instituições que empregam profissionais nas áreas dos cursos oferecidos pelo Instituto Florence de Ensino Superior será uma das ações empreendidas desde logo, por acreditarmos que a qualidade de uma Instituição de Ensino Superior está, diretamente, ligada à sua capacidade de compreender e atender as necessidades de seu entorno. Esta ação será, definitivamente, aderente à missão e aos objetivos declarados no início deste documento.

A formação, como estabelecida na missão do Instituto Florence de Ensino Superior, precisa, para apresentar resultados adequados, contar com espaços que partem da prática cotidiana do professor, do contexto escolar/institucional e promovem a reflexão, o estudo das funções que o egresso desempenhará à luz das teorias estabelecidas. Assim estabelece-se a relação entre a teoria e a prática constatando que existe uma teoria que suporta a prática e que ambas estão imbricadas no processo ensino/aprendizagem.

Com tal política estabelecida, diversos convênios serão estabelecidos, principalmente em relação ao curso de pedagogia e aos programas de formação de professores que serão instalados e deverão expandir-se para os demais cursos.

As parcerias que serão inicialmente estabelecidas, contemplarão a admissão, via processo seletivo, de profissionais de diversas áreas, mormente da educação. Tais parcerias irão ao encontro da Missão do Instituto Florence de Ensino Superior, referente às comunidades de seu entorno.

Desde seu surgimento, o Instituto Florence de Ensino Superior mantém relações e parcerias com entidades representativas das categorias profissionais e econômicas e com empresas e órgãos públicos. Essas parcerias viabilizam oportunidades de estágios (curriculares e extracurriculares) e atividades de iniciação científica e extensão.

A política de celebração de convênios possui os seguintes objetivos:

- Criar e intensificar intercâmbios, convênios e parcerias nacionais e internacionais; e
- Integrar ensino, pesquisa (esta sob a forma de atividades de iniciação científica) e extensão.

A política de celebração de convênios possui as seguintes metas:

- Ampliar o leque de convênios de estágio em empresas da região;
- Estabelecer convênios com empresas para a disponibilidade de bolsas e descontos nas mensalidades;
- Desenvolver pesquisas e projetos de extensão em parceria com empresas, integrando os corpos discente, docente e as empresas da região; e
- Encaminhar os alunos formandos para o seu primeiro emprego, obtendo, desta forma, a sua inserção no mercado de trabalho.

Fundamental registrar que todos os convênios serão reformulados para atender aos alunos do curso de Farmácia, seja na questão da concessão de descontos, seja para acesso às oportunidades de estágio.

Além da importância social do estabelecimento da parceria escola-comunidade, essas atividades comunitárias corroboram sobremaneira para a formação acadêmica e profissional do discente, dessa forma serão prioridades do instituto:

- Promoção de ações sociais;
- Adoção de comunidades carentes no entorno do IFES, assim como a inserção dos discentes do curso nas ações já desenvolvidas na instituição;
- Parcerias com associações comunitárias e similares;
- Parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, que desenvolvem ações comunitárias;
- Projetos de Pesquisa e Extensão;
- Elaboração de projetos para o desenvolvimento prático das disciplinas e do estágio;
- Criação da Clínica-escola na área de Farmácia.

7.1. Convênios e Parcerias

Visando operacionalizar essa proposta pedagógica o Instituto Florence disponibilizará aos seus docentes e discentes uma ampla relação de convênios.

Dessa forma, com o intuito de fortalecer a prática profissional o Instituto Florence de Ensino Superior através de sua mantenedora estabeleceu vários convênios (Anexo 01).

A política de celebração de convênios do Instituto Florence possui os seguintes objetivos:

- a) Criar e intensificar intercâmbios, convênios e parcerias nacionais e internacionais;
- b) Integrar ensino, pesquisa (esta sob a forma de atividades de iniciação científica) e extensão.

A política de celebração de convênios possui as seguintes metas:

- Ampliar o leque de convênios de estágio em empresas da região;
- Estabelecer convênios com empresas para a disponibilidade de bolsas e descontos nas mensalidades;
- Desenvolver pesquisas e projetos de extensão em parceria com empresas, integrando os corpos discente, docente e as empresas da região; e
- Encaminhar os alunos formandos para o seu primeiro emprego, obtendo, desta forma, a sua inserção no mercado de trabalho.

7.2 Ações Sociais, Ações Comunitárias, Projetos de Pesquisa e Extensão como estratégia de inserção do IFES na comunidade

Outra ação importante desenvolvida no Instituto e que corrobora com a política institucional de articulação escola-comunidade e ensino-serviço é a organização de ações sociais, comunitárias, projetos de pesquisa-extensão em áreas carentes e de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o IFES já desenvolve ações comunitárias nas seguintes comunidades: incluir projetos de farmácia

- Comunidade do Jaracati – essa comunidade se situa no entorno do IFES composta por 500 famílias. A comunidade é atendida desde 2007 com ações de atendimento a população. Essa ação comunitária faz parte da disciplina de Saúde e Sociedade do Curso em Enfermagem. As próximas atividades serão desenvolvidas nas dependências do IFES mais precisamente no Ambulatório da faculdade. A comunidade será atendida pelos estudantes dos Cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia;
- Comunidade da Camboa – essa comunidade também se situa no entorno do IFES, composta por famílias carentes e será atendida no ambulatório a partir de 2011/2º. A comunidade será atendida pelos estudantes dos Cursos de Enfermagem, Farmácia e Odontologia.
- Comunidade da Vila Cristalina – comunidade da periferia de São Luís. A comunidade foi atendida com uma ação social, visando esclarecer a população no que diz respeito a: Tuberculose,

Hanseníase, Planejamento Familiar, DST/AIDS, Pré-natal, Diabetes e Hipertensão Arterial.

No que diz respeito a articulação ensino, pesquisa e extensão, como foi abordado anteriormente no item 3.4 deste PPC, o IFES criou o Núcleo de Estudos e Pesquisas/NUPES. Esse núcleo desenvolve projetos de pesquisa e extensão em várias comunidades e nas diversas subáreas da saúde.

O NUPES, desde 2008, já vem operacionalizando alguns projetos tais como:

- Prevalência de reações hansênicas em mulheres no município de São Luís;
- Incapacidades Físicas em mulheres no município de São Luís;
- Indicadores de Depressão e Ansiedade em mulheres com Hanseníase no município de São Luís;
- Avaliação da atividade anti-inflamatória e antimicrobiana dos extratos obtidos das plantas *punica granatum*(romã) e *Caesalpiniaferrea*(jucá)
- Vulnerabilidade ao HIV/AIDS na terceira idade: Estudo com mulheres infectadas com mais de 50 anos atendidas em um centro de saúde de São Luís – MA
- Atividade in vitro de fosfolipases e proteinases ácidas de isolados clínicos de *cândida albicans*.

Um projeto importante desenvolvido no IFES e que contribui para a aproximação do estudante com a realidade para qual ele está sendo preparado é o Projeto Anjos da Enfermagem. Projeto desenvolvido em parceria com a COREN/COFEN/UNICEUMA no Hospital Aldenora Belo, que trata pacientes com câncer. Este projeto tem como público alvo as crianças portadoras de câncer no hospital supramencionado.

É propósito do IFES desenvolver também pesquisas e atividades extensionistas para o curso de Farmácia, assim como, inserir os alunos do curso em projetos já em andamento, contribuindo dessa forma para a articulação de diversos saberes.

No que diz respeito diretamente à relação ensino-serviço, o IFES implantará em 2012 do Ambulatório Escola, voltado ao atendimento da comunidade e como campo de atuação dos alunos do curso de Enfermagem, Farmácia e Odontologia. O ambulatório funcionará como campo de prática para esses cursos e também como prestação de serviços a comunidades do entorno da faculdade (Centro, Camboa, Liberdade, Jaracati, entre outros), promovendo rico intercâmbio entre as áreas de conhecimento e fornecendo suporte a prática desenvolvida pelos futuros profissionais, além de um serviço de considerável relevância social.

Com essas ações o IFES oportunizará aos alunos de Farmácia e os demais cursos da faculdade uma formação calcada nos princípios da atenção básica a saúde e saúde coletiva.

ANEXOS

CONVÊNIOS – SUPERIOR (GRADUAÇÃO)

Nº CONV.	CONVÊNIOS	CONTATO	VALOR DO DESCONTO			VALOR DA PARCELA			PÓS	DATA VENCIMENTO
			ENF	FAR	ODO	ENF	FAR	ODO		
2006	COREN	Responsável: Euzanir Silva Aroucha Endereço: Rua Hemetério Leitão, nº 136 - São Francisco - CEP: 65.076-420-São Luís-MA Telefones: (98) 3235-7831/7823 e-mail: comunicacao@coren-ma.com.br	15%	10%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		24%	
2006	SINPEEES (SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: LUCIMARY SANTOS PINTO Endereço: Rua das Flores, 285, Rua Aluizio de Azevedo, Centro - CEP: 65010-230 Telefones: (98) 3232-1672 e-mail:	10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	
2006	STIU-MA (SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Vâner João Almeida Endereço: Rua do Sol, 567 – Centro - CEP: 65020-590 - São Luís/MA Telefones: 3221-1411 Fax: 3231-5633 e-mail: stiu@uol.com.br	10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	
2006	UNIHOSSP (FUNCIONÁRIOS)	Responsável: GEORGE ARAUJO DA SILVA Endereço: Avenida Getulio Vargas 1850 CEP: 65025000, Vila Passos Telefones: 2107 2100 e-mail: unihosp@unihosp-ma.com.br	10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	REFAZER (CPJ INCORRETO) E NÃO POSSUI ASSINATURA DA UNIHOSSP
2007	CEMAR (FUNCIONÁRIOS)	Responsável: Gerência de Desenvolvimento Endereço: Telefones: e-mail:	15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		-	
2007	DATA CONTROL (FUNCIONÁRIOS)	Responsável: ANA CRISTINA BATISTA LEITE Endereço: Rua Celso Magalhães, 139 - Centro Telefones: 2323 8666 e-mail: datac@datacontrolma.com.br	10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	REFAZER (CPJ INCORRETO)
2007	DESCONTO ÁREA DA SAÚDE E EDUCAÇÃO		10%	--		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	--			
2007	FEDECMA (FEDERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NO MARANHÃO)	Responsável: Marileide Rocha M. de Sousa Endereço: Av. da Universidade, Qd. 10, nº 08 - COHAFUMA Telefones: e-mail:	10%	15%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		-	
2007	SINCOFARMA* (SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Benilton Gonçalves Diniz Endereço: Av Franceses, 305 sl 1 - Alemanha, São Luís - MA Telefones: 3223-4975 e-mail: sincofarma-ma@bol.com.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		-	
2007	SINTERP* (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PARTICULAR DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Endereço: Rua da Alegria, 56 - Centro São Luís - MA, 65020-010 Telefones: 98 3222-4386 e-mail: sinterp@sinterp.org.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		-	
2007	SINTSPREV (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Brasília Louzeiro Brito; Leonilde Silva; Grenilda de Jesus Silva Saraiva Endereço: Rua Silva Jardim, 513 – Centro CEP: 65021-450 - São Luís/MA Telefones: 3221-5925; Fax: 3232-1937 e-mail: sintsprevma@veloxmail.com.br	10%	20%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 638,40 (C/ DESCONTO)		-	

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Nº CONV.	CONVÊNIOS	CONTATO	VALOR DO DESCONTO			VALOR DA PARCELA			PÓS	DATA VENCIMENTO
			ENF	FAR	ODO	ENF	FAR	ODO		
2008	DROGARIA SÃO PAULO*		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	
2008	J. DA SILVA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS*		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	
2008	SEMED	Responsável: Secretário Municipal de Saúde Endereço: Rua 7 de Setembro, 238 - Centro - 65.010-020 - São Luís Telefones: e-mail:	10%	20%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 638,40 (C/ DESCONTO)		15%	
2008	SEMUS		15%	20%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 638,40 (C/ DESCONTO)			
2008	SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE FEIRANTE DE SÃO LUIS	Responsável: Ivanilde Sampaio da Silva Endereço: Rua do Outeiro, 456 - Centro Telefones: 3231 2277 e-mail:	10%	15%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		15%	
2008	SINFARMA (SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Luis Marcelo Vieira Rosa Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n 210 – Calhau. Telefones: e-mail:	10%	22%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 622,44 (C/ DESCONTO)		-	
2008	SINPOL (SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Amon Antônio Jansen Endereço: Rua Parque Quinze de Novembro, Nº171, Beira Mar - Centro - CEP.: 65010-520 - São Luís Telefones: 3221-6979 / 9116-6666 e-mail: amon@sinpol-ma.com.br	10%	20%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 638,40 (C/ DESCONTO)		-	
2008	DROGARIA PAGUE MENOS*		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)		-	
2009	INSTITUTO DO COMPORTAMENTO – INCONS		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)			
2009	E. S. DE OLIVEIRA		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)			

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Nº CONV.	CONVÊNIOS	CONTATO	VALOR DO DESCONTO			VALOR DA PARCELA			PÓS	DATA VENCIMENTO
			ENF	FAR	ODO	ENF	FAR	ODO		
2010	CLÍNICA ODONTOLÓGICA MENDES LTDA.		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)			
2010	DROGRARIA REAL		15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)			
2010	LABORATÓRIO GENESIS		20%	20%	20%	R\$ 707,80 R\$ 566,24 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 638,40 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.216,00 (C/ DESCNT O)	20%	
2010	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)			
2010	AMBIENTAL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO (ESTÁGIO – CURSO DE FARMÁCIA)	Responsável: Endereço: Av. Getulio Vargas 2266 – Canto da Fabril Telefones: e-mail:	15%	15%	15%	R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.292,00 (C/ DESCONTO)	15%	
2010	SINFUSP - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO LUIS -		15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		15%	
001/10	PMMA* (COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR)	Responsável: Comandante Geral da PMMA Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n Calhau Telefones: 3268-3050/3051 e-mail: cmtgpm@ssp.ma.gov.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	TODO DIA 05 DE CADA MÊS
002/10	INLAB* (CLÍNICA DE ENDOCRINOLOGIA DIABETES E MEDICINA NUCLEAR DO MA LTDA)	Responsável: Thelma Murad Faria Endereço: Av. Colares Moreira, 555 - Renascença CEP: 65075-441 Telefones: (98) 3194-1053 / (98) 3194-1054 e-mail:	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
003/10	MANIPULATHUS* (MANIPULATHUS COMÉRCIO MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA)	Responsável: Endereço: Telefones: e-mail:	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
004/10	SINDMETAL* (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DO MARANHÃO)	Responsável: ANTONIO JULIO GOMES PINHEIRO Endereço: Rua Sen. João Pedro 173, Fabril - São Luis, MA Telefones: 3221-3860 3222-8022 e-mail:	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
005/10	SINPROESEMMA* (O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAIS DO MARANHÃO)	Responsável: ANTONIO JULIO GOMES PINHEIRO Endereço: Rua Direita, 128; CEP: 65040-500, São Luis Telefones: 3221-4648 / 3221-4694 / 3221-2427 e-mail: sinproessemma@sinproessemma.com.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Nº CONV.	CONVÊNIOS	CONTATO	VALOR DO DESCONTO			VALOR DA PARCELA			PÓS	DATA VENCIMENTO
			ENF	FAR	ODO	ENF	FAR	ODO		
006/10	SINDSEP* (SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: ANGELA MARIA SILVA SOUZA MELO Endereço: Avenida Newton Bello, 524 - Monte Castelo - CEP 65035-430, São Luís- Maranhão Telefones: (98) 2108-0001 e-mail: geral@sindsep.org.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
008/10	ASISMU * (ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, PAÇO DO LUMIAR, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, RAPOSA E BACABEIRA)	Responsável: BENONIEL RODRIGUES Endereço: Ria dos Afogados, 1.507 – Centro – São Luís/MA Telefones: 3232 5786/ 3222 4503 e-mail: asismu@hotmail.com.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
010/10	SINTRAJUFE* (SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL)	Responsável: Paulo Roberto Rios Ribeiro Endereço: Rua de Santaninha, 100 – Centro CEP: 65010-580 - São Luís/MA Telefones: Tel: 3232-5693 (8835-7709); Fax: 3232-6023 e-mail: sintrajufema@elo.com.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
011/10	SINDJUS* (SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Anibal da Silva Lins Endereço: Rua das Cajazeiras, Nº43 Centro - São Luís - Maranhão - Cep: 65015-080 Telefones: 3232-6454/5497 e-mail:	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
012/10	CRF* (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Ronaldo Ferreira Pereira Filho Endereço: Rua Faveiros, Q. B, 7 São Francisco, São Luís/MA - Cep: 65075-270 Telefones: 2107-3851 e-mail: ronaldo.pereira@crfma.org.br	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
013/10	PROCARDIO (CENTRO DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO CARDIOLÓGICO)	Responsável: Dr. Oscar Reynaldo Molina Endereço: Telefones: e-mail:	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)			Enfermagem Cardiológica (40%) Demais Pós-Graduações (15%)
013/10	SINDICOMÉRCIO* (SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO LUÍS)	Responsável: Osvaldo Paulino Müller Endereço: Rua Joaquim Távora, nº 284 – Centro - Cep: 65010-410 - São Luís – MA Telefones: 3232.0899 / 3231.1796 / 8821.7349 e-mail: osvaldo.muller@hotmail.com	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
014/10	SINDVIG* (SINDICATO DOS VIGILANTES DO MARANHÃO)	Responsável: Luis Gonzaga Sá Endereço: Rua dos Afogados - N ° 846 - Centro - São Luís-MA - CEP 65010-020 Telefones: 3221-0758 e-mail: geralsvig-ma@hotmail.com; sindvig@yahoo.com.br	15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		15%	
015/10	CENTRO DE NEFROLOGIA DO MARANHÃO	25% PARA A PÓS ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA	15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		15%	15%
020/10	STIU-MA (SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO MARANHÃO)	Responsável: Vâner João Almeida Endereço: Rua do Sol, 567 – Centro - CEP: 65020-590 - São Luís/MA Telefones: 3221-1411 Fax: 3231-5633 e-mail: stiu@uol.com.br	15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		15%	15%

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Nº CONV.	CONVÊNIOS	CONTATO	VALOR DO DESCONTO			VALOR DA PARCELA			PÓS	DATA VENCIMENTO
			ENF	FAR	ODO	ENF	FAR	ODO		
2011	LABORATÓRIO GENESIS	Rua do Norte, 233 – Centro	20%	20%	20%	R\$ 707,80 R\$ 566,24 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 638,40 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.216,00 (C/ DESCNT O)	20%	
2011	PREFEITURA DE SÃO LUIS	Praça Pedro II, s/n, Palácio La ravardiere	15%	25%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 598,50 (C/ DESCONTO)		15%	
2011	SINDPANIP - INDICATO DOS TRABALHADORES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NATURAIS E INDUSTRIALIZADOS, DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, TORRFAÇÃO E MOAGEM, CEREAIS, RAÇÕES ANIMAIS, MASSAS E EMPRESAS FRIGORÍFICAS DE SÃO LUÍS, PAÇO DO LUMIAR, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, NO ESTADO DO MARANHÃO.		15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)			
2011	APCEF/MA - ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Rua José Luiz Nova Costa s/n – Calhau	15%	15%	15%	R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.292,00 (C/ DESCNT O)		
2011	LABORATÓRIO CEDRO		15%	15%		R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)		15%	
2011	SINDCONSTRUCIVIL – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL		15%	15%	15%	R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.292,00 (C/ DESCNT O)		
2011	FARMÁCIAS UCHOA		10%	10%		R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)			
2011	SINDSPEM – SINDICATO DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO		15%	15%	15%	R\$ 707,80 R\$ 601,63 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.292,00 (C/ DESCNT O)		
2011	STEFEM – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO MARANHÃO		10%	15%	15%	R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 678,30 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.292,00 (C/ DESCNT O)	10%	

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

2011	INTERNACIONAL MARÍTIMO		10%	10%	10%	R\$ 707,80 R\$ 637,02 (C/ DESCONTO)	R\$ 798,00 R\$ 718,20 (C/ DESCONTO)	R\$ 1520,00 R\$ 1.368,00 (C/ DESCNT O)		
------	------------------------	--	-----	-----	-----	---	---	---	--	--

CONVÊNIOS DE ESTÁGIO

2010	UEMA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO)	Biotério para execução de aulas práticas e/ou atividades de iniciação científica
2010	UNICEUMA (CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO)	Comitê de ética em Pesquisa
2010	UFMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2008	SEMUS (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE)	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2008	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2008	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2008	INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL	Promoção de estágio
2008	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA – CIEE	Promoção de estágio
2008	DROGARIA SÃO PAULO	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2008	J. DA SILVA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2008	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - ABO	Concessão de estágio – CURSO DE ODONTOLOGIA
2008	HOSPITAL SÃO DOMINGOS	Concessão de estágio
2008	DROGARIA PAGUE MENOS	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2009	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES	Concessão de estágio (TERMO ADITIVO 2009)
2009	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – TJ/MA	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2009	INSTITUTO DO COMPORTAMENTO – INCONS	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

2009	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2009	E. S. DE OLIVEIRA	Concessão de estágio - CURSO DE FARMÁCIA
2010	CENTRO DE NEFROLOGIA DO MARANHÃO - CENEFRON	Concessão de estágio - CURSO DE ENFERMAGEM E POS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA
2010	CLÍNICA ODONTOLÓGICA MENDES LTDA.	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2010	DROGRARIA REAL	Concessão de estágio - CURSO DE FARMÁCIA
2010	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2010	AMBIENTAL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO	Concessão de estágio - CURSO DE FARMÁCIA
2010	LABORATÓRIO GENESIS	Concessão de estágio - CURSO DE FARMÁCIA
2010	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2011	HOSPITAL ALIANÇA	Concessão de estágio - TODOS OS CURSOS
2011	LABORATÓRIO CEDRO	Concessão de estágio - CURSO DE FARMÁCIA
2011	FARMÁCIAS UCHÔA	Concessão de estágio - CURSO DE FARMÁCIA

ANEXO 02

PLANO DE CARREIRA DOCENTE DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art.1º - O presente documento tem por objetivo estabelecer uma política de administração de cargos, salários e carreira para os quadros de pessoal da Instituição.

Art.2º - O Plano de Cargos, Salários e de Carreira define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão, promoção, progressão, desenvolvimento profissional, direitos e deveres dos seguintes quadros de pessoal:

I – Docentes do magistério superior;

II – Pessoal técnico-administrativo.

CAPÍTULO II - DOS QUADROS DE PESSOAL

SEÇÃO I - DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art. 3º - O Corpo docente do Magistério Superior da Instituição é constituído pelos professores que exerçam atividades inerentes ao Ensino de graduação, pós-graduação, Pesquisa e Extensão e as pertinentes à administração acadêmica.

Art. 4º - O Corpo docente do Magistério Superior é formado pelas seguintes categorias:

I - Professor Especialista;

II – Professor Mestre;

III – Professor Doutor.

§ 1º - Professor Especialista é o profissional da área de Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação lato-sensu e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em curso superior, ou auxilie na execução de projetos de pesquisa, ou oriente alunos em estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de curso superior, na respectiva área do conhecimento.

§ 2º - Professor Mestre é o profissional da área do Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação stricto-sensu em nível de mestrado e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ainda auxiliar na elaboração de programas para cursos de pós-graduação, ou coordenar a elaboração e executar projetos de pesquisa, ou orientar alunos nos estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, na respectiva área do conhecimento.

§ 3º - Professor Doutor é o profissional da área do Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação stricto-sensu em nível de doutorado e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ainda elaborar programas para cursos de pós-graduação, coordenar a elaboração e execução de projetos de pesquisa, orientar alunos nos estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação, na respectiva área do conhecimento.

Art.5º - Também integrarão o corpo docente do Magistério Superior as seguintes categorias especiais:

Professor Substituto;
Professor Colaborador;
Professor Visitante.

§ 1º - Professor Substituto é o profissional do Ensino, devidamente habilitado, que depois de comprovada necessidade de afastamento de qualquer docente, venha a substituí-lo por tempo determinado e não superior a seis meses.

§ 2º - Professor Colaborador é o profissional da área do Ensino que, após aprovado em processo seletivo específico e devidamente credenciado, seja contratado em caráter temporário e determinado.

§ 3º - Professor Visitante é o profissional de renome e de comprovado conhecimento que, tendo seu nome aprovado pelo Diretor Geral, seja convidado para desenvolver projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão na Instituição, em caráter temporário e por tempo determinado.

§ 4º - Os professores das categorias especiais integram o corpo docente da Instituição, porém não fazem parte do Plano de Carreira.

§ 5º - As atividades, responsabilidades e remuneração dos professores das categorias especiais devem constar de documento contratual específico.

CAPÍTULO III - DO INGRESSO

SEÇÃO I - DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art.8º - A admissão de docentes para o quadro de carreira do Magistério Superior da Instituição far-se-á pela Diretoria Geral e estará condicionada à existência de vaga no respectivo Curso e, aprovação pela Mantenedora.

CAPÍTULO IV - DO REGIME DE TRABALHO

Art.10º - O regime de trabalho dos funcionários da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

Art.11º - Os docentes do Magistério Superior da Instituição serão contratados como Professores de Ensino Superior, em um dos seguintes regimes de trabalho:

- Em tempo Integral: será atribuído ao docente que se obriga a prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho à Instituição, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão ou de administração universitária ou acadêmica.
- Em tempo parcial: será atribuído ao docente para o desempenho de atividades de ensino, em número de horas-aula. O docente poderá ainda exercer atividades de pesquisa e extensão, quando aprovadas, ou administrativas, na coordenação de cursos e supervisão de estágios.

§ 1º - O número de horas-aula do docente poderá variar, de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por semestre.

§ 2º - Nenhum contrato de trabalho poderá ter duração superior a 40 horas semanais.

§ 3º - O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo docente quando em atividade em sala de aula, equivalerá sempre à uma hora de trabalho contratual.

CAPÍTULO V - DOS DIREITOS, DEVERES E VANTAGENS

Art 12º - Os direitos e deveres dos funcionários, docentes e técnicos administrativos além dos dispostos na Consolidação das Leis do Trabalho, são os constantes deste Plano.

Art.13º - Aos funcionários da Instituição é assegurado:

- Remuneração compatível com seu cargo e desempenho;
- Acesso, promoção e progressão no plano de carreira;
- Tomar conhecimento do resultado da avaliação de seu desempenho;
- Incentivo ao seu aprimoramento profissional;
- Direito, em igualdade de condições a qualquer funcionário da Instituição, à política de benefícios/vantagens da instituição;
- Direito a voto e a elegibilidade, em conformidade com o Regimento Interno da Instituição;
- Condições adequadas ao exercício profissional.

Art.14º - Os funcionários da Instituição devem:

- Comparecer ao ambiente de trabalho no horário contratual e em horários extraordinários, quando convocados;
- Guardar sigilo quanto aos assuntos de serviço;
- Manter com os colegas e superiores relações de participação, cooperação e solidariedade;
- Zelar pela economia do material e pela conservação do que for confiado à guarda e ao uso;
- Apresentar, dentro dos prazos previstos, relatórios da suas atividades ou documentos de sua responsabilidade;
- Cumprir e fazer cumprir, em sua área de atuação, as normas estabelecidas e orientações dos órgãos superiores;
- Manter comportamento ético em todos os momentos e não praticar atos que firam física ou moralmente qualquer pessoa dentro da Instituição;
- Participar de eventos de atualização e aperfeiçoamento dentro de sua atuação profissional.

Art.15º - Aos funcionários da Instituição é proibido, sob pena de sanções disciplinares:

- Deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada ou dele se retirar durante o horário de expediente, sem prévia autorização;
- Tratar, nas horas de trabalho, de assuntos particulares, alheios às atividades da Instituição;
- Promover ou participar de manifestações que contribuam para a desordem física ou moral, dentro da Instituição;
- Exercer atividade político-partidária dentro de sala de aula ou em qualquer dependência da Instituição;
- Confiar a regência de sua disciplina a terceiros, sem a prévia autorização;
- Praticar atos que firam moralmente a Instituição.

Art.16º - As sanções disciplinares a que estão sujeitos os funcionários da Instituição são, além das previstas na legislação trabalhista vigente, a advertência verbal e

escrita.

§ 1º - As sanções disciplinares serão graduadas e aplicadas pelo superior hierárquico, em conformidade com o previsto no Regimento Interno da Instituição.

§ 2º - Na aplicação das sanções disciplinares será observado o seguinte:

- As sanções de advertência verbal e escrita serão aplicadas sumariamente, depois de constatada a irregularidade ou falta leve;
- A sanção de suspensão será aplicada após a apuração de falta média, mediante ato motivado do superior competente, devendo ser graduada em conformidade com a legislação trabalhista vigente;
- A sanção de demissão para os funcionários dar-se-á por ato motivado, em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

Art.17º - Além do vencimento do cargo, o funcionário da Instituição poderá receber:

- Diárias;
- Ajuda de custo;
- Bolsa de estudos;
- Adicional por tempo de serviço, em forma de anuênio, representado pelo acréscimo de um por cento (1%) do salário-base mensal, a partir do primeiro ano de serviço prestado ininterruptamente para a Instituição, até o teto de trinta anuênios.
- Adicional de insalubridade ou periculosidade, de acordo com a legislação vigente, quando cabível;
- Gratificação por exercício de cargo durante seu efetivo exercício;
- Bolsa de estudos para dependentes.

CAPÍTULO VI - DO AFASTAMENTO, LICENÇA E SUBSTITUIÇÃO

Art.18º - Além dos casos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o ocupante de qualquer cargo na Instituição poderá afastar-se de suas funções, com direitos e vantagens estabelecidos neste documento, devidamente autorizados pelo Diretor Geral e aprovados pela Mantenedora, conforme o caso, para:

- Atender a interesses administrativos ou de representatividade da Instituição;
- Quando docente, exercer cargo administrativo na Instituição;
- Capacitar-se em cursos de pós-graduação lato ou stricto-sensu;
- Realizar estágios;
- Participar de congressos e outros eventos de caráter científico, técnico ou artístico, relacionados com sua atividade na Instituição, desde que não haja prejuízo destas.

§ 1º - O pedido de afastamento, nos casos previstos nos itens "IV" e "V", na forma de diretrizes disciplinadas pela Mantenedora, deverá ser encaminhado, através de requerimento dirigido ao Curso de lotação do docente ou ao superior imediato no caso de funcionário do quadro técnico-administrativo, acompanhado da programação a que se destina, relacionado, obrigatoriamente, à área de atuação do requerente.

§ 2º - O funcionário terá obrigatoriamente de se apresentar à Instituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da conclusão de seus estudos de Pós-Graduação.

Art.19º - A concessão de licença remunerada, em forma de bolsa de estudos, para os afastamentos com objetivo de capacitação em cursos de pós-graduação, implicará, necessariamente, que o funcionário assuma o compromisso escrito de prestar serviços à Instituição, após a conclusão do curso, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Instituição, acrescidas de juros e atualização monetária.

§ 1º - Durante o período de duração de curso e ao final do mesmo fica o funcionário obrigado a remeter à Diretoria Geral relatório semestral das atividades, com a comprovação de frequência mensal com visto do coordenador do curso de Pós-Graduação em que está matriculado, sob pena de suspensão da bolsa.

§ 2º - Caso o bolsista não conclua o curso objeto da licença, deverá reembolsar à Instituição as importâncias recebidas, acrescidas de juros a atualização monetária.

Art.20 - Em qualquer caso previsto no artigo 19º, o funcionário a quem for concedido o afastamento manterá a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VII - O PLANO DE CARREIRA

Art.21º - O plano de carreira da Instituição se constitui do conjunto de cargos estruturados de acordo com as atividades e competências profissionais afins, em relação à natureza do trabalho ou à aplicação dos conhecimentos necessários ao desempenho destes, e das condições de movimentação do ocupante destes cargos na estrutura geral das carreiras.

Art.22º - O plano de carreira da Instituição tem por objetivos:

- Oportunizar à administração da Instituição carreiras compatíveis com a necessidade de recursos humanos;
- Permitir que através das possibilidades de ascensão profissional, os funcionários da Instituição possam maximizar suas habilidades e comportamentos e atingir seus objetivos de vida;
- Assegurar que a política de formação e desenvolvimento de carreira seja transparente, justa e dinâmica, reconhecendo e valorizando os profissionais da Instituição;
- Garantir que a administração da Instituição possa utilizar o desenvolvimento da carreira como um instrumento efetivo de administração integrada.

Art.23º - Entende-se por ascensão ou promoção a passagem do funcionário para um cargo de maior complexidade e de maior remuneração.

Art.24º - Entende-se por progressão a passagem de um nível para outro, dentro do mesmo cargo em que o funcionário esteja enquadrado, oportunizando aumento de remuneração.

CAPÍTULO VIII - DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art.25º - A carreira dos funcionários da Instituição será constituída por categorias e níveis. Categoria é a divisão da carreira que, fundamentada na escolaridade, titulação acadêmica, agrupa atividades/competências, responsabilidades, qualificação profissional e experiências. Níveis são as subdivisões de uma mesma categoria que determinam a progressão do funcionário, em conformidade com os artigos 35º. e 36º deste Plano. O funcionário terá sua evolução no quadro de carreira definido em forma de promoção, alternadamente, por antiguidade e

merecimento. Em caso de empate, fará jus a promoção o funcionário mais idoso, e depois o que obtiver maior desempenho em avaliações específicas.

SEÇÃO I - DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art.26º - A carreira do magistério superior da Instituição será estruturada nas seguintes categorias e níveis:

- Professor Especialista Níveis A, B, C, D, E e F;
- Professor Mestre Níveis A, B, C, D, E e F;
- Professor Doutor Níveis A, B, C, D, E e F.

Parágrafo Único – O número de vagas nas categorias acima será determinado pelos Cursos, em conjunto com a Diretoria Geral, de acordo com as necessidades institucionais.

Art.27º - Para o ingresso na classe de professor especialista são requisitos mínimos:

- Possuir título de pós-graduação lato-sensu e monografia na área de atuação;
- Experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.

Art.28º - Para o ingresso ou promoção para a classe de professor mestre, são requisitos mínimos:

- Possuir título de mestre na área de atuação ou área afim;
- Experiência de magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.

Art.29º - Para o ingresso ou promoção para a classe de professor doutor, são requisitos mínimos:

- Possuir título de doutor na área de atuação ou área afim;
- Experiência de magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação;

SEÇÃO II - DA PROMOÇÃO DOS DOCENTES DO MAGISTÉRIO

Art.30º - Conforme o disposto no artigo 25º, o processo de promoção do funcionário ocorrerá, alternadamente, por antiguidade, por merecimento. Havendo empate, progredirá o funcionário mais idoso ou o que obtiver melhor desempenho em avaliação específica. Para habilitar-se ao concurso interno de que tratam as seções anteriores deste capítulo, como mecanismo de promoção na carreira, o funcionário deverá:

- Ser portador de titulação acadêmica exigida pelo cargo pretendido;
- Ter disponibilidade de tempo para ministrar aulas ou exercer as atividades relacionadas à pesquisa ou extensão pretendidas.

Parágrafo único - As regras do concurso de que trata este artigo serão estabelecidas em regulamento específico aprovado pela Direção Geral.

Art.31º - A progressão entre os níveis de uma mesma categoria ocorrerá após o cumprimento, pelo docente, do interstício mínimo de três anos no nível respectivo e pela acumulação de pontos definidos em conformidade com o artigo 33º deste Plano.

Art.32º - A definição da pontuação para fins de enquadramento, promoção e progressão será elaborado por uma comissão especial nomeada pela Diretoria Geral, cujo plano deverá ser aprovado pela Mantenedora e normatizado por Resolução específica.

Art.33º - Para fins de pontuação deve ser considerado o seguinte:

- Para a escolaridade/titulação, será considerado o título de maior valor;
- Os pontos referentes ao efetivo exercício na administração universitária serão automaticamente registrados nos assentamentos do funcionário, ao final de cada ano de experiência.
- A solicitação de pontuação por produção científica deverá ser encaminhada pelo interessado, com a devida comprovação, para a Diretoria de Administração da Instituição, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.

Parágrafo único: A contagem da pontuação prevista neste artigo para fins de progressão dar-se-á automaticamente, por ato do Diretor Administrativo-Financeiro, divulgado semestralmente.

CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO

Art.35º - A remuneração dos funcionários da Instituição dar-se-á de acordo com as tabelas abaixo, tanto para fins de ingresso, quanto para promoção e progressão.

TABELA I - VALOR DA HORA-AULA DO CORPO DOCENTE DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, POR CATEGORIA E NÍVEIS.

CATEGORIA NÍVEL	PISO (R\$)	A	B	C	D	E	F
Professor Graduado	23,00	1,0000	1,0200	1,0404	1,0612	1,0824	1,1041
Professor Especialista	27,00	1,0000	1,0200	1,0404	1,0612	1,0824	1,1041
Professor Mestre	29,00	1,0000	1,0200	1,0404	1,0612	1,0824	1,1041
Professor Doutor	32,00	1,0000	1,0200	1,0404	1,0612	1,0824	1,1041

§ 1º - Para fins de aplicação do presente plano, a hora-aula docente terá duração de 60 minutos.

§ 2º A progressão salarial do quadro docente do magistério, de um nível para o outro representará a multiplicação do fator estabelecido nas tabelas I e II acima, pelo valor do piso da categoria correspondente.

§ 3º - A progressão salarial do pessoal técnico administrativo, de um nível para o outro, representará a multiplicação do fator estabelecido na tabela III acima, pelo valor do piso da categoria correspondente.

Art.36º - As funções de confiança e os cargos eletivos receberão, além da remuneração da categoria correspondente, gratificação pelo exercício das funções, conforme fixado na tabela abaixo:

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.39º - Este regulamento entrará em vigor após aprovação pela Mantenedora.

Art.40º - A administração acadêmica da Instituição se empenhará no sentido de promover o crescimento profissional do seu quadro de pessoal, com treinamento específico, permanente capacitação profissional e avaliação de desempenho, tendo em vista as necessidades de qualidade dos serviços e a eficácia organizacional.

Art.41º - Este plano poderá ser reformado ou alterado mediante proposta e aprovado pela Mantenedora.

Art.42º - Este plano de cargos, salários e carreira, após aprovado pelo Mantenedora, será implantado imediatamente.

Art.43º - Os casos omissos neste plano serão tratados pela Mantenedora.

Art.44º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Luís - MA, 10 de fevereiro de 2010.

Profª MsC Rita Ivana Barbosa Gomes
Diretora Geral

PLANO DE CARREIRA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art.1º - O presente documento tem por objetivo estabelecer uma política de administração de cargos, salários e carreira para os quadros de pessoal da Instituição.

Art.2º - O Plano de Cargos, Salários e de Carreira define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão, promoção, progressão, desenvolvimento profissional, direitos e deveres dos seguintes quadros de pessoal:

- I – Docentes do magistério superior;
- II – Pessoal técnico-administrativo.

CAPÍTULO II - DOS QUADROS DE PESSOAL

SEÇÃO II - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 6º - O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelos funcionários enquadrados nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerências, tais como: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
- Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;
- Atividades de apoio administrativo;
- Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional.

Art. 7º - O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelas seguintes categorias:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

§ 1º - Auxiliar de Serviços Gerais é cargo da área administrativa que deve ser ocupado por funcionário com grau de escolaridade mínima de ensino fundamental completo e que desenvolva atividades de apoio administrativo e as de apoio operacional relacionadas a reformas, conservação, limpeza e manutenção da área física interna e externa da instituição.

§ 2º - Auxiliar Administrativo é cargo da área administrativa que deve ser ocupado por funcionário com segundo grau completo, que exerça qualquer atividade administrativa, auxiliando o profissional técnico-administrativo de nível superior ou o de nível médio.

§ 3º - Técnico-Administrativo de Nível Médio é o profissional que atue na área administrativa, com segundo grau completo, com habilitação técnica, que desenvolva atividades técnico-administrativas específicas da sua área de competência e auxilie o profissional técnico-administrativo de nível superior.

§ 4º - Técnico-Administrativo de Nível Superior é o profissional que atue na área administrativa, com curso superior completo, específico para a área de nível superior, que exerça atividades em nível superior.

CAPÍTULO III - DO INGRESSO

SEÇÃO II - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art.9º - A admissão dos profissionais do Corpo Técnico-Administrativo é condicionada à existência de vagas e, far-se-á pela Diretoria Geral, ouvida a Diretoria Administrativa-Financeira e aprovada pela Mantenedora.

CAPÍTULO IV - DO REGIME DE TRABALHO

Art.10º - O regime de trabalho dos funcionários da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

CAPÍTULO V - DOS DIREITOS, DEVERES E VANTAGENS

Art 12º - Os direitos e deveres dos funcionários, docentes e técnicos administrativos além dos dispostos na Consolidação das Leis do Trabalho, são os constantes deste Plano.

Art.13º - Aos funcionários da Instituição é assegurado:

- Remuneração compatível com seu cargo e desempenho;
- Acesso, promoção e progressão no plano de carreira;
- Tomar conhecimento do resultado da avaliação de seu desempenho;
- Incentivo ao seu aprimoramento profissional;
- Direito, em igualdade de condições a qualquer funcionário da Instituição, à política de benefícios/vantagens da instituição;
- Direito a voto e a elegibilidade, em conformidade com o Regimento Interno da Instituição;
- Condições adequadas ao exercício profissional.

Art.14º - Os funcionários da Instituição devem:

- Comparecer ao ambiente de trabalho no horário contratual e em horários extraordinários, quando convocados;
- Guardar sigilo quanto aos assuntos de serviço;
- Manter com os colegas e superiores relações de participação, cooperação e solidariedade;
- Zelar pela economia do material e pela conservação do que for confiado à guarda e ao uso;
- Apresentar, dentro dos prazos previstos, relatórios da suas atividades ou documentos de sua responsabilidade;
- Cumprir e fazer cumprir, em sua área de atuação, as normas estabelecidas e orientações dos órgãos superiores;
- Manter comportamento ético em todos os momentos e não praticar atos que firam física ou moralmente qualquer pessoa dentro da Instituição;
- Participar de eventos de atualização e aperfeiçoamento dentro de sua

atuação profissional.

Art.15º - Aos funcionários da Instituição é proibido, sob pena de sanções disciplinares:

- Deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada ou dele se retirar durante o horário de expediente, sem prévia autorização;
- Tratar, nas horas de trabalho, de assuntos particulares, alheios às atividades da Instituição;
- Promover ou participar de manifestações que contribuam para a desordem física ou moral, dentro da Instituição;
- Exercer atividade político-partidária dentro de sala de aula ou em qualquer dependência da Instituição;
- Confiar a regência de sua disciplina a terceiros, sem a prévia autorização;
- Praticar atos que firam moralmente a Instituição.

Art.16º - As sanções disciplinares a que estão sujeitos os funcionários da Instituição são, além das previstas na legislação trabalhista vigente, a advertência verbal e escrita.

§ 1º - As sanções disciplinares serão graduadas e aplicadas pelo superior hierárquico, em conformidade com o previsto no Regimento Interno da Instituição.

§ 2º - Na aplicação das sanções disciplinares será observado o seguinte:

- As sanções de advertência verbal e escrita serão aplicadas sumariamente, depois de constatada a irregularidade ou falta leve;
- A sanção de suspensão será aplicada após a apuração de falta média, mediante ato motivado do superior competente, devendo ser graduada em conformidade com a legislação trabalhista vigente;
- A sanção de demissão para os funcionários dar-se-á por ato motivado, em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

Art.17º - Além do vencimento do cargo, o funcionário da Instituição poderá receber:

- Diárias;
- Ajuda de custo;
- Bolsa de estudos;
- Adicional por tempo de serviço, em forma de anuênio, representado pelo acréscimo de um por cento (1%) do salário-base mensal, a partir do primeiro ano de serviço prestado ininterruptamente para a Instituição, até o teto de trinta anuênios.
- Adicional de insalubridade ou periculosidade, de acordo com a legislação vigente, quando cabível;
- Gratificação por exercício de cargo durante seu efetivo exercício;
- Bolsa de estudos para dependentes.

CAPÍTULO VI - DO AFASTAMENTO, LICENÇA E SUBSTITUIÇÃO

Art.18º - Além dos casos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o ocupante de qualquer cargo na Instituição poderá afastar-se de suas funções, com direitos e vantagens estabelecidos neste documento, devidamente autorizados pelo

Diretor Geral e aprovados pela Mantenedora, conforme o caso, para:

- Atender a interesses administrativos ou de representatividade da Instituição;
- Quando docente, exercer cargo administrativo na Instituição;
- Capacitar-se em cursos de pós-graduação lato ou stricto-sensu;
- Realizar estágios;
- Participar de congressos e outros eventos de caráter científico, técnico ou artístico, relacionados com sua atividade na Instituição, desde que não haja prejuízo destas.

§ 1º - O pedido de afastamento, nos casos previstos nos itens "IV" e "V", na forma de diretrizes disciplinadas pela Mantenedora, deverá ser encaminhado, através de requerimento dirigido ao Curso de lotação do docente ou ao superior imediato no caso de funcionário do quadro técnico-administrativo, acompanhado da programação a que se destina, relacionado, obrigatoriamente, à área de atuação do requerente.

§ 2º - O funcionário terá obrigatoriamente de se apresentar à Instituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da conclusão de seus estudos de Pós-Graduação.

Art.19º - A concessão de licença remunerada, em forma de bolsa de estudos, para os afastamentos com objetivo de capacitação em cursos de pós-graduação, implicará, necessariamente, que o funcionário assuma o compromisso escrito de prestar serviços à Instituição, após a conclusão do curso, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Instituição, acrescidas de juros e atualização monetária.

§ 1º - Durante o período de duração de curso e ao final do mesmo fica o funcionário obrigado a remeter à Diretoria Geral relatório semestral das atividades, com a comprovação de frequência mensal com visto do coordenador do curso de Pós-Graduação em que está matriculado, sob pena de suspensão da bolsa.

§ 2º - Caso o bolsista não conclua o curso objeto da licença, deverá reembolsar à Instituição as importâncias recebidas, acrescidas de juros a atualização monetária.

Art.20 - Em qualquer caso previsto no artigo 19º, o funcionário a quem for concedido o afastamento manterá a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VII - O PLANO DE CARREIRA

Art.21º - O plano de carreira da Instituição se constitui do conjunto de cargos estruturados de acordo com as atividades e competências profissionais afins, em relação à natureza do trabalho ou à aplicação dos conhecimentos necessários ao desempenho destes, e das condições de movimentação do ocupante destes cargos na estrutura geral das carreiras.

Art.22º. - O plano de carreira da Instituição tem por objetivos:

- Oportunizar à administração da Instituição carreiras compatíveis com a necessidade de recursos humanos;
- Permitir que através das possibilidades de ascensão profissional, os funcionários da Instituição possam maximizar suas habilidades e comportamentos e atingir seus objetivos de vida;
- Assegurar que a política de formação e desenvolvimento de carreira seja transparente, justa e dinâmica, reconhecendo e valorizando os profissionais

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

da Instituição;

- Garantir que a administração da Instituição possa utilizar o desenvolvimento da carreira como um instrumento efetivo de administração integrada.

Art.23º - Entende-se por ascensão ou promoção a passagem do funcionário para um cargo de maior complexidade e de maior remuneração.

Art.24º - Entende-se por progressão a passagem de um nível para outro, dentro do mesmo cargo em que o funcionário esteja enquadrado, oportunizando aumento de remuneração.

CAPÍTULO VIII - DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art.25º - A carreira dos funcionários da Instituição será constituída por categorias e níveis. Categoria é a divisão da carreira que, fundamentada na escolaridade, titulação acadêmica, agrupa atividades/competências, responsabilidades, qualificação profissional e experiências. Níveis são as subdivisões de uma mesma categoria que determinam a progressão do funcionário, em conformidade com os artigos 35º. e 36º. deste Plano. O funcionário terá sua evolução no quadro de carreira definida em forma de promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento. Em caso de empate, fará jus à promoção, o funcionário mais idoso e o que obtiver maior desempenho em avaliações específicas.

SEÇÃO III - PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art.34º - A carreira do corpo técnico-administrativo da Instituição será estruturada nas seguintes categorias e níveis:

- Auxiliar de Serviços Gerais NIVEL A,B,C,D,E e F;
- Auxiliar Administrativo NIVEL A,B,C,D,E e F;
- Técnico Administrativo de Nível Médio NIVEL A,B,C,D,E e F;
- Técnico Administrativo de Nível Superior NIVEL A,B,C,D,E e F.

§ 1º - A categoria I, Auxiliar de Serviços Gerais, reúne cargos cujas atividades requerem conhecimento prático, limitados a uma rotina de trabalho.

§ 2º- A categoria II, Auxiliar Administrativo, congrega os cargos que exigem conhecimentos em nível de segundo grau e atividades de pouca complexidade.

§ 3º - A categoria III, Técnico Administrativo de Nível Médio, reúne os cargos que exigem conhecimentos técnicos de segundo grau e atividades de média complexidade.

§ 4º - A categoria IV, Técnico Administrativo de Nível Superior, compreende os cargos que exigem conhecimentos teóricos e práticos de nível superior, atividades e competências de maior complexidade e responsabilidade gerencial.

CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO

Art.35º - A remuneração dos funcionários da Instituição dar-se-á de acordo com as tabelas abaixo, tanto para fins de ingresso, quanto para promoção e progressão.

TABELA II – VALOR DOS SALÁRIOS DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, POR CATEGORIA E NÍVEIS.

CATEGORIA /	PISO (R\$)	A	B	C	D	E	F
-------------	------------	---	---	---	---	---	---

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

NÍVEL							
Aux.Serv.Gerais	520,00	1,000	1,020 0	1,0404	1,0612	1,082 4	1,1041
Aux.Administrativo	520,00	1,000	1,020 0	1,0404	1,0612	1,082 4	1,1041
Téc.Adm.N.Médio	650,00	1,000	1,020 0	1,0404	1,0612	1,082 4	1,1041
Tec.Adm.N.Superior	1100,00	1,000	1,020 0	1,0404	1,0612	1,082 4	1,1041

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.39º - Este regulamento entrará em vigor após aprovação pela Mantenedora.

Art.40º - A administração acadêmica da Instituição se empenhará no sentido de promover o crescimento profissional do seu quadro de pessoal, com treinamento específico, permanente capacitação profissional e avaliação de desempenho, tendo em vista as necessidades de qualidade dos serviços e a eficácia organizacional.

Art.41º - Este plano poderá ser reformado ou alterado mediante proposta e aprovado pela Mantenedora.

Art.42º - Este plano de cargos, salários e carreira, após aprovado pela Mantenedora, será implantado imediatamente.

Art.43º - Os casos omissos neste plano serão tratados pela Mantenedora.

Art.44º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Luís - MA, 10 de fevereiro de 2010.

Profª MsC Rita Ivana Barbosa Gomes
Diretora Geral

ANEXO 04

**PROGRAMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO/PIC
INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR/IFES**

PROGRAMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO/PIC

- **Plano de Qualificação do Corpo Técnico/Administrativo – PEQ/TEC**
- **Plano de Qualificação do Corpo Docente – PQD**

**SÃO LUÍS/MA
2006**

SUMÁRIO

1	PROGRAMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO/PIC	03
1.1	Plano de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo/PEQ-TEC	03
1.1.1	Formação Inicial	04
1.1.2	Formação Continuada	05
1.1.3	Normas do PEQ/TEC	07
1.2	Plano de Qualificação do Corpo Docente/PQD	12
1.2.1	Estratégias: Cursos de Pós-graduação e Atualização Profissional	12
1.2.2	Estratégias: Formação Inicial e Continuada	13
1.2.2.1	Formação Inicial	13
1.2.2.2	Formação Continuada	15
1.2.3	Financiamento do PQD	15
1.2.4.	Disposições Gerais	15
1.2.5	Normas do PQD	17

1 PROGRAMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO/PIC

O Programa Integrado de Gestão do Capital Humano/PIC é o documento oficial que tem como objetivo organizar a qualificação do quadro técnico-administrativo e do corpo docente do IFES.

Está alicerçado nas políticas de gestão constante no Plano de Cargos, Salário e Carreira/PCSC que regula as formas de vínculo empregatício necessárias ao funcionamento da Instituição incluindo normas, progressão funcional, incentivos, benefícios e outras deliberações. No tocante a política de incentivos e benefícios o IFES buscará soluções diferenciadas, como, por exemplo, salário base e variável (bônus e gratificações), remuneração total (salário nominal + variável + benefícios + incentivos), metodologias para avaliação de cargos e funções, estabelecimento das normas para admissão, plano de carreira, promoção, reajustes por desempenho, por mérito e resultados, entre outras.

Nesse sentido, a proposta é implementar uma gestão co-responsável.

Em se tratando especificamente da qualificação profissional, o PIC foi idealizado e desdobrado em dois documentos básicos: Plano de Qualificação do Corpo Técnico/Administrativo – PEQ/TEC e o Plano de Qualificação do Corpo Docente – PQD.

1.1 Plano de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo–PEQ/TEC

Consciente das aceleradas mudanças no mundo contemporâneo no que diz respeito a qualificação e requalificação profissional, a mantenedora pretende adotar mecanismos e ferramentas coerentes de formação para o seu pessoal técnico-administrativo.

A política e gestão da pessoa adotada neste plano parte da premissa de que qualificar vai além de oferecer vantagens ou agir de forma paternalista prestando uma assistência além do salário pago. Desta forma, a política de qualificação do IFES é formada por quatro elementos: salários, benefícios, clima de trabalho e oportunidades de aprendizagem continuada.

Nesse sentido, o PEQ/TEC tem como função primordial organizar as ações de capacitação do corpo técnico-administrativo, visando a melhoria permanente dos serviços prestados por este seguimento funcional. E estará sob a responsabilidade da Diretoria Administrativo-Financeira conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI.

O referido plano de capacitação será dividido em dois momentos:

1.1.1 Formação Inicial

Tem como objetivos:

- Informar as normas, direitos e deveres dos colaboradores;
- Estabelecer um clima organizacional favorável ao bom andamento dos serviços prestados;
- Estabelecer uma rotina diária entre os colaboradores;
- Desenvolver e identificar as potencialidades de cada funcionário.

Acontecerá até os primeiros três meses após a admissão do colaborador atendendo, assim, ao processo de integração de novos colaboradores ao IFES.

QUADRO 1 – Proposta de Formação Inicial/Pessoal Técnico-administrativo

ORDEM	CONTEÚDOS	C.H.
01	PDI e Estrutura Organizacional do IFES	04
02	Regimento Interno	04
03	Plano de Cargos, Salários e Carreira/PCSC	02
04	Funções de cada servidor: direitos e deveres	02
05	Relacionamento Interpessoal	02
06	Atendimento ao Público	02
CARGA HORÁRIA TOTAL		16

1.1.2. Formação Continuada

Terá um caráter contínuo, diagnóstico, processual e será em serviço, propondo-se a:

- Capacitar os colaboradores de acordo com as exigências atuais e a necessidade da instituição;
- Formar um quadro técnico-administrativo competente, eficiente, eficaz e criativo, buscando sempre a satisfação da comunidade acadêmica;
- Criar uma postura de co-participação e co-responsabilidade com o firme propósito de elevar cada vez mais a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Acontecerá por iniciativa da instituição e do colaborador, de acordo com as avaliações implementadas pela Comissão Permanente de Avaliação/CPA, ou seja, tanto por iniciativa da instituição ou do colaborador será baseada na deficiência comprovada pela CPA. Em se tratando da iniciativa do colaborador em se qualificar, deverá estar em consonância com alguns critérios básicos, tais como: avaliação funcional positiva; tempo mínimo de serviço na instituição (mínimo dois anos) e compromisso de contrapartida.

Outro elemento que será considerado para a organização da formação continuada do IFES, será o avanço tecnológico, assim como, os avanços acerca do atendimento ao público, marketing gerencial e pessoal, comunicação, enfim, de temas relevantes e inerentes à função técnico-administrativa.

1.1.3 Normas do Plano de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo/PEQ-TEC

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º - São finalidades do PEQ/TEC:

I - estimular normas de conduta, comportamento ético e compromisso profissional para o exercício eficiente das atividades funcionais;

II – atrair e reter profissionais de reconhecida competência em sua área de atuação;

III – Promover o desenvolvimento profissional e o exercício ativo da cidadania com responsabilidade social e condições dignas de vida.

IV – introduzir uma nova cultura organizacional baseada na Gestão Participativa que privilegia: motivação, produtividade, criatividade, inovação, competência diferenciada, trabalho em equipe, responsabilidade compartilhada vinculada ao resultado e; compromisso permanente com a missão social do IFES.

Art. 2º - São consideradas atividades do PEQ/TEC:

I – as funções de direção, coordenação, assessoramento e representação junto aos órgãos colegiados do IFES;

II – os serviços técnicos especializados de planejamento e gestão estratégica funcional e institucional;

III – os serviços de apoio à extensão acadêmica e de assistência à comunidade local voltados para a inclusão social;

IV – as tarefas de suporte e apoio à missão educacional do IFES;

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

Art. 3º - O corpo técnico-administrativo é constituído pelas categorias de:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

§ 1º - Auxiliar de Serviços Gerais é cargo da área administrativa que deve ser ocupado por funcionário com grau de escolaridade mínima de ensino fundamental completo e que desenvolva atividades de apoio administrativo e as de apoio operacional relacionadas a reformas, conservação, limpeza e manutenção da área física interna e externa da instituição.

§ 2º - Auxiliar Administrativo é cargo da área administrativa que deve ser ocupado por funcionário com segundo grau completo, que exerça qualquer atividade administrativa, auxiliando o profissional técnico-administrativo de nível superior ou o de nível médio.

§ 3º - Técnico-Administrativo de Nível Médio é o profissional que atue na área administrativa, com segundo grau completo, com habilitação técnica, que desenvolva atividades técnico-administrativas específicas da sua área de competência e auxilie o profissional técnico-administrativo de nível superior.

§ 4º - Técnico-Administrativo de Nível Superior é o profissional que atue na área administrativa, com curso superior completo, específico para a área de nível superior, que exerça atividades em nível superior.

Art. 4º – A critério da Entidade Mantenedora poderão ser contratados os serviços especializados de profissionais liberais, empresa ou cooperativa, preferencialmente, nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação Proteção do Patrimônio, Segurança, Limpeza, Manutenção e Conservação e outros serviços de natureza eventual ou transitória.

Art. 5º - As normas e os critérios de contratação temporária serão formuladas pelo órgão de planejamento e gestão e aprovadas pela mantenedora.

CAPITULO III DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA

Art. 6º – Visando melhorar os serviços prestados, os cursos de formação continuada serão oferecidos semestralmente e estarão vinculados ao interesse institucional e de acordo com o resultado avaliativo realizado pela CPA.

Art. 7º – Em se tratando da formação continuada solicitada pelos colaboradores do IFES e que serão oferecidos fora da instituição, os candidatos a participarem de cursos de capacitação serão selecionados de acordo com os seguintes critérios: avaliação funcional positiva; tempo mínimo de serviço (mínimo dois anos); compromisso de contrapartida.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO POR RESULTADOS

O sistema de remuneração da mantenedora é flexível, contribuindo para a não rotatividade de pessoal na empresa.

Art. 8º - A remuneração acompanhará os valores praticados pelo mercado de trabalho e será composta por um salário base, que poderá ser acrescido com benefícios variáveis e incentivos não monetários de curto e longo prazo.

Art. 9º – A tabela de remuneração, constante no PCSC, será revisada, periodicamente, em função de convenção, acordo, dissídio coletivo e/ou perda do poder aquisitivo, medidos por índices oficiais de inflação. A atualização da tabela estará condicionada à capacidade e disponibilidade financeira da Entidade Mantenedora.

Art. 10 – Os níveis de remuneração serão compatíveis com o grau de complexidade e responsabilidade exigidas pela função e de acordo com a categoria funcional em que se enquadra o empregado.

Art. 11 – A tabela será composta de faixas progressivas de remuneração que contemplará a passagem horizontal na mesma categoria e ascensão vertical de uma para outra categoria, imediatamente superior. (artigo 35º, §2º do PCSC).

Art. 12 – As funções de confiança de caráter técnico/administrativo, exercidas pelo colaborador junto aos Órgãos Colegiados, de direção e coordenação, serão remuneradas através de uma tabela suplementar de gratificação, que será aprovada e atualizada pela direção da mantenedora. (artigo 36º do PCSC).

CAPITULO V DO SISTEMA DE BENEFÍCIOS E INCENTIVOS

O sistema de benefícios e incentivos do IFES deverá atender a dois tipos de interesse: aos objetivos organizacionais e ao seu capital humano, na medida em que os benefícios terão impacto sobre a qualidade de vida dos colaboradores, influenciando diretamente sobre suas necessidades humanas básicas e, portanto, auxiliando a empresa na manutenção de baixos índices de rotatividade, absenteísmo, redução de estresse, bem como tornando a Instituição atrativa e competitiva, aos olhos dos empregados, em relação à outras empresas do mercado de trabalho.

Art. 13 – O órgão de gestão do pessoal organizará os tipos de benefícios a serem disponibilizados e que poderão ser programáveis, optativos e/ou condicionais, a depender da contrapartida necessária.

I – Tipos de benefícios:

a) Auxílio transporte;

b) Auxílio refeição.

II – Tipos de incentivos:

a) Recrutamento interno preferencial;

b) Estágio de *Trainees* (jovens recém-formados);

c) Prêmio incentivo à produção intelectual e à inovação;

CAPITULO VI DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 14 – Os cursos de capacitação profissional, incluídos no PEQ/TEC, serão financiados com recursos próprios do IFES e por recursos alocados por terceiros.

Art. 15 – Os orçamentos anuais ou plurianuais destinarão recursos suficientes para a execução do PEQ/TEC, previamente aprovados pela mantenedora.

VII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 – O IFES, anualmente, aprovará as ações e metas do PEQ/TEC para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os programas similares de instituições congêneres.

Art. 17 – O PEQ/TEC entrará em vigor na data de sua aprovação e respectiva publicação interna do IFES.

1.2 Plano de Qualificação do Corpo Docente – PQD

O Plano de Qualificação do Corpo Docente/PQD tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência do IFES, por meio de *Cursos de Pós-graduação, Atualização Profissional e Formação Inicial e Continuada* oportunizando aos seus professores condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

1.2.1. Estratégias: Cursos de Pós-graduação e Atualização Profissional

O IFES, observada a oportunidade e conveniência, estabelecida em regulamentos específicos, oferecerá aos docentes os seguintes incentivos, além dos previstos no Plano de Carreira:

- Concessão de auxílio para os seus professores e colaboradores participarem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional;

- Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente através do Conselho Editorial do IFES.
- Incentivo para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais.

Pré-requisitos

Os professores e colaboradores do IFES candidatos a Cursos de Pós-graduação e Atualização Profissional, devem atuar na área de ensino, ou participar em projetos de pesquisa e/ou de extensão na instituição por pelo menos dois anos consecutivo. E ainda será observado:

- Nos programas de doutorado, terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de mestrado;
- Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de especialização;
- Nos cursos de especialização, os que possuam a graduação e tenham certificado de monitoria;
- Nos cursos de treinamento ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área, de acordo com o estabelecido no PCSC.

Além dos pré-requisitos supracitados a produção, dos trabalhos científicos (pesquisas e/ou estudos) oriundos destes cursos, deverá estar vinculada aos interesses da instituição.

1.2.2. Estratégias: Formação Inicial e Continuada

1.2.2.1. Formação Inicial

Em se tratando de Formação Inicial, considerando o professor, seu maior patrimônio e visando meios de incentivo e fidelização, os docentes ao ingressarem no IFES receberão uma formação inicial, que tem como objetivos:

- Conhecer a estrutura organizacional e a missão institucional do IFES;
- Conhecer os cursos de graduação oferecido pela instituição;
- Conhecer e analisar a organização didático-pedagógica do curso em que o docente estará desenvolvendo suas funções;
- Discutir a situação atual do Ensino Superior no país, assim como, conhecer a legislação e diretrizes curriculares dos cursos.

Acontecerá em dois módulos e será de responsabilidade do Instituto Superior de Educação, de acordo com o Capítulo VI, Artigo 22 do Regimento Interno do IFES. A capacitação será de 16 horas, distribuídas em quatro dias.

Os módulos abordados e seus temas básicos serão os seguintes:

1. Módulo I – Identidade Institucional

Carga Horária: 06 horas

Objetivo: Conhecer a estrutura organizacional da instituição.

2 Módulo II – Organização Didático-pedagógica dos Cursos

Carga Horária: 10 horas

Objetivo: Conhecer a organização didático-pedagógica do curso de graduação a qual o docente estará vinculado.

QUADRO 02 – Proposta de formação inicial para docentes/2006

Ordem	CONTEÚDOS	C.H.	PERÍODO
MÓDULO I – IDENTIDADE INSTITUCIONAL			
01	PDI e Estrutura Organizacional	02	2006
02	Regimento Interno	01	2006
03	Plano de Cargos, Salário e Carreira	01	2006
04	Estrutura dos Cursos de Graduação	02	2006
SUBTOTAL – CARGA HORÁRIA		06	---
MÓDULO II – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO			
01	Ensino Superior e Diretrizes Curriculares do Curso	02	2006
02	Projeto do Curso	03	2006
03	Organização Curricular	02	2006
04	Procedimentos Avaliativos	01	2006
05	Ensino, Pesquisa e Extensão no Curso	01	2006
06	Operacionalização Administrativa do Curso	01	2006
SUBTOTAL – CARGA HORÁRIA		10	---
CARGA HORÁRIA TOTAL		16	---

1.2.2.2. Formação Continuada

Fundamenta-se no caráter processual e contínuo do processo de aquisição do conhecimento e será em serviço. Propõe-se a:

- Formar um quadro de docentes qualificados, criativos e com embasamento teórico compatível com as necessidades dos discentes e com as exigências do mundo contemporâneo;
- Qualificar profissionais aptos a desenvolver na instituição uma docência comprometida com as necessidades sociais da comunidade maranhense;
Acontecerá semestralmente oferecida pelo IFES.

1.2.3. Financiamento do PQD

Os programas de pós-graduação, graduação e de treinamento profissional, incluídos no PQD, serão financiados com recursos próprios da mantenedora, e por recursos alocados por terceiros. Os orçamentos anuais ou plurianuais do IFES destinarão recursos suficientes para a execução da PQD.

1.2.4. Disposições gerais

O IFES, anualmente, aprovará as ações e metas da PQD para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação e da pesquisa.

Em síntese, o PQD faz parte de uma estratégia maior que visa a integração e o engajamento do corpo docente na busca por resultados positivos

para o projeto institucional. A gestão participativa se efetivará no cotidiano acadêmico, quando os professores, alunos, colaboradores, corpo diretor e membros da sociedade poderão dialogar sobre os rumos do IFES, sugerindo, opinando, apresentando falhas, fortalecendo pontos positivos, enfim, otimizando processos e buscando resultados cada vez mais satisfatórios para instituição e para a comunidade.

1.2.5 Normas do Plano de Qualificação do Corpo Docente / PQD

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º - As finalidades do PQD são:

- I - estimular o professor para o exercício eficaz e eficiente das funções para as quais foi contratado;
- II – promover o crescimento funcional docente.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO

Art. 2º - São consideradas atividades acadêmicas próprias do corpo docente no ensino superior:

- I – as horas de aula ministradas no ensino de graduação e de pós-graduação;
- II – as atividades desenvolvidas na área da pesquisa ou concernentes à produção, ampliação, revisão ou aprofundamento do conhecimento;
- III – as atividades de extensão que atendam à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, de relevância social;
- IV – as inerentes ao planejamento e gestão acadêmica, coordenação de curso, assessoramento à direção ou representação em órgão colegiado, em função da condição docente.

CAPÍTULO III DO CORPO DOCENTE

Art. 3º - O Corpo docente do Magistério Superior da Instituição é constituído pelos professores que exerçam atividades inerentes ao Ensino de graduação, pós-graduação, Pesquisa e Extensão e as pertinentes à administração acadêmica.

Art. 4º - O Corpo docente do Magistério Superior é formado pelas seguintes categorias:

- I – Professor Especialista;
- II – Professor Mestre;
- III – Professor Doutor.

§ 1º - Professor Especialista é o profissional da área de Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação lato-sensu e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em curso superior, ou auxilie na execução de projetos de pesquisa, ou oriente alunos em estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de curso superior, na respectiva área do conhecimento.

§ 2º - Professor Mestre é o profissional da área do Ensino que possua, além do curso

de graduação, pós-graduação *stricto-sensu* em nível de mestrado e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ainda auxiliar na elaboração de programas para cursos de pós-graduação, ou coordenar a elaboração e executar projetos de pesquisa, ou orientar alunos nos estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, na respectiva área do conhecimento.

§ 3º - Professor Doutor é o profissional da área do Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto-sensu* em nível de doutorado e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ainda elaborar programas para cursos de pós-graduação, coordenar a elaboração e execução de projetos de pesquisa, orientar alunos nos estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação, na respectiva área do conhecimento.

Art.5º - Também integrarão o corpo docente do Magistério Superior as seguintes categorias especiais:

Professor Substituto;

Professor Colaborador;

Professor Visitante.

§ 1º - Professor Substituto é o profissional do Ensino, devidamente habilitado, que depois de comprovada necessidade de afastamento de qualquer docente, venha a substituí-lo por tempo determinado e não superior a seis meses.

§ 2º - Professor Colaborador é o profissional da área do Ensino que, após aprovado em processo seletivo específico e devidamente credenciado, seja contratado em caráter temporário e determinado.

§ 3º - Professor Visitante é o profissional de renome e de comprovado conhecimento que, tendo seu nome aprovado pelo Diretor Geral, seja convidado para desenvolver projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão na Instituição, em caráter temporário e por tempo determinado.

§ 4º - Os professores das categorias especiais integram o corpo docente da Instituição, porém não fazem parte do Plano de Carreira.

§ 5º - As atividades, responsabilidades e remuneração dos professores das categorias especiais devem constar de documento contratual específico.

CAPITULO IV DA CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Com a finalidade de promover e manter o padrão de qualidade de seu corpo docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão, o IFES implementará o PQD, na modalidade presencial ou semi-presencial, nas áreas de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), para atualização do conhecimento científico, tecnológico e/ou profissional.

Art. 6º - Para alcance de suas finalidades, o IFES oferecerá a seus professores, além dos previstos no PQD, os seguintes incentivos:

a) incentivo para que professores do IFES participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em áreas afins;

b) incentivo e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

c) apoio e logística do IFES para editoração, inclusive em versão eletrônica, de produções técnicas e científicas, consideradas de relevância para o novo saber;

d) licença para participação em programas de capacitação docente, de relevância e interesse do IFES.

e) Todos os incentivos estão condicionados a viabilidade econômica e financeira do IFES.

Art. 7º - Os professores do IFES podem se inscrever no PQD de acordo com os seguintes critérios:

- a) Nos programas de doutorado, terá prioridade os que possuem, no mínimo, o título de mestrado, com dois anos de atividade de ensino e pesquisa, ou dois anos de ensino e extensão, concomitante no IFES;
- b) Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de especialização, com dois anos de atividade de ensino e um ano em pesquisa, ou dois anos de ensino e um ano em extensão, concomitante no IFES;
- c) Nos cursos de especialização, os que possuam a graduação e tenham certificado de monitoria, com dois anos de atividade de ensino e um ano em extensão, ou dois anos de ensino e um ano em pesquisa, concomitante no IFES;
- d) Nos cursos de treinamento ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área, que já tenham atividade docente por no mínimo um semestre no IFES.

CAPÍTULO V DA PROGRESSÃO E AVALIAÇÃO DOCENTE

Art. 8º - A progressão na carreira do magistério pode ocorrer por titulação ou por desempenho acadêmico, nos termos da legislação vigente e de acordo com o Capítulo VIII, Seção II, do Artigo 31 a 33, do Plano de Cargos, Salário e Carreira.

Art. 9º - A avaliação de desempenho do docente nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica para fins do PQD é levada a efeito pela CAP, integrada e harmonizada com os critérios da avaliação externa do MEC, prevista em Lei.

Art. 10º - As avaliações efetuadas pela CAP servirão de parâmetro para a progressão funcional e obtenção de outros benefícios pertinentes à carreira do magistério, conforme disposto na legislação vigente e regulação interna do IFES.

Art. 11º - A progressão funcional por titulação de uma para outra classe das carreiras do magistério superior far-se-á de acordo com legislação vigente, independentemente de interstício, da seguinte forma:

I – para a classe de professor titular, mediante a obtenção do título de doutor;

II – para a classe de professor adjunto, mediante a obtenção do grau de mestre.

III – para classe de professor assistente, mediante a obtenção do grau de especialista.

§1º A obtenção do título de doutor, mestre ou especialista deve ocorrer em cursos reconhecidos pelo órgão federal de educação ou em outros cursos, desde que com diploma devidamente convalidado, em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 12º - No caso de docente que não houver obtido a titulação correspondente à classe superior, a progressão funcional dar-se-á do último nível da classe ocupada pelo docente para o nível seguinte da classe subsequente, mediante avaliação do seu desempenho acadêmico e desde que o docente esteja, no mínimo, há dois anos no nível da respectiva classe.

§1º A avaliação de que trata este artigo será autorizada pelo Conselho Superior (CONSUP), à vista de justificativa apresentada pelo docente e julgada cabível, quanto à não obtenção da titulação necessária.

§ 2º A avaliação prevista no caput deste artigo será de competência do CAP, com base no memorial descritivo das atividades acadêmicas e da defesa de seu conteúdo, importância e embasamento teórico.

§ 3º O CAP emitirá parecer conclusivo para homologação do CONSUP.

Art. 13º - Obtida a primeira progressão funcional sem titulação, o docente somente poderá requerer uma segunda progressão funcional após a obtenção de título de pós-graduação stricto sensu.

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS

Art. 14 – Os contratados pela Entidade Mantenedora para integrar o Quadro de Carreira Docente, serão remunerados segundo a categoria funcional e o regime de trabalho, conforme os valores expressos em tabela salarial, aprovada e atualizada periodicamente pela Entidade Mantenedora, considerando-se os valores de mercado e os mínimos dispostos na legislação em vigor. (Capítulo IX do PCSC)

§ 1º - O professor poderá receber uma gratificação adicional, a ser fixada por essa, pela sua produção científica e intelectual publicada pelo órgão próprio da Instituição, desde que contribua para o aperfeiçoamento do curso em que atua.

§ 2º - As atividades acadêmicas, previstas no artigo 2º, serão remuneradas nos termos deste Plano de Carreira Docente, tendo como base o valor da hora de aula atribuído à categoria funcional em que se enquadra o professor.

§ 3º - A remuneração das horas de aula ou horas de atividades, nos cursos ou programas de Pós-Graduação e Extensão Universitária, quando ministrada em módulos, será fixada em cada caso, em função das características do evento:

I – A Entidade Mantenedora publicará, em ato próprio, o valor da remuneração fixado conforme os valores praticados pelo mercado, respeitados os mínimos legais e consubstanciada em instrumento de contratação específico;

II – A remuneração em questão cessará, na forma da contratação, quando terminarem as atividades do evento, segundo a sua programação, e não gerará direitos de continuidade por ser atividade eventual, temporária e por obra certa.

Art. 15 – A hora aula compreende, para efeitos de remuneração, à aula efetivamente ministrada, seu planejamento e preparação, avaliação dos alunos, avaliação de desempenho e registro e controle acadêmico.

Art. 16 – A remuneração do professor Colaborador ou Visitante será fixada tendo em vista a qualificação do contratado, observada, sempre que possível, a correspondência com os valores estabelecidos para professores da Carreira Docente e o regime de trabalho que lhe for definido, nos termos do contrato.

Art. 17 – São assegurados ao professor:

a) Reconhecimento de competência em sua área de atuação;

- b) Condições de aprimoramento profissional;
- c) Remuneração compatível com sua qualificação acadêmica;
- d) Infra-estrutura adequada ao exercício de suas atividades profissionais;
- e) Apoio didático-pedagógico; e
- f) Apoio psicopedagógico.

CAPITULO VII DA GESTÃO DO PQD

Art. 18 – O PQD será previamente aprovado pela CONSUP. A responsabilidade pela gestão do PQD será do Instituto Superior de Educação/ISE, cabendo a este:

- a) gerenciar todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos cursos e aos seus participantes;
- b) elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento do programa;
- c) submeter à Diretoria Acadêmica as propostas de recrutamento, seleção, admissão e dispensa de pessoal;
- d) presidir a comissão encarregada de selecionar os candidatos para o programa, segundo os critérios estabelecidos neste plano e nas demais normas expedidas pelos órgãos próprios do IFES;
- e) submeter à Diretoria Acadêmica os assuntos omissos, para decisão superior.

CAPITULO VIII DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 19 – Os programas de pós-graduação, graduação e de capacitação acadêmica, incluídos no PQD, serão financiados com recursos próprios do IFES e por recursos alocados por terceiros.

Art. 20 – Os orçamentos anuais ou plurianuais destinarão recursos suficientes para a execução do PQD, previamente aprovados pela mantenedora.

CAPITULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – O IFES, anualmente, aprovará as ações e metas do PQD para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação e da pesquisa.

Art. 22 – Para todos os efeitos, cabe à Administração da Entidade Mantenedora a decisão final sobre a implementação de medidas que importem custos ou alterações no orçamento anual do IFES.

Art. 23 – Os afastamentos para realizar curso de Pós-Graduação, participar de congressos ou seminários e outros eventos serão objetos de regulamentação pelo IFES, respeitadas suas necessidades e conveniências, nos termos das normas propostas pela Direção do IFES e aprovadas pela Entidade Mantenedora.

Art. 24 – Cabe à Direção do IFES a atribuição para implementar todo o processo de enquadramento dos professores, podendo, a seu critério, pedir o assessoramento da respectiva Coordenação.

Art. 25 – O PQD pode ser reformulado ou alterado mediante proposta da Direção do IFES à Entidade Mantenedora, a qual decidirá pela aprovação.

Art. 26 – Este PQD entrará em vigor na data de sua aprovação e respectiva publicação interna do IFES.

ANEXO 05

RESOLUÇÃO Nº 006/2010-CONSEP, 08 de março de 2010.

Dispõe sobre normas para implantação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP e dos núcleos de sua composição, a saber, o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/NAP e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/NUPAD.

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** do Instituto Florence de Ensino Superior, no uso das atribuições, em conformidade com o Regimento Interno e o Plano de Desenvolvimento Institucional em vigor e objetivando regulamentar os procedimentos para a implantação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, resolve:

DA NATUREZA

Art. 1º - Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, é um órgão de assessoramento didático-pedagógico do Instituto Florence de Ensino Superior, constitui-se como instância de apoio, acompanhamento e operacionalização de atividades acadêmicas e visa dar suporte a docentes e discentes da instituição no que diz respeito às atividades inerentes a prática pedagógica e prática acadêmica, conforme definidas no Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação do Instituto Florence de Ensino Superior.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos do CAP:

- I – Coordenar as atividades pedagógicas inerentes a prática pedagógica docente e o percurso acadêmico dos discentes.
- II – Coordenar os núcleos de apoio e acompanhamento ao docente e discente, visando organizar as ações pedagógicas e acadêmicas da instituição.

DA COMPOSIÇÃO DO CAP

Art. 3º - O CAP é composto por:

I – Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/NAP responsável pelo atendimento das necessidades do corpo docente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e o Plano de Qualificação Docente/PQD.

Parágrafo Primeiro – são objetivos do NAP:

- a) Formar um quadro de docentes qualificados, criativos e com embasamento teórico compatível com as necessidades dos discentes e com as exigências do mundo contemporâneo;
- b) Qualificar profissionais aptos a desenvolver na instituição uma docência comprometida com as necessidades sociais da comunidade maranhense;
- c) Elaborar e operacionalizar a capacitação inicial dos docentes, tendo como princípio a formação crítica dos professores.
- d) Elaborar e operacionalizar a capacitação continuada dos docentes

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

- e) Organizar as atividades de planejamento e avaliação docente, no início de cada semestre letivo.
- f) Acompanhar as atividades planejadas pelos docentes, dando-lhes suporte pedagógico sempre que necessário.
- g) Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- h) Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas a consecução dos objetivos inerentes a academia.

II – Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/NUPAD responsável pelo atendimento das necessidades do corpo discente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio Psicopedagógico ao Discente.

Parágrafo Segundo – são objetivos do NUPAD:

- a) Apoiar e orientar o educando em sua trajetória acadêmica, instrumentalizando-o para construção/reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho.
- b) Analisar e encaminhar as demandas dos alunos no que diz respeito as suas dificuldades de aprendizagem e/ou financeiras.
- c) Implementar um programa de nivelamento acadêmico que possibilite ao educando condições de equidade e prosseguimento de estudos.
- d) Orientar os alunos na organização dos diretórios estudantis ou acadêmicos.
- e) Implementar ações que visem acompanhar os egressos dos cursos da instituição, e desses resultados retroalimentar as propostas pedagógicas dos cursos.
- f) Fomentar a iniciação científica como princípio pedagógico e educativo dos discentes.

DO FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR CAP

Art. 4º - O CAP funcionará no horário de funcionamento da faculdade e será constituída por um Coordenador com a formação em Pedagogia, que desenvolverá, em conjunto com Direção Acadêmica, as Coordenações dos cursos e a avaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação/CPA, atividades de apoio, acompanhamento, orientação, elaboração e organização de todas as ações inerentes ao fazer pedagógico.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção geral, Acadêmica e coordenação do CAP cabendo recurso ao CONSEP.

São Luís, 08 de março de 2010.

RITA IVANA BARBOSA GOMES
DIRETORA GERAL

PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AO DOCENTE

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

ANEXO 06

PROGRAMA DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AO DOCENTE

**SÃO LUÍS/MA
2006**

SUMÁRIO

1. PROGRAMA DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AO DOCENTE	02
1.1 Infra-estrutura de apoio administrativo e acadêmico	03
1.2 Apoio didático-pedagógico ao docente	04
1.3 Assessoramento pedagógico aos cursos	07
ANEXOS	09
Manual do Professor	10
Plano de Ensino	48
Plano de Curso da Disciplina/PCD	49
Avaliação Institucional	50

1. PROGRAMA DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AO DOCENTE

Para corresponder às metas/objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI e garantir a eficiência da prática educativa, faz-se necessário implementar no IFES um programa sistemático e permanente de apoio ao profissional que está diretamente desenvolvendo atividades em sala de aula – o professor.

Neste sentido, partindo do princípio de que a prática pedagógica de qualidade requer, para sua materialização, um suporte acadêmico que esteja em consonância com as necessidades do professor e do aluno, o IFES elaborou o Programa de Apoio Didático-pedagógico ao Docente, que estará ligado à Diretoria Acadêmica e sob a responsabilidade direta das Coordenações dos cursos e que tem como objetivos:

- Acompanhar o desempenho acadêmico do professor, verificando suas dificuldades e dando o apoio necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Propor alternativas de solução para os problemas detectados e/ou apontados pela comunidade acadêmica;
- Implantar e implementar a formação inicial e continuada do professor;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas a consecução dos objetivos inerentes a academia;
- Acompanhar junto com o professor e o CAP o desempenho do discente, propondo soluções imediatas;

Visando garantir a consecução dos objetivos supracitados, o IFES, estará oferecendo aos seus professores uma moderna infra-estrutura de apoio pedagógico/científico que assegure condições materiais e contribua para uma assistência que vá além das salas de aula tradicionais, mas, sobretudo o acesso aos avanços tecnológicos.

Este programa, com certeza, contribuirá para a melhoria do padrão, eficiência e a qualidade do ensino de graduação mediante ações concretas e práticas de apoio didático, material e técnico, que se traduz em assessoria, orientação e capacitação ao corpo docente como condição fundamental à melhoria do seu desempenho.

1.1 Infra-estrutura de apoio administrativo e acadêmico

O apoio administrativo e acadêmico às atividades universitárias é garantido pelos órgãos institucionais com atribuições previamente estabelecidas. Dentre eles destacam-se os serviços da biblioteca, as áreas acadêmicas, os laboratórios multidisciplinares, o laboratório de informática, a rede de comunicação institucional, a administração central e de recursos humanos.

Para garantir a execução das atividades previstas e elencadas pelo corpo docente a instituição adotará como política:

- Disponibilizar o material de apoio didático e permanente requisitado pelo docente;
- Identificar na instituição os setores que possivelmente estejam dificultando o bom andamento das atividades pedagógicas desenvolvidas pelo professor e procurar solucionar a contento os possíveis entraves;
- Difundir nos diversos setores da instituição o papel precípua de uma organização escolar, ou seja, socializar, construir e reconstruir conhecimento e para tanto as ações desenvolvidas pelo docente é essencial e prioritária.

a) Infra-estrutura de Equipamentos

- Televisores;
- DVD;
- Retroprojetores;
- Projetor Multimídia;
- Aparelho de Microsystem

b) Infra-estrutura de Instalações

- Biblioteca;
- Laboratório de Informática;
- Laboratórios Multidisciplinares;
- Sala de Professores;
- Gabinetes;
- Sala de Reunião;
- Auditório;
- Área de convivência.

1.2 Apoio didático-pedagógico ao docente

No que concerne ao apoio didático-pedagógico, acadêmico e psicopedagógico, este será uma preocupação permanente do IFES, por ser considerado uma ação de suma importância para os resultados da instituição. Para dar este suporte acadêmico a instituição contará com uma Coordenação Pedagógica, ligada ao Instituto Superior de Educação/ISE.

A Coordenação Pedagógica, além das atribuições constantes no Regimento Interno do IFES, terá os seguintes propósitos:

- Interagir criativamente em face de dificuldades pedagógicas sentidas pelos cursos;
- Apoiar as coordenações em atividades e programas que visem o bom funcionamento dos currículos;
- Selecionar, em consenso com os docentes, procedimentos didático-metodológicos para melhor atender as necessidades dos alunos e a natureza das disciplinas;

- Utilizar estratégias adequadas de ação para possibilitar o envolvimento dos docentes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Orientar para a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação dos novos modelos curriculares nos cursos;
- Buscar informações especializadas analisá-las, tomar e justificar decisões metodológicas;
- Avaliar a efetividade das ações curriculares desenvolvidas nos cursos;
- Participar da formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Incorporar ao trabalho docente, novas metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem;
- Dar suporte didático pedagógico aos docentes.

Neste sentido, esta coordenação estará, conjuntamente com os Coordenadores dos Cursos, diuturnamente assessorando e avaliando o desempenho acadêmico do docente, através de:

- Plano de Qualificação Docentes/PQD – destinado a formação inicial e continuada ao docente;
- Manual do Professor – documento contendo todas informações necessárias para a realização das atividades acadêmicas;
- Sistemática de Avaliação – documento contendo as informações pertinentes a concepção e sistemática de análise de desempenho discente, assim como, as estratégias de avaliação institucional;
- Reuniões de Estudo – eventos para aprimoramento da práxis pedagógica, tendo como pressuposto as necessidades reais dos docentes e discentes;
- Oficinas Pedagógicas – para a reflexão e experimentação das práticas pedagógicas, assim como, de novas práticas;
- Seminários Temáticos – eventos realizados pelos próprios docentes de acordo com a área e disciplina ministrada; ou seminários oferecidos pelo IFES de acordo com as temáticas mais relevantes e atuais;
- Apoio Psicopedagógico aos discentes – atividade desenvolvida pelo Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP e que dará suporte ao docente em suas dificuldades em sala de aula;
- Apoio Logístico – suporte material disponibilizado para os docentes para um bom andamento das atividades de sala de aula (retroprojetor, multimídia, alocação de espaços e etc);
- Apoio Bibliotecário – suporte oferecido pela Biblioteca;
- Apoio à Produção Acadêmica – suporte oferecido para o docente no que diz respeito a normalização, publicação de artigos, e outros.

Além destas estratégias serão consideradas como suporte acadêmico as ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Avaliação/CPA, pois através dela a instituição poderá detectar os pontos deficientes e que precisam ser repensados. Os instrumentos do SINAES, anexado a proposta de avaliação institucional será importante para a melhoria do programa de apoio ao docente e os demais setores da instituição.

Outra ação que deverá ser desenvolvida para apoiar o trabalho docente é a implementação do Projeto de Qualidade de Vida/PQV, em que será disponibilizado

ao docente, trimestralmente ou semestralmente, cursos, palestras, ou momentos de lazer, na tentativa de melhorar o desempenho acadêmico e principalmente proporcionar a este profissional, assim como, todo o corpo de funcionários da instituição, momentos de descontração. Visando valorizar o potencial dos funcionários e docentes da instituição, o IFES, além de contactar com profissionais renomados nestas áreas, estará buscando dentro do seu quadro funcional, profissionais que possam estar ministrando estes cursos.

Este projeto objetiva proporcionar a todos os funcionários do IFES uma melhora na qualidade de vida, no sentido de diminuir as pressões, desgaste físico, mental e emocional, presente no cotidiano do trabalho.

Para o desenvolvimento deste programa o IFES propõe:

QUADRO 01 – Projeto de Qualidade de Vida

ATIVIDADES	PERIODICIDADE
Palestras	Trimestralmente
Curso de loga	Semestralmente
Curso de RPG	Semestralmente
Curso de Dança de Salão	Mensalmente

Em síntese, o Programa de Apoio Didático-pedagógico ao Docente, constitui-se em mais uma ação que será implementada pelo IFES visando a consecução dos objetivos e metas estabelecidas no PDI da instituição, e conseqüentemente, o melhor atendimento as necessidades de toda a comunidade acadêmica.

1.3 Assessoramento pedagógico aos Cursos

Para possibilitar o apoio pedagógico aos cursos de graduação, a Coordenação Pedagógica estará também realizando o acompanhamento pedagógico unificado com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento curricular dos cursos, posto que, aqueles que já têm seu novo modelo curricular implantado, pela troca de vivências, auxiliarão na resolução dos problemas daqueles que estão em fase de implantação ou de reestruturação, como também aqueles que estão em fase de implantação ou reestruturação de novos currículos, irão contribuir através da instalação de saberes mais recentes nas dinâmicas dos fluxos curriculares.

Para efeito de organização, será estipulado em consenso com os coordenadores, um dia da semana para atender cada curso. Entretanto, este horário não será inflexível e poderá ser ajustado sem que haja prejuízo no tempo de atendimento da assessoria aos cursos. É fundamental manter contato constante entre as partes interessadas para viabilizar o dialogar sobre as alterações que se fizerem necessárias.

Mensalmente, será realizado um encontro entre os coordenadores dos cinco cursos, onde serão tratados assuntos de interesse coletivo.

A implantação e acompanhamento de novos modelos curriculares é a grande prioridade desta coordenação. A este respeito, estão elencadas abaixo, sem que a ordem numérica signifique ordem de prioridade, as seguintes ações:

1. Atualização constante dos currículos para os cursos do IFES;
2. Realização de oficinas pedagógicas para planejamento de ensino de todos os conteúdos curriculares dos cursos;
3. Definição de procedimentos de avaliação dos currículos dos cursos;
4. Aplicação de auto-avaliação nos currículos;
5. Realização de capacitação docente (metodologia e avaliação da aprendizagem) para os cursos, em etapas conjuntas e em etapas individuais, por curso;
6. Acompanhamento das atividades previstas para estágio;
7. Fortalecimento da gestão colegiada, inserindo a participação do estudante através dos representantes de turmas;
8. Implantação dos Comitês de Apoio Pedagógico por curso.

ANEXO 07
PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

PROGRAMA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DISCENTE

- **Plano de Apoio Psicopedagógico ao Discente**
- **Plano de Apoio e Financiamento aos Alunos Carentes**

**SÃO LUÍS/MA
2006**

SUMÁRIO

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

1	PROGRAMA DE APOIO E FINANCIAMENTO DISCENTE	03
1.1	Plano de Apoio Psicopedagógico ao Discente	03
1.2	Plano de Apoio e Financiamento de Estudos para Alunos Carentes	07
1.2.1	Financiamentos Institucionais: Externos e Internos/IFES	07
1.2.2	Outros Incentivos	10
2	MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	13
	ANEXOS	14
	Avaliação Realizada pelos Alunos sobre o Apoio Psicopedagógico ao Discente oferecido pelo IFES	14
	Avaliação Realizada pelos Alunos sobre Plano de Apoio e Financiamento aos alunos carentes	18

1. PROGRAMA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DISCENTE

O IFES preocupado em oportunizar aos seus alunos um espaço propício para uma formação profissional competente e ética elaborou o Programa de Apoio e Acompanhamento Discente.

O referido programa tem como objetivo apoiar e orientar o educando em sua trajetória acadêmica, instrumentalizando-o para construção/reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho.

O programa está organizado em dois documentos básicos:

- Plano de Apoio Psicopedagógico ao Discente;
- Plano de Apoio e Financiamento aos Alunos Carentes.

Estará sob a responsabilidade da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, se responsabilizará pelo processo de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades organizadas para o corpo discente do IFES.

1.1 Plano de Apoio Psicopedagógico ao Discente

A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP será organizado para permitir o acompanhamento do processo de melhoria contínua da interação do estudante com o sistema de ensino, visando o planejamento da carreira, a graduação e o apoio na identificação das oportunidades de trabalho.

O CAP é o canal de comunicação entre o aluno e a instituição. Privilegiam-se os atendimentos individuais ou em grupo, por necessidade do próprio estudante ou do CAP, para tratar de assuntos relacionados à IFES ou pessoais, a qualquer hora, o que leva ao fortalecimento das relações da instituição com seus alunos, desencadeando ações que conduzem a:

- Melhor rendimento do aluno gerado pelo monitoramento do seu rendimento acadêmico
- Um ciclo de comunicação efetiva dentro da instituição, envolvendo todos os setores, no que se refere ao que o aluno espera, ao que ele solicita, ao que ele recebe, ao que ele pensa sobre o que recebeu.
- Maior segurança ao aluno de que a colocação ou a manutenção profissional trará menos surpresas e inquietações, porque a instituição criou oportunidades para conhecimento do mercado de trabalho, de sua demanda e de suas exigências, e orientou quanto ao modo de se portar diante desse mercado e as exigências para nele permanecer.
- Políticas de aprimoramento do trabalho e das atividades do IFES, com base no *feed-back* dos alunos.

Aos novos alunos, será dedicada atenção especial, informando-os sobre as principais diretrizes e normas institucionais, sobre as condições para a utilização da biblioteca e do laboratório de Informática, apresentando-lhes os principais setores do IFES e todo o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso, em um trabalho conjunto com a Diretoria Acadêmica.

Todos os requerimentos dos alunos serão protocolados no CAP independentemente do assunto. As solicitações serão enviadas aos setores competentes para análise e

parecer final, que será disponibilizado ao aluno no site do IFES e no quadro de avisos oficial.

Requerimentos indeferidos serão passíveis de recurso para instância superior, conforme prevê o Regimento do IFES.

Contra decisão de professor, em matéria didático-científica, os recursos serão para o Diretor Acadêmico, e, para o Diretor Geral do IFES, em matéria disciplinar.

Às decisões do Diretor Acadêmico, cabe recurso ao Colegiado de Curso, e, ao Conselho Superior, contra decisões do Diretor Geral do IFES.

Contra decisão de qualquer autoridade administrativa, cabe recurso ao Diretor Geral do IFES.

Recursos especiais, por estrita argüição de ilegalidade, também são possíveis:

- Para o Conselho Superior, contra decisão do Colegiado de Curso;
- Para a Entidade Mantenedora, contra decisão do Conselho Superior ou do Colegiado de Curso.

Em qualquer caso, será de cinco dias úteis o prazo para a interposição dos recursos, contados a partir da data da ciência do teor da decisão pelo interessado direto.

O CAP será responsável pela sistematização de informações aos alunos. Recebe, encaminha aos setores competentes e dá retorno ao aluno sobre suas solicitações. Diretrizes, normas e procedimentos, Portarias, Resoluções, notícias sobre palestras, oportunidades de estágios e convites diversos serão divulgados no site do IFES. As informações também serão divulgadas nos painéis ou no quadro de aviso oficial do IFES, após autorização do CAP, que também será responsável pela atualização da comunicação.

Constantemente os alunos serão monitorados sobre sua freqüência e rendimento acadêmico. Serão atendidos individualmente ou em grupos, por iniciativa deles próprios, ou por convocação do CAP, principalmente quando não alcançaram 60% dos pontos das avaliações, quando atingem 20% de faltas em alguma disciplina, ou quando apresentam um número considerável de faltas em um curto período de tempo. Nesses casos, serão ouvidos pelos orientadores do setor, que analisam os motivos apresentados e orientam sobre atitudes e procedimentos adequados.

Além disso, relatórios de notas e freqüência serão disponibilizados no site do IFES, para constante consulta dos alunos.

O CAP busca estabelecer parcerias com empresas dos diversos segmentos, de modo a oferecer oportunidades de estágio aos alunos da IFES, que estejam regularmente matriculados e freqüentes às atividades acadêmicas. Os contratos de parceria com essas instituições serão assinados pela Diretoria Acadêmica e as vagas existentes serão divulgadas aos alunos.

No estágio supervisionado, os alunos sujeitam-se à comprovação do aproveitamento, como atividade regular de ensino, recebendo do seu orientador, ao final do processo, a menção de suficiente ou insuficiente. Considerado insuficiente, sujeita-se, o aluno, à repetição do estágio, até a obtenção da menção suficiente.

Eventos e atividades acadêmicas, culturais, científicas e técnicas serão planejados pelos diversos setores do IFES e divulgados com antecedência a toda a comunidade, visando o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno.

O CAP além de dar esse suporte pedagógico aos estudantes incentivará em toda comunidade discente a participação em programas de pesquisa e extensão que oportunizará ao aluno vivenciar situações concretas. Estará orientando na inserção dos discentes em programas tais como: Financiamento Estudantil/FIES; PROUNI; Programa de Bolsas de Estudos (Bolsa Empresarial); Programa de Nivelamento Acadêmico; Crédito Educativo; Bolsa Monitoria; Produção de Pesquisas; Estágio Remunerado e outros.

Dessa forma, o CAP tem por finalidade ser um instrumento capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico, otimizando a qualidade de vida universitária do aluno e contribuindo para o desenvolvimento de um processo pedagógico, comprometido com a apropriação do saber, indispensável ao crescimento acadêmico nas suas dimensões mais amplas, social, política e cultural.

Enfim, pretende ver o processo de ensino-aprendizagem de uma forma ampla, não restringindo as dificuldades de aprendizagem somente à responsabilidade do aluno, mas estendendo-o também à sociedade, à prática educacional adotada, à forma como a instituição está organizada para atender os seus alunos, ou seja, ver o processo, ao mesmo tempo, como social, educacional e pedagógico.

1.2 Plano de Apoio e Financiamento de Estudos para Alunos Carentes

Pretende ser um instrumento inovador capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico e otimizar a qualidade de vida universitária do aluno mais necessitado e também ficará sob a responsabilidade do CAP.

Para tanto, o programa se propõe a:

- Oportunizar aos alunos da instituição incentivos e benefícios que possibilite prosseguimento de estudos;
- Contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico, comprometido com a apropriação do saber, indispensável ao crescimento acadêmico nas suas dimensões mais amplas, social, política e cultural;
- Proporcionar um efetivo apoio psicossocial aos estudantes, para favorecê-los a lidar melhor com seus recursos e limites, como também compreender, superar e/ou minimizar seus problemas e dificuldades;
- Realizar estudos e pesquisas relacionadas ao aconselhamento, à orientação e ao acompanhamento psicopedagógico, colaborando com outros setores da instituição.

1.2.1. Financiamentos Institucionais: Externos e Internos/IFES

Visando subsidiar os estudos dos alunos mais carentes, o IFES utilizará como recurso as fontes de financiamento oferecidas pelos governos e também,

financiamentos próprios implementados pela instituição, considerando previamente a disponibilidade financeira da instituição.

a) Financiamentos Externos

- Financiamento Estudantil – FIES

Financiamento do Governo Federal, para os alunos que desejam cursar a Faculdade, mas não têm condições para pagar a mensalidade. O IFES se conveniará com o Programa, visando beneficiar seus alunos com o crédito educativo federal onde o mesmo poderá financiar até 70% do valor da semestralidade.

- PROUNI

Imediatamente após seu credenciamento pelo MEC, o IFES estabelecerá convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI, visando o oferecimento de bolsas de estudo de 25% a 100%, dentro das regras definidas pelo MEC.

b) Financiamentos Internos

No que concerne aos financiamentos internos, o IFES, imbuído do espírito de responsabilidade social e no fomento ao princípio constitucional da isonomia, propiciará os seguintes benefícios, sempre condicionado aos regulamentos internos e a viabilidade financeira e orçamentária da instituição.

- Crédito Educativo

Para os alunos comprovadamente carentes e que não possam ser beneficiados por outros programas de financiamento educacional provisionados pelo Poder Público, será implantado um programa de financiamento que atingirá um percentual de até 15% do valor da mensalidade. Esse financiamento pode ser utilizado no prazo máximo equivalente à duração regular do curso em que o aluno está matriculado e apresentar aproveitamento em 100% de todas disciplinas matriculada por semestre.

- Crédito Educativo Rotativo

Esse financiamento é destinado para alunos que têm mais um integrante do mesmo grupo familiar matriculado em curso da Graduação da instituição e cuja despesa com educação comprometa decisivamente a renda familiar. Nesse caso, será concedido desconto de até 10% para o segundo componente familiar e até 5% para o terceiro ou mais componentes do grupo familiar, não cumulativo para outros tipos de descontos percebidos em outros financiamentos.

- Programa de Bolsas de Estudos (Bolsa Empresarial)

O Programa de Bolsas de Estudo tem por objetivo informar aos empresários os benefícios facultados pela Lei nº 9.249, de 26.12.95 (Art. 13 § 20,11), permitindo o

abatimento das doações efetuadas às instituições de utilidade pública no Imposto de Renda.

- Bolsa de Trabalho

O Programa Bolsa de Trabalho tem como objetivos:

- Proporcionar aos estudantes de baixo poder aquisitivo apoio financeiro para a manutenção de seus estudos, pela valorização de suas próprias potencialidades, visando descaracterizar o auxílio, como assistencialista;
- Propiciar uma experiência antecipada da atividade profissional, criando, assim, uma oportunidade de treinamento que possibilite o desenvolvimento de atitudes e habilidades fundamentais a um profissional dentro da sociedade.

Habilita-se à Bolsa de Trabalho, o estudante regularmente matriculado no IFES que:

- seja comprovadamente carente de recursos financeiros e não possua vínculos empregatícios;
- esteja cadastrado no Programa Bolsa de Trabalho, através do preenchimento de Formulário próprio adquirido no CAP.

Os bolsistas exercem suas atividades, sem qualquer vínculo empregatício com o IFES, em regime de 20 horas semanais, em turno inverso ao do seu horário de aula, e receberá mensalmente uma bolsa de até 10% do valor da mensalidade, abatida diretamente na mesma.

A concessão das Bolsas de Trabalho leva em conta a disponibilidade de recursos liberados a cada ano para a Assistência ao Estudante. Os alunos são cadastrados no CAP a cada semestre letivo, devendo apresentar no ato do cadastramento comprovante de renda familiar de até três salários mínimos, declaração de isenção de Imposto de renda, comprovante de pagamento de energia elétrica, água e de telefone, comprovante de aluguel ou financiamento da casa própria.

1.2.2. Outros incentivos

- Isenção de Taxas

O setor diretamente envolvido com a seleção e ingresso de discentes, em conjunto com o CAP, oferecerá aos servidores (filhos de servidores/dependentes comprovados) e demais candidatos que apresentarem insuficiência de recursos sócio-econômicos, isenção de taxa de inscrição no Concurso Vestibular.

Para requerer, o servidor ou dependente deve dirigir-se ao CAP, na data indicada no Edital, com o Documento de identidade do candidato.

Os demais candidatos devem dirigir-se ao CAP, preencher e entregar, também na data indicada no Edital, requerimento específico, anexando documentação referente aos dados sócio-econômicos e educacionais.

- Estágio Remunerado

O IFES estará firmando convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola/CIEE, instituição de articulação entre as empresas e escolas para o ingresso de graduandos em programas de estágio remunerado.

- Bolsa Monitoria

A Bolsa Monitoria tem por objetivos intensificar a cooperação entre estudantes e professores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuir na formação do estudante para o exercício de atividades vinculadas ao magistério e aprofundar os conhecimentos teórico-práticos na área ou disciplina a que estiver ligado o(a) monitor(a).

- Programa de Nivelamento Acadêmico

O referido programa objetiva auxiliar os alunos do IFES superar as lacunas da educação básica na formação ajudando os acadêmicos a realizarem um curso superior de qualidade.

O trabalho envolve um conjunto de atividades por meio das quais o aluno amplia a carga horária e aperfeiçoa o desempenho e tem início com uma avaliação em sala de aula, feita por todos os professores que atuam nas disciplinas escolhidas. Os alunos são selecionados pelo grau das dificuldades que apresentam e encaminhados às atividades extraclasse, com horários posteriormente definidos. As aulas são ministradas por professores especializados nas respectivas disciplinas.

Como proposta inicial o IFES propõe dois projetos de nivelamento:

- Projeto em Língua Portuguesa. O Projeto recebe o nome de “*Comunicação e Expressão Escrita: ferramentas para a vida social e profissional*” e tem como objetivo geral fortalecer as bases de estudo e conhecimento em Língua Portuguesa/Leitura e Produção de Textos, a fim de instrumentalizar o aluno em seu processo de aquisição de novas informações e de construção de conhecimento no patamar do ensino superior, com vistas à atuação profissional desejada.
- Projeto de Matemática. O Projeto recebe o nome de “*A Lógica no Mundo Atual*”. O projeto visa contribuir, entre outros objetivos, para a ampliação da percepção de informações escritas, verbais e visuais, criar/aprimorar as noções de organização de informações e despertar a necessidade de se romper com o senso comum para que as análises desenvolvidas pudessem contar com maior liberdade e criatividade de pensamento, bem como auxiliar no aprimoramento do raciocínio lógico-matemático.
- Projeto de Informática Básica. Objetiva instrumentalizar os discentes das ferramentas básicas de informática.

- Produção de Pesquisas

Os discentes serão estimulados a desenvolver pesquisas sobre a realidade da comunidade estudantil do IFES, com o objetivo de conhecer e atender suas expectativas e anseios em relação aos serviços prestados pela Instituição.

2 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Considerando a avaliação como um processo contínuo e processual, será utilizado como sistemática de avaliação do programa:

- O trabalho desenvolvido pela Comissão de Avaliação Permanente;
- Questionários e enquetes semestrais de satisfação do aluno;
- Reuniões bimestrais e acompanhamento psicopedagógico utilizado pelo CAP;
- Análise de rendimento e assiduidade do discente;
- E outros instrumentos ou estratégias a serem discutidas pela comunidade acadêmica.

Em suma, o IFES acredita que a política para alunos carentes, assim como, os não-carentes, tem que pautar-se em dois princípios básicos: ações de financiamento que minimizará o impacto financeiro e custos para a formação acadêmica; e ações de apoio didático e psicopedagógico. E nessa direção organizou suas atividades de apoio discente.

ANEXO 08
FUNDO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO/FAPE
RESOLUÇÃO CONSEP Nº05/2010

Dispõe sobre normas para implantação do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão do Instituto Florence de Ensino Superior.

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** do Instituto Florence de Ensino Superior, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos de fomento a atividade de pesquisa e extensão no âmbito do Instituto Florence de Ensino Superior,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão – FAPE, conforme regulamento em anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na presente data, revogando-se o disposto em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

São Luís, 08 de março de 2010.

Profª MsC. RITA IVANA BARBOSA GOMES

PRESIDENTE DO CONSEP

REGULAMENTO DO FUNDO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO/FAPE

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º.– O presente Regulamento disciplina a composição, os objetivos e o funcionamento do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão – FAPE, do Instituto Florence de Ensino Superior.

Art. 2º. O Fundo de Amparo a Pesquisa e a Extensão (FAPE) é um fundo destinado para o fomento de atividades de pesquisa e extensão, gerido por um comitê composto por docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e membros da administração superior do Instituto, com autonomia para a definição de linhas de amparo a pesquisa e extensão, de acordo com a capacidade orçamentária do Fundo e com esse regimento.

Art. 3º - O FAPE constitui-se em uma estratégia de financiamento para estimular a participação de acadêmicos de graduação nos projetos institucionais de pesquisa e extensão, para apoiar a qualificação dos funcionários técnico-administrativos e docentes e promover a prática da pesquisa e da extensão através do apoio a projetos que visem a melhoria da formação acadêmica.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º - São objetivos do FAPE:

- a) Apoiar o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e tecnológica, incluindo a iniciação científica, a extensão e a cultura desenvolvidas no Instituto Florence de Ensino Superior.
- b) Colaborar com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, no desenvolvimento da ciência, tecnologia, educação e cultura;
- c) Patrocinar e realizar eventos compatíveis com a sua natureza, isoladamente ou em conjunto com outras instituições.
- d) Promover a qualificação da comunidade acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior através do fomento a realização de estudos e pesquisas em sua área de formação, assim como, através da participação em eventos de cunho científico e acadêmico.
- e) Difundir a produção científica desenvolvida no Instituto Florence de Ensino Superior, através do incentivo a publicações internas e por outros meios de circulação do conhecimento sistematizado.
- f) Fomentar programas de extensão que visem a articulação entre conteúdos teóricos e atividades prática, assim como, a prestação de serviços a comunidade.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O FAPE será composto pelos seguintes recursos:

- I- Recursos consignados do orçamento anual da Instituição, iguais ou superiores a 3% de sua receita operacional.
- II- Recursos oriundos de convênios com organismos especializados ou agencias governamentais e não-governamentais de fomento a pesquisa.
- III- Recursos de outras fontes.

§ 1º. Os recursos de que trata o item I serão fixados de acordo com o orçamento previsto para o ano subsequente, com base no orçamento do ano

anterior, apresentado pela Direção Administrativo-Financeira e aprovada pelo CONSUP.

§ 2º. No início de cada ano, a Direção Geral informará ao Presidente do Comitê Gestor o montante de recursos disponíveis para a operação do FAPE.

CAPÍTULO IV

DAS MODALIDADES DE FOMENTO

Art. 6º - Serão prioritariamente atendidas pelo FAPE, as seguintes modalidades de fomento:

- I- Concessão de financiamento para projetos de pesquisa e extensão de autoria de docentes do Instituto Florence de Ensino Superior, previamente submetidos e aprovados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão – NUPES.
- II- Concessão de bolsas de iniciação científica.
- III- Bolsas especiais para formação de pessoal docente e técnico-administrativo em nível de pós-graduação.
- IV- Auxílios para participação em eventos de cunho científico e acadêmico, como seminários, congressos, simpósios, jornadas, mini-cursos, dentre outros.
- V- Auxílio para a publicação de resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos por docentes e discentes do Instituto Florence de Ensino Superior.
- VI- Financiamento de três edições anuais do periódico “Florence em Revista”.
- VII- Apoio a promoção de eventos científicos realizados pela Instituição, de acordo com calendário anual de eventos e conforme a capacidade operacional do Fundo.
- VIII- Conceder incentivos para a fixação de professores-pesquisadores na Instituição, que apresentem produção acadêmica relevante.

Art. 7º - Os valores anuais que compõe o FAPE serão disponibilizados, conforme a modalidade de fomento, de acordo com os percentuais abaixo:

- I – 50% para financiamento de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes da Instituição;
- II – 20% para concessão de bolsas de iniciação científica, por projetos, em igual proporção;
- III – 15% Bolsas especiais para formação de pessoal docente e técnico-administrativo em nível de pós-graduação e para auxílios para participação em eventos de cunho científico e acadêmico, como seminários, congressos, simpósios, jornadas, mini-cursos, dentre outros.
- IV – 10% para financiamento de publicações.
- V – 5% para incentivos a produção acadêmica dos docentes.

§ 1º. O saldo dos recursos não utilizados em suas respectivas destinações poderão ser remanejados, no mesmo ano, para outras modalidades de fomento, a critério do comitê gestor do FAPE e aprovação da diretoria geral, ou comporá o fundo para o próximo ano;

§2º. Os valores das bolsas, em cada caso, serão determinados pelo CONSEPE;

§ 3º Os valores dos apoios à capacitação dos servidores técnico-administrativos e docentes serão determinados segundo critérios específicos estabelecidos pela Comissão.

§ 4º Fará jus ao incentivo de que trata o item V, o docente que, no ano anterior, apresentou significativa produção científica, conforme avaliação do comitê gestor e mediante parecer das coordenadorias dos cursos.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ GESTOR DO FAPE

Art. 8º -O FAPE será gerido por um Comitê Gestor, indicado pela Direção Geral, e composto pelos seguintes membros:

- I- Um membro da administração superior da faculdade, que o presidirá;
- II- Pelos coordenadores dos Cursos;
- III- Dois representantes do corpo docente, preferencialmente vinculados ao NUPES;
- IV- Um representante do corpo técnico-administrativo, preferencialmente designado pelo diretor administrativo-financeiro.
- V- Dois representantes do corpo discente.

§ único: Os membros do comitê gestor do FAPE terão mandatos de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 9º. São atribuições do Comitê Gestor do FAPE:

- I – Deliberar sobre concessão de financiamentos e auxílios, conforme previsto do Art. 6º deste regimento, de acordo com sua capacidade operacional;
- II – Elaborar Editais de chamada para apresentação de propostas de financiamentos e auxílios, conforme calendário elaborado anualmente;
- III – Apreciar propostas de financiamento e auxílios, ouvindo a direção geral, quanto necessário;
- IV – Apresentar relatórios semestrais de prestação de contas dos recursos do Fundo, bem como a relatórios avaliativos das atividades do Fundo, e submetê-los a apreciação e aprovação do CONSUP;
- V – Promover a articulação com organizações externas, visando firmar parcerias para a ampliação de recursos e outras modalidades de fomento;
- VI – Zelar pelo cumprimento das normas desse regimento.

Art. 10. Compete ao Presidente do Comitê Gestor:

- I – Convocar e presidir as reuniões da comissão;
- II – Executar as deliberações da comissão;
- III – Zelar pelo cumprimento das resoluções dos Conselhos Superiores pertinentes a cada assunto;
- IV – Acompanhar e promover atividades e encontros relativos a divulgação das atividades desenvolvidas pelo FAPE;
- V – Acompanhar os prazos para a entrega dos relatórios das atividades desenvolvidas;
- VI – Informar a Direção Geral sobre as atividades desenvolvidas;
- VII – Encaminhar à Direção Administrativo-Financeira os pareceres das propostas de financiamento e auxílios aprovados, com os respectivos valores e solicitar o pagamento dos mesmos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O FAPE observará o que regulamenta a Resolução no. ___/09-CONSEP (NUPES) e o Projeto Pedagógico dos Cursos, no que se refere as atividades de pesquisa, extensão e iniciação científica.

Art. 12. O Apoio à qualificação dos funcionários técnico-administrativos e docentes serão concedidos pelos critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor e de acordo com:

I – A política de qualificação de pessoal docente e técnico- administrativo contido no Programa Integrado de Gestão de Capital Humano (PIC);

II – As diretrizes do Plano de Cargos, Salários e Carreiras (PCSC) do Instituto Florence de Ensino Superior.

III – Ter dedicação exclusiva.

Art. 14. Este regimento entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

ANEXO 09

RESOLUÇÃO DO NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/NUPES

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 004/2009-CONSEP, 12 de novembro de 2009.

Dispõe sobre normas para implementação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão/NUPES do Instituto Florence de Ensino Superior.

A **DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR**, no uso das atribuições, em conformidade com a legislação em vigor e objetivando regulamentar os procedimentos para a implementação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão /NUPES, resolve:

DA NATUREZA

Art. 1º - O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão/NUPES órgão eminentemente técnico do Instituto Florence de Ensino Superior, com funções deliberativas, autônomo em sua competência, constitui-se como instância de apoio a operacionalização de atividades acadêmicas de natureza complementar ao ensino e visa dar suporte a docentes e discentes da instituição no desenvolvimento de estudos, atividades de pesquisa e extensão, conforme definidas no Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação do Instituto Florence de Ensino Superior.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos do NUPES:

- I – Fomentar a prática de estudos, pesquisa e extensão acadêmica, preferencialmente voltada para a análise e encaminhamento de propostas para os problemas da comunidade maranhense.
- II – Promover a iniciação científica, por meio da seleção, monitoramento e avaliação de atividades dessa natureza.
- III – Desenvolver no educando o espírito crítico e reflexivo, assim como, a sensibilidade para a resolução das dificuldades encontradas em sua profissão.
- IV – Suscitar no educando o gosto pela pesquisa científica e a percepção da importância desta para a sua formação acadêmica e profissional.
- V – Estimular a qualificação do corpo docente por meio da pesquisa e da produção acadêmica.

DAS ATRIBUIÇÕES DO NUPES

Art. 3º - São atribuições do NUPES:

- I – Realização de reuniões ordinárias;
- II – Apreciação e aprovação de programas e /ou projeto de pesquisa e/ou extensão apresentados pelos docentes da instituição;
- III – Avaliação e acompanhamento dos programas e/ou projetos de pesquisa e/ou extensão em andamento no Instituto Florence de Ensino Superior.

IV – Selecionar alunos para desenvolvimento de atividades de iniciação científica em programas/projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º – O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão/NUPES é composto pelos seguintes membros:

I – Diretor Geral e Diretor Acadêmico;

II – Coordenador de pós-graduação e extensão;

III – Do coordenador do NUPES;

3 Coordenadores dos projetos de pesquisa e extensão;

4 Representante do corpo discente, ligado a cada um dos programas/projetos de pesquisa vinculados ao NUPES.

§ 1º O coordenador do NUPES será indicado pela direção acadêmica, entre os docentes com carga-horária integral na instituição, que exercerá a coordenação do Núcleo como parte de suas atividades dentro de sua carga-horária semanal, cuja indicação será aprovada pelo CONSEP, para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.

§ 2º. Os coordenadores dos programas/projetos de pesquisa e extensão farão parte do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, enquanto desenvolverem atividades relativas a docência e a iniciação científica da instituição vinculadas aos respectivos programas/projetos.

§ 3º. O representante discente será escolhido entre os integrantes dos programas/projetos em andamento, mediante o desempenho acadêmico.

Art. 5º - É permitido aos membros do NUPES interromper o exercício de suas funções por prazo determinado, mediante requerimento por escrito, encaminhado a Direção Acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior.

Art. 6º - O membro que tiver o exercício de suas funções interrompido na forma do artigo anterior será imediatamente substituído por outro membro indicado pela direção acadêmica e pela coordenação de pós-graduação e extensão.

Art. 7º - Em caso de licença, férias ou desligamento definitivo de membros do NUPES, estes serão imediatamente substituídos por outro membro indicado pela direção acadêmica e pela coordenação de pós-graduação e extensão, que venha a assumir efetivamente as atividades do membro ao qual vier a substituir, inclusive as de coordenação de programas/projetos de pesquisa e extensão.

Art. 8º – Os membros da coordenação geral do NUPES serão afastados de suas funções:

I – Por falta de decoro;

II – Quando faltarem a quatro (04) reuniões ordinárias consecutivas ou à metade das reuniões correspondentes ao ano, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado.

III – Reincidência no descumprimento das atividades previstas no plano semestral de atividades do NUPES.

Art. 9º - São atribuições da coordenação geral do NUPES:

- I- Presidir as reuniões ordinárias do Núcleo.
- II- Elaborar, discutir e aprovar o calendário semestral de atividades do NUPES e encaminhá-lo para divulgação a comunidade acadêmica;
- III- Convocar reuniões extraordinárias, sempre com indicação de motivo, ou a requerimento de um terço (1/3) dos membros;
- IV- Submeter as atas das reuniões à homologação do plenário e assiná-las;
- V- Submeter as proposições à discussão e à votação;

DAS LINHAS DE CONCENTRAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Art.10º - O Núcleo de Estudos, pesquisa e extensão/NUPES será composto por linhas de concentração de estudos e pesquisa que funcionarão de maneira articulada, conforme o planejamento semestral do núcleo.

Art. 11 – As linhas de concentração de estudos e pesquisas serão as seguintes:

- 5 Educação em Saúde;
- 6 Farmacologia e Toxicologia;
- 7 Linha de Produtos Naturais;
- 8 Gestão Ambiental e Saúde;
- 9 Microbiologia;
- 10 Controle de qualidade;
- 11 Avaliação e Implementação de Políticas Públicas;
- 12 Cosmetologia;
- 13 Epidemiologia das comunidades maranhenses.

ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DE PROJETOS DE PESQUISA E/OU EXTENSÃO

Art. 12 – Aos coordenadores dos programas e/ou projetos de pesquisa e extensão compete:

- I.Elaborar, de acordo com as normas estabelecidas em edital do NUPES, os projetos e/ou programas de pesquisa ou extensão;
- II.Encaminhar o projeto para apreciação do NUPES em conformidade com as normas do edital próprio a ser publicado semestralmente;
- III.Apresentar oralmente o programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão, durante a reunião ordinária, em no máximo trinta minutos (30min.);
- IV.Realizar reuniões periódicas com os alunos pesquisadores ou extensionistas.

- V. Elaborar planos de trabalho e relatório das atividades do respectivo projeto de pesquisa e apresentá-lo ao coordenador do NUPES no prazo estipulado em cronograma;
- VI. Comparecer as reuniões do NUPES;
- VII. Realizar as atividades propostas com responsabilidade e ética, incentivando a participação dos alunos executores;
- VIII. Orientar no máximo 10 (dez) alunos por programa ou projeto;
- IX. Encaminhar a coordenação do NUPES, semestralmente, relatório parcial ou final das atividades desenvolvidas no programa ou projeto.
- X. Participar dos eventos científicos promovidos pelo Instituto Florence de Ensino Superior.

§ 1º. Os programas ou projetos de pesquisa e/ou extensão a serem realizados com seres humanos deverão ser submetidos ao NUPES e encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, para validação da sua execução, atendendo assim a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Para tal efeito deverá ser preenchido o formulário padrão de Folha de Rosto;

§ 2º. Cada projeto de pesquisa será coordenado por um (1) professor coordenador e no máximo dois (2) professores colaboradores.

§ 3º Em caso de saída do professor coordenador fica vinculada a responsabilidade da continuidade e conclusão da pesquisa ao professor colaborador que assumirá a coordenação do projeto.

DA EQUIPE EXECUTORA

Art. 14 – A equipe executora do programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão será formada por:

- I. Um Professor-coordenador e no máximo dois Professores-colaboradores;
- II. De um a dez alunos pesquisadores/extensionistas, que serão selecionados segundo os critérios do NUPES.

§ 1º. O processo seletivo dos alunos para participar da equipe executora do programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão será por meio de análise de Histórico Escolar e do Curriculum Lattes, prova escrita e entrevista, de acordo com normas específicas contidas em edital publicado semestralmente pelo NUPES.

Art. 15 – É competência da equipe executora:

- I. Desenvolver as atividades de acordo com a proposta apresentada a coordenação do NUPES;
- II. Obedecer à metodologia e o cronograma do programa e/ou projeto;
- III. Realizar reuniões periódicas para discussão e estudo sobre o projeto;
- IV. Elaborar trabalhos e artigos científicos relativos às atividades desenvolvidas no programa ou projeto, a fim de divulgá-las em eventos científicos;
- V. Encaminhar relatório parcial e final das atividades do programa ou projeto para a coordenação do NUPES;

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS

Art. 16 – As atividades de pesquisa e extensão articuladas ao NUPES serão exercidas através de Programas e/ou Projetos em que o Núcleo figura como órgão fomentador e avaliador;

§ 1º - Na execução do Programa e/ou Projeto de Pesquisa ou Extensão, o NUPES poderá contar com a colaboração de outros órgãos do Instituto Florence de Ensino Superior e externos a ele.

Art. 17 – Todo Programa e/ou Projeto de Pesquisa e/ou Extensão, deverá ser submetido aos membros do NUPES por meio de processo seletivo que ocorrerá semestralmente, de acordo com as normas publicadas em edital.

§ 1º - Os Programa e/ou Projeto de Pesquisa e/ou Extensão submetidos a seleção do NUPES serão avaliados por uma comissão designada pela coordenação do NUPES durante reunião ordinária do Núcleo, onde o proponente do projeto fará a exposição do mesmo, em no máximo trinta minutos, para a comissão que o aprovará ou não, considerando a qualidade científica da proposta, a viabilidade de execução, bem como a capacitação da equipe proponente em executá-la com sucesso.

§ 2º - Todo programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão deverá ter um (1) Professor coordenador e no máximo dois (2) Professores-colaboradores, que desenvolverão atividades de pesquisa e extensão, atuando nas áreas da Saúde e Educação e nas demais áreas existentes na instituição e serão responsáveis pelo acompanhamento de até dez (10) alunos pesquisadores/extensionistas.

DA EXTENSÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 18 – A Extensão deve ser entendida como uma atividade de transferir à sociedade os conhecimentos e as capacitações desenvolvidas por professores e alunos do Instituto Florence de Ensino Superior, sob a coordenação do NUPES, visando favorecer a integração da comunidade universitária com ela própria e com a comunidade externa.

§ Único – Na execução do Programa ou Projeto de Pesquisa ou Extensão, o NUPES poderá contar com a colaboração do Instituto Florence de Ensino Superior e/ou outros órgãos externos a ela por meio de um incentivo financeiro para os alunos da equipe executora.

Art. 19 – A Extensão e a Prestação de Serviços serão desenvolvidas através de contrato ou convênio com a(s) parte(s) interessada(s), respeitadas as disposições legais previstas em lei, e as normas gerais do Instituto Florence de Ensino Superior.

DAS REUNIÕES

Art. 20 – As reuniões do NUPES serão:

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

- I – Ordinárias, acontecerão uma vez por mês, de acordo com as datas estabelecidas em calendário, anualmente aprovado;
- II – Extraordinárias, as convocadas pelo coordenador, com indicação de motivo ou a requerimento de um terço (1/3) dos integrantes do núcleo; e
- III – Solenes, as realizadas para grandes comemorações ou determinadas homenagens.

§ Único – Na hipótese de convocação de reunião extraordinária por um terço (1/3) dos integrantes do Núcleo, caso o Presidente não a convoque para instalar-se no prazo de sete (07) dias, a contar-se da apresentação do requerimento convocatório à Secretaria Acadêmica da Faculdade, o Núcleo se reunirá, na forma e hora estabelecida no Calendário anual, no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao transcurso daquele prazo.

Art.21 – As reuniões da equipe executora dos projetos/programas de pesquisa/extensão ocorrerão de acordo com o plano de trabalho elaborado pelos coordenadores do respectivo programa/projeto e aprovado pela coordenação do NUPES.

Disposições Gerais

Art. 22 – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção geral, Acadêmica e coordenação do NUPES cabendo recurso ao CONSEP.

São Luís, 12 de novembro de 2009

RITA IVANA BARBOSA GOMES
DIRETORA GERAL

ANEXO 10

**REGIMENTO DO NÚCLEO DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO/NUPES**

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO – NUPES

São Luís
2008

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO – NUPES

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO

CAPÍTULO I **DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão/NUPES órgão eminentemente técnico do Instituto Florence de Ensino Superior, com funções deliberativas, autônomo em sua competência, constitui-se como instância de apoio a operacionalização de atividades acadêmicas de natureza complementar ao ensino e visa dar suporte a docentes e discentes da instituição no desenvolvimento de estudos, atividades de pesquisa e extensão, conforme definidas no Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação do Instituto Florence de Ensino Superior.

Art. 2º - São objetivos do NUPES:

I – Fomentar a prática de estudos, pesquisa e extensão acadêmica, preferencialmente voltada para a análise e encaminhamento de propostas para os problemas da comunidade maranhense.

II – Promover a iniciação científica, por meio da seleção, monitoramento e avaliação de atividades dessa natureza.

III – Desenvolver no educando o espírito crítico e reflexivo, assim como, a sensibilidade para a resolução das dificuldades encontradas em sua profissão.

IV – Suscitar no educando o gosto pela pesquisa científica e a percepção da importância desta para a sua formação acadêmica e profissional.

V – Estimular a qualificação do corpo docente por meio da pesquisa e da produção acadêmica.

CAPÍTULO II **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º – O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão/NUPES é composto pelos seguintes membros:

I – Diretor Geral e Diretor Acadêmico;

II – Coordenador de pós-graduação e extensão;

III – Do coordenador do NUPES;

14 Coordenadores dos projetos de pesquisa e extensão;

15 Representante do corpo discente, ligado a cada um dos programas/projetos de pesquisa vinculados ao NUPES.

§ 1º O coordenador do NUPES será indicado pela direção acadêmica, entre os docentes com carga-horária integral na instituição, que exercerá a coordenação do Núcleo como parte de suas atividades dentro de sua carga-horária semanal, cuja indicação será aprovada pelo CONSEP, para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.

§ 2º. Os coordenadores dos programas/projetos de pesquisa e extensão farão parte do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, enquanto desenvolverem atividades relativas a docência e a iniciação científica da instituição vinculadas aos respectivos programas/ projetos.

§ 3º. O representante discente será escolhido entre os integrantes dos programas/projetos em andamento, mediante o desempenho acadêmico.

Art. 5º - É permitido aos membros do NUPES interromper o exercício de suas funções por prazo determinado, mediante requerimento por escrito, encaminhado a Direção Acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior.

Art. 6º - O membro que tiver o exercício de suas funções interrompido na forma do artigo anterior será imediatamente substituído por outro membro indicado pela direção acadêmica e pela coordenação de pós-graduação e extensão.

Art. 7º - Em caso de licença, férias ou desligamento definitivo de membros do NUPES, estes serão imediatamente substituídos por outro membro indicado pela direção acadêmica e pela coordenação de pós-graduação e extensão, que venha a assumir efetivamente as atividades do membro ao qual vier a substituir, inclusive as de coordenação de programas/projetos de pesquisa e extensão.

Art. 8º – Os membros da coordenação geral do NUPES serão afastados de suas funções:

I – Por falta de decoro;

II – Quando faltarem a quatro (04) reuniões ordinárias consecutivas ou à metade das reuniões correspondentes ao ano, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado.

III – Reincidência no descumprimento das atividades previstas no plano semestral de atividades do NUPES.

Art. 9º - São atribuições da coordenação geral do NUPES:

VI- Presidir as reuniões ordinárias do Núcleo.

VII- Elaborar, discutir e aprovar o calendário semestral de atividades do NUPES e encaminhá-lo para divulgação a comunidade acadêmica;

VIII- Convocar reuniões extraordinárias, sempre com indicação de motivo, ou a requerimento de um terço (1/3) dos membros;

IX- Submeter as atas das reuniões à homologação do plenário e assiná-las;

X- Submeter as proposições à discussão e à votação;

CAPÍTULO III **DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO NUPES**

Art. 10º - São atribuições da coordenação geral do NUPES:

I- Presidir as reuniões ordinárias do Núcleo.

- II- Elaborar, discutir e aprovar o calendário semestral de atividades do NUPES e encaminhá-lo para divulgação a comunidade acadêmica;
- III- Convocar reuniões extraordinárias, sempre com indicação de motivo, ou a requerimento de um terço (1/3) dos membros;
- IV- Submeter as atas das reuniões à homologação do plenário e assiná-las;
- V- Submeter as proposições à discussão e à votação;

Parágrafo Único – A presidência das reuniões caberá ao coordenador geral, que será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo coordenador de pesquisa e extensão ou pelo diretor acadêmico.

CAPÍTULO IV **DAS ATRIBUIÇÕES DO NUPES**

Art. 11 –São atribuições do NUPES:

- I – Realização de reuniões ordinárias;
- II – Apreciação e aprovação de programas e /ou projeto de pesquisa e/ou extensão apresentados pelos docentes da instituição;
- III – Avaliação e acompanhamento dos programas e/ou projetos de pesquisa e/ou extensão em andamento no Instituto Florence de Ensino Superior.
- IV – Selecionar alunos para desenvolvimento de atividades de iniciação científica em programas/projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes.

TÍTULO II **DOS TRABALHOS DO NÚCLEO**

CAPÍTULO I **DA SISTEMÁTICA DE TRABALHO**

Art. 12– O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão terá seu funcionamento regular fixado de acordo com a disponibilidade dos membros e observando as atribuições do Núcleo.

Art. 13 – O NUPES se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre com indicação de motivo, por convocação do coordenador ou a requerimento de um terço (1/3) dos membros;

§ Único – Na hipótese de convocação de reunião extraordinária por um terço (1/3) dos integrantes do Núcleo, caso o Presidente não a convoque para instalar-se no prazo de sete (07) dias, a conta-se da apresentação do requerimento convocatório, o Núcleo se reunirá, na forma e hora estabelecida no Calendário anual, no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao transcurso daquele prazo.

Art. 14 – É de responsabilidade do coordenador do NUPES elaborar o calendário semestral e submeter a aprovação dos demais membros do Núcleo, contendo, inclusive, datas e horários das reuniões ordinárias.

§ 1º. O coordenador do NUPES presidirá as reuniões, apresentando a pauta e encaminhando as discussões e, ao final, lavrará a ata da reunião submetendo a leitura e aprovação e posterior assinatura dos demais membros.

§ 2º. O coordenador do NUPES encaminhará aos setores competentes e dará conhecimento a comunidade acadêmica acerca das deliberações do Núcleo.

CAPÍTULO II **DAS REUNIÕES**

Art. 15– As reuniões do NUPES serão:

- I – Ordinárias, pelo menos uma a cada dois meses, de acordo com as datas estabelecidas em calendário, anualmente aprovado;
- II – Extraordinárias, as convocadas pelo Presidente, com indicação de motivo ou a requerimento de um terço (1/3) dos integrantes do Conselho; e
- III – Solenes, as realizadas para grandes comemorações ou determinadas homenagens.

Art. 16 – As reuniões ordinárias terão a duração normal de duas (02) horas e se dividirão em três fases:

- I – A primeira, de trinta (30) minutos improrrogáveis, destinado ao expediente, à apresentação de projetos, indicações, requerimentos e moções e a pequenas comunicações;
- II – A segunda, reservada à ordem do dia, com a duração de uma (01) hora, prorrogáveis a requerimento de qualquer membro até o término regimental da reunião; e
- III – A terceira, após a apreciação da ordem do dia, reservada a explicações pessoais, até completar-se o período regimental da reunião.

TÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS

CAPÍTULO I **DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO**

Art. 11 – As atividades de pesquisa e extensão do NUPES serão exercidas através de Programas e/ou Projetos em que o Núcleo figura como órgão regulamentador e fiscalizador.

§ 1º - Na execução do Programa e/ou Projeto de Pesquisa ou Extensão, o NUPES poderá contar com a colaboração de outros órgãos do Instituto Florence de Ensino Superior e externos a ela.

§ 2º - Todo Programa e/ou Projeto de Pesquisa e/ou Extensão, deverá ser submetido aos membros do NUPES por meio de processo seletivo que ocorrerá semestralmente, de acordo com as normas publicadas em edital.

§ 3º - Os Programa e/ou Projeto de Pesquisa e/ou Extensão submetidos a seleção do NUPES serão avaliados por uma comissão designada pela coordenação do NUPES durante reunião ordinária do Núcleo, onde o proponente do projeto fará a exposição do mesmo, em no máximo trinta minutos, para a comissão que o aprovará ou não, considerando a qualidade científica da proposta, a viabilidade de execução, bem como a capacitação da equipe proponente em executá-la com sucesso.

§ 3º - Todo programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão deverá ter um (1) Professor Coordenador e no máximo dois (2) Professores Colaboradores, que desenvolverão atividades de pesquisa e extensão, atuando nas áreas da Saúde e Educação e nas demais áreas existentes na instituição e serão responsáveis pelo acompanhamento de até 10 alunos pesquisadores/extensionistas.

CAPÍTULO II **DA EXTENSÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Art. 12 – A atividade de extensão deve ser entendida como ato de transferir à sociedade os conhecimentos e as capacitações desenvolvidas por professores e alunos do IFES sob a coordenação do NUPES visando favorecer a integração da comunidade universitária com ela própria e com a comunidade externa.

§ 1º - Na execução do Programa ou Projeto de Pesquisa ou Extensão, o NUPES poderá contar com a colaboração do Instituto Florence de Ensino Superior e/ou outros órgãos externos a ela por meio de um incentivo financeiro para os alunos da equipe executora.

Art. 13 – A Extensão e a Prestação de Serviços serão desenvolvidas através de contrato ou convênio com a(s) parte(s) interessada(s), respeitadas as disposições legais previstas em lei, e as normas gerais do Instituto Florence de Ensino Superior.

CAPÍTULO III **ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DE PROGRAMAS/PROJETOS DE PESQUISA E/OU EXTENSÃO**

Art. 14 – Aos coordenadores dos programas e/ou projetos de pesquisa e extensão compete:

- XI. Elaborar, de acordo com as normas estabelecidas em edital do NUPES, os projetos e/ou programas de pesquisa ou extensão;
- XII. Encaminhar o projeto para apreciação do NUPES em conformidade com as normas do edital próprio a ser publicado semestralmente;
- XIII. Apresentar oralmente o programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão, durante a reunião ordinária, em no máximo trinta minutos (30min.);
- XIV. Realizar reuniões periódicas com os alunos pesquisadores ou extensionistas.
- XV. Elaborar planos de trabalho e relatório das atividades do respectivo projeto de pesquisa e apresentá-lo ao coordenador do NUPES no prazo estipulado em cronograma;
- XVI. Comparecer as reuniões do NUPES;
- XVII. Realizar as atividades propostas com responsabilidade e ética, incentivando a participação dos alunos executores;
- XVIII. Orientar no máximo 10 (dez) alunos por programa ou projeto;
- XIX. Encaminhar a coordenação do NUPES, semestralmente, relatório parcial ou final das atividades desenvolvidas no programa ou projeto.
- XX. Participar dos eventos científicos promovidos pelo Instituto Florence de Ensino Superior.

CAPÍTULO IV **DA EQUIPE EXECUTORA**

Art. 15 – A equipe executora do programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão será formada por:

I – 1 (um) Professor Coordenador e no máximo dois Professores Orientadores;

II – De um a dez alunos pesquisadores/extensionistas, que serão selecionados segundo os critérios do NUPES.

§ 1º. O processo seletivo dos alunos para participar da equipe executora do programa ou projeto de pesquisa e/ou extensão será por meio de análise de Histórico Escolar e do Curriculum Lattes, prova escrita e entrevista, de acordo com normas específicas de edital publicado semestralmente pelo NUPES.

Art. 16 – É competência da equipe executora:

- VI. Desenvolver as atividades de acordo com a proposta apresentada a coordenação do NUPES;
- VII. Obedecer à metodologia e o cronograma do programa e/ou projeto;
- VIII. Realizar reuniões periódicas para discussão e estudo sobre o projeto;
- IX. Elaborar trabalhos e artigos científicos relativos às atividades desenvolvidas no programa ou projeto, a fim de divulgá-las em eventos científicos;
- X. Encaminhar relatório parcial e final das atividades do programa ou projeto para a coordenação do NUPES;

TÍTULO V **Disposições Gerais**

Art. 17 – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção geral, Acadêmica e coordenação do NUPES cabendo recurso ao CONSEP.

São Luís, XXXXXX.

Coordenador(a) do NUPES

ANEXO 11 **RESOLUÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

RESOLUÇÃO Nº002/2010/CONSEP, 25 de janeiro de 2010.

Dispõe sobre normas de Estágio Curricular Supervisionado do Instituto Florence de Ensino Superior.

A **DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR**, no uso das atribuições, em conformidade com a legislação em vigor e objetivando regulamentar os procedimentos de Estágio Curricular Supervisionado, resolve:

Art. 1º - Orientar o corpo docente e discente, bem como os setores administrativos e pedagógicos da Faculdade, no tocante à execução de Estágio Profissional Curricular Supervisionado/EPCS em conformidade com a Regulamentação da Lei do Estágio.

Art. 2º - O EPCS, que é imprescindível para a conclusão do curso e a diplomação do estudante, abrange o período definido conforme o Calendário Acadêmico do semestre letivo e com a carga-horária mínima adotada no projeto pedagógico de cada curso.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O EPCS tem por objetivo a complementação educacional e a prática profissional do estudante e faz-se mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de programas e de planos de trabalho, em órgãos públicos ou privados que mantenham atividades vinculadas à natureza do curso freqüentado.

DA NATUREZA DO ESTÁGIO

Art.4º. O ECPS nos cursos de graduação do instituto Florence de Ensino Superior, será de natureza obrigatória e não-obrigatória.

§ 1º. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica indispensável à integralização curricular, constituindo requisito para colação de grau e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele previsto no projeto pedagógico do curso sem carga horária pré-fixada, desenvolvido como atividade opcional e complementar à formação profissional do estudante.

§ 3º Para fins de aproveitamento de créditos em estágio é vedada a equivalência entre o estágio não-obrigatório e o obrigatório.

§ 4º O estágio não-obrigatório não deve interferir, em nenhuma hipótese, no período estabelecido para integralização do curso.

§ 5º A carga horária e os pré-requisitos relativos ao estágio obrigatório serão fixados no Projeto Pedagógico do Curso, em consonância às suas Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 6º. As condições e os critérios de participação do estudante em atividades de estágio não-obrigatório serão fixados no Projeto Pedagógico do Curso e definidos em suas normas específicas.

DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º - Para a realização do Estágio, o(a) aluno(a) deve:

- I. Ter cumprido os pré-requisitos pedagógicos;
- II. Estar cursando os semestres com existência de EPCS na grade curricular;
- III. Ter cursado ou estar cursando a disciplina teórica referente a área de realização do Estágio;
- IV. Estar de acordo com todos os requisitos para a realização do EPCS constantes do Projeto Pedagógico do Curso.

DOS PROCEDIMENTOS PARA A FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 5º - O EPCS do IFES obedecerá a seguinte rotina:

- I. O aluno deve fazer matrícula no Estágio, por ocasião da matrícula acadêmica no semestre correspondente;
- II. O Coordenador de Estágio de cada curso, designará e repassará por escrito, logo no início do semestre, aos Coordenadores de Curso, a lista dos professores autorizados como Supervisores de Estágio, em função das suas disponibilidades, conhecimento da área e planejamento;
- III. O Coordenador de Estágio de cada curso, logo no início do semestre, visitará as salas dos alunos a concorrerem ao EPCS, para apresentar-lhes breves informações sobre o procedimento do Estágio Supervisionado;
- IV. O estagiário (a) receberá, por parte do Coordenador de Estágio de cada curso, as orientações detalhadas para execução do Estágio Supervisionado;
- V. O aluno, após a designação do seu campo de estágio pela coordenação de estágio de cada curso, assinará termo de compromisso do estagiário, conforme modelo constante do ANEXO II, comprometendo-se a desenvolver todas as atividades previstas para fins de integralização do estágio, de acordo com as normas estabelecidas em termos de convênio (ANEXO I) firmado entre o Instituto Florence de Ensino Superior e a instituição concedente e de acordo com o plano de atividades (ANEXO III) desenvolvido pelo supervisor de estágio.

Parágrafo Primeiro – O Estagiário deve respeitar a programação, os interesses e limitações do órgão promotor do Estágio e as orientações indicadas pelo SUPERVISOR, da Empresa / Instituição de Ensino.

Parágrafo Segundo – O Estagiário será identificado através de crachás ou “uniforme” que os padronizem, caracterizando o discente do IFES no seu *locus* de estágio.

Parágrafo Terceiro – Cada estagiário fará jus a apenas um crachá, que será entregue pessoalmente, mediante assinatura de protocolo, no início do período do estágio. No caso de perda, o aluno deverá solicitar a 2º via do crachá na secretaria acadêmica, mediante o pagamento da respectiva taxa.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO

Art. 6º - Os sujeitos envolvidos no EPCS do Instituto Florence de Ensino Superior são: Coordenador de Estágio, Supervisores e Estagiários.

Art. 7º - São atribuições do Coordenador:

- I. Visitar no início de cada semestre as salas dos alunos que realizarão estágios, para se apresentar e dar informações sobre o procedimento do Estágio Supervisionado;
- II. Planejar, juntamente com os supervisores, as atividades do estágio e acompanhar seu desenvolvimento;
- III. Realizar, pelo menos, 2 (duas) reuniões por semestre com os supervisores;
- IV. Orientar cada aluno (a), dos respectivos cursos, quando às normas que regem o Estágio e os procedimentos para sua operacionalização;
- V. Elaborar, em cada semestre, a lista dos supervisores autorizados por parte dos Coordenadores de cursos, para a orientação do Estágio Supervisionado;
- VI. Exarar parecer quanto às consultas efetuadas pelos órgãos pedagógicos e administrativos do IFES que envolvam assuntos de Estágio;
- VII. Designar os supervisores para cada aluno, em função das suas áreas específicas e turnos (Noturno e Diurno);
- VIII. Receber de cada supervisor o seu Plano de Estágio do respectivo semestre letivo;
- IX. Disponibilizar aos alunos matriculados no estágio e aos supervisores a documentação necessária a composição do processo de estágio;
- X. Intermediar a formalização de termo de convenio para fins de estágio com instituições concedentes;
- XI. Operacionalizar todos os trâmites institucionais referentes a realização do estágio;
- XII. Receber, no final de cada semestre, os Relatórios Finais dos supervisores de estágio, junto com os respectivos documentos comprobatórios;
- XIII. Verificar toda a documentação encaminhada pelos supervisores e realizar o encaminhamento dos processos de Estágio à Secretaria Acadêmica, onde serão arquivados.
- XIV. Classificar e arquivar os processos de Estágios pendentes;

Art. 9º - São atribuições do Supervisor:

- I. Supervisionar as atividades do aluno estagiário no campo de estágio, mostrando-lhe as possíveis alternativas para as soluções dos problemas encontrados;
- II. Orientar, acompanhar e controlar as atividades dos estagiários no âmbito da instituição e no campo de estágio;
- III. Promover reuniões periódicas com os estagiários para planejar, analisar e avaliar seu desempenho;
- IV. Elaborar plano de atividade de estágio (ANEXO III) e o Plano de Curso da disciplina e apresentar a coordenação de estágio no prazo estabelecido no calendário acadêmico;

- V. Elaborar, juntamente com os estagiários, o cronograma das etapas do estágio e controlar sua execução;
- VI. Participar das reuniões com os sujeitos do campo de estágio, para intercâmbio de informações a respeito do desempenho do estagiário;
- VII. Registrar e manter sob sua guarda, até o término do estágio, a ficha de frequência do estagiário (ANEXO V), devolvendo-a a coordenação, juntamente com toda a documentação do estagiário.
- VIII. Responsabilizar-se pelo processo avaliativo de estágio, recebendo os relatórios finais dentro do prazo estabelecido na programação do estágio, atribuindo notas e encaminhando-as à Coordenadoria de estágio;
- IX. Manter informada a Coordenadoria de Curso a respeito das atividades dos estagiários;
- X. Convocar reuniões com a Coordenadoria de Curso e Estagiários, sempre que necessário;
- XI. Observar, obrigatoriamente, um mínimo de 75% de frequência de cada estagiário na empresa-campo de estágio como requisito para avaliação.

Parágrafo Primeiro –O Supervisor de Estágio deverá ser docente do Instituto Florence de Ensino Superior, com habilitação compatível com as áreas profissionais definidas no Projeto Pedagógico de cada curso.

Parágrafo Segundo – Cada Supervisor acompanhará o estágio com no máximo 15 (quinze) estagiários.

Art. 10º - São atribuições do Estagiário:

- I. Desenvolver as atividades fixadas no Plano de atividade de Estágio, mediante orientações Supervisor de Estágio, observando a duração, horários e locais de realização do estágio;
- II. Reunir, durante o Estágio, todos os dados, levantamentos, fontes de referência, análises efetuadas, minutas de relatório e outros elementos para facilitar a elaboração do relatório final.
- III. Executar as atividades previstas no planejamento do Estágio, sob a orientação técnica e metodológica do supervisor de estágio;
- IV. Portar-se de modo adequado e profissional no desempenho de suas atividades de estágio, acatando a autoridade do supervisor de estágio como seu superior em campo;
- V. Efetuar anotações sobre os aspectos mais importantes de cada uma das atividades desenvolvidas durante o estágio, para utilização na elaboração do Relatório Final;
- VI. Apresentar, no prazo estabelecido pela coordenação de estágio, o relatório final de estágio.

Parágrafo Primeiro: O estagiário deverá observar a frequência mínima de 75% da carga-horária definida no plano de estágio e obter média 7,0 (sete) na avaliação para ser considerado aprovado no estágio.

Parágrafo Segundo – Não haverá reposição de nota referente a avaliação do estágio.

Parágrafo Terceiro – O aluno que não atingir os critérios estabelecidos para a aprovação no estágio deverá cursar a disciplina integralmente no semestre subsequente, mediante a existência de vaga.

DA FINALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 11º - A avaliação do Estágio será feita pelo supervisor, com base na Ficha de Acompanhamento de Estágio Supervisionado (ANEXO IV) e no Relatório Final produzido pelo aluno.

Art. 12º - A Ficha de Acompanhamento conterá, entre outros dados, a avaliação de desempenho do Estágio feita pelo supervisor do Estágio conforme atributos e conceitos explicitados na própria ficha.

Art. 13º - Ao término do Estágio, o aluno deve elaborar o Relatório Final do Estágio, que deverá ser entregue ao supervisor dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o término das atividades de estágio, respeitando as seguintes instruções:

I – O produto final do seu trabalho;

II – Os métodos e procedimentos adotados para chegar até aquele produto;

III – As dificuldades encontradas e as soluções escolhidas;

Parágrafo único: O supervisor de estágio deve ser consultado sobre a forma, apresentação e conteúdo do Relatório Final (respeitar as normas da ABNT), que deverá conter, no mínimo, 15 (quinze) páginas de conteúdo comprobatório e encadernado.

Art. 17º - O Relatório Final é avaliado em função de:

I – Suporte bibliográfico;

II – Qualidade da redação;

III – Concisão, Clareza e Propriedade.

Art. 18º: A avaliação do estágio será composta pela média aritmética obtida da nota do relatório final e da nota constante da ficha de acompanhamento do estágio supervisionado.

Art. 19º: Para ser considerado aprovado, o aluno deverá observar a frequência mínima de 75% da carga-horária definida no plano de estágio e obter no mínimo média 7,0 (sete) na avaliação.

Parágrafo Primeiro – Não haverá reposição de nota referente a avaliação do estágio.

Parágrafo Segundo – O aluno que não atingir os critérios estabelecidos para a aprovação no estágio deverá cursar a disciplina integralmente no semestre subsequente, observando-se a existência de vaga.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º - Os casos omissos nesta Resolução serão analisados pelo CONSEP.

Art. 21º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de, revogando-se disposições em contrário.

São Luís, 25 de janeiro de 2010

RITA IVANA BARBOSA GOMES
DIRETORA GERAL

ANEXO 12
RESOLUÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC
RESOLUÇÃO Nº 003/2009-CONSEP, 12 de janeiro de 2009.

Dispõe sobre normas da elaboração do
Trabalho de Conclusão dos Cursos de

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

A DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR, no uso das atribuições, em conformidade com a legislação em vigor e objetivando regulamentar os procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, resolve:

DA DEFINIÇÃO DO TCC

Art. 1º – A presente Resolução disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação dos TCC's, dos cursos de graduação do Instituto Florence de Ensino Superior/IFES.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso/TCC constitui-se em uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de graduação do Instituto Florence de Ensino Superior, e seguirá os critérios estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Art. 3º - O objetivo principal do TCC é o de proporcionar ao educando um momento para aprofundar, através da pesquisa, os conhecimentos científicos adquiridos na graduação.

Art. 4º - O TCC será realizado e apresentado após a conclusão das disciplinas e será em forma de Monografia Individual.

Parágrafo Único – As datas para apresentação do Projeto de Monografia e TCC serão definidas em edital a ser elaborado e divulgado pela Direção Acadêmica e Coordenações dos Cursos.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR-ORIENTADOR E ALUNO

Art. 5º - São atribuições do professor-orientador:

I – Orientar os acadêmicos na escolha do tema e do problema, na elaboração e execução do TCC.

II – Avaliação do projeto do TCC.

III – Avaliação dos relatórios parciais e finais.

IV – Acompanhamento e avaliação do processo de elaboração e apresentação do TCC.

Art. 6º - São atribuições dos alunos:

I – Frequentar as reuniões convocadas pelo professor-orientador.

II- Manter contatos com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento.

III – Cumprir o calendário divulgado pela instituição para entrega de relatórios parciais.

IV – Elaborar a versão final de seu TCC, obedecendo às normas e instruções aprovadas pela instituição.

V – Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final do TCC, perante banca examinadora.

DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA E DO TCC

Art. 7º - O Projeto de Pesquisa e o TCC seguirão as Normas da ABNT e as Normas estabelecidas pela instituição.

Art. 8º- Após a conclusão de todas as disciplinas, no ato da matrícula acadêmica na disciplina TCC, o discente deverá encaminhar à Coordenação do Curso, via SECAD e de acordo com calendário previamente divulgado, o anteprojeto de Pesquisa juntamente com ofício de solicitação de aceite ao professor-orientador.

§ Único: No ofício de solicitação de aceite, o aluno poderá sugerir o nome do professor-orientador, que será avaliado pelo colegiado de curso de acordo com a disponibilidade do mesmo e adequação do projeto a sua linha de pesquisa.

Art.9º Fica instituída a comissão de monografia, cujos membros serão indicados pela direção acadêmica, dentre os docentes da instituição, para compor a comissão pelo período de dois semestres.

Art. 10º - Operacionalização do anteprojeto de Pesquisa:

I – Escolha do objeto de estudo, pelo aluno, sob a orientação docente.

II- Elaboração do anteprojeto de pesquisa e entrega na Coordenação do Curso, via SECAD, juntamente com ofício de solicitação de aceite ao professor-orientador.

III – Análise do anteprojeto de Pesquisa por professores que compõem a comissão de monografia.

IV – Devolução, pela coordenação do curso, via SECAD, do anteprojeto de Pesquisa ao aluno, juntamente com o parecer sobre a designação do professor-orientador.

§ Único: O aluno, juntamente com seu professor-orientador, deverão apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias após a devolução do anteprojeto de pesquisa pela coordenação do curso, o plano de trabalho a ser desenvolvido no referido semestre. O mesmo prazo deverá ser observado para semestre subsequente, contado a partir da data final da matrícula acadêmica;

Art. 11º - A comissão de monografia analisará os anteprojetos de pesquisa no que diz respeito a:

I – Normalização.

II – Coerência textual.

III – Adequação do tema a área de formação do discente .

IV – Coerência e fundamentação teórico-metodológica do anteprojeto.

§1º- A comissão de monografia deverá, caso necessário, indicar para a coordenação do curso os anteprojetos de pesquisa que necessitem serem aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

§ 2º- Será de responsabilidade do professor-orientador e do aluno encaminhar o projeto de pesquisa para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 12º - Em caso de indeferimento do anteprojeto pela comissão de monografia o orientador e discente terão um prazo de 20 (vinte dias) para realizar as modificações

e reencaminhar à comissão de monografia, via SECAD, que terá 30 dias para efetuar nova avaliação.

Art. 13º - Operacionalização do TCC:

I – Pesquisa sobre o tema escolhido.

II – Apresentação de relatórios parciais para o professor-orientador.

III – Discussão e análise da versão preliminar do TCC com o professor-orientador.

IV – Elaboração do texto final do TCC.

16 Submissão do texto final do TCC à pré-banca examinadora.

VI – Entrega do TCC em três vias para coordenação do curso e preenchimento do ofício de solicitação de defesa do TCC.

§ 1º.: Será prevista realização de uma pré-banca com o objetivo de avaliar previamente o conteúdo do trabalho apresentado.

§ 2º.: A coordenação dos cursos definirá, juntamente com a comissão de monografia, a data para realização da sessão de defesa do TCC, assim como a realização da pré-banca, e as divulgará por meio de edital.

Art. 14º - O discente terá um prazo de dois semestres letivos para elaboração, conclusão e defesa do TCC, mediante termo de compromisso assinado pelo discente e pelo professor.

§ Único – Caso o prazo seja excedido o orientador e discente deverão encaminhar formalmente um pedido de prorrogação do prazo que será analisado pelo Colegiado de curso.

DA DEFESA E AVALIAÇÃO DO TCC

Da pré-banca:

Art. 14º - Antes do período de defesa do TCC, o aluno submeterá uma versão preliminar do mesmo a uma pré-banca:

I – A pré-banca será constituída por três membros, tendo como membro nato e presidente, o professor-orientador.

II – Os demais membros da pré-banca serão designados pela coordenação dos cursos, podendo ser sugeridos pelo discente e seu orientador, sendo pelo menos um deles pertencentes ao quadro docente do Instituto Florence de Ensino. O membro da pré-banca indicado pelo professor-orientador e pelo discente deverá exercer docência comprovada e possuir formação e titulação compatíveis.

III – Os membros da pré-banca examinadora, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 (quinze) dias para procederem a leitura e análise dos TCCs que irão julgar.

IV – Após a realização da pré-banca, o aluno e seu orientador terão o prazo de até 30 (trinta) dias para reformular o texto e solicitar, junto a comissão de monografia, a definição da sessão de defesa do TCC.

V – A sessão de defesa do TCC será fixada no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contado a partir da entrega da versão final do TCC na coordenação do curso.

17 Os suplentes da pré-banca serão designados pela comissão de monografia dentre os docentes do Instituto Florence de Ensino Superior

Da defesa:

Art. 15º. A composição da banca de defesa do TCC será a mesma da pré-banca.

Art. 16º. Os trabalhos da sessão de defesa ocorrerão observando a seguinte ordem:

I – Abertura oficial pelo presidente da banca examinadora;

II – Cessão da palavra ao discente, que poderá dispor de no mínimo 20 (vinte) minutos e no máximo 30 (trinta) minutos para exposição.

III – Cada membro da banca disporá de até 10 (dez) minutos para fazer sua arguição e comentários.

IV – O aluno terá até 15 (quinze) minutos, após a arguição de todos os membros da banca, para responder as questões formuladas.

V – Os membros da banca examinadora emitirão julgamento aceitando ou rejeitando o TCC apresentado.

VI – O trabalho será considerado aprovado caso obtenha média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete).

VII – A avaliação final da banca examinadora deve ser registrada em Ata de Defesa com a assinatura de todos os membros e do discente.

§ 1º. A banca examinadora, por maioria, pode sugerir ao aluno a reformulação integral ou parcial do TCC.

§ 2º. O aluno terá um prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias para a reformulação de seu TCC e entrega da versão definitiva em CD Rom na coordenação do curso, de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição. A não observância desse prazo desabilitará o discente para o recebimento do diploma de conclusão de curso.

Art. 17º - A Banca examinadora do TCC avaliará os seguintes aspectos:

I – O trabalho escrito, no que diz respeito a normalização, coerência textual, aplicação metodológica, consistência teórica.

II – A defesa do TCC, no que diz respeito a vocabulário, domínio teórico e tempo de exposição.

DA DIPLOMAÇÃO

Art. 18º - Após a aprovação do TCC e ter cumprido todas as exigências legais previstos no Regimento Interno e Projeto Pedagógico do Curso do IFES, o discente estará apto a receber o diploma de conclusão do curso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19º - Os casos omissos nesta Resolução serão analisados pelo CONSEP.

Art. 20º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de, revogando-se disposições em contrário.

São Luís, 12 de novembro de 2009

RITA IVANA BARBOSA GOMES
DIRETORA GERAL

ANEXO 13

Resolução 005/09- CONSEP, de 12 de novembro de 2009

Altera as disposições do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação quanto a realização de atividades complementares.

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** do Instituto Florence de Ensino Superior, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a necessidade de alterar as disposições dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, no que tange a atividades complementares,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico dos Cursos de graduação no que se refere as atividades complementares.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na presente data, revogando-se o disposto em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

São Luís, 12 de novembro de 2009.

Profª MsC. RITA IVANA BARBOSA GOMES

PRESIDENTE DO CONSEPE

PROGRAMA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento disciplina a realização dos Estudos Independentes, previstas no art. 4º da Portaria MEC nº 1.886/94, e incluídas no currículo pleno dos cursos de graduação, fazendo parte do Regimento da Faculdade, como anexo.

Art. 2º. Os Estudos Independentes, a serem ajustadas entre o aluno e a coordenação do curso de graduação, são oferecidas em todos os períodos letivos, constando de pesquisas, cursos e serviços de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

CAPÍTULO II DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Art. 3º. Integram o conteúdo programático dos Estudos Independentes, em todos os períodos letivos do curso, o seguinte:

I – Programas de iniciação científica e atividades de pesquisa;

II – Cursos e serviços de extensão;

III – Atividades de monitoria;

IV – Estágios extracurriculares;

V – Congressos, seminários, simpósios, painéis, conferências ou eventos similares.

Art. 4º. O conteúdo dos Estudos Independentes será objeto de análise e deliberação pelo Colegiado do Curso, ouvida Coordenadoria do Curso e os alunos nele matriculados, em cada período letivo.

Art. 5º. A integralização das atividades complementares será gerenciada pelo Colegiado e pela Coordenadoria de Curso, mediante requerimento e apresentação de documentação comprobatória.

Art. 6º. Para efeito de integralização da carga-horária referente aos Estudos Independentes, serão computadas as seguintes atividades:

- a) Participação em programas de extensão junto à comunidade, comprovada por meio de certificado de participação ou outro documento comprobatório, correspondente ao número de horas constante do certificado ou documento comprobatório;
- b) Realização de atividade de monitoria em disciplina pertencente ao currículo do Curso, sendo considerado no máximo três contratações, contabilizando-se a carga-horária de atividades apresentada no plano de trabalho do discente e devidamente assinada pelo professor;
- c) Realização de estágios não-curriculares desenvolvidos em instituições conveniadas com a IFES, contabilizada mediante termo de compromisso e/ou declaração da instituição concedente do estágio;
- d) Participação em eventos científicos, seminários, simpósios, congressos, conferências, mediante apresentação de certificado ou outros documentos comprobatórios, sendo que, no mínimo, 50% das participações sejam referentes a eventos promovidos pelo Instituto Florence de Ensino Superior;
- e) Apresentação de trabalho em evento científico, sendo computada a carga-horária do evento mais 10 horas;
- f) Publicação de artigo e/ou resumo em revista científica corresponde a 15 horas de atividades complementares;
- g) Participação em disciplinas pertencentes a cursos de graduação da própria instituição e de outras instituições de ensino superior, independente de área, desde que cursadas regularmente pelo aluno no decorrer do Curso, considerando o valor correspondente a carga-horária total da disciplina, constante da grade curricular do curso.

Parágrafo único: As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer fase do curso, desde que o aluno demonstre interesse. Todas as atividades devem ser comprovadas pelo próprio aluno, mediante apresentação semestral dos documentos comprobatórios, de acordo com Edital próprio, divulgado pela coordenadoria dos cursos e em conformidade com esse regimento.

Art. 7º. A participação dos alunos nas atividades, previstas no artigo anterior, será precedida de análise e orientação, por professores designados pela Coordenadoria do Curso, objetivando o melhor aproveitamento das potencialidades do educando e a adequação dessas atividades aos objetivos do curso.

Art. 8º. Os Estudos Independentes podem ser realizados durante os períodos letivos regulares ou entre estes.

CAPÍTULO III DOS REGISTROS ACADÊMICOS

Art. 9º. O registro acadêmico, relativo à participação dos alunos nos Estudos Independentes, será levado a efeito, ao final de cada período letivo, por meio de Edital específico.

Art. 10º. Será considerado aprovado, nos Estudos Independentes, o aluno que tiver alcançado ou superado a frequência mínima, obrigatória, de setenta e cinco por cento das atividades previstas na carga-horária destinada no Projeto Pedagógico dos Cursos para este fim.

Parágrafo único. O aluno que não alcançar a frequência mínima obrigatória será considerado automaticamente reprovado, cabendo à Coordenadoria do Curso decidir sobre a regularização dos estudos em Atividades Complementares, em cada caso.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com recurso, em instância final, para o Conselho Superior da Faculdade.

Art. 12. O Colegiado de Curso promoverá, ao final de cada semestre letivo, eventos para avaliação do desenvolvimento dos Estudos Independentes, podendo oferecer, à direção superior da Faculdade, sugestões para a correção de falhas e melhoria da qualidade dessas atividades.

Art. 13. Cabe à Coordenadoria de Curso baixar normas para a realização dos Estudos Independentes, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 14. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Luis, 12 de novembro de 2009

Rita Ivana Barbosa Gomes
Diretora Geral do Instituto Florence de Ensino Superior

ANEXO 14 REGULAMENTO DE MONITORIA

RESOLUÇÃO Nº04/2010-CONSEP, 08 de março de 2010.

Dispõe sobre normas de Monitoria do
Instituto Florence de Ensino Superior.

A **DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR**, no uso das atribuições, de conformidade com a legislação em vigor e objetivando regulamentar os procedimentos de Monitoria, resolve:

DA MONITORIA

Art. 1º - A Faculdade pode instituir monitores nela admitindo alunos regulares, dentre os aqueles que tenham demonstrado bom rendimento na disciplina ou área da monitoria, bem como aptidões para as atividades auxiliares de ensino e pesquisa.

§ 1º A monitoria servirá como estímulo à produção intelectual e científica, bem como, título para o ingresso no magistério da Faculdade.

§ 2º A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes a carga horária regular da disciplina.

§ 3º Caberá ao CONSEP regulamentar a atividade de monitoria.

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 2º - O processo seletivo de monitoria acontecerá no início de cada semestre letivo e constará de:

I – Prova Escrita, de caráter eliminatório, que versará sobre o conteúdo trabalhado na disciplina e será elaborada pelo professor da disciplina. Será atribuída nota de 0 a 10.

II – Prova Prática, para as disciplinas que necessitem, tem caráter eliminatório e versará sobre o conteúdo trabalhado na disciplina, sendo realizada pelo professor da disciplina. Será atribuída nota de 0 a 10.

III – Avaliação de Rendimento Acadêmico, de caráter classificatório, onde será realizada a análise de rendimento do aluno no período anterior ao processo seletivo da Monitoria.

IV – Entrevista

Art. 3º - Estarão aptos alunos devidamente matriculados, que já cursaram com aprovação nas avaliações bimestrais da disciplina pleiteada, sem incluir Prova Substitutiva e Prova Final.

Art. 4º - Em caso de empate a classificação obedecerá:

1º Maior pontuação na Avaliação de Desempenho Acadêmico;

2º Maior pontuação na Prova de Conhecimentos;

3º Maior pontuação na entrevista.

Art. 5º - Permanecendo o empate será considerado classificado o candidato que no decorrer do semestre cursado na instituição tenha tido maior aproveitamento de notas nas disciplinas do período.

Art. 6º - As inscrições serão realizadas na Secretaria Acadêmica no período estabelecido no Edital de Monitoria.

Parágrafo Único – A cada semestre letivo será definido, pela Direção Acadêmica e Coordenação dos Cursos, as disciplinas que necessitarão de Monitor.

DA PERIODICIDADE DA MONITORIA

Art. 7º - Os candidatos aprovados no Processo Seletivo de Monitoria permanecerão por um semestre letivo.

Parágrafo Primeiro – Após avaliação do professor da disciplina, o monitor que durante a execução das atividades propostas não apresentar rendimento satisfatório terá a bolsa cancelada e será afastado da Monitoria (Conforme Art. 9º desta Resolução).

Parágrafo Segundo – O aluno monitor poderá, após aprovação do CONSEP, ser reconduzido por mais um semestre letivo.

DO VALOR DA BOLSA

Art. 8º - O valor da bolsa será definido e divulgado no ato do lançamento do Edital de Monitoria.

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA MONITORIA

Art. 9º - O aluno será avaliado durante as atividades de monitoria, de acordo com os seguintes critérios: assiduidade, pontualidade, responsabilidade, interesse, entrega de Relatórios de Monitoria.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA DISCIPLINA E DO ALUNO MONITOR

Art. 10º - Ao professor da disciplina caberá:

- I – Realizar treinamento inicial com o monitor;
- II – Elaborar planejamento e cronograma de atividades para o monitor (ANEXO I);
- III – Avaliar o desempenho do aluno monitor, conforme ficha de avaliação específica da Monitoria (ANEXO II)

Art. 11 – Ao aluno monitor caberá:

- I – Assinar Termo de Compromisso (ANEXO III)
- II – Participar do treinamento realizado pelo professor;
- III – Elaborar, bimestralmente, relatório de atividades (ANEXO IV) e entregar ao professor que repassará à Coordenação;
- IV – Participar de todas as atividades planejadas pelo professor.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º - Os casos omissos nesta Resolução serão analisados pelo CONSEP.

Art. 13º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de, revogando-se disposições em contrário.

São Luís, 08 de março de 2010.

RITA IVANA BARBOSA GOMES

DIRETORA GERAL

ANEXO 15
REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

REGULAMENTO DOS NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES – NDE DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO I
DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Art. 1º- O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação dos Cursos de Graduação do Instituto Florence Superior.

Art. 2º- O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e deliberativo, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico de cada Curso, e tem por finalidade, a implantação, implementação, atualização e complementação do mesmo, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão.

Parágrafo Único– É vedado ao Núcleo Docente Estruturante – NDE deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses da Instituição.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º - O Núcleo Docente Estruturante – NDE dos Cursos de Graduação do IFES será composto:

- I. pelo Coordenador do curso, seu presidente;
- II. pelo Coordenador Adjunto do Curso;
- III. por 30% (trinta por cento) do total de docentes da área do conhecimento do curso para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido;

Parágrafo Único– O Coordenador será substituído nas faltas e impedimentos pelo membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE mais antigo no magistério.

CAPÍTULO III

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 4º - Os docentes que compõem o NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos e/ou revalidados e, destes, pelo menos 50% (cinquenta por cento) têm título de Doutor.

Art. 5º - O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso é, de pelo menos, 60% (sessenta por cento).

CAPÍTULO IV

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 6º. Os docentes que são designados para o NDE são contratados em regimes de horários parcial, integral e/ou horistas.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 7º. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares).

§ 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Coordenador do Curso mediante aviso expedido pela Secretaria da Faculdade, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o “caput” deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O Núcleo Docente Estruturante – NDE, salvo quorum estabelecido por lei ou por este Regimento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

§ 4º – O Núcleo Docente Estruturante – NDE requisitará junto à Secretaria da Faculdade, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 8º - A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- a) leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- b) expediente;
- c) ordem do dia;
- d) outros assuntos de interesse geral.

§ 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

§ 2º - Das reuniões, lavrará um dos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE ou pessoal técnico da secretaria, ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 9º- Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10 – Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante, pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) não são admitidos votos por procuração.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 11 – A Presidência do NDE será exercida pela Coordenação do Curso ou docente integrante do referido núcleo, indicado pela mesma.

Art. 12 – Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) Encaminhar as deliberações do Núcleo à Coordenação do Curso;
- d) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- e) Indicar coordenadores com saber específico referente à cada área;
- f) Promover a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 13 – Compete ao Núcleo Docente Estruturante – NDE:

- a) Elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- b) Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- c) Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- e) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;

- f) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares, encaminhando para aprovação do Colegiado do Curso;
- g) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- h) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.
- i) auxiliar os Núcleo de Pesquisa e Estudos na fixação das linhas básicas de pesquisa do Curso e análise das propostas de pesquisa institucional apresentado por docentes e alunos candidatos à iniciação científica;
- j) emitir pareceres das propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso;
- k) propor ao Coordenador providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;
- l) participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o Curso;
- m). promover a avaliação dos planos de trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma definida no projeto de avaliação institucional;
- n) coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- o) colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;
- p) sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- q) zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso;
- r) incentivar a elaboração de programas de extensão na área de sua competência e supervisionar a execução e avaliar seus resultados;
- s) promover a interdisciplinaridade do curso;
- t) exercer as demais funções que lhe são explícitas ou implicitamente conferidas pelo Regimento Geral do Instituto Florence de Ensino Superior e de outras legislações e regulamentos a que se subordine.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 –Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 15 –O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Prof^a MsC. RITA IVANA BARBOSA GOMES

DIRETORA GERAL

ANEXO 16 CURRICULUM VITAE DO COORDENADOR DO CURSO DE FARMÁCIA

Roberto Nicolete

Graduação em Farmácia-bioquímica pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2004). Doutorado sanduíche pela Universidade de Valência, Espanha (2006-2007). Doutorado em Biociências Aplicadas à Farmácia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2008). Pós-doutorado concluído na mesma faculdade (2009). Atualmente é Professor do Programa de Mestrado em Biologia Parasitária do Centro Universitário do Maranhão. Coordenador do

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

curso de Farmácia do Instituto Florence de Ensino Superior. Tem experiência na área de Farmácia, com ênfase em Análises Clínicas, Farmacotecnia e Imunologia, atuando principalmente nos seguintes temas: micro e nanoesferas poliméricas, lipossomas, encapsulação, mediadores lipídicos, inflamação, imunomodulação, plantas medicinais, *Micobacterium tuberculosis* e *Histoplasma capsulatum*.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 26/04/2011

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/0447073555893530>

Dados Pessoais

Nome Roberto Nicolete
Nome em citações bibliográficas NICOLETE, R.
Sexo masculino

Filiação José Roberto Nicolete e Rosa Maria Poslednik Nicolete
Nascimento 09/12/1978 - Piracicaba/SP - Brasil
Carteira de Identidade 295355177 SSP - SP - 18/12/1992
CPF 28364306804

Endereço residencial Rua Carutapera, 20 ap. 1501
Renascença II - Sao Luis
65075-690, MA - Brasil
Telefone: 98 87285407

Endereço profissional Centro Universitário do Maranhão, Centro Universitário do Maranhão-UNICEUMA
Rua Josué Montello, n.1
Renascença II - Sao Luis
65075-120, MA - Brasil

URL da home page: <http://www.ceuma.br>
Instituto Florence de Ensino Superior
Rua Rio Branco, 216, Centro

Endereço eletrônico

e-mail para contato : coord.farmacia@florence.edu.br;
roberto.nicolete@ceuma.br
e-mail alternativo : r_nicolete@yahoo.com.br

Formação Acadêmica/Titulação

2008 - 2009 Pós-Doutorado.
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, FCFRP, Brasil
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Áreas do conhecimento : Farmácia, Farmacotecnia, Imunologia

2005 - 2008 Doutorado em Biociências Aplicadas à Farmácia.
Universidade de São Paulo, USP, Sao Paulo, Brasil
Título: Estudos sobre os efeitos da administração in vivo de microesferas biodegradáveis contendo Leucotrieno B4 ou Prostaglandina E2 em modelo de histoplasmose murina, Ano de obtenção: 2008
Orientador: Lúcia Helena Faccioli
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Palavras-chave: histoplasmose, mediadores lipídicos, microesferas biodegradáveis

Áreas do conhecimento : Imunologia, Farmacotecnica, Farmácia

2000 - 2004 Graduação em Farmácia-Bioquímica pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto.
Universidade de São Paulo, USP, Sao Paulo, Brasil

Formação complementar

2009 - 2009 Curso de curta duração em Ciência e Tecnologia.
Fundação Getúlio Vargas - RJ, FGV-RJ, Rio De Janeiro, Brasil

2009 - 2009 Curso de curta duração em II Curso Uniscience, Molecular Imaging/Microarray.
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, FCFRP, Brasil

2007 - 2007 Curso de curta duração em Análise físico-química de mediadores lipídicos.
Centre de Recherche Rhumatologie et Immunologie, CRRI, Canadá

2007 - 2007 Curso de curta duração em Curso Jurídico-SUPERA.
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, FCFRP, Brasil

2003 - 2003 Curso de curta duração em Curso de Administração de Medicamentos Injetáveis.
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, EERP, Brasil

2003 - 2003 Curso de curta duração em Curso de Validação de Processos-JP.
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, FCFRP, Brasil

Atuação profissional

1. Instituto Florence de Ensino Superior - FLORENCE

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Coordenador do curso de Farmácia , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:

Disciplinas ministradas: Introdução ao Estudo das Ciências Farmacêuticas e Imunologia Básica
Coordenador do Núcleo de Pesquisas (NUPES)
Editor-chefe da Revista Florence
Integrante do NDE ds cursos de Farmácia e Enfermagem

Atividades

2010 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Instituto Florence de Ensino Superior
Linhas de Pesquisa:
Doenças infecciosas e bioprospecção de produtos naturais

08/2010 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Instituto Florence de Ensino Superior

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Especificação:
Coordenador do Núcleo de Pesquisa (NUPES)

08/2010 - Atual Direção e Administração, Instituto Florence de Ensino Superior
Cargos Ocupados:
Coordenador do curso de Graduação em Farmácia

03/2010 - Atual Graduação, Farmácia
Disciplinas Ministradas:
Imunologia Básica

2. Rede de Pesquisa Bionorte - BIONORTE
Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Professor permanente , Enquadramento funcional:
Professor permanente do PPG, Regime: Parcial

Atividades

2010 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Rede Bionorte
Linhas de Pesquisa:
Bioprospecção de produtos e processos

2010 - Atual Pós-graduação, Doutorado em Biotecnologia
Disciplinas Ministradas:
Métodos Imunológicos aplicados à biotecnologia , Métodos de
Bioprospecção

3. Centro Universitário do Maranhão - UNICEUMA
Vínculo institucional

2009 - Atual Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor
Adjunto III , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Disciplinas ministradas na Graduação: Imunologia Básica e Clínica
Disciplinas ministradas na Pós-Graduação: Pesquisa e Desenvolvimento
de bioprodutos e Métodos Avançados em Imunologia e Novas
Terapias

Atividades

2010 - Atual Projetos de pesquisa, Centro Universitário do Maranhão-
UNICEUMA
Participação em projetos:
SÍNTESE, FUNCIONALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE
NANOPARTÍCULAS MAGNÉTICAS
MICRO/NANOENCAPSULADAS EM SISTEMA POLIMÉRICO
CONSTITUÍDO DE PLGA E FUNCIONALIZADAS COM
PLANTAS MEDICINAS ORIUNDAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

04/2010 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro Universitário do
Maranhão-UNICEUMA
Especificação:
Membro do Conselho da Graduação do Curso de Farmácia

- 04/2010 - Atual** Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro Universitário do Maranhão-UNICEUMA
Especificação:
Parecerista técnico da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP)
- 02/2010 - Atual** Graduação, Farmácia
Disciplinas Ministradas:
Farmacotécnica, Imunologia Básica e Imunologia Clínica
- 02/2010 - Atual** Pós-graduação, Biologia Parasitária
Disciplinas Ministradas:
Métodos Avançados em Imunologia e Novas Terapias
- 02/2010 - Atual** Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro Universitário do Maranhão-UNICEUMA
Especificação:
membro da comissão de pós-graduação em Biologia Parasitária, nível Mestrado
- 2009 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário do Maranhão-UNICEUMA
Linhas de Pesquisa:
Micro e nanoestruturas poliméricas para liberação de fármacos , Produtos Naturais de interesse farmacêutico , Doenças inflamatórias/infecciosas
- 12/2009 - Atual** Projetos de pesquisa, Centro Universitário do Maranhão-UNICEUMA
Participação em projetos:
Avaliação da atividade pró/anti-inflamatória de compostos naturais derivados de plantas

4. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto - FCFRP
Vínculo institucional

2008 - 2009 Vínculo: Bolsista recém-doutor , Enquadramento funcional: aluno de pós-doutorado, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

2009 - Atual Projetos de pesquisa, FCFRP
Participação em projetos:
Efeitos in vitro e in vivo de Leucotrieno B4 exógeno na infecção experimental por Mycobacterium tuberculosis , Caracterização in vitro e in vivo de sistemas micro e nanoparticulados contendo leucotrienos e quimioterápicos

09/2008 - Atual Projetos de pesquisa, FCFRP
Participação em projetos:
Desenvolvimento de sistemas micro e nanoparticulados contendo leucotrienos como terapia em infecções bacterianas e fúngicas

03/2005 - 12/2009

Pesquisa e Desenvolvimento, FCFRP

Linhas de Pesquisa:

Micro e nanoencapsulação de mediadores lipídicos , Doenças infecciosas

Linhas de pesquisa

1. Doenças infecciosas
Objetivos:
2. Micro e nanoencapsulação de mediadores lipídicos
Objetivos:
3. Doenças inflamatórias/infecciosas
Objetivos:
4. Micro e nanoestruturas poliméricas para liberação de fármacos
Objetivos:
5. Produtos Naturais de interesse farmacêutico
Objetivos:
6. Bioprospecção de produtos e processos
Objetivos:
7. Doenças infecciosas e bioprospecção de produtos naturais
Objetivos:

Projetos

2010 - Atual SÍNTESE, FUNCIONALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS MAGNÉTICAS MICRO/NANOENCAPSULADAS EM SISTEMA POLIMÉRICO CONSTITUÍDO DE PLGA E FUNCIONALIZADAS COM PLANTAS MEDICINAS ORIUNDAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

Descrição: Trata-se de um projeto vinculado ao grupo de pesquisadores do INCT-Nanobiotecnologia, abordando pesquisas relacionadas com o desenvolvimento e aplicação terapêutica de nanopartículas magnéticas nos diversos campos da Saúde.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (2);

Integrantes: Roberto Nicolete (Responsável); ; Anselmo Fortunato Ruiz Rodriguez; Jéssica Francisca Fernandes de Oliveira

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

2009 - Atual Efeitos in vitro e in vivo de Leucotrieno B4 exógeno na infecção experimental por Mycobacterium tuberculosis

Descrição: A infecção pelo M. tuberculosis gera um padrão de resposta do tipo TH1, envolvendo a participação de fagócitos importantes para a resolução da doença. O leucotrieno B4, originalmente descrito como substância quimiotática, vem sendo descrito como agente imunomodulador da resposta imune inata e adaptativa. Assim, a participação deste mediador lipídico na infecção pode proporcionar uma resposta mais eficiente de fagocitose e morte do M. tuberculosis

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Integrantes: Roberto Nicolete; Faccioli, Lúcia H (Responsável); Fabiani Gai Frantz

Financiador(es):

2009 - 2009 Caracterização in vitro e in vivo de sistemas micro e nanoparticulados contendo leucotrienos e quimioterápicos

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120

www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Descrição: projeto de supervisão de Iniciação Científica
Situação: Concluído Natureza: Pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (1);
Integrantes: Roberto Nicolete (Responsável); ; Bruna Cordeiro dos Santos Moura
Financiador(es):

2009 - Atual Avaliação da atividade pró/anti-inflamatória de compostos naturais derivados de plantas

Descrição: Vários compostos derivados de plantas têm ganhado grande interesse econômico devido à potencialidade dos mesmos para atuarem como moléculas anti-inflamatórias ou imunomoduladoras. Diante disto, projetos que envolvam tais estudos são de fundamental importância para descoberta de novos fármacos.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (2);
Integrantes: Roberto Nicolete (Responsável); ; Célio Lopes Silva; Lúcia Helena Faccioli; Auro; Wend Jéssica Moreira Souza; Jéssica Francisca Fernandes de Oliveira
Financiador(es):

2008 - Atual Desenvolvimento de sistemas micro e nanoparticulados contendo leucotrienos como terapia em infecções bacterianas e fúngicas

Descrição: O uso de sistemas micro e nanoparticulados vem ganhando interesse como terapias promissoras para direcionamento e liberação sustentada/controlada de fármacos. Uma vez empregando estes sistemas para liberação de leucotrienos associados com quimioterápicos na terapia contra a tuberculose poderemos avaliar a eficiência da proposta para futuros testes clínicos.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa
Integrantes: Roberto Nicolete; Célio Lopes Silva; Faccioli, Lúcia H (Responsável)
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

Revisor de periódico

1. **Journal of Pharmacy and Pharmacology -**
Vínculo

2010 - Atual Regime: Parcial

2. **Journal of Antimicrobial Chemotherapy -**
Vínculo

2009 - Atual Regime: Parcial

Membro do corpo editorial

1. **Revista Florence -**
Vínculo

2011 - Atual Regime: Parcial
Outras informações:
Editor-chefe da revista

2. **Revista de Investigação Biomédica -**

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Vínculo

2010 - Atual Regime: Parcial
Outras informações:
Editor científico da Revista de Investigação Biomédica

Áreas de atuação

1. Imunologia
2. Farmácia
3. Farmacotecnia
4. Imunofarmacologia

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem
Espanhol Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Razoavelmente, Lê Bem

Prêmios e títulos

- 2008** Indicação de melhor trabalho da área de sistemas poliméricos de liberação de drogas, Controlled Release Society
- 2007** Indicação de trabalho para apresentação oral em congresso internacional, Prêmio Young Investigator Biomol
- 2006** Menção honrosa, 2 Sinpospq

Produção em C, T & A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. NICOLETE, R, Arakawa, N.S., Rius, Cristina, Nomizo, A., JOSE, P.J., Da COSTA, F.B., Sanz, Maria J, Faccioli, Lúcia H

Budlein A from *Viguiera robusta* inhibits leukocyte-endothelial cell interactions, adhesion molecule expression and inflammatory mediators release. *Phytomedicine (Stuttgart)*. , v.00, p.00 - , 2009.

Referências adicionais : Inglês. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: [doi:10.1016/j.phymed.2009.04.002]

2. dos Santos, Daiane F., Nicolete, Roberto, de Souza, Patrícia R.M., Bitencourt, Cláudia da S., dos Santos Junior, Rubens R., Bonato, Vânia L.D., Silva, Célio L., Faccioli, Lúcia H.

Characterization and in vitro activities of cell-free antigens from *Histoplasma capsulatum*-loaded biodegradable microspheres. *European Journal of Pharmaceutical Sciences*. , v.38, p.548 - 555, 2009.

Referências adicionais : Inglês. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: [doi:10.1016/j.ejps.2009.10.003]

3. NICOLETE, R., SECATTO, A., PEREIRA, P. A. T., Soares, Edson G, FACCIOLI, L.H.

Leukotriene B4-loaded microspheres as a new approach to enhance antimicrobial responses in *Histoplasma capsulatum*-infected mice. *International Journal of Antimicrobial Agents*. , v.000, p.00 - , 2009.

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Referências adicionais : Inglês. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: [doi:10.1016/j.ijantimicag.2009.06.009]

4. Nicolete, Roberto, Rius, Cristina, Piqueras, Laura, Jose, Peter J, Sorgi, Carlos A, Soares, Edson G, Sanz, Maria J, Faccioli, Lúcia H
Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation. , v.9, p.36 - , 2008.

Referências adicionais : Inglês. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: [doi:10.1186/1471-2172-9-36]

5. NICOLETE, R, LIMA, K, JUNIOR, J, JOSE, P, SANZ, M, FACCIOLI, L
Prostaglandin E2-loaded microspheres as strategy to inhibit phagocytosis and modulate inflammatory mediators release. European Journal of Pharmaceutics and Biopharmaceutics. , p.784 - , 2008.

Referências adicionais : Inglês. Meio de divulgação: Meio digitalHome page: [doi:10.1016/j.ejpb.2008.06.019]

6. NICOLETE, R., Lima, KM, Rodrigues-Júnior, JM, Baruffi, MD, Medeiros, A.I., BENTLEY, M. V. L., Silva, C.L., Faccioli, L.H.

In vitro and in vivo activities of Leukotriene B4-loaded biodegradable microspheres. Prostaglandins & Other Lipid Mediators. , v.83, p.121 - 129, 2007.

Referências adicionais : Inglês. Meio de divulgação: VáriosHome page: [http://www.sciencedirect.com/science?_ob=articleurl&_udi=b6t3h-4mg6tcm-1&_user=5674931&_coverdate=02%2f28%2f2007&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&_view=c&_acct=c000049650&_version=1&_urlversion=0&_userid=5674931&md5=322f6f212e5edfc040deb3372691506c]

7. Sá-Nunes, A., Medeiros, A.I., NICOLETE, R., Silva, C.L., Faccioli, L.H.

Efficacy of cell-free antigens to evaluate cell immunity and to induce protection in a murine model of histoplasmosis. Microbes and Infection. , 2005.

Áreas do conhecimento : Imunologia

Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. NICOLETE, R, Piqueras, Laura, JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.

Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation In: III SINPOSPq, 2008, Ribeirão Preto.

III SINPOSPq. , 2008.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. NICOLETE, R., Piqueras, Laura, JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.

Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation In: Campus de Excelencia 2008, 2008, Mas Palomas.

Campus de Excelencia. , 2008.

Referências adicionais : Espanha/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

3. NICOLETE, R, Piqueras, Laura, JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.

Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to regulate cell activation In: 35th CRS Annual Meeting & Exposition, 2008, Nova York.

35th CRS Annual Meeting & Exposition. , 2008.

Referências adicionais : Estados Unidos/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

4. NICOLETE, R., JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.
Leukotriene B4 released from microspheres promotes leukocyte-endothelial cell interactions in the mice cremasteric microcirculation and chemokines release by human endothelial cells In: CIFARP, 2007, Ribeirao Preto.

Revista CIFARP , 2007.

Referências adicionais : Brasil/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

5. NICOLETE, R., JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.
Leukotriene B4 released from microspheres promotes leukocyte-endothelial cell interactions in the mice cremasteric microcirculation and inflammatory mediators release by human endothelial cells In: Bioactive Lipids in Cancer, Inflammation and Related Diseases, 2007, Montreal.

Revista do Congresso , 2007.

Referências adicionais : Canadá/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

6. NICOLETE, R., Lima, KM, Rodrigues-Júnior, JM, Baruffi, MD, Medeiros, A.I., BENTLEY, M. V. L., Silva, C.L., Faccioli, L.H.

In vitro studies of Leukotriene B4 released from biodegradable PLGA microspheres In: 2 Sinpospq, Ribeirão Preto.

2 Sinpospq. Ribeirão Preto: , 2006.

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. NICOLETE, R., Medeiros, A.I., Faccioli, L.H., Silva, C.L., Rodrigues-Júnior, JM, Lima, KM, Baruffi, MD

In vitro study of Leukotriene B4 release from biodegradable PLGA microspheres In: 5 International Congress of Pharmaceutical Sciences, 2005, Ribeirão Preto.

Revista da Sociedade Brasileira de Ciências Farmacêuticas , 2005.

Palavras-chave: encapsulamento, Leucotrieno B4, microesferas

Áreas do conhecimento : Imunologia Aplicada, Farmacotecnica

Setores de atividade : Fabricação de Produtos Farmacêuticos

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

8. NICOLETE, R.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos In: FESBE, 2004, Águas de Lindóia.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos , 2004.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

9. Nicolete, Roberto, Medeiros, A.I., Sá-Nunes, A., FACCIOLI, L.H.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos In: 11 Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP, 2003, Ribeirão Preto.

11 SIICUSP , 2003.

Referências adicionais : Brasil/Português.

10. Nicolete, Roberto, Medeiros, A.I., Sá-Nunes, A., FACCIOLI, L.H.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum na histoplasmose murina In: 10 Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP, 2002, Ribeirão Preto.

10 SIICUSP , 2002.

Referências adicionais : Brasil/Português.

Apresentação de Trabalho

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120

www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

1. PEREIRA, P. A. T., NICOLETE, R., Faccioli, L.H.
PLGA MICROSPHERES LOADING PGD2 OR PGE2 FOR POTENTIAL APPLICATION IN THE treatment of inflammatory diseases, 2010. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Evento: XXXV Congress of the Brazilian Society for Immunology

2. dos Santos, Daiane F., NICOLETE, R., Bitencourt, Cláudia da S., de Souza, Patrícia R.M., Faccioli, L.H.
37th Annual Meeting & Exposition of the Controlled Release Society, 2010. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Estados Unidos/Inglês. Meio de divulgação: Impresso; Cidade: Portland; Evento: 37th Annual Meeting & Exposition of the Controlled Release Society

3. NICOLETE, R, Jose, Peter J, Sanz, Maria J, FACCIOLI, L.H.
Prostaglandin E2-loaded microspheres as strategy to inhibit phagocytosis and modulate inflammatory mediators release, 2009. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: 7th CIFARP

4. NICOLETE, R, JOSE, P.J., Sanz, Maria J, FACCIOLI, L.H.
Prostaglandin E2-loaded microspheres as strategy to inhibit phagocytosis and modulate inflammatory mediators release, 2009. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Salvador; Evento: XXXIV COngress of the Brazilian Society for Immunology

5. NICOLETE, R., Rius, C., Piqueras, Laura, Jose, Peter J, SANZ, M.J., Faccioli, Lúcia H
Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation, 2008. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Nova York; Cidade: Nova York; Evento: 35 CRS Annual Meeting & Exposition; Inst.promotora/financiadora: CRS

6. NICOLETE, R., Piqueras, Laura, JOSE, P.J., Sanz, Maria J, FACCIOLI, L.H.
Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation, 2008. (Outra,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Espanha/Inglês; Cidade: Mas Palomas; Evento: Campus de Excelencia

7. NICOLETE, R., Piqueras, Laura, JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.
Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activationion, 2008. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: III SINOPSPq

8. NICOLETE, R., JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.
Leukotriene B4 released from microspheres promotes leukocyte-endothelial cell interactions in the mice cremasteric microcirculation and inflammatory mediators release by human endothelial cells, 2007. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Canadá/Inglês. Meio de divulgação: Impresso; Local: Montreal; Cidade: Canada; Evento: Bioactive Lipids inCancer, Inflammation and Related Diseases; Inst.promotora/financiadora: Eicosanoid Research Foundation

9. NICOLETE, R., JOSE, P.J., SANZ, M.J., FACCIOLI, L.H.
Leukotriene B4 released from microspheres promotes leukocyte-endothelial cell interactions in the mice cremasteric microcirculation and inflammatory mediators

release by human endothelial cells, 2007. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: 6 CIFARP

10. NICOLETE, R., Lima, KM, JUNIOR, J, Baruffi, MD, Medeiros, A.I., Silva, C.L., Faccioli, L.H.

In vitro study of Leikotriene B4 release from biodegradable PLGA microspheres, 2006. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: II SINPOSPq

11. NICOLETE, R., Lima, KM, JUNIOR, J, Baruffi, MD, Medeiros, A.I., Silva, C.L., FACCIOLI, L.H.

In vitro study of Leikotriene B4 release from biodegradable PLGA microspheres, 2005. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: 5th CIFARP

12. Nicolete, Roberto, Medeiros, A.I., Sá-Nunes, A., Silva, C.L., FACCIOLI, L.H.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos, 2004. (Outra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Águas de Lindóia; Evento: FesBE

13. Nicolete, Roberto, Medeiros, A.I., Sá-Nunes, A., Faccioli, L.H.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos, 2003. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: 11 SIICUSP

14. Nicolete, Roberto, Medeiros, A.I., Sá-Nunes, A., FACCIOLI, L.H.

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum na histoplasmose murina, 2002. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais : Brasil/Português; Cidade: Ribeirão Preto; Evento: 10 SIICUSP

Produção Técnica

Produtos tecnológicos sem registro ou patente

1. NICOLETE, R

“MÉTODO DE OBTENÇÃO DE PREPARAÇÕES FARMACÊUTICAS, CONTENDO HYALURONIDASES E SEUS USOS”, 2009

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. NICOLETE, R., Faccioli, L.H.

FORMA FARMACÊUTICA, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE FORMA FARMACÊUTICA E USO, 2007

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Trabalhos técnicos

1. NICOLETE, R.

Avaliador especialista do Programa de Pesquisa para o SUS (SISC&T), Ministério da Saúde, 2010

Referências adicionais : Brasil/Português.

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

2. NICOLETE, R.
parecerista de projetos de pesquisa no Comitê de Ética do CEUMA, 2010

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. NICOLETE, R.
assessoria em projetos de iniciação científica FAPESP, 2009

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. NICOLETE, R
7th CIFARP, 2009

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. Nicolete, Roberto
IV Prêmio Jovem Cientista, 2008

Referências adicionais : Brasil/Português.

6. Nicolete, Roberto
16 SIICUSP, 2008

Referências adicionais : Brasil/Português.

7. NICOLETE, R
2008 AAPS Annual Meeting and Exposition, 2008

Referências adicionais : Estados Unidos/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

8. NICOLETE, R
15 SIICUSP, 2007

Referências adicionais : Brasil/Português.

9. NICOLETE, R
13 SIICUSP, 2005

Referências adicionais : Brasil/Português.

Demais produções técnicas

1. NICOLETE, R.
Imunodiagnóstico das infecções virais, 2010. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

Referências adicionais : Brasil/Português. 1 semana.

Orientações e Supervisões

Orientações e Supervisões concluídas

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

1. Jéssica Francisca Fernandes de Oliveira. **Avaliação da atividade anti-inflamatória do extrato hidroalcoólico obtido da planta Punica granatum (romã)**. 2010. Curso (Farmácia) - Centro Universitário do Maranhão
Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Reivlis Rodrigues. **Avaliação da atividade anti-inflamatória do extrato hidroalcoólico obtido da planta Stachytarpheta cayennensis (gervão)**. 2010. Curso (Farmácia) - Centro Universitário do Maranhão
Referências adicionais : Brasil/Português.

Iniciação científica

1. Bruna Cordeiro Santos de Moura. **Caracterização in vitro e in vivo de sistemas micro e nanoparticulados contendo leucotrienos e quimioterápicos**. 2009. Iniciação científica (Farmácia-Bioquímica) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto
Referências adicionais : Brasil/Português.

Orientações e Supervisões em andamento

Iniciação científica

1. Jéssica Francisca Fernandes de Oliveira. **Avaliação da atividade anti-inflamatória do extrato hidroalcoólico da Punica granatum (romã)**. 2010. Iniciação científica (Farmácia) - Centro Universitário do Maranhão
Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Wend Jéssica Moreira. **AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTI-INFLAMATÓRIA DA TINTURA OBTIDA DA VAGEM DA Caesalpinia ferrea (JUCÁ)**. 2009. Iniciação científica (Enfermagem) - Centro Universitário do Maranhão
Referências adicionais : Brasil/Português.

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação de Poster / Painel no(a) **37th Annual Meeting & Exposition of the Controlled Release Society**, 2010. (Congresso)
Immunostimulant effect of biodegradable microspheres containing cell-free antigens from Histoplasma capsulatum on murine bone marrow-derived macrophages.

2. Apresentação de Poster / Painel no(a) **XXXV Congress of the Brazilian Society for Immunology**, 2010. (Congresso)
PLGA microspheres loading PGD2 or PGE2 for potential application in the treatment of inflammatory diseases.

3. Conferencista no(a) **Jornada Acadêmica do Curso de Farmácia-UNICEUMA**, 2010. (Outra)
Sistemas de Liberação de Drogas Empregados em Imunologia.

4. Conferencista no(a) **Jornada de Parasitologia do Maranhão**, 2010. (Simpósio)
Sistemas de liberação de drogas empregados em Imunologia.

5. **I Encontro da Rede de Nanobiotecnologia-INCT**, 2010. (Encontro)

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120
www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

.
6. Apresentação de Poster / Painel no(a) **XXXIV COngress of the Brazilian Society for Immunology**, 2009. (Congresso)

Prostaglandin E2-loaded microspheres as strategy to inhibit phagocytosis and modulate inflammatory mediators release.

7. Apresentação de Poster / Painel no(a) **7th CIFARP**, 2009. (Congresso)

Prostaglandin E2-loaded microspheres as strategy to inhibit phagocytosis and modulate inflammatory mediators release.

8. **I Workshop em Nanobiotecnologia Aplicada na Medicina do Hospital Israelita Albert Einstein**, 2009. (Encontro)

.
9. Apresentação de Poster / Painel no(a) **XXXIII Congress of the Brazilian Society for Immunology**, 2008. (Congresso)

Evaluation of uptake of Leukotriene B4 or cell-free antigens from Histoplasma capsulatum entrapped into PLGA microspheres by macrophages.

10. Apresentação de Poster / Painel no(a) **XXXIII Congress of the Brazilian Society for Immunology**, 2008. (Congresso)

Involvement of Prostaglandin in the Experimental Infection by Histoplasma capsulatum.

11. Apresentação Oral no(a) **35th CRS Annual Meeting & Exposition**, 2008. (Congresso)

Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation.

12. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Campus de Excelencia 2008**, 2008. (Simpósio)

Leukotriene B4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation.

13. Apresentação Oral no(a) **III SiNPOSPQ**, 2008. (Simpósio)

LTB4-loaded microspheres: a new therapeutic strategy to modulate cell activation.

14. Apresentação de Poster / Painel no(a) **CIFARP**, 2007. (Congresso)

Leukotriene B4 released from microspheres promotes leukocyte-endothelial cell interactions in the mice cremasteric microcirculation and chemokines release by human endothelial cells.

15. Apresentação Oral no(a) **Bioactive Lipids in Cancer, Inflammation and Related Diseases**, 2007. (Congresso)

Leukotriene B4 released from microspheres promotes leukocyte-endothelial cell interactions in the mice cremasteric microcirculation and inflammatory mediators release by human endothelial cells.

16. **III Seminário sobre rotas tecnológicas da biotecnologia: oportunidades de investimentos e inovações**, 2007. (Seminário)

.
17. **I Encontro de Citometria da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto**, 2007. (Encontro)

.
18. Apresentação de Poster / Painel no(a) **In vitro studies of Leukotriene B4 released from biodegradable PLGA microspheres**, 2006. (Simpósio)

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120

www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

2 Sinpospq.

19. Apresentação de Poster / Painel no(a) **CIFARP**, 2005. (Congresso)

In vitro release of Leukotriene B4 from biodegradable microspheres.

Palavras-chave: encapsulamento, Leucotrieno B4, microsferas

20. **I Seminário sobre rotas tecnológicas da biotecnologia: oportunidades de investimentos e inovações**, 2005. (Seminário)

21. Apresentação de Poster / Painel no(a) **XIX FESBE- Federação de Sociedades de Biologia Experimental**, 2004. (Congresso)

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos.

Áreas do conhecimento : Imunologia

22. Apresentação de Poster / Painel no(a) **11 SIICUSP**, 2003. (Simpósio)

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum através de parâmetros imunológicos.

Áreas do conhecimento : Imunologia

23. Apresentação de Poster / Painel no(a) **10 SIICUSP**, 2002. (Simpósio)

Avaliação da proteção de um exoantígeno de Histoplasma capsulatum na histoplasmose murina.

Áreas do conhecimento : Imunologia

24. Apresentação (Outras Formas) no(a) **V Simpósio Internacional em Alergia e Imunologia Clínica**, 2002. (Simpósio)

Cell-Free Antigens Confer Protection for Lethal Exposure to Histoplasma capsulatum.

Áreas do conhecimento : Imunologia

25. **Simpósio sobre a biologia de fungos patogênicos humanos**, 2002. (Simpósio)

Organização de evento

1. NICOLETE, R.

I Encontro de Iniciação Científica do Instituto Florence, 2010. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. NICOLETE, R.

III FarmaFlorence (Jornada acadêmica do curso de Farmácia do Instituto Florence), 2010. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. NICOLETE, R.

Jornada acadêmica do curso de farmácia-UNICEUMA, 2010. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. NICOLETE, R.

Campanha Nacional pelo Uso Correto de Medicamentos, 2002. (Exposição,

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120

www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

Organização de evento)

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. NICOLETE, R., Nascimento, FRF, Guerra RN

Participação em banca de Thiare Silva Fortes da Cunha. **Imunomodulação pelo extrato aquoso do mesocarpo de *Orbigya phalerata* Mart. em modelo experimental de Erlich**, 2011

(Ciências da Saúde) Universidade Federal do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. NICOLETE, R., Nascimento, FRF

Participação em banca de Eder Magalhães Silva Fialho. **Veneno do escorpião *Tityus serrulatus*: uma ferramenta biotecnológica na terapia de infecções**, 2011

(Biodiversidade e Conservação) Universidade Federal do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

3. Monteiro, C, Monteiro Neto V, NICOLETE, R.

Participação em banca de Aurean D'eça Júnior. **Atividade in vitro de fosfolipases, proteinases ácidas e hemolisinas de isolados clínicos de *Candida***, 2010

(Biologia Parasitária) Centro Universitário do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

4. NICOLETE, R., Monteiro Neto V

Participação em banca de Marília Maniglia de Resende. **Epidemiologia da pneumonia associada à ventilação mecânica em um hospital de Macapá**, 2010

(Biologia Parasitária) Centro Universitário do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

5. ROSELINO, A. M., CASTELO, A. P., NICOLETE, R.

Participação em banca de Paola Fernanda Fedatto. **Papel de células T reguladoras CD4+CD25high Foxp3+ na resposta imune induzida por diferentes formulações vacinais**, 2009

(Imunologia Básica e Aplicada) Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Referências adicionais : Brasil/Português.

Doutorado

1. Barroqueiro, ESB, NICOLETE, R.

Participação em banca de Elizabeth de Sousa Barcelos Barroqueiro. **Atividade Antiinflamatória, Cicatricial e Antibacteriana do Mesocarpo de *Babaçu (Orbigya phalerata, Mart.)***, 2010

(biotecnologia) Universidade Federal do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

Exame de qualificação de doutorado

Rua Rio Branco, nº 216, Centro, São Luís (MA), CEP: 65020-270 – Fone/Fax: (98) 3878-2120

www.florence.edu.br – e-mail: florencesuperior@gmail.com

1. Guerra RN, NICOLETE, R.
Participação em banca de Mércia Helena Salgado Leite de Souza. **Utilização etnobotânica, caracterização química e propriedades biológicas do óleo de babaçu (*Orbignya phalerata* Mart)**, 2011

(biotecnologia) Universidade Federal do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

2. Ferreira, BR, Guedes, PM, NICOLETE, R
Participação em banca de Patrícia Rodrigues Marques de Souza. **Avaliação de células não clássicas na imunoterapia da tuberculose experimental com a vacinação gênica DNAhsp65**, 2009

(Pós-Graduação em Imunologia básica e aplicada) Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Referências adicionais : Brasil/Português.

Curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Assunção, AKM, Nascimento, FRF, NICOLETE, R.

Participação em banca de Anne Karine Martins Assunção. **Efeito do tratamento com geoprópolis de *Melipona fasciculata* sobre o desenvolvimento do tumor de Ehrlich em camundongos**, 2010

(Imunologia) Universidade Federal do Maranhão

Referências adicionais : Brasil/Português.

Participação em banca de comissões julgadoras

Outra

1. **Segundo Processo Seletivo Docente-UNICEUMA**, 2010

Centro Universitário do Maranhão

Áreas do conhecimento : Farmácia

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico.....	7
Trabalhos publicados em anais de eventos.....	10
Apresentações de Trabalhos (Congresso).....	8
Apresentações de Trabalhos (Simpósio).....	4
Apresentações de Trabalhos (Outra).....	2

Produção Técnica

Produtos tecnológicos (projeto).....	1
Produtos tecnológicos (outro).....	1
Trabalhos técnicos (assessoria).....	1
Trabalhos técnicos (consultoria).....	1
Trabalhos técnicos (parecer).....	2
Trabalhos técnicos (outra).....	5
Curso de curta duração ministrado (especialização).....	1

Orientações

Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação).....	2
Orientação concluída (iniciação científica).....	1
Orientação em andamento (iniciação científica).....	2

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	11
Participações em eventos (seminário).....	2
Participações em eventos (simpósio).....	8
Participações em eventos (encontro).....	3
Participações em eventos (outra).....	1
Organização de evento (exposição).....	1
Organização de evento (outro).....	3
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado).....	5
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado).....	1
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado).....	2
Participação em banca de trabalhos de conclusão (curso de aperfeiçoamento/especialização).	1
Participação em banca de comissões julgadoras (outra).....	1

Outras informações relevantes

1Projeto de pesquisa intitulado "Desenvolvimento e caracterização de sistemas micro e nanoparticulados contendo leucotrienos e/ou quimioterápicos como terapia em infecções bacterianas e fúngicas" foi finalista da Olimpíada USP de Inovação-2008Pesquisador colaborador do INCT-Nanobiotecnologia. Membro do Conselho de Ensino do Conselho Regional de Farmácia do Maranhão

ANEXO 16 – REGULAMENTO DA SALA DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

I. Objetivo

Informar as regras de utilização e formas de acesso às instalações do sala de experimentação animal do Instituto Florence de Ensino Superior - IFES.

II. Funcionamento

2.1. Espaço:

A sala de experimentação animal é constituído pelos seguintes espaços:

- I. Zona Laboratorial (Administrativa e Experimentação) - Gabinete de apoio a sala de experimentação animal, acessível aos funcionários, alunos e docentes.
- II. Zona de animais (Criação, Alimentos, Medicamentos, Lavagem e Preparo de Materiais - Acesso restrito a funcionários do setor.

2.2. Horários de funcionamento:

- Dias úteis das 08.00h às 20.00h. Sábados, domingos e feriados de acordo com agendamentos prévios.
- As portas da sala de experimentação animal deverão ser mantidas fechadas à chave na ausência de funcionários e docentes. Após o uso deverão ser mantidas sob responsabilidade do funcionário/técnico auxiliar da sala de experimentação animal. Cópia da chave poderá ser confiada aos coordenadores de projetos de pesquisa ou funcionários credenciados, sob total responsabilidade destes no período em que permanecerem na sala de experimentação animal.

2.3. Atribuições do Responsável Técnico:

- Assegurar-se que os procedimentos adotados estão de acordo com as normas de proteção de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos.
- Supervisionar os alunos garantindo que este cumpra na íntegra os procedimentos instalados.
- Supervisionar os alunos até assegurar que este ganhou a competência necessária nas técnicas de manipulação e experimentação a utilizar.
- Encomendar e recepcionar a entrega de animais de acordo com as disponibilidades do sala de experimentação animal;
- Informar os alunos das regras em uso e certificar-se do seu cumprimento;

2.4. Atribuições de o Técnico Auxiliar:

- Avaliar pedidos e conceder autorizações de utilização da sala de experimentação animal de acordo com as capacidades do mesmo;
- Calendarizar a utilização do espaço disponível de forma a acomodar os interesses de todos;
- Informar os alunos das regras em uso e certificar-se do seu cumprimento;
- Zelar pelo correto funcionamento das instalações;

- Fazer o levantamento mensal de gastos e ocupação do sala de experimentação animal para débito dos orçamentos das pesquisas e das atividades de ensino dos diferentes cursos;
- Manutenção dos registros de utilização de animais.
- Cuidado com animais (limpeza de gaiolas, alimentação, controle do ambiente das salas de animais).

III. Utilização

3.1. Utilização de animais para aulas e/ou projetos de pesquisa

- Solicitar animais para aulas ou projetos de pesquisa pelo telefone, e agendar com o técnico responsável.
- No gabinete administrativo do sala de experimentação animal, o funcionário responsável deverá registrar a saída/entrada de animais no “Registro diário de movimentos”.
- O pesquisador responsável deverá entregar cópia preenchida do Formulário de Cadastro de Aulas Práticas e Projetos de Pesquisa e/ou Iniciação Científica com modelos animais ao funcionário responsável.

3.2. Entrada e circulação de pessoas na Sala de experimentação animal

- Casacos e quaisquer outros materiais vindos do exterior deverão ser deixados no setor administrativo do laboratório.
- Antes de entrar na sala de animais, a pessoa deverá pisar o tapete asséptico (pedilúvio) e fechar imediatamente a porta.
- Lavar as mãos.
- Colocar o vestuário protetor (jaleco, luvas, touca, máscara, cobertura de sapatos)
- Terminado o trabalho, assegurar-se que o ambiente ficou limpo.
- Retirar o vestuário de proteção.
- Lavar as mãos.
- Sair pisando no pedilúvio.
- Fechar bem a porta.

3.3. Entrada e Circulação de materiais do Exterior para a Sala de experimentação animal e vice-versa.

- Todo o material transferido entre ambientes ou qualquer outra área exterior a Sala de experimentação animal tem de ser devidamente acondicionado e transportado em contentores fechados.
- É expressamente proibida a entrada de materiais provenientes do exterior no sala de experimentação animal (zona de animais) sem conhecimento do responsável da sala de experimentação animal e sem serem devidamente esterilizados e desinfetados.
- Os materiais/equipamentos existentes em cada área são de uso exclusivo nessa área.

3.4. Identificação de gaiolas

- Cada gaiola deve possuir um cartão identificador devidamente preenchido onde nunca deverá faltar a identificação da: espécie, sexo, quantidade de animais na gaiola, data de nascimento.

- Gaiolas com animais que requeiram especial atenção por parte dos funcionários do sala de experimentação animal, para além do cartão de identificação, serão identificados de maneira diferente:
 - Ninhadas a separar;
 - Em observação a aguardar sacrifício (diagnóstico de sinais sofrimento por observação a intervalos regulares de tempo a definir pelo investigador);
 - Animais em adaptação;
 - Animais destinados à aulas;
 - Animais em experimentação.

3.5. *Circulação de animais*

- Recepção de animais do exterior.
 - I. Os animais são recepcionados pelo funcionário responsável que os tratará e preparará para serem colocados na sala de “adaptação”.
- Durante a fase de experimentação.

3.6. *Lixos*

- Não é permitido deixar sacos de lixo dentro da zona de experimentação e animais.
- É da responsabilidade dos alunos e docentes recolher e substituir os sacos de lixo nos locais onde animais forem manipulados.
- Lixo contaminado biologicamente - exceto animais:
 - I. Colocar o lixo produzido na sala de experimentação nos sacos próprios para lixo contaminado biologicamente.
 - II. Quando o(s) saco(s) estiver(em) cheio(s), fechá-lo e substituir por um saco vazio.
 - III. Deixar o lixo em local apropriado conforme previsto no Plano de Gerenciamento de Resíduos da instituição.
- Carcaças de animais:
 - I. Colocar as carcaças de animais devidamente acondicionadas no contentor destinado a esse efeito.
 - II. No fim do seu trabalho, retirar o saco com as carcaças e substituir por outro.

IV. Equipamentos

4.1. *Regras de Utilização e Manutenção*

- A manutenção, controle e calibração dos equipamentos existentes na sala de experimentação animal é da inteira responsabilidade dos funcionários do mesmo.
- É expressamente proibido mexer e/ou alterar os parâmetros pré-definidos para cada equipamento sem o conhecimento do responsável pelo sala de experimentação animal.
- Em caso de avaria, deverá contactar-se de imediato o responsável pela sala de experimentação animal que tomará as medidas necessárias à sua reparação.
- Os telefones para contacto em caso de emergência, estarão afixados em zona visível.
- É da responsabilidade dos alunos e docentes a limpeza dos equipamentos após a sua utilização, ficando a higienização a cargo do técnico do laboratório.

V. Disposições Finais

As normas regulatórias não previstas no presente regulamento serão discutidas e aprovadas pelo órgão colegiado competente, ouvida o Colegiado de Curso e a Chefia dos Laboratórios.

ANEXO 17
INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR

**REGIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS NA ÁREA
DE SAÚDE**

Capítulo I

I – Da Constituição

Artigo 1º - Os laboratórios do Instituto Florence de Ensino Superior – IFES, integram a organização acadêmico-administrativa e estão diretamente subordinados à Diretoria Acadêmica da instituição.

II – Da Finalidade

Artigo 2º - Os Laboratórios são espaços indispensáveis à instituição e integram a estrutura organizacional do Instituto Florence de Ensino Superior – IFES e tem como finalidade propiciar suporte às atividades de ensino pesquisa e extensão à comunidade acadêmica da instituição.

Parágrafo único: O acesso aos laboratórios será permitido apenas para as atividades acadêmicas, ficando o usuário infrator sujeito às penalidades definidas neste Regimento.

Capítulo II

Do Funcionamento dos Laboratórios

Artigo 3º - Cabe à Coordenação dos laboratórios do Instituto Florence definir os horários de funcionamento dos laboratórios, durante o período de aulas e no recesso destas.

Artigo 4º - Visando segurança e um melhor aproveitamento por parte dos usuários deve-se adotar sempre uma atitude atenciosa, cuidadosa e cautelosa, evitando acidentes e possíveis danos para si e para os demais.

Parágrafo único: O aluno sempre que estiver no laboratório deverá estar acompanhado seja pelo professor da disciplina, seja pelo técnico responsável, dependendo da atividade a ser executada.

Artigo 5º - Semanalmente, o Técnico responsável executará a manutenção dos equipamentos dos laboratórios.

Artigo 6º - Quando houver necessidade de apoio técnico para a preparação de experimentos, o docente deverá fornecer com antecedência a este, os protocolos experimentais das atividades e a lista de materiais necessários.

Artigo 7º - Sempre que o docente desejar utilizar os laboratórios para experimentos ou aulas, a coordenação destes deverá ser informada com antecedência para agendar horário e organizar os materiais, caso necessário.

Capítulo III Dos Usuários

Artigo 6º - São usuários naturais dos Laboratórios desta instituição: professores, alunos e funcionários vinculados à Instituição.

Parágrafo único: Serão permitidos, no máximo, 2 (dois) alunos/usuários por microscópios em cada laboratório.

Artigo 7º - A utilização do laboratório por usuários não incluídos no artigo anterior dependerá de autorização expressa da Direção Acadêmica da instituição.

Artigo 8º - O usuário é responsável pelos equipamentos e/ou materiais dentro do horário reservado para seu uso.

Artigo 9º - A utilização dos equipamentos e materiais nos Laboratórios é condicionada à reserva de usuários, com antecedência mínima de 72 horas, na Coordenação dos laboratórios.

Artigo 10º - A permanência nos Laboratórios só será permitida para aqueles que estiverem dentro de seu horário de reserva ou em aula e com uso obrigatório de jalecos.

Capítulo IV Do Procedimento para as Reservas

Artigo 11º - Visando organizar o acesso e utilização dos Laboratórios do Instituto Florence de Ensino Superior fica estabelecido o procedimento para duas modalidades de reservas:

I - reservas para aulas. Neste caso os alunos deverão ser acompanhados pelo professor.

II - reservas individuais, onde o usuário faz uso do laboratório para atividades individuais, como pesquisa e trabalhos acadêmicos, sendo acompanhados e /ou supervisionados pelo técnico responsável.

§ 1º As reservas para aulas terão prioridades sobre as reservas individuais e deverão ser feitas com antecedência máxima 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º As reservas individuais deverão ser feitas com antecedência máxima de 24 (vinte e quatro) horas e por um período de 2 (duas) horas, mediante taxa de pagamento e seguindo os critérios abaixo:

Artigo 12º - Terminado o período de reserva do aluno e caso não haja reserva para o laboratório e/ou equipamentos que o usuário esteja utilizando, ele poderá reservá-lo novamente e assim consecutivamente.

Artigo 13º - Caso o aluno não compareça no horário reservado, sua reserva será mantida por 15 (quinze) minutos. Findo este prazo o laboratório e/ou equipamentos serão liberados para a próxima reserva

Artigo 14º - Os alunos podem preparar os seus trabalhos laboratoriais nas instalações, desde que não ponham em risco a sua segurança ou a das instalações e desde que não prejudique o bom funcionamento das aulas. Durante sua permanência no laboratório, o aluno será supervisionado/ acompanhado pelo técnico responsável.

Parágrafo único: O pagamento para reservas individuais de laboratórios deverá ser feito por cada aluno e efetuado na secretaria financeira no setor de atendimento ao aluno.

Capítulo V Das Práticas de Infração

Artigo 12º - É proibido aos alunos abrir os equipamentos, desconectar cabos, manipular ou fazer qualquer modificação nos aparelhos, máquinas, vidrarias ou outros sem autorização expressa do responsável pelo laboratório.

Artigo 13º - É proibido ao aluno remover qualquer equipamento ou componente deste, sem a devida autorização.

Artigo 14º - É proibido fixar no laboratório, avisos, folders, cartazes, etc. sem autorização da Direção Acadêmica do IFES.

Artigo 15º - É proibido comer, beber, fumar ou praticar qualquer ato incompatível com as normas de boa conduta nas dependências dos laboratórios.

Artigo 16º - Fica proibida a utilização dos Laboratórios para qualquer atividade que não atenda aos objetivos dos Laboratórios ou de interesse da instituição.

Capítulo VI

Das Penalidades e do Processo de Aplicação

Art. 21 - O usuário que for autuado por praticar infrações previstas no Capítulo V deste Regimento, estará sujeito às penalidades impostas segundo o regulamento desta Instituição...

Na 1ª ocorrência, o infrator será advertido formalmente, e penalizado com 1 (um) dia de suspensão, de seus direitos como usuário do Laboratório.

Na 2ª ocorrência, o infrator será penalizado com suspensão por 7 (sete) dias corridos, de seus direitos como usuário do laboratório.

A partir da 3ª ocorrência, o mesmo será penalizado com a suspensão por 30 (trinta) dias corridos, de seus direitos como usuário.

Art. 22 - Compete ao Coordenador dos Laboratórios dar início ao procedimento para aplicação das penalidades prevista no Art. 21 deste Regimento:

Art. 23 – Deverá o Responsável pelo Laboratório:

I - Descrever as circunstâncias da infração, identificando o usuário infrator e indicar o tipo de infração cometida.

II - Registrar a infração em Livro próprio, numerá-la e autuá-la;

III- Encaminhar o procedimento à Direção Acadêmica do IFES para as providências cabíveis.

Art. 24 – Compete à Direção Acadêmica do IFES aplicar ao infrator, após procedimento administrativo que assegure ao infrator ampla defesa, uma das penalidades previstas nos inciso do artigo 21 deste Regimento.

Parágrafo Único: A Direção Acadêmica da instituição deverá registrar as penalidades aplicadas em Livro próprio para fins de certidões em casos de reincidências.

Art. 25 – O usuário autuado poderá defender-se pessoalmente por escrito, requerendo, se for necessário, produção de provas.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 26 - Este Regimento poderá ser modificado por decisão de maioria do Conselho de Ensino e Pesquisa da IFES.

Art. 27 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da IFES

São Luís, MA, 13 de março de 2007.